CES/JF
Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora

SMC SOCIEDADE MINEIRA de CULTURA
MANTENEDORA DA PUC MINAS E DO CES/JF

CES REVISTA

Periódico oficial do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora

Estrutura Organizacional do CES/JF

Reitor

Carlos Henrique Oliveira e Silva Paixão

Diretora Acadêmica:

Patrícia Rodrigues Rezende de Souza

Editora Chefe

Maria Inês de Castro Millen

Conselho Editorial

Pedro de Novais Lima Junior
Antonio Ferreira Colchete Filho
Oscar Florencio Gallego
Maria Helena Hessel
Arthur Barroso Moreira
Lenice Simões Freitas
Luciano Caldas Camerino
Jorge Miranda de Almeida
Frederico Alexandre de M. Hecker
Cláudia Maria Ribeiro Viscardi
Robert Daibert Junior
Marília Rothier Cardoso
Terezinha Maria Scher Pereira
Saulo de Freitas Araújo
José Jorge de Morais Zacharias
Pe. Geraldo Dôndici Vieira
Frei Sinivaldo Silva Tavares
Regina Maria Maciel Braga
Fernanda Cláudia Alves Campos
Paulo Ferreira Bonfatti
Nícea Helena de Almeida Nogueira
Marco Antonio Pereira Araújo
Maria Andreia de Paula Silva

Bibliotecária

Vânia Pinheiro de Sousa
CRB-6-1511

CES Revista	Juiz de Fora	v.27	n.1	p. 1-395	jan./dez. 2013

Missão

Publicar artigos científicos, revisões bibliográficas e notas referentes aos cursos de Ciências Biológicas, Filosofia, História, Sistemas de Informação, Letras, Psicologia, Teologia, Engenharia de Telecomunicações, Comunicação Social, Arquitetura e Urbanismo, Tecnologia em Gastronomia, em Design de Moda e em Design de Interiores.

Política Editorial

Publicar artigos técnicos científicos originais e revisões, que possam contribuir para a formação acadêmica, estimulando a criatividade e o espírito crítico dos seus leitores e a transferência de conhecimento científico e pedagógico gerado nas atividades de pesquisa, ensino, extensão e pós-graduação, para as Instituições Educacionais e para a sociedade. A recomendação dos artigos para a publicação será definida pelos Conselheiros de Pesquisa CES/JF, por consultores *ad hoc* e pelo Conselho Editorial.

Sociedade Mineira de Cultura
Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora
Centro de Extensão e Pesquisa
Núcleo de Pesquisa
Rua Halfeld, 1.179 | Centro | Juiz de Fora-MG | CEP 36016-000
Telefone 32 3250-3807 | Site www.cesjf.br
e-mail pesquisa@pucminas.cesjf.br

Diagramação e arte final
Julia Möller

Revisão gramatical da língua portuguesa
Elaine Pontes Miranda

Normalização
Vânia Pinheiro de Souza - CRB 6-1511

Dados internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C421 CES Revista:
Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora.
— Vol. 1, n. 1 (1974)- Juiz de Fora: CES/JF, 1974-
v.27, n.1 ; 21 cm.

Publicação interrompida: 1979, 1981-1982, 1985-1989, 1991-1993, 1995-1997 e 1999.

ISSN 0102-1109
1983-1625

1. Ciências biológicas - Periódicos. 2. Ciências humanas. 3. Ciências exatas e da terra. 4. Linguística, Letras e Artes. I. Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora.

CDD 050

Sumário

Apresentação **9**
Maria Inês de Castro Millen

PRIMEIRA PARTE
A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E SEUS DESAFIOS

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
Uma breve reflexão sobre o conceito de impacto ambiental **15**
Gerson Romero de Oliveira Filho

ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES
Aplicação dos diodos emissores de luz orientada a sistemas de iluminação pública **31**
Fernando José Nogueira, Cristiano Gomes Casagrande, Cláudio Roberto Barbosa Simões Rodrigues e Henrique Antônio Carvalho Braga

FILOSOFIA
Os fundamentos da verdade no pensamento de René Descartes: uma relação à sua época, uma proposta à nossa época **53**
Augusto Nilo de Oliveira Vilela e José Luiz Izidoro

HISTÓRIA
Por uma história do velho ou do envelhecimento no Brasil **75**
Rodrigo Heleno de Barros e Edmundo de Paula Gomes Junior

Os desafios da democratização brasileira no século XXI: a produção legislativa acerca da destinação das forças armadas **93**
Marcelo Romero

Inserções em circuitos **107**
José Roberto Schneedorf Ferreira da Silva

JORNALISMO
A queda da bancada: quando o noticiário põe abaixo a barreira entre o telejornal e o espectador **131**
Renata Venise Vargas Pereira

Quando o telejornal vira notícia: a troca de apresentadora do Jornal Nacional.....**149**
Gilze Freitas Bara

O desafio da comunicação interna na contemporaneidade – Estudo de Caso: CAEd.....**167**
Ana Marta dos Santos Ladeira e Mariana de Toledo Lopes

LETRAS
Literatura e cidade: uma reflexão a partir do século XX.....**187**
Stefane Soares Pereira

Crítica literária, cultura e mercado na contemporaneidade.....**197**
Juliana de Castro Millen e Luciene Fátima Tófoli

MODA
Ainda há espaço para alfaiates no mundo do 'pronto para vestir'?.....**211**
Paula Campos de Castro

PSICOLOGIA
A era do narcisismo: aspectos da subjetividade contemporânea.....**227**
Fernando Moysés Gaio e André Moysés Gaio

Hermenêutica, psicanálise e o movimento da cultura contemporânea.**245**
Dulce Duarte Lopes

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
A virtualização da memória no facebook.....**257**
Rosali Maria Nunes Henriques e Vera Dodebei

TEOLOGIA
Antes que Noé entre na arca: ao redor do *Livro do Gênesis* e a partir dos animais.....**277**
Altamir Célio de Andrade

SEGUNDA PARTE

HISTÓRIA

O movimento integralista em petrópolis (1933-1938) **295**
Alexandre Luís de Oliveira, Leandro Pereira Gonçalves e Priscila Musquim Alcântara

JORNALISMO

Sentidos atribuídos ao rivotril na mídia: um estudo de reportagens veiculadas nos sites das revistas Superinteressante e Trip.....**313**
Christiane Reis Milagres

LETRAS

A dança nas lavouras de Nassar e Carvalho: dançando com Ana **335**
Lucia Aparecida Campos Coelho, Ludmila Mourão e Maria de Lourdes Abreu de Oliveira

A fábrica de mente.....**355**
Luiz Fernando Medeiros de Carvalho e Adriano Brandão de Oliveira

Marcas imperialistas sobre a terra sonâmbula: a construção da história na obra de Mia Couto.....**365**
Táscia Oliveira Souza

PSICOLOGIA

Liga acadêmica de psicologia da saúde: escrevendo novos rumos em psicologia, uma nova forma de aprender **375**
Mônica Miguel Brochini e Fabiane Rossi dos Santos Grincenkov

Apresentação

Apresentar a CES REVISTA é falar, primeiramente, de 26 anos de esforço comum de professores e alunos do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora que se dispuseram, durante estes anos, com todas as conhecidas dificuldades de uma Faculdade Particular isolada, a se envolver em projetos de estudo, extensão e pesquisa, descrevendo-os e partilhando-os com a comunidade científica.

A CES REVISTA tem mantido uma periodicidade anual e sua publicação se dá de modo impresso, permitindo permutas, e online, no site da Instituição. Destacamos que ela é fruto do esforço de muitos: direção institucional, mantenedora, centro de pesquisa, biblioteca, autores, pareceristas, corretores, diagramadores, assessoria de comunicação. Neste momento há um empenho institucional em apresentá-la também na plataforma SEER. Assinalamos, portanto, que o trabalho conjunto tem permitido, ao longo de muitos anos, a manutenção de um periódico do porte da CES REVISTA, do qual nos orgulhamos e nos esforçarmos por manter.

Neste número apresentamos à comunidade acadêmica 16 artigos que compõem a primeira seção e representam as seguintes áreas do conhecimento: Comunicação Social, Ciências Biológicas, Letras, História, Sistemas de Informação, Psicologia, Filosofia, Design de Moda, Engenharia de Telecomunicações e Teologia, que escreveram seus artigos contemplando o tema: "A sociedade contemporânea e seus desafios". Apresentamos ainda, em uma segunda seção, 06 artigos com temáticas diversas, que apresentam o resultado dos estudos e das pesquisas de professores e alunos do CES e de outras Instituições.

Agradecemos, assim, o empenho e a dedicação das pessoas que acreditaram neste projeto, augurando a todos uma leitura que acrescente um saber recheado de sabor.

Maria Inês de Castro Millen
Coordenadora de Pesquisa CES/JF

PRIMEIRA PARTE

A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E SEUS DESAFIOS

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Uma breve reflexão sobre o conceito de impacto ambiental

*Gerson Romero de Oliveira Filho**

RESUMO

A questão ambiental representa um campo de conhecimento relativamente novo e de elevada complexidade no qual várias disciplinas contribuem através de suas teorias, métodos e conceitos. Na tentativa de compreender e buscar soluções para os problemas ambientais, vários termos e expressões são criados e usados. Sem uma discussão que aprofunde o esclarecimento conceitual, esses termos são inseridos em manuais técnicos como referência instrumental para políticas de ordenamento territorial e ambiental. No entanto, a dificuldade de se obter um consenso conceitual, ou uma padronização mínima, compromete a comunicação entre as diversas disciplinas que atuam na área ambiental. O presente artigo faz uma breve reflexão sobre o conceito de impacto ambiental, por ser um exemplo de expressão cujo entendimento comporta mais de uma interpretação, variando conforme o contexto. Ratificamos que o saber ambiental, ainda em construção, precisa de um exercício permanente de reflexão epistemológica para uma melhor organização de seus métodos e conceitos.

Palavras-chave: Impacto Ambiental. Meio ambiente. Epistemologia.

ABSTRACT

The environmental issue represents a fairly new knowledge field of high complexity in which several subjects contribute with their theories, methods and concepts. In the attempt to understand and search for solutions to environmental problems, several terms and expressions are created and used. Without a debate to go deep into conceptual enlightment, such terms are introduced in technical manuals as instrumental references to policies of territorial and environmental ordering. However, the difficulty to reach a conceptual consensus, or a minimum standards basis, jeopardizes communication between the many disciplines acting in the environmental scope. The present article makes a brief reflection over

* Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela UFJF. Especialista em Ensino de Geociências pela UNICAMP; Mestre em Geografia pela UFF. Professor do curso de Ciências Biológicas do CES/JF. gersongeo@uol.com.br

the concept of environmental impact for being a major example whose understanding encompasses more than one interpretation, varying according to context. We ratify that the environmental learning, still under construction, needs permanent exercise of epistemological reflection in behalf of better organized methods and concepts.
Keywords: Environmental Impact. Environment. Epistemology.

1 INTRODUÇÃO

Por ser uma área de conhecimento interdisciplinar e relativamente nova, a questão ambiental carece de uma reflexão epistemológica mais profunda e permanente, uma vez que o meio ambiente é um campo de investigação de extrema complexidade. Por isso a construção de um saber ambiental precisa de um acompanhamento epistemológico constante, condição fundamental para o avanço em qualquer área do conhecimento (MORAES, 2005). Segundo Japiassu e Marcondes (1993, p. 82–83) "[...] a epistemologia toma as ciências como objeto de investigação tentando reagrupar a crítica do conhecimento científico, a filosofia das ciências e a história das ciências". A epistemologia se interessa pela natureza e desenvolvimento do conhecimento científico. Desse modo seria um convite à reflexão permanente sobre teorias, métodos, metodologias e conceitos desenvolvidos dentro de um campo disciplinar.

O meio ambiente constitui uma área de interesse difuso na qual vários campos disciplinares se defrontam, na maioria das vezes, sem o menor cuidado analítico com as enunciações conceituais. Uma enxurrada de termos e expressões são criados e incorporados aos manuais técnicos para instrumentalizar projetos executivos e políticas de ordenamento territorial. Podemos citar alguns como: ecossistema urbano, economia verde, pegada ecológica, carrocentrismo, aspecto ambiental, impacto ambiental, planejamento ambiental, diagnóstico ambiental, análise ambiental, carbono zero, consciência ecológica, sustentabilidade, logística reversa, ecovias, ecobags, 3Rs, ecoeficiência, ecodesign, rotulagem ambiental, passivo ambiental, sequestro de carbono, justiça ambiental, injustiça ambiental, energia verde entre outros termos. Muitos são neologismos e vários inclusive já fazem parte de políticas ambientais oficiais. Introduzidos sem um esclarecimento conceitual acabam confundindo ou inviabilizando avanços na construção de um

saber ambiental e na efetivação de políticas ambientais consistentes. No presente artigo abordaremos um desses termos. Tomaremos como desafio realizar uma breve discussão sobre o significado da expressão *impacto ambiental.* Esperamos, assim, deixar uma contribuição para aqueles que se interessam pela questão ambiental, um campo de conhecimento que ainda está em construção.

2 A QUESTÃO AMBIENTAL: DESAFIO PARA UMA REFLEXÃO PERMANENTE

A questão ambiental é um dos maiores desafios do mundo contemporâneo. É uma questão de alta complexidade na qual os aspectos econômicos, políticos, sociais, biológicos e culturais se integram a ponto de não ser mais possível isolá-los, se quisermos buscar soluções consistentes para os problemas ambientais (SANTOS, 2012). A atual crise ambiental veio questionar o modelo civilizatório, o conhecimento científico e a racionalidade capitalista que se inscrevem em nosso mundo globalizado. A preocupação com a questão ambiental surgiu na segunda metade do século XX com o movimento ambientalista e com a primeira conferência da ONU realizada em Estocolmo no ano de 1972. Depois desta data ocorreram outras conferências: a Rio 92, a Rio + 10 (Johanesburgo - 2002) e a Rio + 20 em 2012. No entanto, apesar da emergência de uma consciência ecológica, os problemas ambientais não diminuíram, pelo contrário, aumentaram. A dificuldade no enfretamento da crise ambiental demonstra nossas incapacidades e limitações diante de um tema que requer novos conhecimentos teóricos e práticas para sua compreensão e resolução (LEFF, 2001).

> A crise ambiental não é crise ecológica, mas crise da razão. Os problemas ambientais são, fundamentalmente, problemas do conhecimento. Daí podem ser derivadas fortes implicações para toda e qualquer política ambiental – que deve passar por uma política do conhecimento – e também para a educação. Apreender a complexidade ambiental não constitui um problema de aprendizagem do meio, e sim de compreensão do conhecimento sobre o meio (LEFF, 2001, p. 217).

A questão ambiental nos convida ao trabalho interdisciplinar, à abordagem sistêmica e ao exercício do pensamento complexo

(BORINELLI, 2011). Portanto, os problemas ambientais não serão adequadamente resolvidos com soluções isoladas, reducionistas ou simplificadoras. Tais posturas apenas servirão para confirmar nosso entendimento incompleto sobre o tema. É preciso avançar e, segundo Moraes (2005, p.45), "[...] o avanço em qualquer área do conhecimento demanda um acompanhamento epistemológico constante".

> [...] o trabalho científico requer uma atuação de cunho epistemológico, não apenas no momento inicial de circunscrever o campo de pesquisa, de desenhar um objetivo teórico para investigação, de definir uma meta a que se quer chegar com aquela labuta empírica. Tal tarefa inicial é, dúvida muito importante no trato de uma questão nova, como a problemática ambiental, arredia aos paradigmas tradicionais. Mas o trabalho epistemológico vai além. É através dele que estamos continuamente checando os enunciados gerados no campo de conhecimento, aferindo os instrumentos analíticos que temos e avaliando os resultados obtidos. Enfim, é a epistemologia que permite agregar os novos conhecimentos que o desenvolvimento da pesquisa vai trazendo. Isto é, quem faz o balanço crítico das novas técnicas, dos novos paradigmas, das novas teorias, é exatamente esse acompanhamento epistemológico (MORAES, 2005, p. 45-46).

Foi justamente a cegueira epistemológica que contribuiu para circunscrever a problemática ambiental dentro de uma racionalidade exclusivamente tecnicista. Acreditava-se que as externalidades negativas da aceleração do crescimento econômico seriam neutralizadas pelos aparatos tecnológicos modernos. Segundo Sachs (2002, p. 51) "[...] o otimismo epistemológico era popular entre políticos de direita e de esquerda: as soluções técnicas poderiam ser concebidas para garantir a continuidade do progresso material das sociedades humanas". Um equívoco. Não é a técnica que vai nos salvar, pois "[...] os riscos que a sociedade contemporânea corre são, em grande parte, derivados da própria intervenção da sociedade humana no planeta (reflexividade), particularmente as intervenções do sistema técnico-científico" (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 69). Por outro lado, se os sistemas técnicos estão a serviço do capitalismo, a questão ambiental adquire conotações políticas e econômicas. Por isso ela é multidimensional. De acordo com Leff (2001, p. 139):

> [...] a questão ambiental surge como uma problemática social e ecológica generalizada de alcance planetário, que atinge todos os âmbitos da organização social, os aparelhos do Estado e todos os grupos e classes sociais. Isso induz a um amplo e complexo processo de reorientação e transformações do conhecimento e do saber, das ideologias teóricas e práticas, dos paradigmas científicos e das práticas de pesquisa.

Além do desafio para o enfoque multidimensional, a questão ambiental também solicita atenção especial ao aspecto conceitual, muitas vezes negligenciado pelos profissionais que atuam na área. Por ser uma área de interesse difuso podemos distinguir vários tipos de abordagens e interesses: a abordagem do educador que se dedica mais aos aspectos informativos, formativos e comportamentais; a abordagem do técnico que atua junto aos projetos executivos das empresas privadas e públicas; a abordagem política que também inclui a parte de projetos e legislação; a abordagem jurídica que atua, principalmente, quando há conflitos; a abordagem científica que, através da pesquisa nas mais diversas áreas afins, produz conhecimentos e elabora cenários sobre as condições ambientais futuras; a abordagem das ONGs e grupos sociais organizados que lutam pela preservação ambiental e reconhecimento dos territórios e saberes populares de diversas comunidades (índios, sem terras, quilombolas, caiçaras, posseiros). Essa diversidade de abordagens e de interesses carrega percepções e entendimentos diversos sobre o ambiente, interferindo objetivamente na construção dos conceitos. Portanto, o conceito traz, em si, a materialidade do processo e a posição cultural e política daquele que o formula. Acselrad (2001, p. 48) reitera que o conceito "[...] tem também o poder de objetivar representações, fazendo valer como legítimos, no real concreto, os esquemas ordenadores e classificatórios da construção intelectual". Logo, a enunciação conceitual também é produtora de ordenamento, divisão e classificação no interior do mundo social. Especialmente no campo acadêmico, cada disciplina formula e estabelece seus próprios conceitos, métodos e metodologias. Moraes (2005) argumenta que essa diversidade pode ser observada em fóruns coletivos de discussão dos pesquisadores na área de meio ambiente.

> Aí vive-se um clima de babel onde cada um fala uma língua diferente. Isto é, partindo de áreas de

> formação disciplinarias díspares, cada um traz uma bagagem conceitual específica e, muitas vezes, não comunicante. Não há em nosso campo uma padronização mínima de linguagem; aos mesmos termos se atribuem conteúdos diferentes. (MORAES, 2005, p. 47).

O autor, em questão, complementa que o significado dos termos pode variar bastante, dependendo do contexto discursivo de quem o emprega. Por isso defende a necessidade de buscar um aclaramento conceitual mínimo, uma padronização elementar de linguagem. (MORAES, 2005). A busca de um consenso conceitual seria fundamental para aproximar os diversos campos disciplinares para construção de um saber ambiental, pois se trata de uma área que exige uma abordagem sistêmica e interdisciplinaridade. É justamente em função dessa preocupação que faremos, a seguir, uma discussão sobre *impacto ambiental*. Esse é um dos conceitos mais utilizados e que carece de uma reflexão para esclarecer sua apropriação sob as mais diversas linhas discursivas.

3 DISCUTINDO O CONCEITO DE IMPACTO AMBIENTAL

O atual quadro de degradação das condições ambientais possui raiz na exploração e acumulação desenfreada dos recursos naturais. Os problemas são vários e já conhecidos: emissões de gases estufa, chuva ácida, poluição de rios, inundações, assoreamento, lixo, uso excessivo de agrotóxico, desmatamento, degradação dos solos, deslizamentos de encostas, entre outros. Diagnosticar as causas e consequências dos atuais problemas ambientais será de vital importância para instrumentalizar políticas e mecanismos de prevenção que contribuam para a melhoria das condições ambientais. Daí a importância dos estudos de impactos ambientais.

Etimologicamente, a palavra impacto deriva do "[...] latim *impactus* que significa impelido contra, ir de encontro a, bater contra" (HOUAISS, 2001, p. 1578). Obviamente não se trata de qualquer impacto, pois a discussão em curso centra-se na questão ambiental. Por isso Milaré (2002, p. 54), ao discutir a legislação ambiental brasileira, explica que "[...] na terminologia do Direito Ambiental a palavra *impacto* aparece com o sentido de 'choque ou colisão' (sólidos, líquidos ou gasosos), de radiações ou de formas diversas de energia, decorrentes das realizações

de obras ou atividades com danosa alteração do ambiente natural, artificial, cultural ou social".

O termo *ambiental* significa: "[...] relativo a/ou próprio do ambiente. *Ambiente*, derivado do latim *ambiens, entis* – part. pres. de *ambire* significa andar ao redor, cercar, rodear; tudo que rodeia ou envolve os seres vivos e/ou coisas; o meio ambiente" (HOUAISS, 2001, p. 183). Para Art (1998, p. 22-23), "[...] *ambiente* é o conjunto de condições que envolvem e sustentam os seres vivos na biosfera, como um todo ou em parte desta, abrangendo elementos do clima, do solo , da água e de organismos". Percebe-se que essas concepções são dissociativas e fragmentárias, pois afirmam que o ambiente é tão somente o meio que envolve, ou seja, negam o princípio fundamental da relação que existe entre sociedade e natureza. Lima-e-Silva (2002, p. 11) define ambiente como "[...] conjunto de fatores naturais, sociais e culturais que envolvem um indivíduo e com os quais ele interage influenciando e sendo influenciado por eles". Aqui percebemos uma abordagem que trata o meio ambiente como uma totalidade indissociável da natureza e da sociedade, resgatando uma visão interativa, indispensável para uma maior compreensão da problemática ambiental. Coelho (2001, p. 23) aprofunda a discussão afirmando que:

> [...] o ambiente ou meio ambiente é social e historicamente construído. Sua construção se faz no processo da interação contínua entre uma sociedade em movimento e um espaço físico particular que se modifica permanentemente. O ambiente é passivo e ativo. É, ao mesmo tempo, suporte geofísico, condicionado e condicionante de movimento, transformador da vida social. Ao ser modificado, torna-se condição para novas mudanças, modificando, assim, a sociedade.

Essa abordagem rompe de vez com a noção de que o ambiente é exclusivamente o meio que circunda. Partindo de uma abordagem dialética, Coelho (2001) considera que o ambiente é uma construção social e histórica, produto de uma complexa interação entre sociedade e natureza. Na mesma linha de raciocínio Leff (2001) trata o ambiente como um todo dinâmico que , ao ser modificado, cria condições para novas mudanças modificando também a sociedade.

A noção de impacto ambiental, assim como a de meio ambiente,

carrega uma diversidade de interpretações, segundo a formação ou objetivos do pesquisador.

Lima (2003), no quadro 1, apresenta vários conceitos de impacto ambiental, segundo diferentes autores.

Quadro 1- Conceitos de impacto ambiental

Qualquer alteração no sistema ambiental físico, químico, biológico, cultural e sócio-econômico que possa ser atribuída a atividades humanas, relativas às alternativas em estudo para satisfazer às necessidades de um projeto (Canter, 1977).
Qualquer alteração de condições ambientais ou criação de um novo conjunto de condições ambientais, adversas ou benéficas, causadas ou induzidas pela ação ou conjunto de ações em consideração (Raw, 1980).
Impacto ambiental é a estimativa ou julgamento do significado e do valor do efeito ambiental para os receptores natural, socioeconômico e humano. Efeito ambiental é a alteração mensurável da produtividade dos sistemas naturais e da qualidade ambiental, resultante de uma atividade econômica (Horberry, 1984).
Mudança num parâmetro ambiental, dentro de um determinado período e numa determinada área, resultante de uma determinada atividade, comparada com a situação que ocorreria se a atividade não tivesse sido iniciada (Wathern, 1988).
Qualquer alteração da qualidade ambiental que resulta da modificação de processos naturais ou sociais provocada por uma ação humana (Sánchez, 1998).
Impacto ambiental é o resultado do efeito de uma ação antrópica sobre algum componente ambiental biótico ou abiótico (Espíndola, 2000).

Fonte: adaptado de LIMA (2003, p. 7).

Nota-se que a maioria dos conceitos apresentados possui forte enfoque na relação causa/efeito, pois em geral afirmam que os impactos são consequências diretas das ações humanas sobre o meio. Os impactos seriam as alterações causadas pelas intervenções econômicas da sociedade, mas dois conceitos diferem um pouco do conjunto apresentado. Raw (1980) já demonstra uma incipiente preocupação em abordar o impacto ambiental como processo, quando afirma em seu conceito que os impactos podem criar novas condições ambientais. Por outro lado, Horberry (1984) relativiza o conceito ao afirmar que impacto ambiental é a estimativa ou julgamento do significado e do valor do efeito ambiental. Essa abordagem nos chama a atenção para o fato de que os impactos terão efeitos diferenciados sobre o meio ambiente, já

que este é uma construção social e, portanto, caracterizado por uma espacialização diferencial das classes.

Para Santos (2004, p. 110), impacto ambiental é "[...] toda alteração perceptível no meio, que comprometa o equilíbrio dos sistemas naturais ou antropizados, podendo decorrer tanto das ações humanas como de fenômenos naturais". Trata-se de um conceito que se diferencia daquele oficializado pela Resolução nº 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) que considera impacto ambiental somente as alterações provocadas por atividades antrópicas. Desse modo, segundo o CONAMA, impacto ambiental é

> [...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades que, direta ou indiretamente, afetam: I- a saúde, a segurança e o bem estar da população; II- as atividades sociais e econômicas; III- a biota; IV- as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V- a qualidade dos recursos ambientais (BRASIL, 2013).

É esse conceito que, centrado na relação linear de causa e efeito, instrumentaliza a elaboração multidisciplinar dos Estudos de Impactos Ambientais e Relatórios de Impactos Ambientais (EIA/RIMA) exigidos no processo de licenciamento ambiental para atividades potencialmente modificadoras do meio ambiente. Por ser um trabalho multidisciplinar, no EIA/RIMA cada profissional aponta os impactos ambientais específicos de sua área de atuação ou campo de conhecimento. Como não é exigida uma integração dos dados, a perspectiva relacional é negligenciada, contribuindo para uma visão fragmentada do meio ambiente.

Brito (1995), ao discutir os erros e acertos da política do EIA/RIMA, critica a baixa qualidade dos estudos de impacto ambiental aceitos pelas entidades oficiais de meio ambiente. A autora afirma que, além da baixa qualidade, o EIA/RIMA tem se transformado em mais uma rotina burocrática com risco de servir de aval para a degradação. Os órgãos ambientais oficiais são negligentes na fiscalização e monitoramento da evolução dos impactos e da eficiência das medidas mitigadoras implantadas pelas empresas (BRITO, 1995). Moreira (2002), apesar de considerar a legislação ambiental brasileira avançada do ponto de vista normativo, sustenta que o EIA/RIMA é um documento que precisa estar

atento para incorporar as discussões que envolvem as reformulações paradigmáticas das ciências e as transformações materiais do mundo atual.

Lima-e-Silva (2000, p. 133) define impacto ambiental como:

> [...] qualquer alteração no ambiente causada por atividades antrópicas. Pode ser negativo, quando destrutivo ou degradador dos recursos naturais, ou positivos, quando regenerador de áreas e/ou funções naturais anteriormente destruídas. Um impacto ambiental potencial é aquele que ainda não aconteceu, mas cuja possibilidade existe em decorrência do funcionamento, normal ou acidental, de uma determinada atividade.

Essa definição também se refere somente às alterações provocadas pelas ações antrópicas negligenciando as que podem ser provocadas por fenômenos naturais. Outro aspecto presente nessa definição é a incorporação não relativizada dos termos positivo e negativo. Para Coelho (2001, p. 35), "[...] o que é positivo para uma classe social pode não ser para outra ou o que é positivo num momento do processo pode não ser em outros". Outro problema nessa definição diz respeito à ambiguidade do que vem a ser 'impacto ambiental potencial', principalmente quando se refere ao funcionamento 'normal ou acidental' de uma determinada atividade. A definição não esclarece o que vem a ser 'funcionamento acidental'.

No texto intitulado: "Impactos ambientais urbanos: teorias, conceitos e métodos de pesquisa", Coelho (2001) amplia o debate com uma proposta conceitual de impacto ambiental mais adequada à complexidade da problemática socioambiental contemporânea:

> Impacto ambiental é, portanto, o processo de mudanças sociais e ecológicas causado por perturbações (uma nova ocupação e/ou construção de um objeto novo: uma usina, uma estrada ou uma indústria) no ambiente. Diz respeito ainda à evolução conjunta das condições sociais e ecológicas estimuladas pelos impulsos das relações entre forças externas e internas à unidade espacial e ecológica, histórica ou socialmente determinada. É a relação entre sociedade e natureza que se transforma diferencial e dinamicamente. Os impactos ambientais são escritos no tempo e incidem diferencialmente, alterando as estruturas

> das classes sociais e reestruturando o espaço (COELHO, 2001, p. 24-25).

Essa noção rompe com as interpretações mecanicistas de causa e efeito abordando o impacto ambiental não só como resultado de uma determinada ação sobre o ambiente, mas como um processo de mudanças sociais e ecológicas em contínuo movimento. Logo, toda estrutura sócio-espacial é temporal, pois impactos provocam rupturas e reestruturam o espaço e esse permanecerá relativamente estável até que um novo impacto provoque uma nova ruptura (COELHO, 2001). Sendo um processo em movimento permanente, o impacto ambiental é, ao mesmo tempo, produto e produtor de novos impactos, acarretando mudanças de relações ecológicas e sociais que precisam ser investigadas incessantemente. Essa abordagem permite incorporar a estrutura de classes à análise, pois os problemas ambientais não atingem igualmente todo o espaço. Em geral, as classes sociais menos favorecidas são as mais atingidas por problemas das mais diversas ordens. Para Costa e Braga (2004, p. 196 – 197), "[...] os segmentos mais pobres e com menor capacidade de se fazerem ouvir estão mais expostos a riscos ambientais de toda ordem, em seus locais de moradia e trabalho".

Segundo Coelho (2001), a maioria dos recentes trabalhos sobre estudos de impactos ambientais ainda são bastante influenciados pelos fundamentos da ciência ocidental moderna, seguindo métodos naturalistas. Muitos trabalhos não possuem abordagem interdisciplinar. Por isso separam rigidamente impactos biofísicos de impactos sociais não estabelecendo nenhuma lógica relacional. A autora reitera que

> [...] Impacto ambiental é indivisível. No estágio de avanço da ocupação do mundo, torna-se cada vez mais difícil separar impacto biofísico de impacto social. Na produção dos impactos ambientais, as condições ecológicas alteram as condições culturais, sociais e históricas, e são por elas transformadas. (COELHO, 2001, p. 25)

A questão conceitual exigirá uma reflexão permanente e crítica como condição fundamental para o desenvolvimento consistente do saber ambiental. Vale lembra a cuidadosa observação feita pelo filósofo esloveno Slavoj Zizek (2008, p. 6): "[...] palavras nunca são só palavras. Elas importam porque definem os contornos do que podemos fazer".

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental que a noção de impacto ambiental ultrapasse a preocupação com as alterações e efeitos imediatos que determinadas ações podem provocar no ambiente. Conforme Coelho (2001, p. 25), "[...] impacto ambiental não é, obviamente, só resultado (de uma determinada ação realizada sobre o ambiente); é relação (de mudanças sociais e ecológicas em movimento)". Em um estudo de impacto ambiental é preciso, sobretudo, investigar as mudanças sócio-espaciais (novas estruturas, formas e arranjos espaciais) que se inscrevem no ambiente.

Cristofoletti (2004), em texto intitulado "Sistemas dinâmicos: as abordagens da teoria do caos e da geometria fractal em geografia" comenta que os fenômenos naturais e socioeconômicos, quando analisados, não são lineares, mas se comportam como sistemas dinâmicos e caóticos aumentando as dificuldades para a análise. Portanto, a questão ambiental continuará solicitando novas reflexões e abordagens conceituais que deem conta da complexidade do mundo. Um desafio permanente.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: _____ (Org.) **A duração das cidades:** sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ART, Henry W. **Dicionário de Ecologia e Ciências Ambientais.** São Paulo: Melhoramentos, 1998.

BORINELLI, Benilson. Problemas ambientais e os limites da política ambiental. **Serviço Social em Revista**, v. 13, n. 2, p. 63-84, jan/jun, 2011. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/8292/9110. Acesso em: 27 jan. 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Brasília: **Resolução CONAMA nº 001/86.** Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html. Acesso em 21/01/13.

BRITO, Elizabeth J. G. N. Estudo de impacto ambiental (EIA) e relatório de impacto ambiental (RIMA): erros e acertos. In: TAUK – TORNIELO, S. M. et. al. **Análise ambiental**: estratégias e ações. São Paulo: T. A. Queiroz, 1995. p. 255–260.

CHRISTOFOLETTI, Anderson L. H. Sistemas dinâmicos: as abordagens da Teoria do Caos e da Geometria Fractal em Geografia. In: VITTE, A. C. ; GUERRA, A. J. T. (Org.). **Reflexões sobre a geografia física no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004. p. 89 – 110.

COELHO, Maria Célia Nunes. Impactos ambientais em áreas urbanas: teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Org.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COSTA, H. S. M.; BRAGA, T. M. Entre a conciliação e o conflito: dilemas para o planejamento e a gestão urbana e ambiental. In: ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 196 – 197.

HORBERRY, J. **Status and application of EIA for development**. Gland: Conservation for Development Center, 1984.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LIMA, A. L. **Impactos ambientais associados à usina hidrelétrica de três irmãos**: o fenômeno de ação e reação. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – UNICAMP, Campinas, 2003.

LIMA-E-SILVA, Pedro Paulo et. al. **Dicionário Brasileiro de Ciências Ambientais**. 2 ed. Rio de Janeiro: Thex Ed.,2002.

MILARÉ, Édis. Estudo prévio de impacto ambiental no Brasil. In: MÜLLER – PLANTENDERG, C.; AB' SABER, A. N. **Previsão de impactos**. São Paulo: EDUSP, 2002. p. 51 – 84.

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**. 4. ed. São Paulo: Annalbume, 2005.

MOREIRA, Ruy. Para que o EIA-RIMA quase vinte anos depois? In: VERDUM, R.; MEDEIROS, R. M. V. **Relatório de impacto ambiental**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p. 11 – 16.

ONU. **Rio+20 termina e documento final 'O Futuro que Queremos' é aprovado com elogios e reservas**. Disponível em: http://www.onu.org.br/rio20. Acesso em: 14 jan. 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RAW, J.G. Concepts of environmental impact analysis. In: RAW, J. G.; WOOTEN, D.C. Environmental impact analysis handbook. New York: McGraw-Hill, 1980.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Elizabeth da Conceição. Geografia, educação ambiental e complexidade frente aos desafios do mundo contemporâneo. **Revista GEONORTE**, edição especial. v. 4, nº 4, p. 155-174, 2012. Disponível em: www.revistageonorte.ufam.edu.br. Acesso em: 22 fev. 2013.

SANTOS, Rozely Ferreira dos. **Planejamento ambiental**: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

ZIZEK, Slavoj. **O pesadelo dos heróis**. Caderno MAIS! **Folha de São Paulo**, p.6, 2008.

Artigo recebido em: 26/2/2013
Aceito para publicação em: 27/6/2013

ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES

Aplicação dos diodos emissores de luz orientada a sistemas de iluminação pública

*Fernando José Nogueira**
*Cristiano Gomes Casagrande***
*Cláudio Roberto Barbosa Simões Rodrigues****
*Henrique Antônio Carvalho Braga*****

RESUMO

Os diodos emissores de luz (LEDs) evoluíram consideravelmente nos últimos anos, o que vem permitindo a sua utilização em sistemas de iluminação em geral. Os LEDs possuem grandes atrativos como a economia de energia, maior vida útil e melhor reprodução de cores, quando comparados às outras tecnologias de fontes de luz. Este artigo apresenta algumas particularidades e aplicações destes dispositivos, destacando vantagens e desvantagens de sua utilização em luminárias de iluminação pública. Uma abordagem a respeito da resposta dinâmica visual do olho humano é apresentada, mostrando que os LEDs possuem melhor desempenho em condições de baixos níveis de luminância, o que geralmente ocorre em vias públicas no período noturno. Além disso, uma especial atenção é dada para a utilização de luminárias LED em sistemas de telegestão, o que pode proporcionar melhor eficiência do sistema. Finalmente, é feito um estudo comparativo entre diferentes tipos de fontes luminosas utilizadas em iluminação pública, apontando para um melhor desempenho dos LEDs.

Palavras-chave: LEDs. Iluminação pública. Resposta dinâmica visual humana. Telegestão.

* Doutorando em Engenharia Elétrica pela UFJF. Mestrado e graduação em Engenharia Elétrica pela UFJF. fernando.nogueira@engenharia.ufjf.br

** Doutorando em Engenharia Elétrica pela UFJF. Mestrado e graduação em Engenharia Elétrica pela UFJF. Professor do curso de Engenharia de Telecomunicações do CESJF e professor do Curso de Engenharia Elétrica da UFJF. casagrandejf@yahoo.com.br

*** Doutorando em Engenharia Elétrica pela UFJF. Mestrado e graduação em Engenharia Elétrica pela UFJF. Professor do curso de Engenharia de Telecomunicações do CESJF e professor do curso de Engenharia Elétrica da UFJF. claudio.rodrigues@ifsudestemg.edu.br

**** Pós-doutorado em Engenharia Elétrica pela Universidade de Oviedo, Espanha, doutorado em Engenharia Elétrica pela UFSC. Mestrado em Engenharia Elétrica pela COPPE/UFRJ. Graduação em Engenharia Elétrica pela UFJF. Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Engenharia Elétrica da UFJF. henrique.braga@ufjf.edu.br

ABSTRACT

The light-emitting diodes (LEDs) evolved considerably in recent years, which has allowed its use in lighting systems in general. LEDs have great attractions, such as energy saving, longer life and better color reproduction when compared to other lighting sources technologies. This paper presents some peculiarities and applications of LEDs, highlighting advantages and disadvantages of the use of LEDs in street lighting. One approach regarding the visual perception of the human eye is presented, showing that LEDs have better performance in conditions of low luminance levels, which usually occurs on public roads at night. Furthermore, special attention is given to the use of LEDs for telemanagement systems, which can provide better system efficiency. Finally, a comparison is made between the LEDs and the main types of bulbs used in street lighting, pointing to the improved performance of the LEDs.

Keywords: LEDs. Street lighting. Human visual perception. Telemanagement.

1 INTRODUÇÃO

O combate ao desperdício de energia e à eficiência energética são assuntos cada vez mais recorrentes no cenário mundial. A busca por processos e tecnologias mais eficientes em termos de utilização da energia tem sido motivada por questões de natureza econômica e ambiental, visando o desenvolvimento sustentável.

Os sistemas de iluminação artificial representam um grande potencial de economia de energia elétrica. Estima-se que cerca de 30% de toda a energia elétrica gerada no mundo atualmente seja utilizada para a produção de iluminação artificial (POLONSKII, 2008). Portanto, alternativas apresentadas para a redução do consumo de energia elétrica em sistemas de iluminação são de suma importância, já que podem produzir significativos impactos econômicos e ambientais.

O uso dos diodos emissores de luz ou LEDs (do inglês, *lighting-emitting diodes*) na iluminação tem representado um grande avanço tecnológico nos últimos anos. Os LEDs foram por muitos anos usados apenas para sinalização. Atualmente estão disponíveis os de luz branca, possibilitando sua utilização para iluminar ambientes internos e externos.

Diversos estudos recentes apontam para a utilização dos LEDs também na iluminação pública (NOGUEIRA, 2013; RODRIGUES,

2012, ALMEIDA et al., 2011; SCHUCH et al., 2011). A elevada eficácia luminosa, podendo chegar a 150 lm/W (DUPUIS; KRAMES, 2008), longa vida útil, podendo chegar a até 100.000 horas (LAUBSCH et al., 2010), excelente resistência mecânica, elevado índice de reprodução de cores, possibilidade de controle da intensidade luminosa (dimerização), facilidade de implantação de um sistema de telegestão e capacidade de emissão de luz branca são fatores que contribuem para a aplicação dessa tecnologia em iluminação pública. Além disso, são dispositivos que causam menos danos ao meio ambiente por não apresentarem gases tóxicos em seu interior como os encontrados em alguns modelos de lâmpadas de descarga.

Atualmente, a principal desvantagem da tecnologia LED é o seu elevado custo de implantação. Outro ponto que deve ser destacado é a desconfiança com respeito à durabilidade e confiabilidade de sistemas de iluminação empregando esses dispositivos, uma vez que sua aplicação em iluminação pública é muito recente e não existe histórico prático que comprove esses benefícios. Se por um lado essa desconfiança pode parecer infundada, em face das excelentes características técnicas dessa fonte de luz, por outro lado ela tem sua coerência, já que o bom funcionamento de um sistema de iluminação empregando essa tecnologia não depende apenas do dispositivo semicondutor, mas também de diversos outros fatores. O dispositivo eletrônico de acionamento dos LEDs (*driver*) e o seu sistema de dissipação térmica são importantíssimos e, se não forem bem projetados, podem fazer com que o sistema como um todo não seja tão eficiente e durável como se espera.

Neste contexto, portanto, o estudo dos diodos emissores de luz em iluminação pública, tanto no desenvolvimento quanto na avaliação do seu desempenho comparado às lâmpadas utilizadas atualmente, é um campo fértil de pesquisa, com inúmeras questões a serem discutidas. Assim, este trabalho apresenta, inicialmente, uma discussão sobre a resposta dinâmica do olho humano de acordo com o nível de iluminamento do ambiente e as considerações que devem ser feitas para adaptação de resultados obtidos em ambientes com baixo nível de luminância. Além disso, são mostrados os principais componentes de uma luminária de iluminação pública empregando LEDs e os benefícios da telegestão de um sistema de iluminação pública com essa tecnologia.

Por fim, são feitas diversas comparações experimentais entre as lâmpadas de descarga em alta pressão, que são atualmente as mais utilizadas em iluminação pública no Brasil, com uma luminária LED.

2 RESPOSTA DINÂMICA VISUAL DO OLHO HUMANO

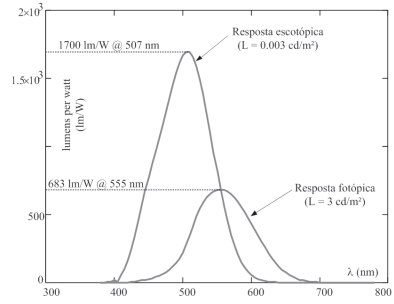
Todo sistema de iluminação deve ser projetado para atender a requisitos estabelecidos em normas, que visam adequar a iluminação artificial de forma a se obter uma iluminação satisfatória em determinado ambiente. Portanto, a percepção do indivíduo sobre o ambiente é fundamental na concepção de um projeto de iluminação. Sendo assim, é importante no estudo da área de iluminação entender que o olho humano responde de forma diferente a determinados níveis de luminância.

O olho possui dois tipos diferentes de células sensíveis à luz: os cones e os bastonetes. Os cones são menos sensíveis à luz e estão localizados em maior densidade na região central da retina e se dividem em cones sensíveis a faixa espectral verde, azul e vermelho. Já os bastonetes têm sensibilidade muito maior do que os cones, porém não são sensíveis às cores. Essas células apresentam maior concentração na região periférica da retina e são adaptadas para ambientes com nível de luminosidade reduzido (luminância menor que 0,003 cd/m^2). Os bastonetes são responsáveis basicamente pela percepção de claro e escuro (SCHREUDER, 2008).

De acordo com o nível de iluminamento do ambiente, um dos dois tipos de célula sensitiva é predominantemente responsável pela dinâmica de resposta do olho humano. Em um ambiente com alto nível de luminosidade (luminância maior que 3 cd/m^2) os cones são predominantes e permitem que as cores sejam diferenciadas com maior clareza. Neste caso, tem-se a visão chamada de fotópica ou V(l). Para ambientes nos quais a luminância é inferior a 0,003 cd/m^2, os bastonetes são predominantes e tem-se a visão chamada de escotópica ou V'(l). Dessa forma, é possível determinar curvas de sensibilidade espectral relativa para os regimes de operação fotópico V(l) e escotópico V'(l), como mostrado na Figura 1. A faixa intermediária entre os regimes fotópico e escotópico é chamada de regime mesópico. Nessa faixa de operação considera-se que tanto os cones como bastonetes estão em atividade. A luminosidade típica em um sistema de iluminação pública se encontra no regime mesópico (MAGGI et al., 2012).

A utilização de modelos mesópicos, porém, é muito complexa, pois para cada nível de luminância deveriam ser definidas diferentes grandezas fotométricas em unidades adaptadas. Adicionalmente, os equipamentos medidores de grandezas fotométricas são normalmente calibrados de acordo com a resposta fotópica do olho humano. Logo, os resultados gerados por esses equipamentos necessitam ser corrigidos quando as medições são feitas em locais com baixos níveis de luminância. Frente a esse problema e à complexidade da utilização de modelos mesópicos, este trabalho propõe a utilização da fotometria escotópica em vez da fotometria fotópica para determinados níveis de luminância dentro da faixa mesópica. Assim, se a luminância observada estiver acima de 1,5 cd/m^2, deve-se utilizar a fotometria fotópica, enquanto se o nível de luminância observado for menor que 1,5 cd/m^2, propõe-se a utilização da fotometria escotópica. Com isso, os erros cometidos pela utilização indiscriminada das métricas fotópicas são minimizados, e a complexidade de análises com modelos mesópicos é afastada.

Figura 1 – Curvas de sensibilidade espectral relativa do olho humano para a condição fotópica e escotópica.



Fonte: Nogueira (2013).

A conversão das iluminâncias fotópicas medidas por luxímetros convencionais (lux) em iluminâncias escotópicas (lux') é feita segundo a equação (1):

$$lux' = lux \cdot S/P \quad (1)$$

O fator que leva a essa conversão é a relação entre os fluxos luminosos escotópico e fotópico (ou relação S/P, do inglês *scotopic/fotopic*) da fonte de luminosa analisada. Assim, as medições realizadas

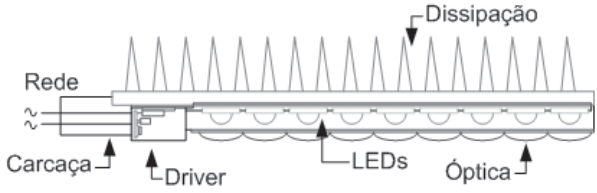
utilizando-se luxímetros convencionais podem ser facilmente adaptadas. A relação S/P pode ser obtida através de uma esfera integradora (ou esfera de Ulbrich), um equipamento utilizado para medição de fluxo luminoso de lâmpadas. No caso de não se ter uma esfera integradora para captação do fluxo luminoso fotópico e escotópico, a relação S/P pode ser obtida através da equação (2), que leva em consideração a temperatura de cor correlata (TCC) da fonte luminosa (CITY OF SAN JOSÉ, 2011; CASAGRANDE et al., 2013) .

$$S/P\left(TCC\right) = -7\times10^{-8}\,(TCC)^2 + 0,001(TCC) - 1,3152 \qquad (2)$$

3 COMPONENTES DE UMA LUMINÁRIA LED

A estrutura simplificada de uma luminária LED aplicada em iluminação pública é composta basicamente por quatro partes, como pode ser visto na Figura 2: LEDs, estrutura óptica, carcaça e *driver*.

Figura 2 – Estrutura básica de uma luminária LED de iluminação pública.



Fonte: Nogueira (2013).

Os tipos mais aplicados em iluminação são os PC-LEDs (do inglês *Phosphor converted LEDs*), que podem ser divididos em dois grupos: LEDs de alto brilho (HB-LEDs, do inglês *High Brightnes LEDs*) alimentados em baixa potência (correntes nominais típicas de 20mA) e os LEDs de alta potência (HP-LEDs, do inglês *High Power LEDs*), com correntes nominais típicas de 300mA até 1,5A. Os últimos são os mais utilizados em luminárias em geral (RODRIGUES et al., 2011, SCHUCH et al., 2011).

Devido ao pequeno ângulo de abertura do feixe luminoso emitido pelos LEDs, as luminárias são dotadas de estruturas ópticas compostas por lentes, colimadores e refletores. Em alguns modelos, o papel do aumento da abertura do feixe luminoso é realizado através da curvatura da superfície de montagem dos diodos emissores de luz.

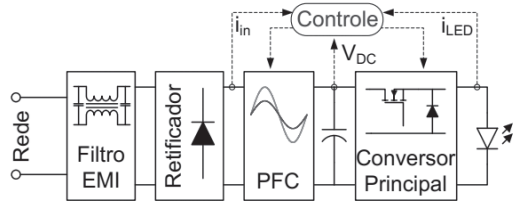
O dissipador de calor geralmente compõe a estrutura da carcaça. A estrutura de dissipação de calor é responsável por fazer a transferência de calor gerado pela junção dos LEDs para o ambiente de forma rápida e eficiente, para não prejudicar sua vida útil.

O *driver* é o dispositivo eletrônico responsável pelo acionamento e controle dos LEDs. Esse dispositivo, além de promover o correto funcionamento dessas lâmpadas, pode incorporar uma série de funcionalidades à luminária, como dimerização, telecomunicação, entre outras.

Os *drivers* com conversores CC-CC são os mais utilizados em luminárias LED comerciais aplicadas em iluminação pública. A Figura 3 mostra a estrutura básica de um *driver* ativo que contém estágios de correção do fator de potência e de controle da corrente nesses dispositivos.

Na entrada, pode ser observado um estágio contendo um filtro de linha (Filtro EMI – Filtro de Interferência Eletromagnética) para filtrar componentes harmônicas e um estágio retificador, que consiste em uma ponte retificadora de diodos. Para se evitar que correntes harmônicas sejam injetadas na rede, causando problemas relacionados a qualidade de energia, é inserido um estágio de correção de fator de potência (PFC, do inglês *Power Factor Correction*).

Figura 3 – Estrutura básica de um *driver* ativo para acionamento de LEDs .



Fonte: Nogueira (2013).

As topologias utilizadas no estágio dos conversores principais nos *drivers* de LEDs geralmente são derivadas dos seis conversores CC-CC não isolados básicos (*buck, boost, buck-boost, Ćuk, SEPIC e zeta*), dos conversores isolados típicos (*flyback, forward, push-pull*), ou dos conversores ressonantes isolados (*half-bridge, full-bridge, forward* ressonante, *Ćuk* isolado, *SEPIC* isolado, *zeta* isolado, etc.) (NOGUEIRA, 2013).

O controle da corrente de saída desses conversores (corrente nos LEDs) tem a função de fazer com que essa corrente permaneça constante, mesmo que ocorram variações na tensão da rede elétrica, ou nas características da carga ou do conversor. O controle pode também ser utilizado para a dimerização, ou seja, controle do fluxo luminoso emitido pelas lâmpadas.

Os *drivers* também podem incorporar um circuito para se efetuar a telegestão de um sistema de iluminação, sendo possível gerir, controlar e monitorar o funcionamento da luminária através de uma rede de telecomunicação.

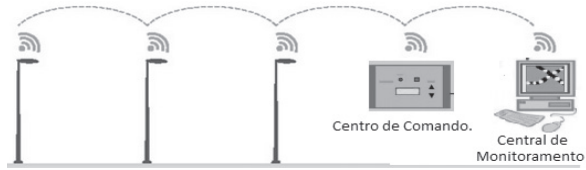
4 TELEGESTÃO DE UM SISTEMA DE ILUMINAÇÃO EMPREGANDO LED

Os sistemas de telegestão são ferramentas utilizadas com o intuito de gerir, controlar e monitorar redes de iluminação pública. Esses sistemas de telecomunicações permitem gerir as luminárias individualmente ou em grupo, fazendo pleno uso dos seus parâmetros operacionais (SCHRÉDER, 2013). Com isso, é possível ter acesso à condição de cada ponto de iluminação, com informações de consumo, tempo de utilização, ocorrências de defeitos, parâmetros elétricos de funcionamento, entre outras informações (CARDOSO, 2011). Também é possível atuar diretamente no funcionamento do ponto de iluminação, efetuando-se o acionamento ou desligamento da luminária, e controle do fluxo luminoso, ajudando na eficiência do sistema de iluminação empregando LEDs (BRANCO, 2010).

Os sistemas de telegestão mais aplicados são aqueles que trabalham através de portadora de corrente (ou PLC, do inglês *Power Line Carrier*) e os que trabalham através de rádio frequência (BRANCO, 2010). O sistema empregando PLC utiliza os cabos da própria rede elétrica em que estão ligadas as luminárias para se comunicar com o centro de controle, utilizando modulações de onda a uma determinada frequência. Já o sistema empregando rádio frequência pode fazer a comunicação da luminária com o centro de controle através de uma rede wireless. Ambos os tipos de sistemas de telegestão têm seus centros de controle ligados a uma central de monitoramento, que possui um software que se comunica com os centros de controle geralmente através de protocolo TCP/IP ou mesmo através da rede GSM. Sistemas

de telegestão modernos permitem receber informações ou mesmo enviar comandos através de dispositivos pessoais como celulares, tablets e notebooks (SCHRÉDER 2013). A representação de um sistema de telegestão wireless é mostrada na Figura 4.

Figura 4 – Representação de um sistema de telegestão de iluminação pública wireless.



Fonte: Adaptado de www.schreder.com. Acesso em: 01 abr. 2013.

As principais vantagens da utilização de um sistema de telegestão em iluminação pública são: possibilidade de dimerização de cada um dos pontos de iluminação, o que pode diminuir a poluição luminosa e aumentar a vida útil da luminária LED, além de possibilitar menor consumo de energia elétrica em horários de menor tráfego de veículos e pedestres; melhora nas operações de manutenção, pelo fato de um ponto com defeito ser imediatamente identificado; contribuição na previsão de compras para reposição, uma vez que é possível fazer um acompanhamento da vida útil de cada ponto de iluminação; redução nos custos de manutenção, devido ao fato de não serem mais necessárias equipes noturnas que buscam pontos de iluminação defeituosos; acesso a informações sobre o funcionamento de cada ponto de iluminação (como potência, tensão, fator de potência, etc), entre outras (SANTOS, 2011). A principal desvantagem é que a implantação da telegestão aumentaria ainda mais o custo de implantação de um sistema empregando LEDs, que já é relativamente alto. Porém, se todo o sistema for bem projetado, a economia proveniente do menor consumo de energia e da menor necessidade de manutenção podem amortizar o investimento ao menos dentro da vida útil das luminárias LED.

5 COMPARAÇÃO EXPERIMENTAL ENTRE TECNOLOGIAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA: LÂMPADAS DE DESCARGA EM ALTA PRESSÃO E LEDS.

Com relação às lâmpadas empregadas em iluminação pública, o principal tipo utilizado é o de descarga em alta pressão, que compõem

95% dos pontos de iluminação pública no Brasil (ELETROBRAS, 2010). Nas lâmpadas de descarga, o fluxo luminoso é produzido direta ou indiretamente pela passagem de corrente elétrica através de uma mistura gasosa composta de gases inertes e vapores metálicos. Essa mistura de gases encontra-se confinada em um invólucro translúcido, o tubo de descarga, que em geral, contém em suas extremidades os eletrodos, que são responsáveis pela interface entre a descarga e o circuito elétrico de alimentação. Atualmente os três tipos de lâmpada de descarga utilizadas em sistemas de iluminação pública são: lâmpadas de vapor de sódio em alta pressão (ou HPS, do inglês *High Pressure Sodium*), lâmpadas de vapor de mercúrio em alta pressão (ou HPMV *High Pressure Mercury Vapour*) e lâmpada de multivapores metálicos (ou MH, do inglês *Metal Halide*). Entretanto, devido à elevada eficácia luminosa e longa vida útil, o uso de LEDs em iluminação pública começou a ser difundido nos últimos anos e hoje já é uma realidade.

Esta seção traz uma comparação das características elétricas e fotométricas das principais lâmpadas de descarga em alta pressão com a tecnologia LED através de diversos resultados experimentais obtidos em laboratório e em campo.

5.1 CARACTERÍSTICAS DAS FONTES LUMINOSAS COMPARADAS

A Tabela 1 mostra a descrição das principais características de cada uma das fontes luminosas comparadas, onde se procurou escolher fontes luminosas com potências elétricas o mais próximo possível uma da outra. Os dados apresentados são apenas os fornecidos pelos fabricantes.

Tabela 1 – Características das fontes luminosas comparadas

	Luminária LED	**Lâmpada HPMV**	**Lâmpada MH**	**Lâmpada HPS**
Tensão de Alimentação (V)	220	220	220	220
Potência Nominal (W)	54	80	70	70
Fator de Potência	≥0,95	≥0,92	≥0,92	≥0,92
Fluxo Luminoso (lm)	6.000	3.700	5.050	5.600
TCC (K)	4.100	4.300	4.000	2.000
IRC (%)	-	48	65	25
Eficácia Luminosa (lm/W)*	>70	46	68	80
Vida Útil	50.000	16.000	9.000	28.000

*As perdas nos reatores são desconsideradas;
Fonte: O Autor

5.2 COMPARAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS ELÉTRICAS

A Tabela 2 mostra os resultados das medições das características elétricas de cada uma das fontes luminosas comparadas. Os resultados foram obtidos através do osciloscópio TEKTRONIX – DPO 3014. A alimentação das fontes luminosas foi feita pela fonte senoidal de baixa distorção harmônica (menor que 0,5%) TENMA 7276-25.

Tabela 2 – Resultados das medições de características elétricas de funcionamento das lâmpadas comparadas

	Luminária LED	**Lâmpada HPMV**	**Lâmpada MH**	**Lâmpada HPS**
Tensão de Entrada (V)	220	220	220	220
Corrente de Entrada (A)	0,292	0,447	0,427	0,400
THDi (%)	14,0	19,0	20,3	23,9
Potência de Entrada (W)	58,5	87,5	83,1	83,6
Fator de Potência	0,94	0,89	0,96	0,95

Fonte: O Autor

Sistemas de iluminação conectados à rede elétrica estão sujeitos a requisitos mínimos de qualidade de energia. Segundo a Resolução nº 414 da ANEEL (2010), o fator de potência tem de ter um limite mínimo de 0,92 para as instalações elétricas das unidades consumidoras. Dos resultados obtidos é possível observar que o conjunto reator eletromagnético e lâmpada de vapor de mercúrio em alta pressão obtiveram fator de potência menor que o recomendado.

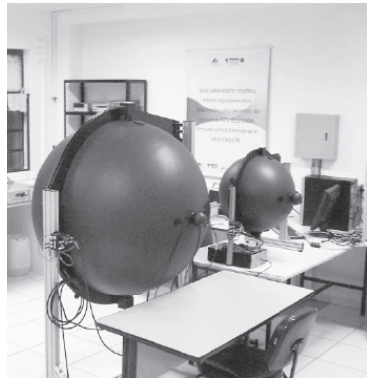
A potência de entrada foi medida considerando as perdas nos reatores. Vale a pena ser ressaltado que algumas características elétricas podem mudar nas lâmpadas de descarga em alta pressão caso sejam usados reatores diferentes.

5.3 COMPARAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS FOTOMÉTRICAS OBTIDAS EM LABORATÓRIO ATRAVÉS DA ESFERA INTEGRADORA DE ULBRICH

A esfera integradora de Ulbrich é um equipamento capaz de medir diversas grandezas fotométricas de uma fonte luminosa. Além de ser um dos poucos equipamentos capazes de medir fluxo luminoso (tanto fotópico, quanto escotópico), também pode medir a temperatura de cor correlata, índice de reprodução de cores (IRC), fornecer diagramas de cromaticidade e a curva de distribuição espectral da radiação emitida pelas fontes luminosas. A Figura 5 mostra duas esferas integradoras

da marca LABSPHERE presentes no Núcleo de Iluminação Moderna (NIMO) da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Figura 5 – Esferas integradoras de Ulbrich.



Fonte: O Autor.

A Tabela 3 reúne as características fotométricas das fontes luminosas obtidas com auxílio da esfera integradora. Deve ser salientado que não foi possível inserir a luminária LED no interior da esfera integradora devido às suas dimensões. Com isso, optou-se por adotar um LED de potência com as mesmas características que os utilizados na luminária analisada.

Tabela 3 – Características fotométricas das fontes luminosas obtidas na esfera integradora

	LED-HP 1.1 W	Lâmpada HPMV 80W	Lâmpada MH 70W	Lâmpada HPS 70W
Fluxo luminoso (lm)	85,8	3.590	4.964	5.476
Eficácia luminosa (lm/W)*	70,2	41,0	59,7	65,5
TCC (K)	4.023	3.917	4037	1.900
IRC (%)	84,8	49,3	62,0	20,1

* O cálculo da eficácia luminosa leva em consideração as perdas nos reatores e 10% de perdas no *driver* de acionamento dos LEDs.
Fonte: O Autor

Os resultados da Tabela 3 mostram que o LED teve a maior eficácia luminosa entre todas as fontes luminosas analisadas. A lâmpada de vapor de sódio em alta pressão teve a segunda maior eficácia luminosa, seguida das lâmpadas de multivapores metálicos e vapor de mercúrio em alta pressão. Outra informação relevante desta análise é o índice de reprodução de cores, onde pode ser visto que a lâmpada

de vapor de sódio em alta pressão obteve o pior resultado, enquanto o LED obteve o melhor resultado com um índice de reprodução de cores de 84,8%.

5.4 COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS DE ILUMINÂNCIA MÉDIA E UNIFORMIDADE OBTIDOS EM CAMPO

Com auxílio da estrutura de fixação de luminárias mostrada na Figura 6, foi possível medir a iluminância média e a uniformidade de cada fonte luminosa analisada em uma área externa de 12m x 8m.

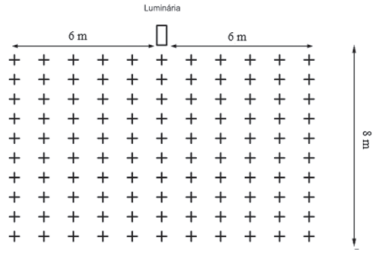
As medições de iluminância foram feitas com o luxímetro de precisão OPTRONIK 9500, em um local que não sofre interferência de outros tipos de fontes luminosas. A altura de montagem das luminárias foi fixada em seis metros, com zero grau de inclinação. O braço possui avanço de 3 metros. A luminária Opalo da Schréder foi utilizada para inserção das lâmpadas descarga.

A Figura 7 mostra a localização dos pontos de medição de iluminância distribuídos na área de 96 m^2 em estudo. Esta área é dividida em 11 linhas transversais, igualmente espaçadas, compostas por 10 pontos, também igualmente espaçados entre si, totalizando 110 pontos de medição de iluminância para cada tipo de fonte luminosa.

Figura 6 – Luminária LED inserida na estrutura de fixação de luminárias.

Fonte: O Autor.

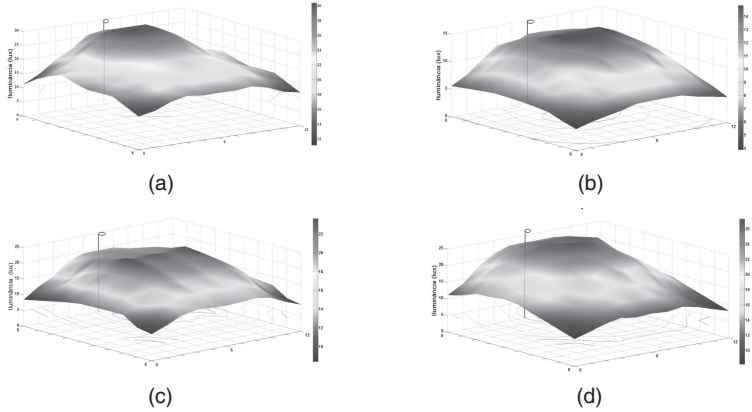
Figura 7 – Distribuição dos pontos de medição de iluminância.



Fonte: O Autor.

A partir das medições de iluminância, foi possível construir as curvas de iluminância ponto a ponto, ou curvas de iluminância 3D mostradas na Figura 8 e calcular a iluminância média e uniformidade para cada fonte luminosa.

Figura 8 – Curva de iluminância 3D obtida para (a) luminária LED de 54 W , (b) luminária HPMV 80W, (c) luminária MH 70W e (d) luminária HPS 70W . Unidade no plano em metros.



(a) (b)

(c) (d)

Fonte: O Autor

Os resultados das medições de iluminância média (E_{med}), iluminância máxima (E_{max}), iluminância mínima (E_{min}) e uniformidade (U_o) são mostrados na Tabela 4. A iluminância média foi calculada através do somatório de iluminâncias medidas em todos os pontos mostrados na Figura 7, dividido pelo número de pontos (110), enquanto a uniformidade é a relação entre a iluminância mínima e a iluminância média.

Tabela 4 – Resultados das medições de iluminância e uniformidade das fontes luminosas analisadas

Luminária	Emed	Emax	Emin	Uniformidade	*Emed/Pin
LED 54W	20,29 lux	30,36 lux	11,16 lux	0,55	0,35 lux/W
HPMV 80W	9,95 lux	14,82 lux	3,88 lux	0,39	0,11 lux/W
MH 70 W	16,39 lux	23,63 lux	8,40 lux	0,51	0,20 lux/W
HPS 70W	17,58 lux	27,30 lux	8,01 lux	0,47	0,21 lux/W

* O cálculo de E_{med}/P_{in} leva em consideração as perdas nos reatores e no *driver*.
Fonte: O Autor

Outro dado importante que consta na Tabela 4 é a razão de iluminância média pela potência de entrada (E_{med}/P_{in}). Apesar de não levar em conta a questão da uniformidade da iluminação, essa razão (E_{med}/P_{in}) ajuda a se ter uma melhor noção da eficiência global de cada uma das fontes luminosas, uma vez que engloba a eficiência do *driver* ou reator utilizado, a eficiência da fonte luminosa na conversão de energia elétrica em luz, a eficiência da luminária e o espalhamento do fluxo luminoso sobre a superfície em análise. Nesse quesito (E_{med}/P_{in}), observa-se que a luminária LED tem o melhor desempenho entre todas as fontes luminosas analisadas, seguida pela luminária com lâmpada de vapor de sódio em alta pressão. Nota-se que mesmo com a menor potência de entrada nos resultados de características elétricas, a luminária LED obteve a maior iluminância média entre todas as fontes luminosas testadas, tendo mais uma vez a lâmpada de vapor de sódio o segundo melhor desempenho.

5.5 COMPARAÇÃO DE RESULTADOS LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO A RESPOSTA DINÂMICA VISUAL DO OLHO HUMANO

A eficácia luminosa das fontes luminosas e a calibração do luxímetro que fez as medições de iluminância média no item anterior são baseadas na fotometria fotópica. Assim, a lâmpada de vapor de sódio em alta pressão, a mais utilizada em iluminação pública, apresenta uma elevada eficácia luminosa e iluminância média, pois seu fluxo radiante está concentrado em comprimentos de onda próximos da faixa de maior sensibilidade para visão fotópica. Porém, para aplicações em iluminação pública onde os níveis de luminância são menores, a resposta mesópica baixa ou mesmo escotópica representam melhor a percepção de iluminamento obtida pelo olho humano (SCHUCH et al., 2011).

A Tabela 5 resume relevantes resultados levando em consideração a resposta dinâmica visual do olho humano para baixos níveis de luminância. Neste caso, os resultados levaram em consideração a aproximação para a condição escotópica. A relação S/P para adaptação do resultado de iluminância média foi obtida com auxílio da esfera integradora de Ulbrich, que gerou os resultados de fluxo luminoso fotópico e escotópico das fontes luminosas analisadas.

Tabela 5 – Resultados fotométricos levando em consideração a aproximação para condição escotópica

	LED-HP 1.1 W	Lâmpada HPMV 80W	Lâmpada MH 70W	Lâmpada HPS 70W
Fluxo luminoso escotópico (lm')	154	4.037	7.508	2.833
Eficácia luminosa em condição escotópica (lm'/W)*	125,2	46,15	90,35	33,58
Relação S/P	1,80	1,12	1,51	0,52
E'med em condição escotópica (lux')	36,52	11,14	24,75	9,14
E'med/Pin (lux'/W)*	0,62	0,13	0,30	0,12

* O cálculo de eficácia luminosa escotópica e E'_{med}/P_{in} levam em consideração as perdas nos reatores e 10% de perdas no *driver.*
Fonte: O Autor

Nota-se pela Tabela 5 que na condição escotópica, que é mais indicada para ambientes com baixo nível de luminância, a lâmpada de vapor de sódio em alta pressão, de baixa temperatura de cor e luz amarela, é aquela que sofre a maior queda em seus parâmetros fotométricos (compare com as Tabelas 3 e 4). Por outro lado, as fontes luminosas que possuem maior temperatura de cor e luz mais branca, obtiveram ganhos significativos em seus parâmetros quando na condição escotópica. Além disso, as fontes de luz branca mostraram resultados bem interessantes de E'_{med}/P_{in}, que mostra que é possível obter índices de eficiência global maiores do que a lâmpada de vapor de sódio quando aplicadas em iluminação pública. Também deve ser notado que mais uma vez o LED obteve o melhor desempenho entre todas as fontes de luz analisadas.

Vale a pena ressaltar que os resultados gerados neste item são uma aproximação para a visão escotópica e estão propícios a erros devido a esta aproximação. No entanto, os resultados apresentados mostram, de forma geral, que mesmo que as lâmpadas de vapor de sódio em alta pressão tenham uma maior eficácia luminosa na condição

fotópica em relação à maioria das fontes de luz branca, essa diferença pode ser compensada quando são considerados ambientes com baixos índices de luminância, como é o caso da iluminação pública.

6 CONCLUSÕES

Este artigo reuniu informações e análises buscando dissertar sobre a aplicação dos diodos emissores de luz orientada à iluminação pública, mostrando vantagens e desvantagens de sua aplicação. Também foi visto que devido ao baixo nível de luminância comumente presente em vias públicas, a fotometria escotópica pode gerar uma aproximação mais adequada do real nível de iluminamento das vias públicas. Neste sentido, observou-se que os LEDs apresentam um melhor desempenho comparado às lâmpadas vapor de sódio que são mais utilizadas atualmente.

Os componentes básicos de uma luminária LED orientada a sistemas de iluminação pública foram apresentados, ressaltando-se que o *driver* pode comportar circuitos que possibilitam a telegestão do sistema de iluminação pública, fazendo com que seja possível gerir, controlar e monitorar a luminária à distancia através de sistemas de telecomunicações empregando portadora de corrente ou rádio-frequência. Os sistemas de telegestão combinados à tecnologia de iluminação com LEDs podem representar uma grande economia no consumo de energia elétrica.

Na comparação entre as lâmpadas de descarga em alta pressão e uma luminária LED foi possível constatar que, entre as fontes luminosas analisadas, a luminária LED obteve o melhor desempenho, tanto nas medições em laboratório, como nas medições em campo. Portanto, fica clara a vantagem dos diodos emissores de luz em relação a outras tecnologias de iluminação, em especial com respeito à economia de energia, melhor reprodução de cores, melhor desempenho fotométrico em condições mesópicas e maior vida útil.

Por fim, é ressaltado que as análises deste trabalho se baseiam no emprego dos componentes e modelos aqui apresentados (lâmpadas, reatores e luminárias). A utilização de outros componentes, outros modelos, potências ou fabricantes podem conduzir a resultados diferentes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. S.; RODRIGUES, C. R. B. S.; BRAGA, H. A. C. et al. **Iluminação Pública Eficiente Empregando LEDs**. 2011. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EFICIENCIA ENERGETICA (CBEE),4., 2011, Juiz de Fora. Anais... Juiz de Fora: CBEE, 2011.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). **Resolução Normativa 414**. Setembro de 2010. Brasília, 2010.

BRANCO, R. **Sustentabilidade e gestão da iluminação pública**. Porto: ISEP, 2010.

CARDOSO, A. Gestão de Iluminação Pública. In: SEMINÁRIO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE (SEMIPE), 1., 2011, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: UFJF-PROCEL, 2011.

CASAGRANDE, C. G.; NOGUEIRA, F.J;BRAGA, H. A C et al. Evaluation of lighting systems through adaptation of photometric quantities. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE IEE INDUSTRIAL ELETRONICS SOCIETY (IECON), 39., 2013, Viena. **Proceedings…**Vienna: IECON, 2013.

CITY OF SAN JOSE. **Public streetlight design guide**. Febuary 2011

ELETROBRAS (2010). **Dados da iluminação Pública 2008**. Disponível em: http://www.eletrobras.gov.br/elb/procel/main.asp. Acesso em: 15 dez. 2012.

KRAMES, M.R.; SHCHEKIN, O.B.; MUELLER-MACH, R.; MUELLER, G.O.; LING ZHOU; HARBERS, G.; CRAFORD, M.G. Status and Future of High-Power Light-Emitting Diodes for Solid-State Lighting. J**ournal of Display Technology**, vol.3, no.2, pp.160-175, June 2007.

LAUBSH, A.; SABATHIL, M.; BAUR, J.; PETER, M.; HAHN, B. High-Power and High-Efficiency InGaN-Based Light Emitters. **IEEE Transactions on Electronic Devices**, Vol. 57, no. 1, pp. 79-87, January, 2010.

MAGGI, T.; DALLA COSTA, M. A.; FURLANETTO, C. A. et al. Estudo do Fluxo Luminoso Necessário para Luminárias de Iluminação Pública de LEDs. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AUTOMÁTICA (CBA), 19., 2012, Campina Grande. **Anais...**Campina Grande: SBA, 2012.

NOGUEIRA, F.J. **Avaliação Experimental de Luminárias Empregando LEDs em Iluminação Pública**. Dissertação (Mestrado)-Universidade

Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

POLONSKII, M. e SEIDEL, A. R. **Reatores Eletrônicos para Iluminação Fluorescente**. 1. ed. Unijui: Editora Unijuí, 2008.

RODRIGUES, C. R. B. S.; ALMEIDA, P. S.; BRAGA, H.A.C. et al. Experimental Characterization Regarding Two Types Of Phosphor-converted White High-brightness LEDs: Low Power And High Power Devices. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ELETRONICA DE POTENCIA (COBEP), 11., 2011, Natal. **Proceedings…** Natal: COBEP, 2011. p. 734–740.

RODRIGUES, C. R. B. S. **Contribuições ao Uso de Diodos Emissores de Luz em Iluminação Pública**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2012.

SANTOS, C.R.A. **Iluminação Pública e Sustentabilidade Energética**. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, 2011

SCHRÈDER. Disponivel em: www.schreder.com. Acesso em: 01 abr. 2013.

SCHREUDER, D. **Outodoor Lighting: Physics, Vision and Perception**. 1. ed. Leidschendam: Springer, 2008.

SCHUCH, L.; COSTA, M .A .D.; RECH, C.; MICHELS, L.; COSTA, G. H.; SANTOS A.S. Sistema Autônomo de Iluminação Pública de Alta Eficiência Baseado em Energia Solar e LEDs, **Eletrônica de Potência, Campo Grande**, v. 16, n. 1, p. 17–27, fev. 2011.

Artigo recebido em: 08/4/2013
Aceito para publicação em: 24/6/2013

FILOSOFIA

Os fundamentos da verdade no pensamento de René Descartes: uma relação à sua época, uma proposta à nossa época

*Augusto Nilo de Oliveira Vilela**
*José Luiz Izidoro***

RESUMO

O início do século XVII é um período marcado por incertezas e desconfianças, causadas pelas revoluções culturais ocorridas nesta época. Em meio a este clima de insegurança, Renê Descartes desenvolve uma filosofia em busca de verdades sólidas e universais. Ele faz uso metódico da dúvida para libertar-se de todas as ideias preconcebidas e não submetidas ao questionamento. Seu método consta de quatro passos, a saber: a dúvida, a análise, a síntese e a revisão. Com ele, Descartes chega à certeza indubitável da existência do sujeito pensante e do Ser perfeito. Fundamentando-se mutuamente, esSes dois princípios são postos como fundamentos de toda a realidade. O objetivo deste trabalho é demonstrar em que sentido se pode afirmar que o pensamento de Descartes representa uma reação às suas circunstâncias históricas e em que sentido se pode dizer que ele também possa ser proposto à reflexão sobre nossa época. Para tanto se pretende demonstrar a influência da noção cartesiana de subjetividade para a formação do sujeito na Modernidade e na Pós-modernidade. Em seguida, serão apontados alguns desafios da Pós-modernidade, bem como algumas propostas de atualização das intuições cartesianas.

Palavras-chave: Método. Sujeito pensante. Ser perfeito. Modernidade. Pós-modernidade.

ABSTRACT

The early seventeenth century is a period marked by uncertainty and distrust, caused by cultural revolutions occurring at this time. Amid this climate of insecurity, Rene Descartes develops a philosophy in search

* Graduando do Curso de Filosofia do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. augusto92vilela@gmail.com

** Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo. Professor do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. jeso_nuap@hotmail.com

of solid and universal truths. It makes use of methodical doubt to free yourself of all preconceived ideas and non-subjected to questioning. His method consists of four steps, namely, doubt, analysis, synthesis and review. With it, Descartes arrives at indubitable certainty the existence of the thinking subject and the perfect Being. Basing each other, these two principles are laid as the foundation of all reality. The objective of this paper is to show in what sense can be said that the thought of Descartes represents a reaction to their historical circumstances and in what sense we can say it can also be proposed to reflect on our time. Therefore it intends to demonstrate the influence of the Cartesian notion of subjectivity for the formation of the subject in Modernity and Postmodernism. Then will be pointing out some challenges Post-modernity as well as some proposed update of the intuitions Cartesian.
Keywords: Method. Thinking subject. Be perfect. Modernity. Postmodernity.

1 INTRODUÇÃO

O início do século XVII configura-se como um período marcado pela necessidade da formulação de um novo pensamento filosófico, capaz de responder às questões instauradas pelas transformações históricas e pelos fenômenos culturais que caracterizaram a transição da chamada Idade Média para a época que, mais tarde, chamar-se-ia Modernidade.

O movimento, que ficou conhecido como Renascimento, a Reforma Protestante e a Revolução Científica acabaram por trazer à tona, cada um à sua maneira, o fato eminente da possibilidade de se questionar as verdades até então estabelecidas pela tradição filosófica e, sobretudo, o imenso edifício teórico construído nos últimos séculos, que, de modo genérico, se pode chamar pensamento escolástico, caracterizado por forte tendência à tentativa de conciliação entre fé e razão.

A tomada de consciência dessa relatividade, que consiste na constatação da impossibilidade de se alcançar qualquer acordo definitivo, qualquer saber inquestionável acerca da essência das coisas a partir do processo especulativo, atestando não haver resultados nos últimos vinte séculos de investigação ontológica, se levada até as suas consequências mais extremas, resultaria inevitavelmente num

tal ceticismo que impossibilitaria a construção de qualquer sistema filosófico ou científico. Isto porque, uma vez destruídos os princípios de todo o conhecimento humano, corroer-se-iam as próprias raízes de toda a filosofia e de toda a ciência.

Nesse contexto, emergiu a figura de René Descartes, que, com seu grandioso sistema filosófico, devolveu ao conhecimento humano a possibilidade da construção de um pensamento filosófico-científico digno de consideração e credibilidade, porque fundamentado em bases sólidas, capazes de conferir-lhe segurança e validade.

O objetivo deste trabalho consiste em demonstrar o modo mediante o qual o pensamento de Descartes foi capaz de assegurar à razão humana a possibilidade de reconhecer a existência de verdades sólidas, indo até aos fundamentos primeiros de toda a verdade. Sua pertinência justifica-se pela atualidade dos problemas contemplados pelo sistema filosófico cartesiano. Com efeito, os desafios epistemológicos que impulsionaram o seu empenho investigativo permanecem ainda vigentes, impondo ao homem contemporâneo a pergunta sempre atual pela essência de si e das coisas, que se converge necessariamente na reflexão sobre o sentido de toda a existência.

2 DESCARTES E SUA RELAÇÃO COM A VERDADE

Se o pensamento cartesiano acabou por salvaguardar a certeza da existência da verdade, e, desta forma, garantir a segurança necessária ao desenvolvimento de qualquer sistema filosófico-científico, isto se deve em primeiro lugar a uma característica própria da pessoa histórica de René Descartes. Como ele mesmo descreve em seu **Discurso do Método**, sua vida foi marcada por um constante e crescente desejo de conhecer a verdade, de tal modo que se pode afirmar sem receio que a elaboração de seu sistema filosófico jamais se tornaria viável senão por um aspecto intrínseco à sua personalidade: Descartes foi um homem apaixonado pela verdade.

Tendo conhecido, desde bem cedo, a diversidade das correntes filosóficas, e testemunhado a pluralidade das culturas humanas, o jovem Descartes viu-se obrigado a enfrentar o problema da relatividade da verdade.

Recusando-se, porém, a aderir ao pensamento cético, que em linhas gerais se caracteriza por afirmar a inexistência da verdade, o

pensador francês empenhou-se incansavelmente na busca de um conhecimento seguro, capaz de satisfazer o seu desejo de saber. Há, contudo, um aspecto fundamental para a compreensão do supracitado desejo de conhecimento que se verifica na pessoa de Descartes: é que, para ele, muito mais que um mero objeto de posse, a verdade se caracteriza como fundamento necessário da ética, como se verifica no que ele diz a seu próprio respeito: "[...] eu sempre tive um imenso desejo de aprender a distinguir o verdadeiro do falso, para ver claro nas minhas ações e caminhar com segurança nesta vida" (DESCARTES, 1983, p. 33).

Sua investigação filosófica parte de seu otimismo em relação à razão humana, entendida como universalmente, embora em diversos graus, dotada da faculdade de conhecer, isto é, da capacidade de discernir entre o verdadeiro e o falso. A partir de tal pressuposto, ele se julgou incapaz de satisfazer-se com quaisquer opiniões alheias antes de submetê-las ao exame de sua própria razão, no intuito de verificar a possibilidade de alcançar juízos melhores, na medida em que lho permitisse sua própria capacidade de discernimento. À tal premissa, acrescenta-se o princípio segundo o qual a alma humana não tende a aproximar-se ou afastar-se de algo a não ser enquanto isto lhe pareça ser ou não um bem. A capacidade de conhecer, portanto, converge-se na aptidão para escolher entre o bom e o mau, que, por sua vez, torna-se fundamento da práxis. Nota-se, com efeito, a inspiração socrático-platônica da ética cartesiana, marcada por forte intelectualismo, na medida em que atribui ao conhecimento o status de fundamento necessário para o reto agir.

Assim, Descartes pode com razão ser definido como alguém que estabeleceu a busca da verdade como prioridade para si mesmo, porque viu aí, e somente aí, o sentido existencial de todo o seu agir.

3 O MÉTODO: CAMINHO QUE LEVA À VERDADE

Percebendo a impossibilidade de encontrar qualquer verdade segura nos livros ou nas experiências que se pode ter do mundo, uma vez considerada a diversidade e - por que não dizer - a contradição que existe entre as leituras que se fez do mundo durante os séculos que o precederam, Descartes se viu na esperança de encontrar, pelo menos no interior de seu próprio raciocínio, os princípios capazes de fundamentar

a validade de algum conhecimento. Para executar tal empreendimento, no entanto, ele se deparou com a necessidade de estabelecer um modo de conhecer que espécie de coisas se pode considerar verdadeira. Com efeito, no pensamento cartesiano,

> A colocação crítica da pesquisa filosófica justifica-se por motivos não só históricos, como também teóricos. De fato, nenhuma construção científica ou filosófica pode ter firmeza sem antes deixar estabelecido que o homem tem a capacidade de atingir a verdade mediante suas faculdades cognitivas. Somente depois que se tiver demonstrado que o homem pode atingir com certeza a verdade das coisas é que a pesquisa ontológica pode proceder com segurança (MONDIN, 1981, p. 62).

A pretensão de conferir solidez a tal pesquisa demonstra-se imensamente ousada, na medida em que já não se podia tirar proveito do arcabouço teórico produzido no medievo. É que os alicerces aí construídos já não se prestavam ao que agora se pretendia erigir. O empreendimento cartesiano, portanto, consistia não em dar cabo a uma obra inconclusa, mas em forjar bases suficientemente sólidas para uma nova construção. Há, porém, neste sentido, um problema epistemológico: Se a racionalidade se verifica universalmente presente nos homens, donde deriva a diversidade e a multiplicidade de suas opiniões, que, por vezes, chegam mesmo à absoluta oposição. Segundo a percepção cartesiana, tal multiplicidade não denota que uns sejam mais racionais que outros, mas apenas que trilhem "caminhos" diferentes, não levando em conta os mesmos fatores. A eficácia da faculdade racional situa-se, pois, na consideração máxima e escrupulosa de todos os fatores que estejam contidos em cada questão.

Em vez de seguir por um caminho aberto por outrem, Descartes precisava colocar-se em um ponto de partida novo, tendo em vista uma meta objetiva, e trilhar com segurança o percurso entre estes dois pontos (partida e meta). Já não se tratava de percorrer uma via qualquer, em meio à diversidade de trajetórias possíveis, mas de encontrar o caminho por excelência, o *hodos*. Em termos epistemológicos, a intuição originária do pensamento de Descartes é a necessidade da elaboração de um método.

O estabelecimento desse método tem, portanto, como pressuposta a capacidade peculiar à razão humana de conhecer e distinguir o verdadeiro do falso. Sua finalidade é a de conduzir esta mesma razão por um caminho seguro, através do qual se possa chegar à verdade, uma vez suposta sua existência. Mas se por um lado se destaca a ousadia com a qual Descartes se determinou para construir este caminho em busca da verdade, por outro, não se pode negligenciar a prudência com que se propôs a destruir as falsas verdades, conforme se pode notar ao observar o seu método.

3.1 DESCRIÇÃO DO MÉTODO CARTESIANO

O método desenvolvido por Descartes consiste em aplicar quatro preceitos ou regras no exame de qualquer coisa que se queira conhecer. O primeiro e mais característico dos critérios consiste na chamada dúvida metódica, que se poderia explicar como uma suspensão daquelas ideias que, dotadas de veracidade, não se encontram, todavia, dotadas de indubitável verdade e evidência. Neste sentido, ele se distingue claramente dos céticos, em cujo pensamento a dúvida se instaura como ponto de chegada. No pensamento cartesiano, ao contrário, partindo da dúvida pretende-se chegar à certeza.

> Descartes percebe que existe apenas um caminho que supera a dúvida: o que a atravessa toda, esgotando-lhe todas as dimensões. Ou seja: parece-lhe impossível vencer a dúvida evitando-a ou pretendendo instalar-se desde logo numa frágil certeza — e frágil justamente porque ainda não submetida aos testes da dúvida. Descartes aceita o desafio da dúvida que transpassava a atmosfera cultural de sua época; aceita-a para combatê-la com suas próprias armas. Eis por que duvida metodicamente de tudo (PESSANHA, 1983, p. XIV).

A segunda e a terceira parte do método cartesiano estão em estreita relação com a dúvida metódica. São elas a análise e a síntese, que consistem, respectivamente, em dividir ou separar cada problema em tantas partes quantas seja possível e, depois de ter examinado e solucionado cada uma de suas dificuldades, unir novamente estas mesmas partes, a fim de conhecer o todo do objeto examinado. A quarta etapa do método é uma cuidadosa revisão de todo o exame realizado no objeto, a fim de garantir a certeza de que tenha sido considerado tudo

quanto fora necessário para se alcançar a certeza em relação a este mesmo objeto.

4 OS FUNDAMENTOS DA VERDADE NO PENSAMENTO DE DESCARTES

Utilizando seu método, Descartes foi levado a considerar falso tudo quanto fosse suscetível de incerteza, conforme indicava a primeira regra. Em sua busca da verdade, portanto, ele se viu diante da necessidade de desfazer-se de qualquer ideia em que se pudesse verificar alguma dúvida, por menor que fosse, considerando-a como absolutamente falsa. O resultado de tão rigorosa prova seria a certeza da existência ou da inexistência de alguma verdade indubitável.

Uma vez considerados como falsos todos os dados de cujas fontes podem provir algum engano, acabava por cair por terra a maioria das informações até então tidas como verdadeiras por Descartes. Com efeito, se os sentidos às vezes se enganam, então é possível que estejam sempre enganados, o que torna recusável como verdadeiro tudo quanto o parece apenas pelos sentidos. Se os homens às vezes se equivocam, então talvez estejam sempre equivocados, o que torna repreensível acreditar, de antemão, em algo que se faça conhecer apenas por ter sido dito por um homem. Se os pensamentos que se tem durante o sonho às vezes são tão vivos e se parecem tão reais quanto àqueles que se tem durante a vigília, então é possível que não haja maior verdade nos que se tem acordado do que nos que se tem durante o sonho.

Assim, está como que quebrada toda a realidade sensível, uma vez que ela toda se tenha demonstrado dubitável. Restam, no entanto, duas realidades que se mostram “inquebráveis”, a saber, o sujeito pensante e o ser perfeito, conforme adiante se demonstrará. São estes os fundamentos sobre os quais se constrói a certeza de toda e qualquer outra realidade.

4.1 O SUJEITO PENSANTE COMO FUNDAMENTO DA VERDADE

Da dúvida radical, que Descartes aplicara à realidade, emergia, inevitavelmente, uma certeza, porque se ele pensava ser falso tudo quanto antes tomara como verdadeiro, então era inegável o fato de que ele pensava. Se pensava, porém, então também não poder-se-ia duvidar do fato de que ele era alguma coisa, isto é, de que existia. Assim, o

'*cogito, ergo sum'* (penso, logo sou) estava estabelecido como primeiro princípio de sua filosofia, porque a esta verdade nenhuma dúvida podia abalar.

Para o bom entendimento deste chamado 'cogito cartesiano' que, como se viu, constitui o primeiro princípio de sua metafísica, é mister esclarecer a noção do 'ego' que nele está contida, isto é, a natureza deste 'eu' que 'pensa, logo existe'. Isto porque a existência do 'ego' se dá enquanto existência de algo que pensa, na medida em que, a seu respeito, nada mais se afirmou a não ser que ele pensa. Deste modo, o 'eu cartesiano' se configura a princípio apenas como um sujeito pensante, que, em sua natureza, não implica nenhuma necessidade de extensão material, ou, como define o próprio Descartes (1983, p. 47), o 'ego' se apresenta como "[...] uma substância cuja essência ou natureza consiste apenas no pensar, e que, para ser, não necessita de nenhum lugar, nem depende de qualquer coisa material."

Note-se, portanto, a distinção real que há entre corpo e mestre no pensamento cartesiano, uma vez que, já no primeiro princípio de sua filosofia, estava estabelecida a necessidade da existência da mente e, em contrapartida, a contingência do corpo em relação a esta mesma mente.

4.1.1 **O critério do verdadeiro: clareza e distinção**

Se o 'cogito' já fora instaurado como primeiro princípio, e se ele constituía uma verdade indubitável e segura, então, devia haver nele alguma característica que assim o fizesse. Seriam, portanto, do mesmo modo, seguras e indubitáveis quaisquer ideias que fossem dotadas desta mesma característica.

Examinando sua verdade primeira, isto é, seu 'cogito ergo sum', Descartes percebeu que não havia outro motivo pelo qual se lhe devesse atribuir indubitabilidade senão a clareza com que se estabelece a relação causal entre a existência do pensante e o seu ato de pensar. Tal relação se observa clara e distintamente entre o efeito (o pensamento) e sua causa (a existência do pensante). Verdadeiras, portanto, deveriam ser todas aquelas ideias em que se verificasse esta mesma clareza e distinção. Do cogito, portanto, Descartes tomou a regra ou paradigma que usaria, a partir de então, para distinguir o verdadeiro do falso: considerando como verdadeiro tudo quanto pudesse ser conhecido de

modo claro e distinto, e julgando falso tudo quanto não o pudesse.

4.1.2 **A dúvida hiperbólica: limite da concepção clara e distinta**

Não obstante o papel desempenhado pelas ideias claras e distintas no sistema cartesiano, havia nelas um limite que as tornava incapazes de garantir, por si mesmas, a segurança exigida pela pretensão de um saber indubitável, como aponta Motta Pessanha, dissertando acerca de tais ideias.

> [...] Com elas — e somente com idéias desse tipo — parecia exequível a construção de uma "cadeia de razões", cujos elos seriam intuídos com a clareza das evidências matemáticas e interligados com a coerência perfeita das demonstrações de que a matemática fornecia os exemplos. Construída por sucessivas intuições ligadas por vínculo dedutivo, a perfeita sabedoria — aplicável a quaisquer objetos — deveria ser uma tessitura de idéias claras. A clareza das idéias, porém, representa uma garantia apenas subjetiva: porque são perfeitamente claras e distintas é que as idéias se impõem com a força de evidências. Mas quem garante que a tais idéias, embora claras, corresponda algo real? Nesse ponto do esforço de fundamentação da certeza científica, Descartes amplia a dúvida ao máximo, tornando-a "hiperbólica": passa a duvidar até mesmo das idéias claras e distintas, que o espírito espontaneamente admite como evidentes (PESSANHA, 1983, p. XIV).

O desafio empreendido por Descartes migra, portanto, do plano lógico para o plano ontológico. Sua tarefa consistia, então, em esgotar o abismo que parecia impor-se entre o pensamento e a realidade, porque a evidência de uma ideia não garante a existência de uma realidade extensa que a ela corresponda. Duvidar hiperbolicamente consiste, assim, em reconhecer clareza e distinção como garantias da solidez de uma ideia apenas enquanto ideia, sem querer extrair daí a necessidade de uma existência ontológica, descobrindo, nos limites da razão humana, a impossibilidade de se inferir uma natureza corpórea de uma natureza inteligível, que se funda precisamente na distinção que se deve preservar sempre entre essas duas naturezas.

Havia, porém, outra questão a ser ainda investigada, a saber: se a natureza do sujeito pensante consiste em pensar, e isto é duvidar, que por sua vez é desconhecer, então donde viera a este mesmo sujeito

a ideia de conhecer, visto que o conhecer é, clara e distintamente, perfeição maior que o duvidar?

Da solução (onde você apresenta essa solução/resposta da pergunta anterior?) deste problema proviria o alicerce capaz de fundamentar ontologicamente o que Descartes já alcançara logicamente, como a seguir demonstrar-se-á.

4.2 O SER PERFEITO COMO FUNDAMENTO DA VERDADE

Quando o 'pensante' se propõe a especular sobre a origem do pensar em algo que seja superior em perfeição à sua natureza, ele se depara com a evidência de que isto lhe tenha advindo de algo que seja mais perfeito que a sua própria natureza. Eis o que afirma Descartes a respeito desta ideia de um ser mais perfeito que o seu:

> [...] tirá-la do nada era manifestamente impossível; e, visto que não há menos repugnância em que o mais perfeito seja uma conseqüência e uma dependência do menos perfeito do que em admitir que do nada procede alguma coisa, eu não podia tirá-la tampouco de mim próprio. De forma que restava apenas que tivesse sido posta em mim por uma natureza que fosse verdadeiramente mais perfeita do que a minha, e que mesmo tivesse em si todas as perfeições de que eu poderia ter alguma idéia, isto é, para explicar-me numa palavra, que fosse Deus. A isso acrescentei que, dado que conhecia algumas perfeições que não possuía, eu não era o único ser que existia (...); mas que devia necessariamente haver algum outro mais perfeito, do qual eu dependesse e de quem eu tivesse recebido tudo o que possuía (DESCARTES, 1983, p.47).

O raciocínio que a este se segue no pensamento de Descartes visa conhecer com segurança e certeza a natureza deste ser dotado de todas as perfeições, isto é, Deus. Segundo os seus raciocínios, uma primeira realidade a ser considerada para o conhecimento da natureza de Deus é a distinção real entre a ideia que se tem de uma coisa e esta mesma coisa existindo realmente, ou, para usar os seus termos, a distinção real entre a natureza inteligível e a natureza corpórea. Assim, quando se está sonhando, por exemplo, existem ideias que se apresentam claramente, mesmo sem que necessitem, para tanto, de existirem corporalmente. Mas se uma ideia clara e distinta não possui existência corpórea, não

obstante sua clareza e distinção, mesmo assim não se pode negar que ela exista enquanto ideia, isto é, que, uma vez dotada de clareza e distinção, ela possua indubitavelmente uma natureza inteligível. Considerada, por exemplo, a ideia de um triângulo, há nela inclusa a necessidade de que a soma de seus ângulos seja igual a 180 graus, o que, contudo, não implica de modo algum em que exista de fato um triângulo no mundo, de tal modo que a natureza inteligível de um triângulo só implica na existência desta mesma natureza inteligível, e, nunca, na existência de uma natureza corpórea. O mesmo, porém, não se dá no que tange à ideia do Ser perfeito, por que, neste caso, a existência deste ser está inclusa em sua própria ideia. Isto se verifica porque, uma vez considerado em sua perfeição, é necessário que este Ser seja simples, isto é, que não seja composto, visto que a composição denota dependência entre partes, e a dependência implica em imperfeição. Assim, a conclusão óbvia à que se chega é a de que, no Ser perfeito, já não se pode falar de distinção real entre natureza inteligível e natureza corpórea, mas de uma única natureza, que tem incluída em si sua existência real.

Cumpre notar a coincidência entre o pensamento de Descartes e os de alguns seus predecessores, no que tange à prova da existência necessária de Deus, como o de Avicena, no qual, o Ser Perfeito se define como aquele em que a existência coincide com a essência e está nela implicada (REALE, 1990, p.533-534), ou o de Anselmo, em cujo argumento ontológico, a existência de Deus, na medida em que é uma de suas perfeições está implicada em sua própria ideia, enquanto é ideia de ser dotado de todas as perfeições (REALE, 1990, p.495-496).

O passo seguinte no raciocínio cartesiano consistia em fazer o caminho de retorno, que significa, tomando Deus como fundamento, atribuir caráter de verdade a todas quantas fossem as ideias que se pudessem conceber clara e distintamente, como atesta o trecho a seguir:

> Enfim, se há ainda homens que não estejam bem persuadidos da existência de Deus e da alma, com as razões que apresentei, quero que saibam que todas as outras coisas, das quais se julgam talvez certificados, como a de terem um corpo, haver astros e uma terra, e coisas semelhantes, são ainda menos certas. Pois, embora se possua dessas coisas uma certeza moral, que é de tal ordem que, exceto sendo-se extravagante, parece impossível pô-la em dúvida; todavia, quando se

> trata da certeza metafísica, não se pode negar, a não ser que sejamos desarrazoados, que é motivo suficiente, para não estarmos inteiramente seguros a respeito, o fato de se advertir que podemos do mesmo modo imaginar, quando adormecidos, que temos outro corpo, que vemos outros astros e outra terra, sem que na realidade assim o seja. (...) E, ainda que os melhores espíritos estudem o caso tanto quanto lhes aprouver, não creio que possam dar qualquer razão que seja suficiente para desfazer essa dúvida, se não pressupuserem a existência de Deus (DESCARTES, 1983, p. 49-50).

É assim, portanto, que o pensador consegue atribuir a Deus o estatuto de fundamento metafísico da realidade. Como se pode perceber, há, de fato, no pensamento cartesiano, duas verdades fundamentais, isto é, dois axiomas sobre os quais se fundamenta a verdade: o sujeito pensante e o Ser perfeito. Não se deve, entretanto, pretender que um deles se faça sobressair sobre o outro. É por isto que não se pode afirmar que a figura de Deus tenha sido implantada por Descartes em seu sistema filosófico como um mero recurso ou aparato que não tenha outra finalidade senão dar coerência a seu discurso, garantindo a existência da realidade material. Por outro lado, não se pode negar a crucial importância do sujeito pensante para seu sistema metafísico.

Se, ao mesmo tempo, o sujeito pensante e o Ser perfeito se colocam como princípios da verdade, é porque cada um destes princípios garante a verdade a partir de sentidos diferentes e cada um a seu modo. Assim, a verdade que o sujeito garante é uma verdade lógica, que se aproxima do sujeito do conhecimento, e, portanto se diz como verdade subjetiva ou certeza. Por sua vez, a verdade que se baseia no Ser perfeito é uma verdade ontológica, que se aproxima do objeto do conhecimento, e, portanto se diz como verdade objetiva ou realidade, que se relaciona diretamente com o ser; aquela com o conhecer. Esta se volta para a existência; aquela para a essência.

Assim, as duas verdades primeiras já não fundamentam apenas a outras verdades, mas fundamentam-se mutuamente, na medida em que o sujeito pensante é, para si mesmo, o fundamento lógico do Ser perfeito, por conter em si sua ideia, mas só pode encontrar nele seu fundamento ontológico, por ter recebido dele sua existência.

Fica, portanto, demonstrado o fascinante caminho percorrido

por Descartes, no intuito de devolver à razão humana a confiança em si mesma como faculdade de distinguir o verdadeiro do falso. Ele pode, com efeito, servir ao homem contemporâneo como referência no empenho pela atividade filosófica. Mas, que homem é este? Que traços caracterizam a humanidade forjada a partir das intuições cartesianas? Em que medida se verifica sua influência na constituição da sociedade moderna e pós-moderna, e de que modo seu pensamento pode contribuir para uma renovação cultural a partir das características de nossa época? A reflexão que se segue propõe-se a lançar luzes sobre estas questões.

5 O SUJEITO CARTESIANO NA CONSTRUÇÃO DA MODERNIDADE E DA PÓS-MODERNIDADE

Conforme acima já se afirmou, o pensamento cartesiano, inserindo-se num período de incertezas e graves modificações culturais, representou uma verdadeira revolução epistemológica, conferindo à racionalidade humana um lugar nunca antes ocupado por ela. Também já se disse que no pensamento cartesiano sujeito e Ser perfeito fundamentam-se mutuamente. Há, porém, neste ponto, considerações a serem feitas no intuito de se compreender melhor em que se situa a radical novidade trazida pela investigação filosófica de Rene Descartes.

Primeiramente, é preciso levar em conta a natureza da ideia de Deus contida no pensamento cartesiano. Em seu sistema, com efeito, o Ser perfeito encontra lugar de destaque, mas diferencia-se essencialmente da ideia de Deus contida no edifício cultural que caracteriza o período que o precede. O conceito cartesiano de Ser perfeito não coincide necessariamente com o Deus cristão revelado, embora também não se oponha a ele por sua natureza. O seu conceito de deus é o conceito de deus dos filósofos. Sua existência se predica racional e necessariamente de sua própria essência: ela é um dado acessível à razão humana. Não que outros já não o tivessem concebido desta forma, mas agora, e somente agora, a existência necessária de Deus já não se configurava como um preâmbulo para a fé, mas antes como um princípio para a ciência, para o saber. E se já se tornara habitual construir filosofia baseada na existência de Deus e em suas implicações cosmológicas, o mesmo não se pode afirmar acerca da filosofia que em Descartes se inaugura, radicada na existência do sujeito enquanto fundamento epistemológico de toda a realidade. O papel que

o sujeito ocupa no pensamento cartesiano constitui, portanto, verdadeira novidade: ele, o sujeito racional, é o centro do conhecimento. A este respeito, afirma Daniel Nery da Cruz:

> [...] Sua tomada de decisão em meio a uma época de inovações e incertezas deu uma nova perspectiva no campo epistemológico. Abandonando uma visão cosmológica do homem centralizada na autoridade e na religião, ele propõe um olhar centrado na certeza do conhecimento a partir do próprio individuo. Esse fundamento antropológico deu origem ao chamado racionalismo (CRUZ, 2011, p. 38).

Inaugurava-se aí não apenas um novo conceito, não apenas uma nova ideologia, mas uma nova época, a Modernidade, marcada pela confiança na razão e em sua capacidade de conhecer e dominar a realidade. O racionalismo forjou o homem moderno, que experimentou os benefícios advindos de sua nova visão de mundo.

As conquistas alcançadas pelo saber humano confirmavam a validade da noção de progresso, identificando o melhor ao mais novo, e deram ao indivíduo e à subjetividade um valor que nunca lhes fora atribuído. O racionalismo iniciado em Descartes deu forma a um iluminismo, que considerou tenebrosa toda a trajetória cultural percorrida pelo homem da Idade Média. O homem moderno, pelo contrário, se via como homem da razão, mergulhado na luz que dela emana.

O final do século XIX representa bem a superestima com que a subjetividade e a racionalidade foram tidas pelo homem das luzes. Neste ponto da história, o homem se maravilhava pelos resultados concretos obtidos pelo método que caracteriza a ciência moderna. Enquanto as ciências da natureza ostentavam sua grandiosa aptidão para conhecer a realidade e produzir meios de amenizar os limites inerentes à condição humana, as ciências humanas prometiam esquadrinhar todas as dimensões de seu objeto, o homem, e equacionar todas as tensões que caracterizam as relações dos indivíduos consigo mesmos, com a realidade e com os outros indivíduos.

Neste sentido, a valorização da racionalidade instaurada por Descartes pode ter encontrado sua expressão máxima no cientificismo do século XIX. Este, com efeito, na medida em que consiste em uma verdadeira exacerbação do racionalismo, constitui ao mesmo tempo o seu ponto máximo, e, naturalmente, o seu ponto de partida para o

declínio. É que a partir do início do século XX começam a tornarem-se visíveis as consequências destrutivas da exacerbação racionalista. As ciências humanas, a psicologia, a antropologia, a sociologia, não foram capazes de equilibrar os conflitos que caracterizam as relações entre os sujeitos e entre as sociedades, e, por vezes, chegaram mesmo a produzir ideologias capazes de fundamentar o ódio e a destruição de povos inteiros. As ciências naturais, a física, a química, a biologia, a medicina, e a técnica produziram os recursos materiais capazes de dar vazão aos conflitos e ampliar o poder de domínio de uns sobre outros. Duas guerras mundiais, a destruição de cidades inteiras, a ocorrência de grandes massacres e o agravamento das desigualdades sociais estão entre os resultados da absolutização que o homem moderno conferiu à sua racionalidade e à subjetividade.

A síntese que se produziu entre o exagero racionalista e os seus fracassos não poderia deixar de gerar um novo período: a Pós-modernidade está marcada pela consciência de que os efeitos da pura racionalidade não são tão luminosos quanto se esperava. A proximidade histórica ainda não permite a visualização mais clara dos limites e das características que marcam esta época, mas a mudança parece atestar um fato: a Modernidade passou. Que traços caracterizam o homem desta época? Em que ele se distingue das gerações que o precederam?

Se há algo em comum entre o homem medieval e o homem moderno, eles se assemelham precisamente pelo fato de terem uma referência. Enquanto aquele apoiava sua cosmologia em uma concepção teológica, este a fundamenta em sua dimensão racional e subjetiva. O homem pós-moderno, porém, talvez se caracterize por uma inédita falta de paradigma. Segundo Cruz (2011, p.38), a gama de decepções geradas pelo racionalismo "[...] levou o sujeito a perder confiança na razão, entrando de forma descontrolada no universo das emoções". Se a marca da Modernidade é o racionalismo, parece sensato pensar que a marca da Pós-modernidade seja um "irracionalismo", uma exacerbada valorização da sensação e da emoção.

Incapaz de assimilar as frustrações que a ciência gerou, o homem pós-moderno preferiu entregar-se incansavelmente à busca de sua satisfação pessoal. E assim ele se embriaga de esporádicas sensações de prazer, isentando-se da necessidade de estabelecer qualquer relação entre elas. Sem fundamentos, sem referência, sem

paradigma, o decepcionado homem pós-moderno se considera livre do dever de encontrar algum sentido para sua existência. A passividade, o individualismo e o comodismo circundam o sujeito que se cansou de criar expectativas. O homem pós-moderno está satisfeito.

Poderiam, por acaso, as intuições cartesianas trazerem algum crescimento ao homem de nossa época? Não estariam também elas mergulhadas no fracasso do racionalismo moderno? A resposta de Gilles-Gaston Granger é otimista. Considerando a pertinência atual do pensamento cartesiano, ele afirma:

> [...] Uma vez assegurado o esforço de compreensão leal, pode e deve desenvolver-se livremente uma reflexão que discuta o texto para relacioná-lo, de um lado, às circunstâncias históricas que lhe infundem sua relatividade e, de outro, aos termos atuais dos problemas que ele coloca (GRANGER, 1983, p. 6).

Neste sentido, ao pensamento cartesiano não cabe a mesma rejeição a que a cultura pós-moderna condenou o cientificismo. Pelo contrário, as intuições de Descartes podem contribuir para a formação da identidade cultural pós-moderna porque colocam problemas que se verificam em nossa época. De fato, o pensamento cartesiano pode ser considerado como marco teórico que inaugura o racionalismo, mas, nem por isto se deve atribuir a ele a causação necessária de todos os seus efeitos negativos.

O método cartesiano não está fadado ao ostracismo ou à inutilidade, mas encontra ressonância na necessidade de se elaborar uma ética liberta de preconceitos, fundada na consideração prudente, mas confiante, da razão humana. Numa cultura plural, a universalidade da faculdade racional pode levar o homem pós-moderno ao estabelecimento de frutuoso diálogo, que, despido, na medida do possível, de concepções pouco refletidas ou não submetidas ao exame da razão, possa considerar o homem em sua complexidade, levando em conta, de modo minucioso, a infinidade dos fatores envolvidos em cada questão.

6 CONSIDERAÇÕS FINAIS

É preciso salvaguardar a distinção entre o racionalismo cartesiano e o cientificismo moderno. O primeiro caracteriza-se pela revalorização

da razão, frente ao descrédito a ela atribuído em circunstâncias históricas muito específicas. O segundo caracteriza-se pela supervalorização da racionalidade, em detrimento das demais dimensões constitutivas do ser humano. Neste sentido, não seria implausível afirmar que a exacerbação racionalista tenha sido uma distorção do racionalismo. A percepção desta incoerência pode dispor o homem pós-moderno a reconsiderar a intuição racionalista, fazendo-o emergir de seu marasmo anti-racional.

O pensamento cartesiano não negligencia os limites peculiares à razão humana. Ao que parece, Descartes tinha consciência da multiplicidade dos caminhos que sobreviveriam à sua crítica. No próprio encadeamento das razões lógicas da fundamentação da realidade apresentadas em sua obra se pode notar a diminuição do vigor argumentativo que há na passagem dos primeiros princípios metafísicos às suas consequências materiais.

Provavelmente devido ao espírito irracionalista que marca o pensamento pós-moderno, costumou-se, nas últimas décadas, atribuir ao pensamento cartesiano uma conotação dogmática, fundamentada, em boa parte, na crítica kantiana à razão pura. O que se desconsidera, neste caso, é que, antes de ser um sistema empenhado na elaboração de um mapeamento universal do conhecimento humano, o pensamento de Descartes nasce a partir de uma crítica a suas circunstâncias históricas. Se Descartes pretendeu encontrar respostas, é porque antes foi capaz de elaborar perguntas. Todo seu empenho não tem como única finalidade invalidar a argumentação cética, mas expressa verdadeiro descontentamento com as soluções encontradas em sua época para os problemas epistemológicos e culturais que aí se verificavam.

Ao homem pós-moderno, a figura de Renê Descartes pode e deve servir como exemplo de alguém que assume postura autenticamente filosófica. Para tanto, é preciso libertar-se da tendência a associá-lo aos efeitos de um dogmatismo impositivo. A propósito, em sua busca da verdade não há traço mais forte que sua capacidade de duvidar, de questionar. Além disso, é preciso reconsiderar o fato de que toda sua investigação possui uma orientação explicitamente ética. Todo o seu esforço em “conhecer bem” não estava voltado senão para o seu desejo de “agir bem”.

Se a ética do Medievo e da Modernidade não foi capaz de atender a todas as aspirações do espírito humano, tampouco se deve

afirmar que a liquidez dos valores que se verificam nos tempos pós-modernos tenha alcançado este objetivo. Aliás, o que a experiência tem mostrado é que o individualismo, a indiferença e a passividade pós-modernos representam para o homem ameaças tão perigosas quanto aquelas que foram produzidas pelo espírito cientificista.

Se o homem medieval comportou-se como criança, que aceita passivamente as verdades apresentadas pela autoridade constituída, e se, por outro lado, o homem moderno adotou a postura adolescente de quem rejeita tudo o quanto o precedera, confiando cegamente em sua capacidade de bem julgar, o homem pós-moderno tem em suas mãos a oportunidade de assumir uma postura adulta, considerando sua historicidade e as limitações de suas faculdades racionais, sem, com isto, desfalecer diante dos fracassos de uma exacerbação racionalista.

Auxiliado pelas intuições cartesianas, o homem contemporâneo pode e deve aplicar-se à libertação de seus preconceitos, reconhecendo em si o caráter positivo, embora não absoluto, de sua racionalidade, e esforçando-se pela construção de uma ética capaz de atender, na medida do possível, às necessidades individuais e coletivas de nossa época.

REFERÊNCIAS

CRUZ, Daniel Nery da. A discussão filosófica da Modernidade e da Pós-modernidade. . **Μετάνοια**: Primeiros escritos em Filosofia. São João del-Rei, n. 13, 2011. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalable/3_DANIEL_NERY_DA_CRUZ.pdf >. Acesso em: 12 jun. 2013.

DESCARTES, René. Discurso do Método: para bem conduzir a própria razão e procurar a verdade nas ciências. In: _____. **Descartes**. 3. ed. Trad. J. Guinsburg; Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 5-10, 18-19, 25-71. (Col. Os Pensadores).

GRANGER, Gilles-Gaston. Introdução. In: DESCARTES, René. **Descartes**. 3. ed. Trad. J. Guinsburg; Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 5 - 24. (Col. Os Pensadores).

MONDIN, Batista. **Curso de filosofia**: Os filósofos do Ocidente. Trad. Benôni Lemos.. 3.ed. São Paulo: Paulinas, 1981. v.2, p. 495-496, 533-534. (Col. Filosofia).

PESSANHA, José Américo Motta. Descartes: Vida e obra. In: DESCARTES, René. **Descartes**. Trad. J. Guinsburg; Bento Prado Júnior.. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. V - XIX. (Col. Os Pensadores).

REALE, Giovane; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**: Antiguidade e Idade Média.. 6. ed. São Paulo: Paulus, 1990. v.1, p. 495-496, 533-534.

Artigo recebido em: 07/3/2013
Aceito para publicação em: 11/7/2013

HISTÓRIA

Por uma história do velho ou do envelhecimento no Brasil

*Rodrigo Heleno de Barros**
*Edmundo de Paula Gomes Junior***

RESUMO

Uma vez observado a progressão histórica do aumento de pessoas idosas no Brasil, pode-se descrever os fatores que possibilitaram tais aumentos a partir das transformações políticas, econômicas, sociais e culturais verificadas na segunda metade do século XX, em outras palavras, de maneira histórica. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo descrever sobre o processo de envelhecimento observado no Brasil. Para a realização dessa pesquisa foram utilizados como referencial teórico alguns conceitos retirados da História Demográfica e da Escola dos Annales, que defende uma perspectiva interdisciplinar na análise e descrição dos fenômenos históricos, juntamente com a revisão da bibliografia específica do envelhecimento.

Palavras chaves: Envelhecimento. Velho. História demográfica - Brasil.

ABSTRACT

Once the historical progression of the observed increase in older people in Brazil can describe the factors that led to such increases from the political, economic, social and cultural changes in the second half of the twentieth century, in other words, so historical. Therefore, this paper aims to describe about the aging process observed in Brazil. To carry out this research were used as theoretical concepts drawn from Demographic History and the Annales school, which advocates an interdisciplinary perspective on the analysis and description of historical phenomena, together with review of the literature specific to aging.

Keywords: Aging. Old. Demographic history – Brazil

* Graduado em História pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora – pós-graduando em Mídias na Educação pela Universidade Federal de São João del-Rei. rodrigoheleno@hotmail.com

** Graduado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora - Mestre em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora - Professor do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. edmunizjunior@bol.com.br

1 INTRODUÇÃO

Desde as décadas de 1960, 1970 e 1980, observa-se no Brasil a evolução de um contingente presente na demografia brasileira, mas menosprezado por sua historiografia: a população com idade de 60 anos ou mais. O aumento dessa parcela da população está modificando a afirmação tão disseminada no passado recente de que "o Brasil é um país (em sua maioria) de jovens".

Para se ter uma idéia da magnitude desse fenômeno, em 1960, o Brasil contava com 4,7% de idosos, em 1970 5%, 6,1% em 1980, em 1991 7,3%, na virada do século XX para o século XXI 8,5%, e conforme o último censo do IBGE o nosso país já conta com 10,7% de idosos. Como se vê um crescimento acelerado, típico de países em vias de desenvolvimento (COUTRIN, 2008, p. 44) e talvez um agravante a mais para os mesmos, pois nos países desenvolvidos, a grosso modo, primeiro foi possível enriquecer e depois envelhecer (GOMES JUNIOR, 2007, p. 18).

Segundo Giatti (2003), o envelhecimento da população é um fenômeno mundial. Nos países desenvolvidos, esse processo se deu lentamente, em uma situação de evolução econômica, de crescimento do nível de bem-estar e redução das desigualdades sociais. Nos anos mais recentes, esse processo ganha maior importância nos países em desenvolvimento, com o aumento acelerado da população de sessenta anos e mais, em relação à população geral. Aumentos de até 300% da população idosa são esperados nesses países, especialmente na América Latina.

A expectativa de vida aumentou vertiginosamente e provavelmente aumentará ainda mais nos próximos anos. Segundo dados da ONU (2002, p. 11, 13) de 1950 a 2000 a população com 60 anos ou mais cresceu três vezes e, até a metade do século atual aumentara mais três vezes. Fato novo desse fenômeno também diz respeito a sua amplitude. Se antes somente os países desenvolvidos tais como Estados Unidos, França, Itália e outros países da Europa contribuíam de forma mais significativa para o aumento de pessoas idosas no mundo, na atualidade são os países em desenvolvimento que mais contribuem para o aumento dessa parcela da população.

No Brasil, o processo é mais complexo na medida em que

crianças pobres e doentes do passado, adultos desempregados no presente, serão os idosos do futuro. Como garantir que essa massa de pessoas pobres chegue bem na terceira idade sendo excluídas, com rendimentos precários e acesso limitado ao serviço de saúde?

O aumento da longevidade representa uma vitória para a humanidade, pois atesta mais uma superação do homem frente aos obstáculos à sua sobrevivência, contudo, o envelhecimento trouxe consigo novas questões. Não por acaso, que já se discute os problemas e desafios gerados por esse novo fenômeno, tais como os relacionados à previdência social, ao trabalho, a assistência a saúde, adaptação dos espaços, aos conflitos de gerações e em ultima instância, a todas estruturas e níveis de vida em sociedade, pois como atesta Neri (2001, p. 20) a emergência de um novo segmento populacional e comumente acompanhada de uma nova ideologia, da origem a necessidades e oportunidades sociais inéditas, condiciona o estabelecimento de novas políticas e práticas sociais e abre espaço para a criação de novas instituições e organizações sociais. Evidencia-se, assim, que o envelhecimento populacional é um processo social, histórico e cultural cujas conseqüências não se restringem aos idosos, más, permeia todas as gerações e, ainda mais, todos os setores da sociedade (SCOTT, 2002, p. 103).

Cientes da problemática que envolve o envelhecimento, desde a antiguidade que as ciências preocupadas com a manutenção da vida, já discorriam sobre a pessoa velha e/ou que envelhecia através da Gerontologia em sua forma mais antiga. Leme (1996, p. 14-18) apresenta textos elaborados no Egito, Oriente Médio, Índia, China, Japão, Grécia e Roma Antiga. Que mesmo não sendo tão elaborados quanto os de hoje, fazem menção a uma possível ciência da velhice ou do envelhecimento, baseados em orientações médicas, mas também, a hábitos de vida.

Com o aperfeiçoamento da gerontologia, a partir da segunda metade do século XX, mais precisamente após Segunda Guerra Mundial, o idoso passou a ser estudado em todos os seus aspectos. À noção biológica a cerca do processo de envelhecimento fora acrescentado aspectos sociais (REBOUL, 1973 apud SÁ 1999, p 225), culminando com estudos específicos na área das ciências sociais nos Estados Unidos e na Europa.

É preciso relembrar o fenômeno conhecido como *"baby-boom"*, uma explosão nas taxas de natalidade, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, no pós-guerra, entre 1945 e 1960. Porque, em 2025, segundo Zimerman (2000, p. 14) ocorrerá o *"velho-boom"*, as pessoas que nasceram no pós-guerra estarão na faixa que vai dos 65 aos 80 anos, o que, sem dúvida, terá várias conseqüências políticas, econômicas, médicas e sociais.

No Brasil foi a partir da década de 1980 que começaram a surgir com mais frequência, na área das ciências sociais, pesquisas que demonstrassem o crescimento da população idosa brasileira, apontando para importantes transformações por que tem passado esta parcela da população (COUTRIM, 2010, p. 29).

No que concerne aos estudos especificamente históricos, elaborados por historiadores, pouco foi produzido. Em contra partida, além da Geriatria e Gerontologia, existe hoje uma vasta produção nas áreas de Enfermagem, Psicologia, Medicina, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Educação Física, o que pressupõe o desinteresse ou desatenção em relação a esse novo fenômeno na história do homem por parte da historiografia nacional.

Não estariam os historiadores e historiadoras muito desatentos para esse novo fenômeno na história da humanidade? Não deveriam questionar os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais dessa vida que envelhece e/ou envelheceu de maneira histórica? Afinal como afirma Mercadante (1996, p. 74) "sempre se é velho num determinado lugar e num determinado tempo histórico". Para tanto, a História Demográfica poderia servir como um instrumento de análise desse processo em curso no Brasil desde 1960 e que até então não despertou maiores interesses por parte dos historiadores.

No Brasil, os estudos sobre envelhecimento e o velho têm sido concentrados em teses, principalmente nas áreas de Sociologia, Antropologia, Psicologia e Serviço Social. Entretanto, a área educativo-pedagógica, bem como objetivos e motivações da clientela que busca as instituições educacionais, parecem não ter recebido a devida atenção dos pesquisadores (FRUTUOSO, 1999).

Em Juiz de Fora, encontramos o livro **Psicologia: interfaces com a educação e a saúde** (2005), organizado por Márcia Maria

Peruzzi Elia da Mota, com um artigo de Neide Cordeiro de Magalhães, *As máscaras do poder na representação social do idoso de Juiz de Fora*, em que a autora cita dados sobre a população idosa da cidade, conceitos e metodologia da Teoria das Representações Sociais, elaborando uma análise de algumas instituições que cuidam da população idosa e questionando os programas para a "terceira idade".

Também existem alguns trabalhos específicos nas Faculdades de Educação Física e de Serviço Social e outras faculdades articuladas no Pólo Interdisciplinar de Estudos de Envelhecimento da Universidade Federal de Juiz de Fora. A prefeitura de Juiz de Fora, através da Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC), realizou, junto com o Conselho Municipal do Idoso o I Seminário Municipal - O Idoso em Juiz de Fora - em setembro de 2005, do qual participamos representando o Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, PPGE - UFJF. Nessa oportunidade, discutimos dadas, situação social do idoso na cidade, perspectivas, estratégias e políticas públicas, para atender as crescentes demandas deste segmento.

Não encontramos nada a respeito do tema idoso e o envelhecer na biblioteca do curso de Pedagogia da UFJF e no PPGE. Este fato perturbou-nos, pois, como a Educação compreende tal fenômeno? Como a Educação enquanto prática pode contribuir para enfrentarmos novos desafios? Como educadores, alunos, coordenadores da escola trabalham ou não a questão? A escola percebe as recentes transformações demográficas no Brasil? A partir da compreensão destas questões, seria interessante refletir, debater e criar possibilidades de intervenção já definidas na Política Nacional do Idoso e no Estatuto do Idoso, pois pensamos que o ato político-pedagógico de ensinar e aprender só faz sentido construindo-se a perspectiva de transformação e de interferência na realidade concreta e subjetiva dos sujeitos envolvidos.

Por seu curso, Kalache (2006) afirma que as políticas públicas de intervenção só podem ser elaboradas e efetivadas a partir de dados de pesquisas do meio acadêmico, fato que confirma a relevância do tema.

2 HISTÓRIA DEMOGRÁFICA E ENVELHECIMENTO

O termo "demografia histórica" parece ter sido utilizado pela

primeira vez em 1933, por J. Bourdon, no VII Congresso Internacional das Ciências Históricas. A expressão era sinônima da história das populações (DUPÂQUIER, 1993, p. 215, 217).

Inventada por demógrafos, a nova disciplina logo seduziu os historiadores que logo começaram a inserir em suas pesquisas dados demográficos oriundos dos arquivos paroquiais, em sua maioria.

A partir da segunda metade de 1940 a demografia histórica se constitui em disciplina autônoma, com estudos delimitados. Mas foi somente em 1960, na Inglaterra que o chamado Grupo *de Cambridge* desenvolveu uma metodologia específica basicamente quantitativa e abrangendo um grande número de regiões, com o intuito de padronizar as informações e torná-las comparáveis entre si, contemplando largos períodos de tempo e lugares diferentes. Principalmente nos estudos a cerca das famílias – História da Família (FARIA, 1997, p. 245-246).

Desde a modernidade[1] que a Igreja Católica passou a produzir uma vasta documentação, antes inexistente, que se tornou a base das primeiras pesquisas demográficas (FARIA, 1997, p. 242). Na contemporaneidade dispõe-se de dados recenseados por outras instituições.

Segundo Barros (2004, 26) a "História Demográfica" é uma disciplina que enfatiza o estudo de tudo aquilo que se refere mais ou menos à população: suas variações quantitativas, o crescimento e declínio populacional, os movimentos migratórios e assim por diante. Desta forma, é a noção de população, com tudo que ela implica.

De acordo com Dupâquier (1993) a história demográfica, desde o seu nascimento, definiu-se menos por seu objeto (a população do passado) do que por suas fontes (em primeiro lugar registros paroquiais, em seguida relações de impostos, atos notariados etc.) e por seus métodos (microanálise longitudinal[2]).

Com a aplicação da demografia a história tornou-se social e popular, contribuindo para uma nova forma de identificação e representação dos sujeitos históricos. Sendo essa forma ao mesmo tempo mais nova, mais rica e também mais certa (DUPÂQUIER, 1993).

1 A uniformização dos registros das alianças matrimoniais por parte da Igreja Católica estava presente desde o IV Concílio de Latrão em 1215, mas não eram efetivados na prática (FARIA, 1997, p. 243).

2 Cada acontecimento é relacionado não mais com a população presente, mas com um acontecimento anterior (DUPÂQUIER, 1993, p. 216).

Para a história demográfica, assim como para as demais dimensões da história[3], a interdisciplinaridade faz-se obrigatória, tal como propõe a Escola do Annales[4]. Para que seja possível a elaboração de um trabalho, faz-se necessária a inter-relação de todas as fontes disponíveis, principalmente as que até então foram negligenciadas pela historiografia, tais como as das ciências médicas e/ou biológicas, por exemplo. Ou seja, o recurso a outras fontes que não sejam as do estado civil, fecundidade, mortalidade e assim por diante (DUPÂQUIER, 1993).

De acordo com Ozella (2003), a pesquisa é, sem dúvida alguma, uma fonte de produção de conhecimento que reflete sobre a formação do pesquisador. Porém, ele alerta que esta não se dá apenas através da epistemologia e/ou da metodologia conforme demonstrou a Filosofia da Ciência, originada do Positivismo, que renunciou ao inquérito a respeito do sujeito conhecedor, perdeu a visão sobre a experiência direta do sujeito conhecedor no momento em que a epistemologia foi reduzida à metodologia. Nesta perspectiva, ela contribui para o escamoteamento tanto do sujeito do pesquisador, quanto daquele contribuinte da pesquisa, quando ambos, numa abordagem qualitativa, enquanto participantes, são ativos na produção do conhecimento.

A respeito da introdução dessas novas fontes para o processo de elaboração do saber histórico, Burguiére (1974) relata que o historiador demógrafo, e não somente ele, recusou-se algumas vezes a reconhecer nos fenômenos históricos demográficos a marca das contradições sociais, pelo seguinte motivo: a recusa de integrar os fatos biológicos no discurso histórico.

Portanto, os dados a cerca da vida biológica do homem (saúde, por exemplo) fornece um importante recurso para o entendimento da vida social, que ate então só eram explicados através de documentos de ordem política e/ou econômica, testemunhos literários ou simplesmente

3 Observa-se hoje uma imensidão de sub-especialidades dentro da história: história econômica, história política, história cultural entre outras. Mas na verdade, não existem fatos que sejam exclusivamente econômicos, políticos ou culturais. Todas as dimensões da realidade social interagem-se, ou sequer inexistem como dimensões separadas (BARROS, 2004, p. 22).

4 Desde a fundação da Revista Annales em 1929 na França, com o intuito de para promover a história econômica e social, que se iniciam contatos interdisciplinares no seio das ciências sociais (BURGUIÈRE, 1974, p. 49). A revista que tem hoje mais de sessenta anos, promoveu uma nova transformação na historiografia, e cuja corrente é denominada História dos Annales, continua a encorajar inovações na atualidade (BURKE, 1997, p. 17).

íntimos (BURGUIÉRE, 1974).

Assim, para que seja possível relacionar dados referentes à fecundidade, natalidade, mortalidade entre outros, a história demográfica teve que se aperfeiçoar, pois o número tomado isoladamente não tem grande importância para o historiador, a não ser quando ele pode ser contextualizá-lo, produzir a partir dele inferências socioculturais, conectá-lo a outras informações e estabelecer hipóteses para a compreensão de uma sociedade (BARROS, 2004).

Ou como afirma Barros (2004) o historiador que pretende fazer uma história que não seja simplesmente informativa ou descritiva, mas também problematizada, certamente encontrará caminhos para estabelecer conexões entre informações numéricas ou padronizadas e as inferências sociais e culturais.

Portanto, através da utilização de dados estatísticos, mas também econômicos, políticos, sociais e culturais, pretendem-se explicar o que é incomensurável, os comportamentos de base, o que não foi confessado pelas fontes tradicionais (BURGUIÉRE, 1974), o processo de envelhecimento segundo uma visão histórica, isto é, a par das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais.

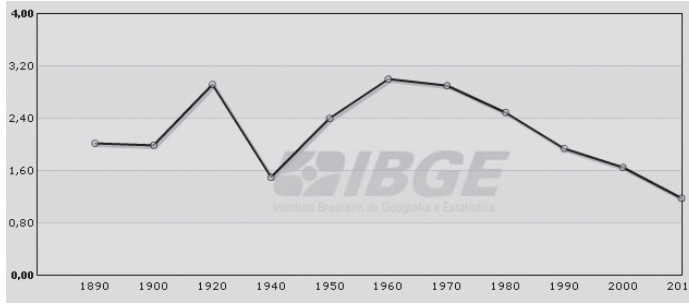
3 ENVELHECIMENTO E HISTÓRIA NO BRASIL

Até pouco tempo atrás o Brasil era um país proporcionalmente muito jovem, e o envelhecimento correspondia a um fenômeno típico de países desenvolvidos. No entanto essa realidade está se transformando, devido às grandes mudanças demográficas do Brasil.

Conforme demonstra o gráfico 1, entre os anos 1940 e 1960 a população brasileira, experimenta um grande aumento do seu ritmo de crescimento anual. E a partir de 1960 o ritmo anual de crescimento populacional começa a desacelerar (BERQUÓ, 1999). No ano de 1940 observa-se a média de crescimento anual de 1,49%, 2,39% em 1950 e 2,99% em 1960. A partir do ano de 1970 inicia-se o declínio das taxas de crescimento anual da população[5], no respectivo ano a média é de 2,89%, 2,80% em 1980, 1,93% em 1990, 1,64% em 2000 e 1,17 em 2010.

5 Incremento médio da população correspondente a duas datas sucessivas (IBGE, 2006, p. 124).

Gráfico 1:Taxa de crescimento anual da população entre os anos 1890-2010.



Fonte: Directoria Geral de Estatística, [1890] -1930, Recenseamento do Brasil 1872-1920; IBGE, Censo Demográfico 1940-2010. Até 1980, dados extraídos de Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil 1994. vol. 54, 1994.[6]

O aumento das taxas de crescimento anual da população (1940-1960) decorre da introdução de tecnologia importada (vacinas, antibióticos, remédios, aparelhagem, entre outros) que reduziram drasticamente a mortalidade das doenças infectocontagiosas tornando "possível curar-se e sobreviver, por exemplo, de tuberculose, mesmo morando em condições subumanas (favelas, cortiços) e recebendo salários que não conseguem garantir as necessidades básicas de alimentação, vestuário e moradia". (PASCHOAL, 1996, p. 33.).

Segundo Kalache, Veras e Ramos (1987, p. 206), até a década de 1930,

> [...] quase a metade das mortes ocorridas foi causada por doenças infecciosas e parasitárias. Em 1980, tais doenças foram responsáveis por pouco mais que 10% das mortes, praticamente a mesma percentagem de mortes causadas por doenças respiratórias ou por câncer. O grupo integrado por doenças cardiovasculares passou a primeiro lugar, tendo sido responsável por um terço das mortes no Brasil em 1980.

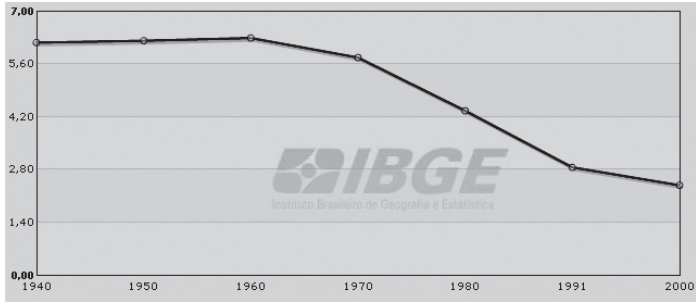
Para Berquó (1999), o responsável pela redução do crescimento populacional (1960 em diante) foi à queda das taxas de fecundidade[7].

6 Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD106&sv=33&t=taxa-media-geometrica-de-crescimento-anual-da-populacao>. Acesso em: 03 out. 2001.

7 Corresponde ao número médio de filhos que uma mulher teria ao termino do seu período reprodutivo em um ano (CARVALHO; RODRIGUES; SAWYER, 1998, p. 22).

De acordo com o gráfico 2, as taxas de fecundidade mantiveram-se em crescimento nas décadas 1940, 1950 a 1960: 6,16; 6,21; e 6,28 filhos por mulher respectivamente. Iniciando nas décadas seguintes sucessivos declínios: em 1970 5,76; em1980 4,35; em1991 2,85; e em 2000 2,38 filhos por mulher.

Gráfico 2: Taxa de fecundidade total1940-2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Tabela extraída de: 1. Até 1980: Estatísticas do Século XX no Anuário Estatístico do Brasil, 1985, vol. 46, 1985; 2. Até 2000: Tendências demográficas: uma análise dos resultados do Censo demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. P. 83[8].

A queda das taxas de fecundidade, que tiveram início nos 1970 e não pararam mais de cair desde então, podem ser associadas à introdução e difusão dos métodos contraceptivos orais no Brasil (IBGE, 2008) juntamente com o início da urbanização e industrialização entre as décadas de 1950/60, pois como argumenta Paschoal (1996) citado por Ramos (1993) e Veras (1994), com a urbanização e a industrialização das cidades as pessoas teriam mais acesso à educação, a saúde e aos programas de planejamento familiar. Esses dois processos por sua vez teriam incorporado as mulheres à força de trabalho nas sociedades modernas, reduzindo a disponibilidade para o cuidado dos filhos. Além disso, as condições de moradia e trabalho, (casas menores e muitas vezes longe dos locais de trabalho) faz com que as famílias tendam a ser menores, até por uma questão de sobrevivência e competitividade no mercado de trabalho.

A diminuição da fecundidade acarretou uma nova mudança na

8 Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP264&sv=36&t= taxa-de-fecundidade-total>. Acesso em: 03 out. 2011.

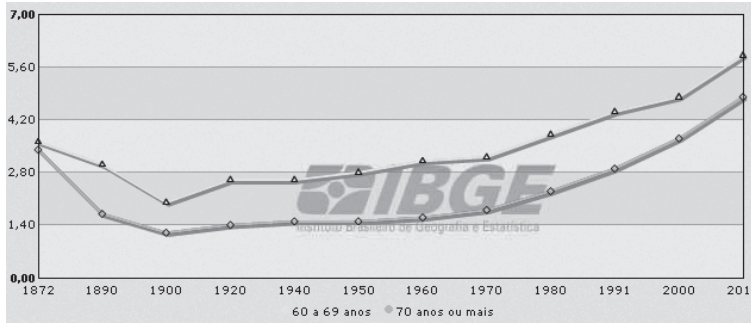
estrutura da sociedade brasileira: o envelhecimento populacional, em outras palavras o aumento da proporção de idosos. No caso do Brasil, reflexo do aumento de nascimentos entre os anos 1940 a 1960 e da diminuição da mortalidade a partir dos anos 1940, seguido da redução da fecundidade iniciada nos anos 1960. Tal como explica os autores:

> [...] para que uma população envelheça é necessário primeiro que nasçam muitas crianças, segundo que as mesmas sobrevivam até idades avançadas e que, simultaneamente, o número de nascimentos diminua. Com isso a entrada de jovens na população decresce, e a proporção daqueles que sobreviveram até idades mais avançadas passa a crescer. (KALACHE; RAMOS; VERAS, 1987, P. 206).

E ao contrário do que sugere o senso comum é com o declínio sustentado das taxas de fecundidade que se dá início ao processo de envelhecimento de uma população. Com o declínio da fecundidade, o ritmo de crescimento anual do número de nascimento passa, imediatamente, a cair, fazendo com que se inicie um processo contínuo de estreitamento da base da pirâmide da população (CARVALHO; GARCIA, 2003).

O gráfico abaixo apresenta a evolução da proporção de idosos no Brasil entre os anos 1872 e 2010.

Gráfico 3: População por grupo de idade 60-69 anos e 70 anos ou mais



Fonte: Directoria Geral de Estatística, [1872] - 1930 Recenseamento do Brasil 1872-1920; IBGE Censo demográfico 1940-2010. Até 1991, dados extraídos de: Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil 1994. Rio de Janeiro: IBGE, vol.54, 1994[9].

9 Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP264&sv=36&t= taxa-de-fecundidade-total>. Acesso em: 03 out. 2011.

Conforme o gráfico anterior, até a década de 1950 observa-se grandes variações das taxas de crescimento da população idosa no Brasil, estabilizando-se somente a partir da década de 1950 e apresentando grandes aumentos nos anos 1970 em diante.

Utilizando ainda o gráfico 3, observamos que no ano de 1991 o Brasil entra para o grupo de países com perspectivas de se tornar envelhecido, no referido ano as pessoas com idade igual ou maior que 60 anos correspondia a 7,3% do total da população. E nos anos seguintes, confirmou essa tendência, ao atingir a marca de 8,5% em 2000 e 10,7% de idosos em 2010[10].

Considerando a continuidade das tendências de envelhecimento, estima-se para a próxima década – 2020, portanto – quase 13% de idosos podendo exceder 30 milhões de pessoas (IBGE, 2002).

Assim como observado nos países desenvolvidos, nos países menos desenvolvidos também ocorreram transformações econômicas e sociais devido ao grande *Boom* econômico da *Era de Ouro do capitalismo* (HOBSBAWM, 1995, p. 253-264). No caso do Brasil entre os anos de 1950 e 1964, essas transformações são percebidas sob a óptica das mudanças nas estruturas urbana e industrial do país (FAUSTO, 1997).

No início de década de 1950, o governo promoveu várias medidas destinadas a incentivar o desenvolvimento econômico, com ênfase na industrialização, assim como no setor de transportes e de energia, e em 1952 (durante o governo Vargas – 1951-1954) a fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) destinado a acelerar o processo de diversificação industrial no país (FAUSTO, 1997).

Independente das dificuldades econômicas[11] vividas no Brasil nesse início de processo de industrialização, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) também ocorre uma intensa modificação na indústria brasileira.

A política econômica desenvolvida pelo governo JK, através do Programas de Meta[12] e com a ajuda do capital estrangeiro, o país

10 Conforme a **Organização Mundial de Saúde**, o conceito de população envelhecida, refere-se aquela, cuja proporção de pessoas com idade de 60 anos ou mais alcance 7% da população total, com tendência a crescer. (OMS, 1984 apud PASCHOAL, 1996, p. 27.).

11 Desde o governo Dutra que o Brasil enfrenta altas taxas de inflação, dificultando o desenvolvimento econômico do país (FAUSTO, 1997, p. 403- 410).

12 Segundo Fausto (1997, p. 425), o programa de Metas definia a política econômica do Governo Juscelino, abrangendo 31 objetivos, distribuídos em seis grandes grupos: energia, transportes, alimentação, indústria de base, educação e a construção de Brasília.

conseguiu dar mais uma alavancada na indústria,[13] aumentando a produção e o PIB. Os cinco anos do governo JK são lembrados pelos brasileiros como um período de otimismo e grandes realizações, cujo maior exemplo foi à construção de Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960 (FAUSTO, 1997).

E no governo de João Goulart (1961-1964) observa-se as consequências do rápido desenvolvimento da indústria: um rápido processo de urbanização do país, aproximando cada vez mais campo e cidade (FAUSTO, 1997).

Desse modo, pode-se concluir que o processo de industrialização ocorrido a partir da década de 1950 ampliou as oportunidades de empregos, empurrando a população do campo para as cidades, colaborando para o processo de urbanização das mesmas (FAUSTO, 1997). Isso por sua vez (a industrialização juntamente com a urbanização), teria contribuído para o início das quedas das taxas de fecundidade, tal como propõe Paschoal (1996).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível observar o envelhecimento da população brasileira é um fenômeno novo, iniciado na década de 1991 quando atingiu o número mínimo de pessoas idosas, tal como estabelece a OMS (OMS, 1984 apud PASCHOAL, 1996, p. 27).

Contudo, esse fenômeno não se explica simplesmente a partir do aumento da expectativa de vida. Antes, corresponde a declínios contínuos das taxas de fecundidade, que diminuiu a proporção de jovens em relação à população total, reflexo direto e/ou indireto de novas formas de organização política, econômica, social e cultural que podem ser descritas e analisadas historicamente, pois as pessoas idosas de hoje correspondem às nascidas, pelo menos, na década de 1950.

Embora o envelhecimento não possa ser resumido a partir do aumento da expectativa de vida e ainda exista uma duração máxima da vida humana, uma vez que em países que já atingiram desenvolvimento elevado de bem-estar-social a expectativa de vida de homens e mulheres tenha aumentado muito pouco nos últimos 130 anos (NERI, 2001) a era de homens e mulheres centenários pode ainda estar por vir. Inclusive

13 O governo JK ficou é associado à instalação da indústria automobilística (FAUSTO, 1997, p. 427).

nos países em desenvolvimento. Isto por que o segmento da população que mais cresce é o da população idosa, alterando a composição interna do próprio grupo. As pessoas com idade igual ou maior que 75 anos cresceu 49,3% entre os anos de 1991 e 2000. (IBGE, 2002).

No que tange magnitude deste processo, o rápido envelhecimento da população brasileira revela ainda os desafios para implantação e manutenção de recursos capazes de garantir o mínimo de bem estar desse novo segmento que se expande no cenário nacional. E um desses grandes desafios é a feminização do processo de envelhecimento da população brasileira, que apesar de não ser o tema específico do nosso artigo deve ser mencionado.

De acordo com Néri (2001), no sentido sóciodemográfico, o fenômeno da feminização está associado aos seguintes aspectos: maior presença relativa de mulheres na população idosa, maior longevidade das mulheres em comparação com os homens, crescimento relativo do número de mulheres que fazem parte da população economicamente ativa, crescimento relativo no número de mulheres que são chefes de família. Do ponto de vista médico-social, a feminização da velhice significa mais risco do que vantagem, uma vez que as mulheres são física e socialmente mais frágeis do que os homens. Os idosos de modo geral e as idosas, explicitando a referida fragilidade, em particular são objeto de um discurso ambíguo das instituições sociais e do Estado brasileiro, que ora os protege, ora os aponta como causadores dos males que afligem os sistemas públicos de saúde e de Previdência. A presença desse discurso contribui para a deterioração das condições de vida das **idosas**[14], que, em comparação com os idosos, tendem a ser mais pobres, mais doentes e mais solitárias. Os censos de 1970, 1980 e 1989 revelaram que a proporção de mulheres de mais de 65 anos que vivem sozinhas cresceu de 9,4% para 13% e para 14,5%. Além disso, os salários masculinos ainda são 42% maiores que os femininos, segundo Censo 2010. A média salarial as mulheres é de R$ 984, e a masculina, R$ 1.395 (GOMES, 2011).

Portanto, cabe a nós, não apenas historiadores e historiadoras, e sim a todos educadores estarmos atentos a esse novo fenômeno na história da humanidade para podermos contribuir para a compreensão das novas formas de manifestações da vida humana. Assim como para

14 Grifo nosso.

elaboração de conteúdos e propostas viáveis aos problemas referentes ao processo de envelhecimento. Como o Estatuto do Idoso no Capítulo V - Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Artigo 22, estabelece que nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal sejam inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria (2003, p. 17-18), devemos ao menos, transformá-lo em instrumento, bem como a temática desse artigo, e motivar a reflexão e crítica dos nossos alunos e alunas sobre as pessoas que envelhecem e/ou envelhecerão, ou seja, cada um de nós. Que na verdade são e/ou serão os futuros velhos e velhas de nossas cidades. Isso deve ser feito para que enfim a velhice não seja um choque que nos chegue primeiro pelos olhos do outro (MOTTA, 1998 apud GUSMÃO, 2001, p. 128) e para que o velho possa ser parte integrante das relações sociais, dispondo de um lugar e um papel que diga de si e diga de sua experiência consolidada pela maturidade[15] (GUSMÃO, 2001).

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. Os campos da história: uma introdução às especialidades da história. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n.16, p. 17-35, dez. 2004. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis16/art3_16.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2012.

BERQUÓ, Elza. Considerações sobre o envelhecimento da população no Brasil. In: DERBERT, Guita Grin; NERI, Anita Liberalesso (Orgs.). **Velhice e sociedade**. Campinas: Papirus, 1999. p. 11-40.

BRASIL. **Estatuto do Idoso**: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

BURGUIÈRE, André. A demografia. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História:** novas abordagens. 4. ed. Tradução de Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves,1974. p. 59-82.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales** – 1929-1989: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1997.

15 Maturidade parece resultar das experiências vividas como aprendizagem individual e coletiva, como processo de interação em que nossa vontade é uma entre muitas, mas que não se reduz a isso; envolve muitas outras coisas, compromisso consigo mesmo e para com o próximo (GUSMAO, 2001, p. 136).

CARVALHO, José Alberto de; GARCIA, Ricardo Alexandrino. O envelhecimento da população Brasileira: um enfoque demográfico. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 725-733, maio/jun. 2003.

CARVALHO, José Alberto Magno; RODRIGUES, Roberto do Nascimento; SAWYER, Diana Oya. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. 2. ed. São Paulo: ABEP, 1998

COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. **A velhice invisível**: o cotidiano de idosos que trabalham nas ruas de Belo Horizonte. São Paulo: Annablume, 2010.

DUPÂQUIER, Jacques. Demografia histórica. In: BURGUIÈRE, André. **Dicionário das ciências históricas**. Tradução de Henrique de Araujo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 215-221.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história**: Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 241-258.

FRUTUOSO, Dina. **A Terceira Idade na Universidade**. Rio de Janeiro: Ágora da Ilha, 1999.

GIATTI, Luana; BARRETO, Sandhi M. Saúde, Trabalho e Envelhecimento. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 759-773, maio/jun. 2003.

GOMES, Alessandra Soares Muniz. Confira dados relativos às mulheres no Censo: Apesar de maior estudo e responsabilidades, persiste desigualdade salarial. **Jornal Mulier,**UFSC n. 95, p. 3, 2011.

GOMES JUNIOR, Edmundo de Paula. **Pedagogia da idade** – o discurso e o envelhecimento no ambiente escolar. 2007. 142 s. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. A maturidade e a velhice: um olhar antropológico. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Desenvolvimento e**

envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas. 4. ed. Campinas: Papirus, 2008. p. 113-139.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INDICADORES sociodemográficos: perspectivas para o Brasil 1991-2030. Publicação do Instituto Brasileiro de Geografia – **IBGE.** São Paulo: Arbeit, 2006. Disponivel em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/PDS_Sociodemographic_indicators.pdf>. Acesso em: 05 maio 2012.

KALACHE, Alexandre; VERAS, Renato P.; RAMOS, Luiz Roberto. O envelhecimento da população mundial: um desafio novo. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 200-210, jun. 1987. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v21n3/05.pdf>. Acesso em: 14 set. 2011.

KALACHE, Alexandre. Roda Viva – Jornalismo/ Entrevistas. DVD 80min. NTSC full screen. Cultura Marcas, 2006.

LEME, Luiz Eugenio Garcez. A gerontologia e o problema do envelhecimento: Visão histórica. In: PAPALÉO NETTO, Matheus (Org.). **Gerontologia**: a velhice e o envelhecimento em visão globalizante. São Paulo: Atheneu, 1996. p. 13-25..

MERCADANTE, Elisabeth. Aspectos antropológicos do envelhecimento. In: PAPALÉO NETTO, Matheus (Org.). **Gerontologia**: a velhice e o envelhecimento em visão globalizante. São Paulo: Atheneu, 1996. p. 73-76.

NERI, Anita Liberalesso. Paradigmas contemporâneos sobre envelhecimento humano em psicologia e em sociologia. In: _____ (Org.). **Desenvolvimento e envelhecimento:** perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas. 4. ed. Campinas: Papirus, 2008. p. 11-37.

NÉRI, Anita Liberalesso. **Palavras-chave em Gerontologia**. Campinas: Alínea, 2001.

OZELLA, Sérgio; SANCHEZ, Sandra G. Breve Histórico do desenvolvimento da pesquisa na perspectiva sócio-histórica na PUC-SP. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça M.; FURTADO, Odair (Orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica** – uma perspectiva crítica em psicologia. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PASCHOAL, Sérgio Márcio Pacheco. Epidemiologia do envelhecimento. In. PAPALÉO NETTO, Matheus (Org.). **Gerontologia**: a velhice e o envelhecimento em visão globalizante. São Paulo: Atheneu, 1996. p. 26-43.

PERFIL dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil: 2000. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **IBGE**, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/ populacao /perfilidoso/perfidosos2000.pdf>. Acesso em: 10 out. 2011.

SÁ, Jeanete Liasch Martins de. Gerontologia e interdisciplinaridade: fundamentos epistemológicos. In: DEBERT, Guita Grin; NERI, Anita Liberalesco (Orgs.). **Velhice e Sociedade**. Campinas: Papirus, 1999. p. 223-232.

SCOTT, Russel Parry. Envelhecimento e Juventude no Japão e no Brasil: idosos, jovens e a problematização da saúde reprodutiva no brasil. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JR, Carlos E. A (Orgs.). **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002. p. 103- 127.

WORLD Population Ageing: 1950-2050. **Organizaçoes das Nações Unidas**. Nova York: United Nations Publications, 2002. Diponivel em: <http://www.un.org/esa/population/publications/worldageing19502050/ index.htm>. Acesso em: 21. set. 2011.

ZIMERMAN, Guite I. **Velhice, aspectos biopsicossociais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

Artigo recebido em: 08/3/2013
Aceito para publicação em: 22/07/2013

Os desafios da democratização brasileira no século XXI: a produção legislativa acerca da destinação das forças armadas

*Marcelo Romero**

RESUMO

Este artigo objetiva analisar a produção legislativa acerca da destinação das Forças Armadas no Brasil durante a segunda metade do século XX e início do século XXI. A hipótese central infere que os períodos ditatoriais, vigentes durante o regime republicano no país, impuseram severos limites legais aos processos de democratização da formação social brasileira a ponto de garantirem a sobrevivência de mecanismo institucionais autoritários no interior do Estado de direito. A investigação realizar-se-á por meio da verificação da dinâmica dos preceitos constitucionais elaborada para a normatização do papel das Forças Armadas nas Constituições de 1946, 1967 e 1988, e na legislação complementar referente ao assunto instituída posteriormente.

Palavras-chave: Democratização brasileira. Produção Legislativa. Autoritarismo. Forças Armadas.

ABSTRACT

This article aims to analyze the legislative production regarding the destination of the Armed Forces in Brazil during the second half of the 2Oth century and the beginning of the 21st century. The central hypothesis infers that the dictatorial periods, in force during the republican regimen in the country, imposed severe legal limits to the processes of democratization of the Brazilian social formation to the point of guaranteeing the survival of authoritarian institutional mechanisms within the State of law. The investigation will be conducted by means of verifying the dynamics of the constitutional precepts elaborated to the normatization of the role played by the Armed Forces in the Constitutions of 1946, 1967 and 1988, and the complementary legislation referring to the subject instituted afterwards.

* Doutorando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Mestre em História e Cultura Política pela Universidade Estadual Paulista – UNESP. Professor do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora – CES/JF. mromerobr@gmail.com

Keywords: Brazilian democratization. Legislation. Autoritarism. Armed Forces.

1 INTRODUÇÃO

A vigência de um Estado republicano no Brasil é recente se comparada à história dos países Ocidentais nos quais esse modelo de organização foi ensejado originariamente. Nesses países, o processo de construção do poder em bases republicanas percorreu longa trajetória até que os mecanismos legais, relativos à preservação dos direitos fundamentais dos cidadãos, alcançassem patamares mínimos de preservação, ampliação e manutenção.

O Estado brasileiro, por sua vez, convive com práticas autoritárias desde a proclamação da República. O Estado Novo (1937-1945) e a ditadura civil-militar (1964-1985) foram, inclusive, períodos nos quais o regime republicano foi subtraído em favor de regimes autoritários. Os períodos ditatoriais impuseram severos limites legais aos processos de democratização da formação social brasileira a ponto de garantirem a sobrevivência de práticas autoritárias mesmo no momento do retorno ao Estado de direito.

Tornaram-se relevantes, desse modo, as análises acerca dos procedimentos de elaboração das leis no Brasil, especialmente as que compõem os textos constitucionais. Mais especificamente, o estudo da trajetória do papel reservado às Forças Armadas pelas constituições republicanas brasileiras constitui-se em profícuo critério de verificação da capacidade de sobrevivência dos mecanismos legais herdados dos períodos em que o país viveu sob a égide do autoritarismo.

A Constituição de 1988, por exemplo, não conseguiu se desvencilhar do "entulho autoritário" institucionalizado ao longo da ditadura que lhe antecedeu. O intervencionismo militar, a autonomia das Forças Armadas e a proeminência do poder Executivo sobre os demais poderes no recurso às tropas militares federais, são alguns dos elementos que permitem a identificação da sobrevivência de práticas autoritárias no interior da legislação concernente ao Estado brasileiro contemporâneo.

A atribuição do papel de guardiãs da lei e da ordem e a dificuldade em submeter o poder militar ao poder político civil são indicadores significativos da função interventora que as constituições republicanas

historicamente garantiram às Forças Armadas, assegurando, dessa forma, alto grau de autonomia das corporações militares diante do Estado republicano no Brasil.

A submissão à autoridade presidencial, com a ressalva de que se realizasse "dentro dos limites da lei", e a condição de garantidoras da lei e da ordem foram prerrogativas atribuídas às Forças Armadas desde o primeiro texto constitucional da República brasileira e reiteradas nas demais constituições elaboradas ao longo de sua história. A análise da legislação referente à destinação das Forças Armadas, por meio da comparação dos artigos das Constituições de 1946, de 1967 e de 1988, das Leis Complementares e dos Decretos relativos ao tema, permite vislumbrar o percurso da função que se lhes atribuiu ao longo da segunda metade do século XX.

2 DESENVOLVIMENTO

Na Constituição de 1946, os artigos referentes à destinação das Forças Armadas são os de números 176 e 177:

> Artigo 176 – As Forças Armadas, constituídas essencialmente pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, são instituições permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei.
> Artigo 177 – Destinam-se as forças armadas a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem (BRASIL, 1946).

Na Constituição de 1967, elaborada durante a vigência da ditadura militar, é o artigo 92 que versa a respeito do papel reservado às corporações militares:

> Artigo 92 – As forças Armadas, constituídas pela Marinha de Guerra, Exército e Aeronáutica Militar, são instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei.
> § 1º – Destinam-se as forças armadas a defender a Pátria e a garantir os Poderes constituídos, a lei e a ordem (BRASIL, 1967).

A obediência ao Presidente da República, condicionada aos

"limites da lei", permitiu aos comandantes das tropas militares federais julgar se a prática política dos sucessivos presidentes encontrava-se ou não de acordo com os limites legais. Desse modo, atribuiu-se a elas, constitucionalmente, a função de "força ajuizante" (OLIVEIRA, 1994, p. 131) capaz de lhes facultar a intervenção militar em nome da legalidade. Para Oliveira (1994, p. 26),

> [...] este é o conceito da obediência condicional das Forças Armadas ao poder político-civil. A autonomia política, conquistada ao longo da República, reforçou de tal maneira o papel dos militares que o preceito da obediência condicional torna evidente que: a) as instituições políticas são potencialmente tuteladas pelo aparelho militar, pois, não prevendo elas mesmas seus próprios mecanismos de conservação e mudança, a garantia dos poderes constitucionais (ou constituídos, conforme a Constituição de 1967, repetido em 1969) corresponde a uma tarefa militar. b) a obediência dentro da lei abre enorme espaço ao ator político que julga quais são estes limites e em que condições obedecerá [...]

José Murilo de Carvalho também salientou a capacidade de deliberação atribuída às Forças Armadas pelos textos constitucionais desde o início do período republicano:

> [...] Introduzida em 1891 por Rui Barbosa para refrear o Executivo, serviu posteriormente para justificar todos os intervencionismos, pois parecia dar aos militares o poder de julgar da [sic] legalidade das ações do governo. Criou a [sic] República o que a Constituição Imperial buscou a todo custo evitar: uma força armada deliberante (CARVALHO, 2005, p. 133).

No momento da elaboração da Carta de 1988, a manutenção da expressão que condicionava a obediência das Forças Armadas aos "limites da lei" foi reivindicada pelos setores militares, levando-os a objetar os motivos apresentados pela Comissão Afonso Arinos em favor de sua supressão (OLIVEIRA, 1994, p. 135).

Com o objetivo de sustentar a preservação de sua prática intervencionista, os militares fundamentaram seus argumentos em torno da doutrina de segurança nacional que, desde o fim da II Guerra Mundial, postulava a necessidade de envolvimento das Forças Armadas

nas questões relativas à ordem interna e não somente à defesa externa.

Em países nos quais existe maior controle do poder político civil sobre os setores militares, a responsabilidade pela segurança interna fica a cargo das forças policiais que têm nas tropas militares federais suas forças auxiliares e de reserva. No Brasil, essa relação se deu em sentido contrário, ou seja, pelo parágrafo 6º do artigo 144 da Constituição de 1988, as forças policiais "são forças auxiliares e reserva do Exército" (BRASIL, 1988).

O relator da Subcomissão de Defesa do Estado, durante os trabalhos constituintes, acabou por coadunar, portanto, com as pressões exercidas pelas Forças Armadas:

> [...] em vez de separar as forças responsáveis pela ordem interna da responsável pela ordem externa, bem como de fazer valer o preceito de que, em tempo de paz, as tropas militares federais são forças de reserva das Polícias Militares e em tempo de guerra, o inverso, Fiúza optou por favorecer a autonomia das Forças Armadas. Ou seja, manteve o controle parcial do Exército sobre as PMs, alegando que o governo necessitaria de todas as suas forças para controlar os contestadores da ordem social [...] (ZAVERUCHA, 2005, p. 61).

Ao longo da constituinte de 1988, na tentativa de restringir a ingerência militar, o anteprojeto da Comissão Afonso Arinos previu substantiva modificação na destinação das Forças Armadas de forma a eliminar a função de guardiãs da lei e da ordem historicamente atribuída aos militares. Isso gerou profunda insatisfação entre os últimos, a ponto de o Ministro do Exército, o general Leônidas Pires Gonçalves, ameaçar não permitir a continuidade dos trabalhos constitucionais (ZAVERUCHA, 2005, p. 66). Assim, o artigo que tratou da destinação das Forças Armadas na Constituição de 1988 foi elaborado com a seguinte redação:

> Artigo 142 – As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (BRASIL, 1988).

Como se pode observar, a capacidade deliberativa sustentada pela obediência condicional das Forças Armadas à autoridade presidencial desapareceu do último texto constitucional. O artigo acrescentou, ainda, outra relevante alteração. Estreitou-se o recurso à intervenção militar à garantia dos poderes constitucionais, podendo realizar-se em virtude da preservação da lei e da ordem somente quando tal prática fosse reivindicada por algum dos poderes. Essa última modificação distribuiu a iniciativa do recurso às tropas militares federais entre os três poderes, retirando do Executivo sua histórica primazia – como prescreviam os textos constitucionais anteriores – e conferindo ao Legislativo e ao Judiciário equivalência de autoridade nessa matéria.

Ainda ao longo da elaboração do texto constitucional de 1988, alguns constituintes interpretaram as alterações do artigo 142 como mecanismos capazes, finalmente, de restringir a autonomia militar. Foi o caso do então senador Fernando Henrique Cardoso:

> Ora, pelo texto agora aprovado, a iniciativa é, claramente, dos poderes constitucionais e a responsabilidade da decisão é, em última instância, do presidente da República, pois o mesmo artigo diz que as Forças Armadas organizam-se com base na hierarquia, *sob a autoridade suprema do presidente da República* [...] a formulação aprovada [...] parece que atende adequadamente ao papel dos militares na ordem democrática (CARDOSO, 1987 apud OLIVEIRA, 1994, p. 190).

Fernando Henrique Cardoso foi mais adiante em sua compreensão sobre os significados do artigo 142. Interpretou-os como a efetivação da subordinação do poder militar ao civil, de forma a romper com a tutela das Forças Armadas sobre a formação social brasileira:

> Declaro enfaticamente que este texto (do relator Bernardo Cabral) rompe com a teoria da tutela, dotando a nossa Constituição de um instrumento moderno, que não tapa o sol com a peneira, sabe que as Forças Armadas existem e que, em certos momentos, o poder civil precisa delas, mas que elas hão de ser silentes, obedientes, e hierarquizadas ao poder civil que se fundamenta no voto popular (CARDOSO, 1987 apud OLIVEIRA, 1994, p. 190).

De outro modo, pode-se compreender a manutenção da prerrogativa de guardiãs da lei e da ordem atribuída às Forças Armadas

pelo artigo 142 como a reafirmação do histórico intervencionismo militar instituído desde a Constituição de 1891 quando "o papel de garantes da lei e da ordem tornou-se também, aos poucos, fácil justificativa para intervenções e transformou as Forças Armadas em polícia de luxo, lançando o país no pretorianismo" (CARVALHO, 2005, p. 133-134).

Outro aspecto a ser ressaltado sobre a redação do artigo 142 foi a indefinição criada em torno da ideia de "ordem". Em vez de romper com a autonomia das Forças Armadas, como inferiu Fernando Henrique Cardoso, aumentou o espaço para o julgamento e a deliberação dos militares sobre o a questão:

> [...] ordem não é um conceito neutro e sua definição operacional em todos os níveis do processo deliberativo envolve escolhas que refletem as estruturas política e ideológica dominantes. Portanto, a noção de (des)ordem envolve julgamentos ideológicos e está sujeita a estereótipos e preconceitos sobre a conduta (in) desejada de determinados indivíduos. [...] Na prática termina cabendo às Forças Armadas decidir quando houve violação da lei e da ordem. E quem as violou (ZAVERUCHA, 2005, p. 64-65).

O papel de guardiãs da lei e da ordem atribuída às Forças Armadas no Brasil, mais uma vez reiterado pela Carta de 1988, é precisamente aquilo que permite a sobrevivência da tutela e do intervencionismo militar sobre as instituições políticas do país. Com isso, além de preservar a capacidade deliberativa acerca da manutenção, ou não, dos poderes constitucionais – por meio da garantia de sua condição de "força ajuizante" – continua a permitir que os militares se constituam como uma força política capaz de se sobrepor à legalidade constitucional e de estabelecer os limites para o processo de democratização da formação social brasileira.

Para Oliveira (1994, p. 137), "exceto pela não inclusão da expressão 'dentro dos limites da lei' o Artigo 142 da Constituição de 1988 contempla plenamente as reivindicações militares". Zaverucha (2005, p. 65), por sua vez, entende que "a Constituição de 1988, tal qual a anterior, tornou constitucional o golpe de Estado desde que liderado pelas Forças Armadas".

Mais um problema, ainda, pode ser observado na redação do artigo 142. O texto não especifica qual âmbito dos poderes constitucionais –

municipal, estadual ou federal – foi autorizado a fazer uso das tropas. As indeterminações não tardaram a apresentar suas consequências,

> [...] um juiz de Direito solicitou ao Exército a reintegração de posse da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, durante a greve operária no final de 1988. O resultado é de conhecimento público: três mortos, aumento da dependência tutelar do presidente Sarney com relação ao ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves e interferência direta no clima em que se realizaram as eleições municipais daquele ano (OLIVEIRA, 1994, p. 188).

Efetiva alteração no campo legislativo do cenário descrito realizou-se somente em 1991, durante o governo Collor, por meio da Lei Complementar nº 69. No artigo correspondente à destinação das Forças Armadas a nova lei estabeleceu que:

> Artigo 8º – O emprego das Forças Armadas, na defesa da Pátria, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, é da responsabilidade do Presidente da República, que o determinará aos respectivos militares.
> § 1º – Compete ao Presidente da República a decisão do emprego das Forças Armadas, por sua iniciativa própria ou em atendimento a pedido manifestado por qualquer dos poderes constitucionais, através do Presidente do Supremo Tribunal Federal ou do Presidente do Senado Federal ou do Presidente da Câmara dos Deputados, no âmbito de suas respectivas áreas.
> § 2º – A atuação das Forças Armadas ocorrerá de acordo com as diretrizes do Presidente da República, após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, relacionados no art. 144 da Constituição Federal (BRASIL, 1991).

Note-se que o parágrafo 1º reconduziu a primazia do apelo às Forças Armadas ao presidente da República ao estabelecer que os demais poderes necessitam de sua autorização para tanto. Prescreveu também que a iniciativa realizar-se-ia circunscrita ao âmbito federal dos demais poderes. Eliminaram-se, desse modo, as indeterminações referentes a que âmbito dos poderes constitucionais e de que maneira eles devem proceder para fazer uso das tropas militares federais.

Ao restabelecer a exclusividade do aval para a utilização das tropas ao Executivo e reiterar o emprego das Forças Armadas na defesa da lei e da ordem – sem especificar a que ordem se está referindo –, a nova legislação recuperou, no entanto, o sentido das prescrições existentes nas Constituições de 1946 (artigo 177), de 1967 (artigo 92) e de 1988 (artigo 142), que consignavam os poderes constitucionais e a manutenção da ordem pública à tutela militar.

Isso não significa dizer que modificação alguma tenha se realizado na destinação das Forças Armadas, pois a Lei Complementar nº 69 acrescentou importante ressalva. Em seu artigo 8º, o parágrafo 2º restringiu o emprego das tropas ao prescrever que estas somente poderão ser convocadas quando "esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública" (BRASIL, 1991). A lei antepôs a necessidade de utilização da força policial ao recurso das Forças Armadas, isto é, passou a subentender que as tropas militares federais são forças auxiliares e de reserva das forças policiais, contrariamente ao que foi estabelecido pelo artigo 144 da Constituição de 1988.

A ressalva foi introduzida somente em 1991, pois, durante a constituinte de 1988, os militares encontravam-se profundamente empenhados e em melhores condições de manter as suas prerrogativas intervencionistas e a sua autonomia diante do poder político civil. O mesmo se pode dizer com relação às propostas da Constituinte acerca da extinção do Serviço Nacional de Informações (SNI) e do surgimento do Ministério da Defesa. A extinção do SNI só foi possível durante o governo Collor. A criação do Ministério da Defesa, no governo Fernando Henrique Cardoso.

O surgimento do Ministério da Defesa somente no governo Fernando Henrique Cardoso demonstra o quanto a autonomia militar no Brasil contemporâneo ainda é evidente. O ministério foi criado muito mais como uma estratégia para a conquista de um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ZAVERUCHA, 2005, p. 215) do que para atender às demandas – existentes desde antes da Constituinte de 1988 (OLIVEIRA, 1994, p. 154) – em favor da subordinação da intervenção militar ao poder político civil.

Pode-se inferir que outro aspecto a reafirmar o caráter instrumental da criação do Ministério da Defesa foi a redação da Lei Complementar

nº 97 (BRASIL, 1999). O texto da Lei Complementar anterior (nº 69) – referente à destinação das Forças Armadas no seu papel de guardiãs da lei e da ordem – foi reproduzido sem alterações pela lei criada em 1999 em seu artigo 1º e reiterado em seu artigo 15. Embora o artigo 3º subordine ao ministro da defesa as tropas militares federais, seus comandantes têm autoridade equiparada ao ministro civil, como atesta o organograma da disposição hierárquica do ministério[1].

Outra evidência da preservação da autonomia militar no governo Fernando Henrique Cardoso consistiu na reiteração, efetivada pelo Decreto nº 3.897 de 2001, da exclusividade do presidente "na decisão do emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem" (BRASIL, 2001). Mais que isso, o decreto atribuiu às tropas militares federais o poder e a função de polícia quando as voltou também para a manutenção da segurança pública, como se pode verificar no seu artigo 3º:

> Artigo 3º – Na hipótese de emprego das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem, objetivando a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, porque esgotados os instrumentos a isso previstos no art. 144 da Constituição, lhes incumbirá sempre que se faça necessário, desenvolver as ações de polícia ostensiva, como as demais, de natureza preventiva ou repressiva, que se incluem na competência, constitucional e legal, das Polícias Militares, observados os termos e limites impostos, a estas últimas, pelo ordenamento jurídico.
> Parágrafo único – consideram-se esgotados os meios previstos no art. 144 da Constituição, inclusive no que concerne às Polícias Militares, quando, em determinado momento, indisponíveis, inexistentes, ou insuficientes ao desempenho regular de missão constitucional (BRASIL, 2001).

Em nenhum momento prescreveu-se o controle da iniciativa presidencial por parte do poder Legislativo ou do Judiciário. Nem mesmo quando se ressalvou que a função de polícia assumida pelas tropas militares federais efetuar-se-ia nos limites estabelecidos pelo ordenamento jurídico, pois este está referido às polícias militares que, por sua vez, respondem apenas aos poderes Executivos no âmbito federal e no estadual. O artigo 4º permitiu, ainda, o aumento do predomínio das

1 ORGANOGRAMA do Ministério da Defesa. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/estrutura/index.php>. Acesso em: 12 jul. 2010.

Forças Armadas sobre o contingente policial ao instituir a possibilidade de controle das forças policiais estaduais pelo comandante militar responsável pela intervenção (BRASIL, 2001).

O Decreto nº 3.897, portanto, mesmo quando demonstrou preocupação em esclarecer a especificidade da situação que torna possível a intervenção das Forças Armadas na qualidade de força policial, não modificou o sentido das sucessivas legislações criadas sobre a matéria. Ao contrário, explicitou, uma vez mais, a disposição não só de manter o papel de guardiãs da lei e da ordem às Forças Armadas, mas, também, de preservar a prerrogativa da segurança pública como objeto da intervenção militar.

Em 2004, já sob a vigência do governo Lula, foi criada a Lei Complementar nº 117. Essa legislação acrescentou – ao artigo 15 da lei anterior – maiores especificações no que tange à utilização das Forças Armadas quando esgotados os meios próprios de garantia da segurança pública.

O parágrafo 3º exige que as considerações acerca do esgotamento dos recursos policiais para a manutenção da segurança pública sejam "formalmente reconhecidos pelo respectivo Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual como indisponíveis, inexistentes ou insuficientes ao desempenho regular de sua missão constitucional". O parágrafo 5º estabelece a necessidade de criação de "um centro de coordenação de operações, composto por representantes dos órgãos públicos sob seu controle operacional ou com interesses afins" quando "determinado o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem". A alteração mais significativa foi a introduzida pelo parágrafo 7º que caracterizou "o emprego e o preparo das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem" como atividade de natureza militar e, em virtude disso, submetidas às prescrições concernentes aos crimes militares (BRASIL, 2004).

Não obstante as contribuições adquiridas pelas alterações na legislação relativa à destinação das tropas militares federais, o arcabouço legal contemporâneo continua, no entanto, a atribuir às Forças Armadas a responsabilidade: a) pela garantia dos poderes constitucionais: transformando-as em fiadoras da ordem constitucional sem permitir, com isso, que tais poderes disponham de mecanismos intrínsecos voltados para a sua manutenção e reprodução; b) pela garantia da lei e da ordem: sem que se especifique o que se depreende por "ordem",

sequer cogitando-se, inclusive, a introdução do adjetivo democrática ao termo, facultando-lhes a condição de "força ajuizante"; c) pela segurança pública: seja na condição de força militar auxiliar e reserva das forças policiais, seja na assunção dos papéis de forças policiais propriamente ditas, de forma a alargar o seu campo de ingerência no interior de uma organização política republicana.

As sucessivas Leis Complementares, assim como os textos constitucionais elaborados na segunda metade do século XX, não infligiram às corporações militares, portanto, o controle que se imagina dever existir por parte de um Estado republicano nas suas relações com as Forças Armadas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procedimento nenhum de elaboração das leis se realiza descolado das vicissitudes que caracterizam a formação social que lhe é correspondente. Com a construção do republicanismo no Brasil não é diferente. A reiteração histórica da intervenção e da autonomia militar pela legislação brasileira contemporânea denota que os obstáculos à atribuição de um papel republicano às Forças Armadas ainda estão por ser dirimidos.

Seja qual for o caminho do processo de democratização da formação social brasileira, ele terá de passar, necessariamente, pela eliminação da prescrição legal do intervencionismo militar, assim como pela eliminação de diversos outros mecanismos legalmente instituídos que permitem a sobrevivência de práticas autoritárias no interior do Estado no Brasil.

Se tais práticas ainda subsistem, inclusive com anteparo legal, é porque o conjunto de forças políticas que, na virada do século XX para o XXI, imprimiu a hegemonia de uma orientação social-democrática ao Estado brasileiro – seja ela de matiz empresarial (PSDB) ou trabalhista (PT) – ainda se demonstra incapaz de eliminá-las.

A julgar pelo tratamento dado pelo poder Executivo, tanto no governo Fernando Henrique Cardoso quanto no governo Lula, aos documentos secretos do Estado brasileiro – por meio do Decreto nº 4.553 (BRASIL, 2001) – é possível, até mesmo, inferir que sequer parece ser desejável (ao menos para os referidos governos) que as brechas legais que permitem a longevidade das práticas autoritárias existentes

na legislação brasileira contemporânea sejam suprimidas.

Contrariamente ao que dizem seus governantes, por conseguinte, a formação social brasileira ainda não vivenciou a consolidação de sua democratização. Embora se projete neste sentido, um longo caminho deverá ser percorrido para tanto. Como se procurou atestar, por meio da análise da legislação contemporânea relativa à destinação das Forças Armadas no país, inúmeros obstáculos ainda se antepõem à tarefa a ser realizada.

É certo que não se observa hoje, em regime político algum, a concretização da democracia em sua plenitude (DAHL, 2005). Mas, é verdadeiro também que o movimento que se orienta em favor da democratização não pode se confundir com as práticas que visam obstá-la. Aqueles que apresentam as últimas como efetivação do primeiro pressupõem o intervencionismo e a autonomia militares como sucedâneos da democracia. Caso convençam a todos, o projeto de transição política proposto pelos militares em alguma medida ter-se-á realizado, qual seja, a perene institucionalização do autoritarismo no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituiçao.htm>. Acesso em: 09 abr. 2009.

BRASIL. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ Constituicao67.htm>. Acesso em: 09 abr. 2009.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 09 abr. 2009.

BRASIL. Lei Complementar nº 117 de 02 de setembro de 2004. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 03 set. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp117.htm#art15§3>. Acesso em: 09 abr. 2009.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.897 de 24 de agosto de 2001. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 27 ago. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/

D3897.htm>. Acesso em: 09 abr. 2009.

BRASIL. Lei Complementar nº 97 de 09 de junho de 1999. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jun. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp97.htm#art23>. Acesso em: 09 abr. 2009.

BRASIL. Lei Complementar nº 69 de 23 de julho de 1991. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 24 jul. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp69.htm>. Acesso em: 09 abr. 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

DAHL, Robert. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 2005.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor**: forças armadas, transição e democracia. Campinas: Papirus, 1994.

ZAVERUCHA, Jorge. **FHC, forças armadas e polícia**: entre o autoritarismo e a democracia. Rio de Janeiro: Record, 2005.

Artigo recebido em: 02/4/2013
Aceito para publicação em: 22/7/2013

Inserções em circuitos

*José Roberto Schneedorf Ferreira da Silva**

RESUMO

Inventário que se apropria do título de duas séries de obras setentistas do artista conceitual Cildo Meireles, despidos seus distintos adjetivos – ideológicos e antropológicos –, embora também sejam ambos válidos, para investigar significados dos espaços públicos de convívio, fruição, cultura e patrimônio, e de suas constantes dinâmicas de significantes sociais, indiciando atuais mutações – ou rotações – de noções reflexivas entre si de arte e vida, bem como de história e comunidade, de direito e territorialidade; e nelas significar ações e produções igualmente apropriadoras – sintomatologia contemporânea – do artista urbano Banksy alocadas nesses espaços, desafiando-os – predicado grafiteiro expandido – na mesma medida que o pensamento presente impõe desafios aos lugares da apresentação e da representação.

Palavras-Chave: Arte. Vida. Comunidade. Propriedade. Interinidade.

ABSTRACT

An inventory which appropriates itself of conceptual artist Cildo Meireles two 70's series title, without their different adjectives – ideological and anthropological –, although are they also both valid ones, to investigate public spaces significances in their social intercourses, enjoyments, patrimonies and cultural opportunities, and their constant significant dynamics, indicting current mutations – or rotations – from reflexive notions amongst themselves about art and life, as well as history and community, rights and territoriality; so into them signify equally appropriating actions and productions – contemporary symptomatology – by street artist Banksy at those spaces allocated, challenging them – expanded graffiti's attribute – in the same way as the present thinking imposes challenges to the presentation and representation places.

Keywords: Art. Life. Community. Property. Temporariness.

* Mestre em Artes Visuais pelo PPGAV – EBA/UFMG. Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais. jose.aldeia@hotmail.com

1 UMA INTRODUÇÃO (ARTE E VIDA)

Partidas do manancial dos muros, por si metafóricos, o artista plástico Banksy, grafiteiro por certidão, recrudesce as apropriações urbanas em diligências diacrônicas a toda sorte de acessos: é tanto da ética dos muros, impositiva, quanto da genética dos muros, apositiva, a liberdade para com a propriedade e a produção outra; ética e genética entretecidas também à herança culturalmente desafiadora da Arte Pop, que entreteceu a si própria na sociedade contemporânea na mesma medida que entreteceu a liberdade apropriativa nas pautas culturais – desafio bem sucedido.

A dissensão formal de sua expressão, "esse deslocamento da arte mediante seu próprio suporte, mediante seu próprio espetáculo, é ao mesmo tempo uma estratégia característica e uma demonstração histórica" (FOSTER, 1996a, p. 146-150); em ação – tal termo conduto ou combinatório à noção de performance – estendida do espaço público das ruas para outros espaços igualmente públicos, como os zoológicos, onde "vêm precipitar-se todas as ontologias" (HERCULANO, 1851, p. 107).

> Se mãos tivessem os bois, os cavalos e os leões e pudessem, como os homens, desenhar e criar obras com estas mãos, semelhantes ao cavalo, os cavalos desenhariam as formas dos deuses, e os bois semelhantes ao boi, e lhes fariam corpos tais quais eles os têm (COLOFÃO apud ECO, 2007, p. 10).

Ditos jardins, a incorporação do corpóreo dos zoológicos tende na sociedade ocidental atual a ser percebida, ou revisada, como imobilidade utilitarista, controversa desde a forja do geossistema até a observação interferente do mesmo e dos hábitos, já restritos; como confinamento de polissemia fundamentada na cognição etimológica, basal e imediata, derivação de dois radicais, bem como na hierarquia infra entre antropomorfia e zoomorfia. Então margeia os múltiplos e correlativos exercícios da religiosidade, a iterar filiação católica na obra de Tomás de Aquino; e fomenta crescentes sentidos no direito desde os juristas romanos, antes na filosofia grega, vide Aristóteles, como também se observa, supracitado, em Xenófanes de Colofão.

> Dispostos a tratar do fundamento dos direitos, cabe perguntar qual é o fundamento mínimo de todo direito, isto é, o que possibilita ao homem ser

> sujeito de direito. Por que o homem pode ter direitos e, por outro lado, os animais ou as pedras não os têm? Essa é uma pergunta elementar e, ao mesmo tempo, das mais profundas que podem ser feitas a respeito do direito. Vale a pena tentar respondê-la. Tanto mais quanto, em nossa época (HERVADA, 2006, p. 55).

Sobretudo, acresce-se à e na arte contemporânea – em demonstração dos respectivos pêndulos de cursos sócio-culturais –, como se verifica na progressiva expansão autoral corrente, repercutente do e no cunho da bioética, aferido em becos como os das obras de Guillermo Vargas, Eduardo Kács ou Damien Hirst. Ou mesmo se antecipa (nas predições que lhe são peculiares) na série de serigrafias *Endangered Species*,[1] de Andy Warhol, cuja cartilha Banksy segue, atesta a crítica, em diversas convergências e sequências plásticas de consensual tributo: "a trajetória da arte desde os anos 60 estava comprometida com o realismo e/ou idealismo: algo da pop arte, [...] algo da arte de apropriação [...], essa genealogia pop [...] ilumina o trabalho contemporâneo" (FOSTER, 1996b, p. 127-128, tradução nossa).

No *Zoo Barcelona*, contratirou em estêncil, sobre a pele do elefante, as inscrições lineares das quais faz uso a simbologia costumeira dos prisioneiros cinematográficos como calendário, numa denotada consciência epistemológica de sua prática: "grafitar zoológicos é brilhante porque você está dando voz ao que não tem voz – o que é a razão do surgimento do grafite" (BANKSY apud WARREN, 2002, não paginado, tradução nossa). Raízes análogas, no *Melbourne Zoo*, outra manobra de original instrumentação recrutadora e parceira dos próprios animais: panfletagem dentre eles de cartazes, com seus motes simples de apelo imediato, por simpatia e por reconhecimento – o cartazismo foi e é o idioma das cidades, o empunho das muralhas, a diretiva da atenção, de gênese multitudinária: representatividade e reprodutibilidade. Arrogar-se aos muros e às grades o direito, tomá-los para o vozeio, para o desafio, para o volante: Banksy renova concretudes situacionistas, subidas naqueles no Maio de 1968, em legendas bravas e breves como atendem ser: "Socorro, ninguém me deixa voltar pra casa", "Sou uma celebridade, tirem-me daqui" ou – relicário *pop* – "Ria agora, mas um dia nós estaremos no comando" (Fig. 1). Escritas performáticas no conduto,

1 *Espécies ameaçadas*, 1983, série de dez serigrafias sobre papel, 96 X 96 cm cada.

apologias participativas tanto para a audiência quanto para seus objetos/sujeitos, os primatas, conosco ordenados taxionomicamente, numa acertada aposta nestes para o manuseio, portanto para a exibição, por conseguinte.

> Indo contra o menor sentido dos hábitos [...], a arte site-specific adota estratégias que são ou agressivamente antivisuais – informativas, textuais, expositivas, didáticas –, ou imateriais como um todo – gestos, eventos, performances limitadas pelo tempo. O trabalho não quer mais ser um substantivo/objeto, mas um verbo/processo, [...] um impulso dominante de práticas orientadas para o site, hoje é a busca de maior engajamento com o mundo externo e a vida cotidiana – uma crítica da cultura que inclui os espaços não especializados, instituições não especializadas e questões não especializadas em arte (na realidade, borrando a divisão entre arte e não-arte (KWON, 2008, p. 170).

Figura 1 – Instalações performáticas clandestinas em jardins zoológicos – removidas.

Nota: Cartazes (acrílica sobre papelão) em Longleat Safari Park (Inglaterra), Melborne Zoo (Austrália) e Zoo Barcelona (Espanha), sentido horário a partir do centro-superior.
Fonte: Banksy (2003, p. 50-51).

Leituras refratadas do sítio específico de Rosalind Krauss (2008), ou revisitadas no sítio orientado de Miwon Kwon (2008) exemplificam-se num raciocínio do "aqui-e-agora [...], em imediaticidade sensorial da extensão espacial e duração temporal (o que Michael Fried, brincando,

caracterizou como teatralidade)" (KWON, 2008, p. 167), raciocínio axiomático de dispensa às mediações processual e crítica, sintomático (e sintomáticas essas) de seu tempo. Tanto numa absorção do humor, ou mesmo da causticidade, como ferramenta de igual valência às forças artísticas do drama e do romance, quanto numa disposição arteira às novas chaves do direito, tergiversando excessos do consumo, naturalmente antropocêntricos, em liga ao depauperamento ambiental, que resultou na exposição nova-iorquina de arte cinética *Village Pet Store and Charcoal Grill*[2], introdutória do intramuros de Banksy naquela cidade e conclusiva de seu flerte com tecnologias audiovisuais, que renderia ainda a filmagem de muitas destas suas excursões, bem como dois recentes documentários premiados, de sua autoria, sobre arte urbana.

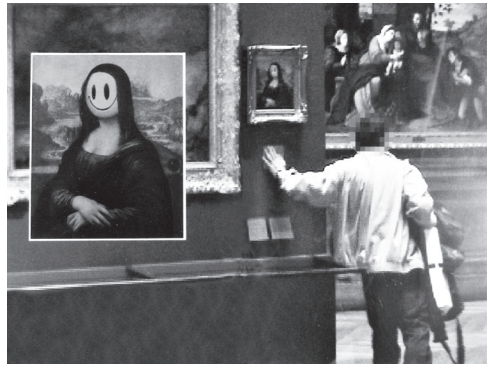
2 OUTRAS INTRODUÇÕES (VIDA E ARTE)

Introduzir-se em espaço público reclama a distensão que acompanha, mais e mais, a definição desse espaço: suas obras, clandestinamente como as demais, e como a práxis primogênita, são então por ele próprio inseridas dentro de museus (Fig. 2), com as devidas molduras e etiquetas laterais de identificação técnica fiéis às do espaço em questão, em muitas das quais declara o enxerto. E lá se demoram estanciadas até serem identificadas, término de hiatos variáveis entre poucas horas e vários dias, respectivos a cada espaço, quando retiradas ou propositadamente incorporadas ao acervo, na (co)dependência de respectivas características de tônica e trato, alinhavadas em impassibilidade (tática ou irônica), ciência da atratividade, circunscrição do circunscritivo ou mesmo retroalimentação – receptiva, disposta, deferente, acordada ao consenso público e crítico que reconhece Banksy como um grande nome da arte atual, por conseguinte como um grande investigador dos rumos e das inquietudes desta.

> A arte do que uma vez foi a periferia tende a adquirir (ou, em todo caso, a imitar) os padrões do mercado e a produção do centro, enquanto que, por sua vez, sua chegada traz novos critérios estéticos, políticos ou históricos ao funcionamento do *establishment* da crítica e museus da metrópole [...] até assuntos baseado em noções de "decência"(MEDINA, 2005, p. 105, tradução nossa).

2 *Village – loja de animais de estimação e churrasqueiras*. O prenome refere-se ao bairro nova-iorquino tradicional das artes e da boemia onde ocorreu a mostra.

Figura 2 – Instalação performática clandestina no Musée du Louvre, Paris, 2004 – removida.



Nota: Impressão digital sobre papel / interferência sobre reprodução de DA VINCI, Leonardo. Mona Lisa. 1503-1506. Óleo sobre madeira. 77 X 53 cm.
Fonte: Banksy (2005b, p. 140-141).

Mão dupla da crescente investigação dos cubos brancos contemporâneos, e dos artistas contemporâneos – de progressiva parceria entre uns e outros – sobre os padrões de produção e recepção e seus desdobramentos experienciais, especialmente expositivos; também e portanto sobre os oroboros, sobre os oxímoros da especificidade e da orientação do sítio, em que pese o propício de tais atos e responsivas circularidades exatificar seu próprio sentido nos espaços institucionais, não somente depender deles mas fazê-los ferramentas constitutivas e partícipes, lugares não mais necessariamente como condição, nem necessariamente como complemento, nem necessariamente como definição para a arte – mas como indistintos e indissociáveis a ela.

Consecução intramural de admissibilidade autoafirmativa, procedente do extramuros, em trânsito de contágios: contaminar e ser contaminado, estimular conversão, cada vez mais espontânea, da hierarquia ou da distonia, cada vez mais imprecisas, entre centro e margem, de alternâncias entre ambos – frutífera para as duas partes. Se tendiam à extremidade ideológica ou ao mútuo exílio geográfico, essas forças tendem agora à miscibilidade. Ainda assim, em perspectiva desvinculada, a inserção deste modo é risco e enfrentamento grafiteiros testamentários do seu primeiro repertório alegórico, os estênceis de ratos espalhados ao redor do mundo,

retratados em tamanho natural, regularmente ao nível do chão e em diversas situações atributivas e representativas, particularmente as de provérbio contracultural – um campo de préstito, de igualdade, de anonímia, de furtadela. Mais especificamente, também de insubordinação, inconcessibilidade e persistência, tão assídua quanto inaparente, fugidia à visão e escapadiça à apreensão. Especialmente de imprevisibilidade e impostura, essa última em contextura a Han van Meegeren e seu tecido de permissão e abono: um falsário que, entre 1937 e 1944, reconstituiu em detalhes os materiais e equipamentos e, através deles, o estilo e a técnica do mestre holandês Johannes Vermeer, num duplo retrato: do mercado negro das artes plásticas que gerou milhares de dólares fornecendo as fraudes aos nazistas; e das falhas na capacidade de identificação de falsificações pelos especialistas, falhas estamentárias paralelas às da usual demora na identificação dos intrusivos de Banksy. Ademais um impostor que, em sentido estrito, jamais pintou uma cópia: impunham-se como recentes descobertas os seus quadros, cuja autoria de Vermeer era legitimada unanimemente pelos críticos mais respeitados. Constituíam trabalhos inéditos, originais, e não reproduções – falsificações originais, que em Banksy atualizam-se porque a contemporaneidade autentica suas intervenções plásticas como obras novas e acabadas, no cunho ético e estético da apropriação, e da pós-produção que a estabiliza.

> De fato, é surpreendente que as ferramentas mais usadas para produzir esses modelos relacionais sejam obras ou estruturas formais preexistentes, [...] como se a instauração de novas formas de socialidade e uma verdadeira crítica às formas de vida contemporâneas passassem por uma atitude diferente em relação ao patrimônio artístico. [...] Trata-se de tomar todos os códigos da cultura, todas as formas concretas da vida cotidiana, todas as obras do patrimônio mundial, e colocá-los em funcionamento (BOURRIAUD, 2009a, p. 9-14).

"Esse tipo de contextualismo deriva de uma leitura reativa do modernismo: suas rupturas foram colocadas contra o historicismo, não contra a história – de maneira a colocar o passado no presente, e não excluí-lo" (FOSTER, 1996a, p. 173). Deriva, especificamente, de uma cada vez mais liquefeita querela grafiteira com a alta cultura, que alcançara seu ápice em 1973, quando Tony Shafrazi pichou a cifra *kill*

lies all[3] diretamente sobre a *Guernica* de Pablo Picasso,[4] na ocasião de seu empréstimo ao Museu de Arte Moderna de Nova Iorque; um atentado de cônscia retórica não deposta, mas aposta à iconoclastia, por sua feita essa última com ápice aparente no conjunto da obra informada de Banksy. Shafrazi justifica a seu modo:

> Eu quis trazer uma absoluta atualização à arte, recuperá-la da História da Arte e dar-lhe vida. Talvez seja por isso que a ação da Guernica permaneça tão difícil de se lidar. Eu tentei transgredir a barreira invisível à qual a ninguém é permitido cruzar; eu quis morar dentro do ato de criação da pintura, envolver-me com a formação do trabalho, pôr minha mão dentro dele e, através daquele ato, encorajar o espectador individual a desafiá-lo, participar dele e, assim, vê-lo em seu dinâmico estado cru, como foi sendo feito, não como uma parte da História (SHAFRAZI, 1980, p. 15, tradução nossa).

Shafrazi é precursor não somente da discrição atentatória (ato e resultado interceptos), bem como da retidão manifestante (regências contemporâneas de correição e eficácia), sem irreparabilidades plásticas: a pichação foi facilmente removida, sobre a grossa proteção do verniz da pintura – proteção por ele próprio dificilmente despercebida e/ou desconhecida de antemão.

É precursor sobretudo de sua recompensa. Inicialmente, no litígio médio-oriental controverso quanto à cultura ocidental: poucos anos após a ocorrência, Shafrazi foi contratado como conselheiro artístico pelo Xá do Irã, responsabilizando-se por compor sua coleção de arte do século XX. Resultou na construção de um museu em Teerã, *Shafrazi Museum*, com acervo essencialmente ocidental, empenhado em emblematizar um moderno Estado iraniano. A precedência pioneira e recompensadora seguiu pela (auto)incorporação do grafite no Ocidente, início da hipertrofia da oficialização dos muros: na década de 80 do último século, primeiro

3 Evidencia-se a habitual codificação na reunião frasal destas palavras, que induz à polissemia, como é típico da taquigráfica comunicação urbana das pichações, sobrelevada tantas vezes em alfabeto, ortografia e caligrafia próprios. Afere-se um sentido primeiro em *a matança está completa* ou *a matança encontra-se toda*, mas não se deve ignorar que o uso do termo inglês *lie* não como verbo intransitivo, pretérito de *lay,* mas como substantivo, significa 'mentira', 'engano': a sentença corresponderia então *a morte a todas as mentiras*. Tanto quanto que, por sua feita, como verbo transitivo carrega a ideia de *conseguir algo por meio da mentira, do truque.*

4 1937, óleo sobre tela, 350 X 782 cm.

marco desta hipertrofia e dessa oficialização, Shafrazi inaugurou em Nova Iorque uma galeria de arte especializada em artistas e plásticas de pauta urbana, portanto política; galeria que permanece aberta até hoje, em pleno funcionamento e êxito. Bem exemplificada naquele período crítico pelas obras então conhecidas e hoje reconhecidas de Jean Michel Basquiat e Keith Haring, a senda abriu-se ali para os artistas sequentes de mesma pauta, através da manutenção sem perdas aparentes da linguagem, ofertada numa devida adequação dos suportes para espaços internos: grafites sobre tela, estênceis sobre papel, serigrafias e demais gravuras – suportes irmanados, aos exteriores e entre si, pela reprodutibilidade.

Como fizera Shafrazi, Banksy excursiona a propedêutica rueira, na qual "o objeto de contestação continua sendo, em grande parte, a instituição de arte burguesa/capitalista (o museu, a academia, o mercado e a mídia); bem como suas definições excludentes de arte, artista, identidade e comunidade" (FOSTER, 1996a, p. 173), quando dos seus assíduos estênceis *mind the crap*,[5] cuja aplicação incidiu preferencialmente às entradas de museus; aplicação nesse primeiro momento nunca atravessada para o interior dos mesmos. Sucederam a estas as entradas de eventos, como uma festa particular promovida em homenagem ao já célebre supramencionado Hirst, coalhada de representantes das classes (artística e célebre). Desse episódio, nasceu mais uma amizade madrinha entre as tantas que altearam a marca Banksy, àquela altura já reciprocamente madrinha: a investidura, ocasional ou ocasionada, fez o segundo notar o primeiro, e muito colaborar para sua assimilação institucional, até mesmo através de obras em parceria. Hirst é o epítome do artista contemporâneo atento a mercado, ensejo, tendências: a plataforma lhe seria (e foi) favorável tanto quanto seria (e foi) para Banksy, especificamente quanto aos termos prévios: mercado, ensejo, tendências. E quanto à projeção mútua. E, por que não, à credibilidade. Além do mutualismo da oportunidade, há que se creditar certo interstício nativo entre os dois, de ancestralidades populares industriais, em registro de classe trabalhadora: há que se creditar a Hirst o muito britânico estilo algo proletário de ser astro. Vice-versa, há que se creditar a Banksy as muito britânicas beligerância e

5 *Em mente a bobagem*, em tradução sutil.

ácida troça: “nada dispersa o entusiasmo como uma pequena taxa de entrada” (BANSKY, 2005b, p. 72, tradução nossa).

> Tanto espacial como temporalmente, portanto [...], o ataque, a vocação, repensando a transgressão não como uma ruptura produzida [...] heróica e fora da ordem simbólica, mas como uma fratura traçada [...] estratégica, dentro da ordem. Desse ponto de vista, a meta [...] não é romper de forma absoluta com essa ordem (esse velho sonho foi abandonado), mas o de expô-la [...], registrando seus pontos não só de falência (breakdown), mas de passagem (breaktrough), as novas possibilidades [...]. Finalmente, um espaço-tempo para além da redenção? Ou o caminho mais rápido em direção à graça para estrategistas-santos contemporâneos? (FOSTER, 1996b, p. 140-186 *passim*, tradução nossa).

Tais rupturas ou fraturas, em balizas atuais sobretudo passagens, nem repõem nem retiram anarquia ou dissidência ou partido. Nem mesmo dão um suporte que parece temido pela incoerência, ou pela domesticação, ou por enfraquecer pertinências. A contemporaneidade é pluralista – e experiente – o bastante para ter Banksy como Banksy em seus quadros, como um *enfant terrible*[6] dela tradicional, senão condicional – como fora Warhol, como é Hirst. Tampouco assentem o sentido oposto, a aposta: poder-se-ia aferir um pleito à memória autorizada e autorizadora, atributiva ou atribuída ao museu, calcada, a certo ponto, em privilégio, exclusivismo, mais ainda em culto, abrigo, suporte, interioridade, grupo. Tênue entre acolhimento e encerramento: “enquanto o museu, a galeria, a tela, forem um espaço sagrado da representação, tornam-se um triângulo das Bermudas: qualquer coisa, qualquer ideia que você colocar lá vai ser automaticamente neutralizada”, manifestara Cildo Meireles (1981, p. 36) sobre suas obras *Inserções em circuitos ideológicos*,[7] sequenciando – ou polemizando, ato e efeito naturais dos artistas – um ideário poente sobre os padrões de realização e recepção da arte que já se observava, oposto ou contraposto, nas

6 O significado literal no idioma original francês é *criança terrível*, indisciplinável, mas o termo é comumente empregado nas artes para designar, permissivamente, o genial genioso.

7 *Inserções em circuitos ideológicos: projeto Coca-Cola*,1970, garrafas de Coca-Cola e decalque em serigrafia, 24,5 X 6,1 cm. *Inserções em circuitos ideológicos: projeto cédula*, 1970-1976, carimbos de borracha sobre cédulas, 6,5 X 15 cm.

Passagens de Walter Benjamin: "o interior é o asilo onde se refugia a arte. [...] Seu ofício é a idealização dos objetos" (2007, p. 59). Isola-se a obra, destaca-se-a, dirige-lhe toda a atenção, presta-se-lhe mais valia em suas razões basais: comunicação e significação. E participação, sociabilização, produção de conhecimento. Por outro lado, vigia-se-lhe seu predicado de liberdade, molda-se-a em tônica ao entorno, comanda-se-a implicitamente: esse é o enunciado de Cildo que repercute o de Benjamin e repercurte-se no de Banksy, embora em nenhum deles, e sobremodo nas passagens da arte entre o fora e o dentro e vice-versa, representadas aqui pelo último, necessariamente comprometa-se a ética ou a validade das propostas plásticas e/ou dos discursos que as acompanham – relembrando a natureza polemista e produtora de conhecimento, partido da meditação espectadora, da ponderação sempre proposta pelo trabalho artístico. Bem como não necessariamente deponham-se similaridades, senão igualdades, da prática e dos atores dessa, estejam em qualquer dos lados do muro. Tampouco deponha-se, por conseguinte, a fragilidade das autonomias de ambos, dado que ao construto de visibilidade e efetividade social desafiado, à tessitura de imperativos do espaço galeria/museu, não se impõe outro construto mais do que o confirma, descerrando a interseção, a porta e a janela, a circularidade – características das passagens. A circuição das premissas esboça um silogismo abonador para o lugar tradicional, conquanto não sedimentado, da arte: o museu, organismo vivo que apresenta cada vez mais absorções de conteúdo contemporâneo, a somar e dinamizar o papel da história, conferindo a importância de idades outras da arte sem despir-se das maiores idades desta.

> O argumento para essa apropriação apresenta-se da seguinte maneira: [...] uma orientação subjetiva tem valor tático; ajuda a deslocar uma tradição repressiva, acadêmica. Mas dois aspectos contradizem esse caso: a chamada academia da arte [...] não é deslocada criticamente; é rejeitada abstratamente, como o é também sua crítica [...] dos veículos existentes e das instituições de arte. Além disso, esse retorno [...] (que é de fato um retorno a um retorno) sustenta um modelo acadêmico de significado, baseado em fontes estilísticas e influências biográficas (FOSTER, 1996a, p. 73).

O grafiteiro, tão associado ao efêmero, ao apagamento, à

fenomenologia natural, à superação espaço-temporal, ao esquecimento, não deixaria de prever, na consciência do ato resolúvel, a igual brevidade da permanência de seu trabalho em tais espaços internos, na rotação do raciocínio: tanto retorna à efemeridade e ao autoengendrado extramural quanto pesquisa suposições de perenidade e autossuficiência intramural – outra aposta. Ida ao centro a descentralização: daí e portanto reconhecidos as estruturas deste e dessa enquanto tais; no caso de Banksy (Fig. 3), habitualmente reconhecidos com irreverência: "nunca tenho certeza sobre quem merece ser posto num pedestal ou esmagado debaixo de um" (BANKSY apud SANTOS, 2011, não paginado, tradução nossa).

Figura 3 – Instalação performática clandestina na Walker Gallery, Liverpool, 2011 – incorporada ao acervo.

BANKSY. Cardinal sin. 2011. Pastilhas sobre réplica de busto em pedra anônimo do séc. XVIII.
Fonte: Press Association Images.

Dúplice investigação de dúplice anexação: no segundo momento produtivo, é estratégica e cênica, em invasão e incrustação, de viga tanto na burlaria quanto no burlesco. No primeiro momento, produtivo, é objetual, ao incorporar-se plasticamente a obras alheias, desenvolvendo-se sobre cópias de obras reconhecidas, em acréscimos atributivos, equivalentes na incorporação indissociável, para que o diálogo entre a interferência e o original não ignore a significação entronizada. Ao contrário, dela se valha, restitutiva no desvio situacionista revigorado, respeitante às premissas cognitivas de componentes de um reservatório iconográfico mundialmente conhecido – marcos de um elenco cujo reconhecimento mnemônico é

aproveitado, está residual na atualização (Fig. 4). Entre muitos, exemplo em um curativo nasal pós-operatório, habitual das atuais cirurgias plásticas, na Vênus de Diego Velásquez mirando-se no espelho,[8] autoexplicativo; outro em pichações endêmicas nas colunas da catedral do *The interior of Buurkerk at Utrecht* de Pieter Saenredam,[9] parodiando a respeitabilidade sacra dos característicos interiores católicos seiscentistas de sua autoria, reunindo pelo humor anacrônico períodos citadinos distantes entre si.

> Ingenuidade etnocêntrica: 'o museu libera a arte de suas funções extra-artísticas'. Como se 'a arte' tivesse sido obrigada a esperar, sofrendo na sombra, durante séculos, para encontrar-se a si mesma, totalidade auto-suficiente e auto-engendrada, indevidamente desnaturada, alienada, pervertida por interesses alógenas e ilegítimos. Não seria mais conforme à realidade das metamorfoses retornar a proposição: 'o museu alija as imagens sagradas de suas funções cultuais'? Na história do Ocidente, a beleza feita propositalmente, o que chamamos arte, ocupa apenas quatro ou cinco séculos. Breve parênteses (DEBRAY, 1993, p. 148).

Figura 4 – BANKSY. Show me the Monet. 2005.

Óleo sobre tela /interferência sobre reprodução de MONET, Claude. Bridge over a pond of water lilies. 1899. Óleo sobre tela. 92,7 X 73,7 cm.
Fonte: Banksy (2005b, p. 133).

Senão a partir de e sobre obras reconhecidas, desenvolvendo-se em reproduções anônimas, de autorias perdidas, compradas em feiras de rua ou vendas de garagem (Fig. 5); invariavelmente implantando-se sobre

8 *Vênus olhando-se ao espelho*, c. 1647-51, óleo sobre tela, 122 X 177 cm

9 1644, óleo sobre tela, 58,1 X 50,8 cm.

figurativos, em dissonâncias compositivas contrastando a honradez dos retratos e a placidez das paisagens. Ou mesmo aproximando o resultado à hábil, por vezes cômica catacrese, posicionando a fruição estética, para o espectador, em abalo com acréscimos também figurativos – representações axiomáticas, evidentes, objetivas e denunciativas de realidades e urgências atuais; quase jornalísticas, herança do diretivo mural. Uma nova produção de sentido numa segunda camada plástica sobre o original, em igual procedimento formal, que sustenta-se autoral, humoral e criticamente no diálogo de mesmos termos com a precedente, a corroborar a ideia de que não há a especificidade matérica de uma obra situacionista, mas um uso situacionista da obra.

Figura 5 – BANKSY. Guantánamo hotel. 2006.

Apropriação/interferência sobre óleo sobre tela anônimo.
Fonte: banksy.co.uk.

Dúplice apropriação: a do objeto (quadro) e a do sujeito (performance), ambas resultando materiais (suportes pictórico e zoo/museológico) e situacionistas: ambas checando reestruturações do meio respeitantes aos recursos originais, que tanto se integram quanto reconstituem – e que dão molde ao conceito. Um *détournement* proposto no desvio, no rapto, na subversão, que põem tradução ao vocábulo francês, estas obras farsantes concluem-se reunidas nas exposições *Barely Legal*,[10] em Los Angeles, de predileção ao

10 *Só para maiores.*

revisionismo escultórico, e *Crude Oils*,[11] em Londres, de visada aos encartes e descartes pictóricos dos acervos, indiciados na nota afixada à entrada: "uma exibição de remixagens, obras-primas, vandalismos e parasitismos" (BANKSY, 2005a, não paginado, tradução nossa). Em ambas, permanecem centrais as revisões plásticas, por eixo condutivo e por cerne, por motivo. Tanto quanto permanecem estas em absoluta razão à antecedente série de trabalhos apresentada em 1959 pelo artista plástico dinamarquês Asger Jorn (Fig. 6), eminente do eixo central da secionada Internacional Situacionista: "suas 'Figuras Modificadas' na Galeria Rive Gauche, [...] em Paris: eram vinte pinturas *kitsch* que Jorn havia 'alterado como *détournement*', através de manchas coloridas e modificações nas figuras" (HOME, 1999, p. 61).

Figura 6 – À esq.: BANKSY; à dir.: JORN, Asger. Apropriações/interferências sobre óleos sobre tela anônimos.

BANKSY. *Silent night*. 2004.
Fonte: Banksy (2005b, p. 131); JORN, Asger. Mater profana. 1960.
Fonte: notbored.org.

Igual abordagem, igual procedimento, igual execução: as superposições suplementares e/ou participativas, digressivas e/ou distorcivas, dissonantes e/ou consoantes. Uma arte do alheio, que em Banksy dá um passo outro, dadas as páginas históricas de cada um: o diálogo entre a camada original e a camada interferente na superfície das obras é mais formal, plástico, puro em Jorn; e mais conceitual, ideológico, literal em Banksy. Uma arte do enxerto, num passo outro que é também um passo performático, no entranhamento das obras

11 *Pinturas brutas*.

diretamente dentro dos espaços estabelecidos, o que cria em si uma *situação construída*,[12] novamente em correspondência temporal a Meireles: "porque se sabia que estávamos começando a tangenciar o que interessava, já não trabalhávamos com metáforas (representações) de situações. Estava-se trabalhando com a situação mesmo, real" (1981, p. 38). Para conseguir a situação, valeria lançar mão da representação, a exemplo no *Metropolitan Museum of Art* de Nova Iorque: enquanto um par de atores masculinos contratados encenava uma briga de casal escarceada, sátira de arquétipos de senso ordinário em salutar processo de desuso, Banksy pôde transitar tranquilamente e, noutra ala do museu, incluir seu trabalho, pois a discussão dos intérpretes atraiu todas as atenções, tanto de espectadores presentes quanto de câmeras e seguranças locais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS INDISTINTAS ENTRE ARTE E VIDA

Para o ato de discreta inserção em si, a assistência e a interação imediata que caracterizam a teatralidade performática, momentaneamente ausentes ambas, são reinvestidas na (re)utilização da subordinação à imagem, espetacular (noutra acertada sentença da Internacional Situacionista) na "automusealização através da câmera de vídeo, confessional" (HUYSSEN, 2000, p. 14), em que boa parte dessas ações são fotografadas e filmadas por seu(s) acompanhante(s), tendo o cuidado de mascarar seu rosto, disfarçá-lo (noutro relicário pop), desfocá-lo, excluí-lo do enquadramento ou mantê-lo de costas. E são publicadas – o que certifica a imposição e o controle sobre si herdados da rua, bem como das próprias injunções, das diretrizes estruturais contemporâneas, na superação de suas raias através da posse de suas prerrogativas. Uma sequência presumível na genealogia da arte nascida nos muros, avessados pelo próprio significado e uso, "esses acontecimentos também constituem uma série de mudanças no que se refere ao lugar da arte: da superfície do meio ao espaço do museu, das

12 Como a sua conhecida expressão "sociedade do espetáculo", que previu a mediação das imagens em todas as formas de relação humana, o cunho "situação construída", que já baliza e nomeia o próprio grupo/movimento Internacional Situacionista (1957-1972), refere-se a um conjunto de meios, momentos e acontecimentos elaborados de forma deliberada – construídos –, *criando situações*, intervindo e convergindo diretamente sobre o entorno espacial e também humano, tomando (bem como resultando) o espectador como parte e partícipe – conceito que em certa medida paraleliza-se aos de *happening* e de performance.

molduras institucionais para as redes discursivas" (FOSTER, 1996b, p. 184, tradução nossa).

Figura 7 – Instalação performática clandestina na Tate Britain, Londres, 2003 – incorporada ao acervo.

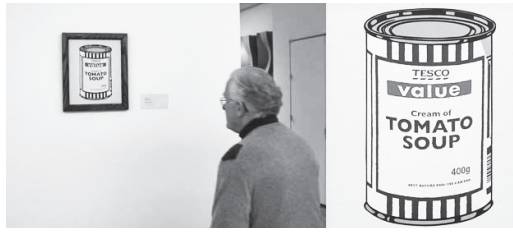
BANKSY. Crimewatch UK has ruined the countryside for all of us. 2003. Apropriação/ interferência sobre óleo sobre tela anônimo.
Fonte: Banksy (2005b, p. 138-139).

"'Has-been' grafosférico a ser reposicionado na videosfera [...]: é a primeira vez na história que o tempo curto de uma geração coincide com uma mudança de midiasfera" (DEBRAY, 1993, p. 315): deixar-se filmar ou planear ser filmado, seja sem face, tanto nega quanto aceita o ideário bastante atual – e bastante concernente ao diapasão cada vez mais aberto da plástica urbana – de pensar a arte como evento, mais que como produção matérica, pensar que "a obra de arte contemporânea não se coloca como término do 'processo criativo' (um 'produto acabado' para ser contemplado)" (BOURRIAUD, 2009b, p. 16) – a arte ligada à vida, noutra ontologia. Incorporadas ou descartadas, a propriedade das obras alojadas nunca é por Banksy reivindicada – o procedimento o é. Assim sendo, as residuais gravações prestam-se menos ao âmbar midiográfico,

à cristalização imagética de uma performance (que tem por fundamento a imediaticidade e a efemeridade coparticipativas) – revivificação reprodutível, ares de pleito à memória, aspiração ao arquivo, ficção de permanência. Prestam-se mais como comprobatórias, como testemunhos publicados que impedem que os espaços visados reneguem a reportagem dos atos. Menos testamento, mais atestado.

Performática é a mensura, documentada e publicada quando publicadas as operações, do tempo em que as obras permanecem nos locais até serem identificadas: a cada uma, quantificam-se as horas ou os dias da estadia ininterrupta, numa projeção da estética da presença, do defrontar a audiência que é a haste e a razão da performance – transmutada então em 'estética da ausência'. No início desta cronometragem, está Banksy agindo. No término, está o público último, qual o seja, o receptor da ação, o descobridor das intrusões, surpreendido e impelido a (re) agir, rejeitando (Fig. 7) ou admitindo ou realocando as obras, nas balizas da 'doação' que as estabeleceram: relacionando-se, completando a performance – um relacional cingido temporalmente. No desdobramento desse término, ou no 'segundo término', a assistência atemporal, virtual pela tela, que permanece receptáculo embora dispa-se em sítio. No intervalo entre esses extremos, o público intermediário (Fig. 8): "Depois de fixar o quadro eu tive cinco minutos para assistir o que aconteceu em seguida. Um mar de pessoas passou, fitou e partiu, parecendo confusas e ligeiramente enganadas" (BANKSY, 2005b, p. 142, tradução nossa). Inumeráveis e heterogêneos espectadores: ou despercebidos do truque, ou dele percebidos hesitantemente, ou dele percebidos convictos; dentre estes últimos, os feitos cúmplices ou os feitos denunciantes.

Figura 8 – Instalação performática clandestina no Museum of Modern Art, Nova Iorque, 2005 – removida.



BANKSY. Discount soup can. 2005. Serigrafia sobre papel. Reinterpretação/paráfrase imagética de WARHOL, Andy. Campbell's soup can. 1964. Serigrafia sobre papel. 91 x 61 cm.
Fonte: Banksy (2005b, p. 148-149).

A própria documentação (filmagem, fotografia, cronoscopia) revisa o performático, que por definição teria o corpo como instrumento e suporte, seria somente vida no presente e tornar-se-ia a si própria em plenitude através do seu esvanecimento. Daí a atualização, e não a divergência: no hodierno de programas televisivos de realidade (também forjada pelo rearranjo espacial e pela observação, como os zoológicos), espetáculos de teleparticipação em tempo real e imagens instantâneas capturadas por telefone celular, contrapondo portabilidade e privacidade, como definir conceitos de tempo presente, de desaparecimento ou mesmo de oposição presença/ausência? Nas circunstâncias movediças das tessituras categóricas, lá continuam a vida e o corpo, antropomórfico ou zoomórfico, como sujeito e suporte, e a ação como espaço e tempo.

Como de fato e de direito elegeram Banksy a crítica e o público, não haveria melhor representante e melhor representação da arte urbana, dada a enevoar distinções territoriais entre público e privado tanto quanto a enodoar preceitos de direito individual e coletivo, bem como o conceito de exposição da mesma forma. A mesma arte urbana que, não irrefletidamente, responde a uma demanda popular e responde por modalidade expressiva tão alteada em nossos dias, atestando aceites sociais aos desafios sociais, para demonstrar que o desafio artístico a esses espaços públicos infere outro desafio, corrente e de maior dimensão: defini-los. Como lugar da arte, como lugar da cultura, como lugar de discurso, como lugar da vida – lugares que se estabelecem interna, visceralmente nos sentidos da arte por si própria, bem como no sentidos do convívio, internos e viscerais esses aos fundamentos das sociedades contemporâneas, fundamentos sempre desafiados pela dinâmica delas próprias.

REFERÊNCIAS

BANKSY. **Crude oils**. Londres: Exposição artística, 2005a. 1 cartaz, branco, 29,7 cm X 21 cm.

_____. **Cut it out**. London: Weapons of Mass Distraction, 2003.

_____. **Wall and piece**. London: Random House, 2005b.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

BORRIAUD, Nicolas. **Estética relacional**. São Paulo: Martins, 2009a.

_____. **Pós-produção**: como a arte reprograma o mundo contemporâneo. São Paulo: Martins, 2009b.

DEBRAY, Régis. **Vida e morte da imagem**: uma história do olhar no ocidente. Petrópolis: Vozes, 1993.

ECO, Umberto. **História da feiúra**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

FOSTER, Hal. **Recodificação**: arte, espetáculo, política cultural. São Paulo: Casa Editorial Paulista, 1996a.

_____. **The return of the real**: the avant-garde at the end of the century. London: MIT Press, 1996b.

HERCULANO, Alexandre. **Lendas e narrativas**, V. II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1851.

HERVADA, Javier. **O que é o direito?** A moderna resposta do realismo jurídico. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HOME, Stewart. **Assalto à cultura**: utopia subversão guerrilha na anti-arte do século XX. São Paulo: Conrad, 1999.

HUYSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KWON, Miwon. Um lugar após o outro: anotações sobre site-specificity. **Arte & ensaios** – revista do programa de pós-graduação em artes visuais da EBA – UFRJ, Rio de Janeiro, ano XV, n. 17, p. 167-187, dez. 2008.

KRAUSS, Rosalind. A escultura no campo ampliado. **Arte & ensaios** – revista do programa de pós-graduação em artes visuais da EBA – UFRJ, Rio de Janeiro, ano XV, n.17, p. 129-137, dez. 2008.

MEDINA, Cuauhtemoc. Uma ética obtenida por su suspensión. In: _____. **Situaciones artísticas latinoamericanas**. San José, Costa Rica: TEOR/ética, 2005, p.105-116.

MEIRELES, Cildo. Inserções em circuitos ideológicos. *In*: MACIEIRA, Eudoro Augusto. **Cildo Meireles**. Rio de Janeiro: Funarte, 1981.

SANTOS, Zeon. Banksy's latest work is a cardinal sin. **Art, Art & Design, Pictures**. Los Angeles, não paginado, 17 dez. 2011. Disponível em:
<http://www.neatorama.co m/2011/12/17/banksys-latest-work-is-a-cardinal-sin>. Acesso em: 08 mar. 2012.

SHAFRAZI, Tony. Interview with Tony Shafrazi. **Art in America**, New York, V. 68, n.12, p. 15-17, dez.1980. Entrevista a Ted Mooney.

WARREN, Emma. Need to know. **The observer magazine**, London, 26 maio 2002. Disponível em: <www.guardian.co.uk/theobserver/2002/may/26/streetart>. Acesso em: 07 ago. 2008.

Artigo recebido em: 06/3/2013
Aceito para publicação em: 17/7/2013

JORNALISMO

A queda da bancada: quando o noticiário põe abaixo a barreira entre o telejornal e o espectador

*Renata Venise Vargas Pereira**

RESUMO

A proposta do presente artigo é auscultar como as alterações na cena de apresentação do MGTV 1ª Edição, veiculado pela TV Integração de Juiz de Fora, na Zona da Mata mineira, que incluem a retirada da bancada como o principal elemento cênico e a circulação do apresentador no estúdio, constituem tentativas de aproximação com o telespectador. A partir da formação de um grupo focal, foram colhidas opiniões acerca das transformações. Interessou-nos perceber se a queda da bancada rompia os obstáculos entre enunciador e enunciatário. Também nos propusemos a identificar se a nova cena utiliza-se de recursos como a informalidade para criar um clima de afetividade e intimidade, objetivando fortalecer os simulacros de interatividade e efeitos de presença com o público. Partindo dessa percepção pretendemos compreender os vínculos de pertencimento que o telejornal tece com o espectador e a percepção que eles têm das estratégias de aproximação adotadas pela emissora/programa.

Palavras-Chave: Comunicação. Telejornalismo. Queda da bancada. Grupo focal.

ABSTRACT

The purpose of this article is to gather how the changes in the presentation scene of MGTV 1st Edition, aired by Integration TV of Juiz de Fora, Minas Gerais in the Zona da Mata, which include the withdrawal of the news desk as the main scenic element and the movement of the anchorperson in the studio, are attempts to get closer with its audience. From the formation of a focal group, the opinions were collected on the transformations. It interested us to see if the fall of the news desk broke the obstacles between enunciator and enunciatee. It also aimed to identify if the new scene utilized resources like informality to create a

* Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professora do Curso de Jornalismo do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. renata_vargas9@hotmail.com.

climate of affection and intimacy, aiming to strengthen the simulacra of interactivity and effects of presence with the public. Based on this insight, we intend to understand the linkages of belonging that the television news weaves with the public and the perception that the viewers have of the approximation strategies adopted by the broadcaster/program.
Keywords: Communication. Television Journalism. Fall of the news desk. Focal group.

1 INTRODUÇÃO

Uma sexagenária com ares contemporâneos. A televisão brasileira, que se orgulha do título de precursora na América Latina, hoje, mantém distância dos percalços que marcaram sua primeira exibição, em 18 de setembro de 1950, com o programa *Show na Taba*, da TV Tupi. No dia seguinte, entrava no ar o primeiro telejornal nacional, *Imagem do Dia*. Construído nos moldes americanos, com uma bancada e um apresentador, o telejornal brasileiro cresceu de forma profissionalizada em pouco mais de 60 anos. Hoje, a cena de apresentação é outra. A mesa dos primórdios e a bancada adotada com o passar dos anos saem aos poucos do estúdio. O apresentador caminha e conversa com naturalidade com o telespectador. Novos arranjos estão sendo sedimentados em busca de uma maior aproximação e identificação com o público. A bancada perdeu a força e o *glamour* de antes. Vários noticiários vêm sendo exibidos sem o auxílio da bancada. Diante do fato, cunhamos uma expressão que marca a fase em que se encontra a história do telejornalismo: a "queda da bancada". Consideramos que o fato de o apresentador sair de trás da bancada e caminhar pelo estúdio seja uma virada de página, o início de uma nova era. A queda da bancada é o desenrolar de um novo caminho para os noticiários veiculados na TV.

Nossa proposta é reverberar junto ao espectador como essas alterações na cena de apresentação do telejornal repercutiram. Para isso, um grupo focal foi composto para ouvir de seus integrantes como a mudança, encabeçada pela colocação dos apresentadores de pé, longe da bancada, atingiu o público. A hipótese deste trabalho é que a nova cena de apresentação, protagonizada pela queda da bancada, permite uma espontaneidade que desencadeia um processo de identificação

do público com o telejornal. A humanização da cena aproxima o telespectador do noticiário e, consequentemente, resulta na melhor compreensão das notícias promovendo a fidelização da audiência.

Como objeto de estudo, tomamos a alteração na cena adotada pelo telejornal da TV Integração, afiliada da TV Globo em Juiz de Fora. Desde 2011, quando ainda era TV Panorama, o MGTV, noticiário que atinge a região da Zona da Mata e Vertentes, é exibido em novo formato para dois milhões de habitantes que formam as 121 cidades que fazem parte da cobertura do sinal. Acreditamos que o MGTV 1ª Edição é um bom exemplo da efetivação de laços de pertencimento com o público.

2 EM CENA A AÇÃO: A NOVA CENA DE APRESENTAÇÃO DO TELEJORNAL

As primeiras mudanças na cena de apresentação do telejornal que buscavam transformar o estúdio em uma extensão de nossas casas ocorreram no final da década de 1990, no Bom Dia Brasil, noticiário nacional da Rede Globo. O jornal ganhou um novo cenário - além da bancada, o espaço para divulgação das notícias incluía uma sala de estar para realização das entrevistas. Nos anos 2000, novas reformulações atingiram a emissora em todo o país, inclusive, as praças, conhecidas assim por serem afiliadas da TV Globo.

Em Juiz de Fora, a reformulação de cenário na afiliada da Globo aconteceu em nove de maio de 2011, quando a emissora ainda era a TV Panorama[1]. A principal mudança do MGTV 1ª e 2ª Edições teve como foco a bancada. O acessório, que dividia com o apresentador o olhar do telespectador, perdeu o *status* de outrora. Saíram a bancada triangular e o cenário nos tons cinza e azul e entrou uma nova cena de apresentação, com uma bancada reduzida, dois telões, dois bancos para receber os entrevistados e fotos das cidades de cobertura do sinal. O espaço do estúdio permanece o mesmo: 5m^2 - mas a redução do tamanho dos objetos de cena dá a impressão de o local ser mais amplo. O jornal de estreia com o novo cenário foi apresentado por três jornalistas da

1 No início de 2012, a TV Panorama virou TV Integração. Os 50% das ações da antiga emissora que permaneciam nas mãos do empresário Omar Peres foram repassados ao grupo Integração. A emissora é considerada a primeira afiliada da TV Globo do país, atuando nas regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Nordeste de Minas, Pontal, Centro-Oeste de Minas e Sul e Minas, além das duas novas áreas com a aquisição da TV Panorama: Campo das Vertentes e Zona da Mata.

emissora: Érica Salazar, Sérgio Rodrigues e Ricardo Ribeiro[2].

Atualmente, a bancada permanece no ar, mas não com as funções de antes. Na nova cena, os comunicadores circulam pelo estúdio e se apresentam de corpo inteiro, não ficam fixos ou sentados atrás da bancada. Movimentam-se, caminham pelo cenário, incorporam um discurso dialógico com outros sujeitos também participantes da enunciação, como os repórteres da rua ou os convidados no estúdio.

Entender como a mudança repercute na audiência ajudará a compreender como o público absorve a evolução do telejornalismo. No Brasil, é através do telejornal que a maioria da população se informa já que a televisão é um dos veículos de maior importância entre os cidadãos. Dados do IBGE (2011)[3] reforçam essa força e revelam a presença do aparelho nas residências da nação. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/2011), o número de domicílios com pelo menos um aparelho de televisão supera o dos que possuem geladeira. Em 2011, 59,4 milhões de lares possuíam televisão, o que corresponde a 96,6% do total. Já o número dos que tinham geladeira era de 58,7 milhões (95,8%).

Outra pesquisa encomendada pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom)[4] aponta que a TV é o meio com maior abrangência no país. Os canais abertos são vistos por 83,5% da população, sendo a Rede Globo a emissora favorita dos brasileiros. Os telejornais foram considerados por 65% dos entrevistados como os programas de maior relevância.

O francês Dominique Wolton (1996) reconhece a força e o apelo da TV no Brasil. O país e a Globo, especificamente, já foram objeto de seus estudos. Em suas pesquisas, o teórico reconheceu o sucesso e o papel nacional da emissora que, segundo ele, é "assistida por todos os meios sociais, e que pela diversidade de seus programas constitui um poderoso fator de integração nacional" (WOLTON, 1996, p.153). Coutinho formula que "a fonte principal de informação, no Brasil, é a televisão" (COUTINHO, 2012, p. 43). O telejornal é a mais importante

2 Atualmente, os jornalistas Ricardo Ribeiro e Sérgio Rodrigues (atual vice-prefeito de Juiz de Fora) não fazem mais parte dos quadros da emissora.

3 Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualizaphp?id_noticia=2222&id_pagina=1 <Acesso em: 11/10/2012, 14h44>

4 Disponível em: http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id =6761 <Acesso em: 11/10/2010, 14h49>

manifestação do telejornalismo. A necessidade de compreender o mundo globalizado e de ter acesso ao maior número possível de informações é preenchida pelo jornalismo visto na TV. A autora avalia que a "televisão garantiria um acesso mais universal ao conhecimento dos fatos, nas notícias, sem limitações de grau de escolaridade" (COUTINHO, 2012, p. 16).

No Brasil, o telejornalismo representa um lugar de referência para os cidadãos. Alfredo Vizeu e João Carlos Correia (2008) justificam que o telejornalismo exerce uma função muito semelhante à da família, dos amigos, da escola, da religião e do consumo. A referência nesse caso faria com que os telejornais atuassem como um laço estruturante. Todos, de forma invisível, conectados diante da tela da TV.

O telejornalismo, segundo Vizeu (2008, p.7) cumpre a "função de sistematizar, organizar, classificar e hierarquizar a realidade" hoje dispersa. O mundo que circunda o sujeito é organizado pelo telejornal, que se apresenta como um novo lugar de sentido onde os temas nacionais ganham visibilidade. O autor acima citado completa argumentando que "o telejornal é hoje a grande *praça pública* do Brasil" onde todos discutem, comentam e se "encontram" de forma invisível.

Becker (2009, p.81) afirma que os telejornais são "os produtos de informação de maior impacto na contemporaneidade" e se consolidaram como um território simbólico, onde os sujeitos de diversas classes socioculturais experimentam sentimentos de cidadania e pertencimento. Esses vínculos do telespectador com a TV se materializam ainda em números de audiência, imprescindíveis para que as emissoras obtenham verbas junto ao mercado publicitário.

3 O MGTV 1ª EDIÇÃO EM FOCO E A IDENTIFICAÇÃO DO PÚBLICO

Os moradores das 121 cidades de alcance do sinal da TV Panorama, hoje, TV Integração, assistiram à estreia do novo cenário do MGTV 1ª Edição no dia nove de maio de 2011. A novidade foi comemorada pela emissora que anunciou a mudança por intermédio de seus três apresentadores: Érica Salazar e Ricardo Ribeiro – titulares do jornal da hora do almoço, e Sérgio Rodrigues, responsável pelo MGTV 2ª Edição, que apresentaram, juntos, o jornal deste dia. Durante o noticiário os telespectadores puderam perceber as principais alterações implantadas na cena: os apresentadores de pé, em ambiente claro, supostamente

mais amplo, e circulando pelo espaço que oferecia outras opções além da ancoragem a partir da bancada.

A primeira reportagem tinha a missão de esclarecer o público os motivos que levaram a emissora a optar pela troca, 13 anos após a última reformulação do cenário. Na voz da apresentadora, no texto que antecedeu à exibição do material, a justificativa da alteração era de que a empresa daria mais um passo em direção à digitalização do sinal e, consequentemente, a busca pelas imagens em alta definição. Uma dessas etapas seria o investimento no novo cenário.

A apresentadora que, a partir de então, assumiria o estúdio sozinha (ficando o jornalista Ricardo Ribeiro, que dividia com ela a bancada, responsável pela enunciação do telejornal durante os *links* ao vivo da rua) mostrou, nos primeiros minutos do jornal, como seria o noticiário dali em diante. Uma grande circulação de pessoas, todas recebidas por ela que passou comandar a enunciação. Na estreia, ela "abriu as portas de sua casa", ou melhor, permitiu a entrada dos colegas no estúdio para revelar aos dois e ao público, do outro lado da tela, os detalhes da novidade. Logo após a escalada, Érica Salazar anunciou: "para celebrar esse momento do telejornalismo regional, eu convido nossos dois apresentadores da TV Panorama, Ricardo Ribeiro e Sérgio Rodrigues. Sejam muito bem-vindos" (MGTV 1ª Ed. 09/05/2011).

Foi embalado nesse clima que a emissora inaugurou mais uma etapa da história do telejornalismo regional. A nós nos interessa, primordialmente, descobrir os eventuais impactos que a percepção dessa mudança provocou no público. Amparados no processo de identificação que a televisão gera na audiência, sobretudo, por meio dos apresentadores, pretendemos analisar se essa personificação contribuiu para a criação de uma intimidade. Além disso, com o novo cenário, os âncoras comportam-se de maneira mais solta, circulando pela cena, aparecendo de corpo inteiro, dramatizando e encenando o vai e vem de notícias. Nossa intenção é descobrir se essa movimentação produz a ilusão de intimidade entre o público e os profissionais e uma maior aproximação com a audiência.

Para melhor compreender como a mudança na cena de apresentação do MGTV 1ª Edição reverberou no público nossa proposta foi auscultar a recepção do noticiário. Para isso, foi realizado um grupo focal, formado por indivíduos que representavam a audiência

do telejornal[5] , com o objetivo de perceber entre seus diferenciados componentes as diversas opiniões a respeito do MGTV 1ª Edição, da articulação da apresentadora titular responsável pela enunciação do noticiário, e a nova cena de apresentação do telejornal, além de descobrir suas impressões acerca da queda da bancada.

Entendermos que o grupo focal funciona "como ferramenta de pesquisa qualitativa, ajuda a identificar tendências, o foco, desvenda problema, busca a agenda oculta do problema" (COSTA, 2005, p.180). Para Costa, a metodologia favorece o aprofundamento da reflexão sobre o que é essencial acerca dos fatos. Assim como a autora, acreditamos que o processo "permite identificar a satisfação e a percepção que produtos culturais, como programas de TV, revistas, seriados, textos populares, provocam no receptor desses conteúdos" (COSTA, 2005, p.182).

Bernadete Angelina Gatti (2005) corrobora com essa percepção ao descrever que o grupo focal é uma técnica muito rica que permite o levantamento de dados, expressões e comentários emitidos por um determinado segmento. A autora destaca que as trocas realizadas no grupo permitem captar conceitos, sentimentos, atitudes, experiências e até reações dos membros em uma perspectiva mais apurada que em outros métodos.

O grupo focal foi composto por onze pessoas, com sexo, idade, escolaridade e níveis sociais variados, priorizando membros da classe C, obedecendo o perfil do púbico do MGTV 1ª Edição. Dados da TV Integração revelam que o público do noticiário é formado, em sua maioria, por mulheres, cerca de 58% do total. As idades são diversas e variam de quatro a acima dos 50 anos. A faixa que apresenta um público mais concentrado é composta por pessoas com mais de 25 anos, com uma ligeira vantagem entre os 35 e 49 anos, 25% da audiência. Quanto à classe social, o MGTV atinge todos os níveis socioeconômicos, com larga margem para os membros da classe C, que detêm 61% dos telespectadores. Ainda segundo informações fornecidas pela emissora, em Juiz de Fora, a classe C representa 59% da população, de acordo com os dados do Ibope (set/out-2011).

Com base nesses dados, partimos para a composição do grupo focal. Sete integrantes eram mulheres: uma estudante universitária de

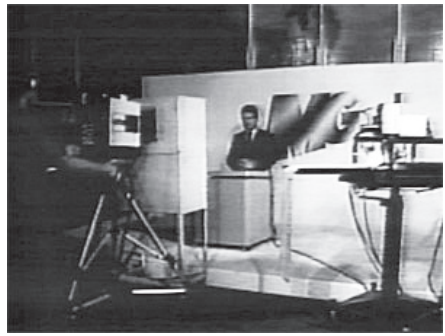
5 Os dados sobre a audiência foram repassados pelo departamento de Marketing da emissora à pesquisadora em 04/07/2012.

22 anos; uma empregada doméstica de 35 anos que cursou até a 6ª série do Ensino Fundamental; uma radialista de 38 anos com Ensino Médio completo; uma comerciante de 51 anos com graduação em Magistério; uma administradora de empresas aposentada de 54 anos; uma funcionária pública aposentada de 64 anos, com Ensino Médio completo e uma pedagoga de 71 anos. Quatro integrantes eram homens: um técnico em audiovisual de 30 anos, com Ensino Médio completo; um motorista de 34 anos que cursou até a 7ª série do Ensino Fundamental; um contador de 55 anos e um funcionário público aposentado de 68 anos, com ensino superior incompleto.

Os trabalhos começaram com a distribuição de crachás de identificação aos integrantes do grupo focal, inclusive, para a pesquisadora que foi responsável pela moderação. Os participantes foram informados que suas opiniões seriam gravadas a fim de auxiliar a decupagem do material. Em seguida, foram explicados os objetivos do grupo e como aconteceu a formação heterogênea do mesmo. A preocupação era informar aos membros que não havia opiniões certas ou erradas e que a riqueza da pesquisa estava na diversidade de posicionamentos. Outra garantia foi a do anonimato. Nesta pesquisa, todos serão chamados apenas pela profissão e a idade que possuem.

Todos foram posicionados ao redor de uma mesa e de frente para uma televisão de onde seriam reproduzidos trechos do noticiário e fotos da cena de apresentação do telejornal, objeto de estudo da pesquisa. A gravação em áudio durou uma hora, 26 minutos e 59 segundos. O primeiro estímulo que o grupo recebeu foi opinar a respeito da foto que revela o antigo cenário do MGTV.

Figura 1 – Primeiro cenário do MGTV. Permaneceu no ar por 25 anos



Fonte: Disponivel em: http://megaminas.globo.com/2011/05/09/tv-panorama-estreia-novo-cenario

As opiniões foram unânimes em relação a essa representação. A funcionária pública aposentada considerou a imagem feia em relação ao que ela vê atualmente na televisão, “ultrapassada” como ela mesmo adjetivou. A administradora de empresas considerou o cenário improvisado, fato que foi ponderado pelo contador, “[...] era o que era de bom no momento”. Na sequência, os componentes do grupo opinaram sobre a foto de outra fase do cenário MGTV.

Figura 2 – Cenário do MGTV 1ª e 2ª edições no final dos anos 1990. No ar por 13 anos

Fonte: Arquivo pessoal

As opiniões foram diversas. Alguns, como a comerciante, gostaram do que viram, com destaque para o colorido da foto. Foi exatamente nesse ponto que a funcionária pública aposentada discordou argumentando que as cores chamavam muita atenção. Para ela, perde-se tempo olhando as cores para, depois, ficar atenta às notícias. A pedagoga justificou que as cores chamam mais atenção do que o repórter. Para os integrantes, o elemento que mais atrai na cena é a bancada, mas para a pedagoga, o acessório é “muito pesado”. A terceira foto apresentada dentro da trajetória dos cenários implantados em Juiz de Fora pelo MGTV mostra a nova cena de apresentação.

Figura 3 – Jornal de estreia com a nova cena de apresentação

Fonte: Disponivel em: http://megaminas.globo.com/2011/05/09/tv-panorama-estreia-novo-cenario

A administradora de empresas ponderou que foram mantidos o laranja e demais cores, mas mudou o ambiente. “Eu achei moderno. Eu acredito que as pessoas às vezes não são muito abertas a mudanças”. Para o técnico em audiovisual, a antiga bancada praticamente ocupava todo o espaço da cena. A radialista avaliou que esta seria uma tendência no MGTV 1ª Edição, “fazer uma coisa muito próxima do que o Fantástico faz, essa coisa de revista eletrônica mesmo”. Ela também avalia que, no início do telejornalismo, havia apenas uma câmera focando no apresentador (referência à primeira foto exibida). Hoje, há mais dinamismo à enunciação.

Para o contador “a ideia foi mudar o espaço, tirar o repórter de trás do balcão, mesa, ou seja lá o que for. Eu até acho legal, uma maneira de tentar inovar”. Nesse ponto, a comerciante fez uma interferência para acrescentar que, nesse formato, não há mais formalidade. “Estão falando inclusive as opiniões deles com mais liberdade”. A administradora de empresas aposentada se manifestou: “Eu gosto muito da parte interativa”. A comerciante ilustrou que, “antigamente, a gente não sabia o que eles pensavam”. A administradora voltou a opinar dizendo que a mobilidade permitida no novo cenário traz o público para mais perto. O funcionário público aposentado concordou que essa circulação aproxima bastante. A administradora de empresas complementou ilustrando que aproveita para observar outros itens que não a notícia.

> Se eu vejo você parada, por exemplo, às vezes, você até me constrange, de repente, dessa maneira ou a outra pessoa. Quando você vê a mobilidade parece que você pára para olhar uma calça jeans, tá com uma bota que você usaria, alguma coisa nesse sentido... te traz para perto. Eu consigo entrar mais dentro da notícia pelo fato de interagir até pela internet eles têm feito isso.

A estudante de Jornalismo acredita que esse formato aproxima mais o telejornal do telespectador, mas também crê que muitos apresentadores não estão preparados para o modelo o que pode comprometer a credibilidade da notícia. O funcionário público aposentado manifestou-se em dúvida quanto ao que funciona melhor:

apresentação formal ou a informalidade sugerida pelo novo cenário. Até então, ele avaliava que a informalidade conseguia atrair o público em direção ao apresentador e menos para a notícia. E a formalidade focava mais na informação.

> Existe um programa na Globo News chamado Painel, eu adoro esse programa. O apresentador fica muito solto, ele deixa os convidados muito soltos. E a gente se envolve com todo o assunto. [...] Eu gosto da circulação dos apresentadores. Aí vai chegar naquele caso, não sei se essa circulação desvia um pouco da notícia. Eu tô em dúvida qual é melhor, a informalidade, a circulação ou se ficar estático dando a notícia.

O técnico em audiovisual complementou o pensamento do componente afirmando que está mais acostumado com o Jornal Nacional, composto pela bancada no modelo tradicional. Na percepção dele, os apresentadores sequer dão uma risada ao anunciar uma notícia mais leve e, por isso, contribuem para conferir credibilidade à informação. No caso do MGTV 1ª Edição, o integrante do grupo focal considera que a circulação entre um ponto a outro do estúdio quebra o ritmo do programa. A doméstica de 35 anos discordou. Ela diz que às vezes trabalha assistindo ao MGTV e o jeito à vontade da apresentadora a atrai porque também a deixa à vontade para acompanhar as notícias. Quando o apresentador fica parado ela tem a percepção de também ficar acuada.

A radialista de 38 anos chama a atenção para um ponto até então não discutido: a espontaneidade do jornalista e a encenação que vem sendo colocada em prática com o novo formato. Ela cita o exemplo de um dos apresentadores do Fantástico, o repórter Tadeu Schmidt, responsável pelas notícias esportivas do programa. Para a radialista, antes dele, ao se falar de futebol, as notícias eram divulgadas de maneira mais "quadrada", com uma locução formal e distante. Agora, segundo ela, o jornalista se diverte com o próprio erro para fazer graça dos deslizes dos jogadores. Ela completa o raciocínio ilustrando que o comunicador não pode ser somente jornalista, mas sim, desempenhar um papel que se aproxima da figura do ator que necessita ser dirigido.

O próximo passo foi discutir como o grupo focal enxergava a figura da apresentadora do MGTV 1ª Edição, Érica Salazar. Para iniciar as discussões foi exibida uma foto da jornalista.

Figura 4 – A apresentadora Érica Salazar no novo cenário do MGTV

Fonte: Arquivo pessoal

O aposentado foi o primeiro a se pronunciar revelando o que mais chamava sua atenção na foto: “primeiro a simpatia”. A administradora de empresas também deu sua opinião: “passa credibilidade”. A estudante engrossou o coro de apoio à profissional: “Eu acho que ela está preparada para os dois formatos. Ela sabe dar o tom sério, mas sabe também estar ali em pé, chegar próximo, fazer o comentário, é espontânea”. O técnico em audiovisual concorda. Para ele, o fato de ela sentar-se no acessório para “conversar” com o público é muito interessante, passa simpatia e credibilidade.

Neste momento, passou-se a observar alguns trechos do MGTV 1ª Edição para que os integrantes do grupo pudessem emitir opiniões direcionadas a respeito da nova cena de apresentação do telejornal. Uma das partes exibidas mostrava um diálogo entre a apresentadora Érica Salazar e o repórter Ricardo Ribeiro. Ele, da rua, conversava com ela via telão. A primeira a se manifestar foi a radialista que notou o vestido que ela usava: “Ela tá soltinha, de vestidinho”. Neste ponto da conversa, todos falam ao mesmo tempo aprovando uma brincadeira feita entre os jornalistas.

O funcionário público aposentado reitera: “desde que não haja excesso, eu gosto”. “O bacana”, segundo o contador, é que “ela tem até que às vezes improvisar. É o que digo sobre o Jornal Nacional. O cara senta lá para dizer aquilo que tá lá, ele não vai falar outra coisa”. A funcionária pública aposentada reforçou: “é por isso que não gosto do

Jornal Nacional". A administradora de empresas também se manifestou sobre o telejornal citado "é muito sisudo". O funcionário público aposentado sai em defesa do noticiário nobre da televisão brasileira justificando porque o modelo adotado na cidade tem mais informalidade. "O horário do MGTV é hora do almoço, é mais solto, mais descontraído".

Aproveitando o gancho, a moderadora pergunta se essa informalidade é boa ou ruim para a compreensão da notícia. A comerciante afirmou que aprova, sem que haja excesso. O técnico em audiovisual também gosta do estilo justificando que uma conversa entre os jornalistas ajuda a descontrair. A radialista intervém e assegura que isso não pode ser feito no meio da informação, mas apenas como um detalhe para fechar uma notícia. O funcionário público aposentado concorda e diz que isso é importante até quando há alteração na expressão do apresentador diante de determinada notícia: "você percebe bem o William Bonner muda a fisionomia quando ele quer dar uma notícia séria. A voz, a entonação [...] trazem a pessoa para dentro da notícia e também traz a notícia para você. Eu gosto dessa informalidade". Aqui, aconteceu algo interessante que foi a mudança de opinião desse integrante do grupo focal. Ele deu início aos trabalhos dizendo-se um apreciador da formalidade dos noticiários e, agora, manifestou-se favorável a ela.

A radialista também fez uma importante colocação neste momento da discussão. Para ela, o jornalismo está passando por uma grande transformação, que vai da participação e colaboração dos internautas na composição do jornal até a tentativa de eliminar a quarta parede, proveniente do teatro. "O jornalista agora é igual a gente". A administradora de empresas complementa que não vê o jornal em função da roupa que a apresentadora usa, mas repara no figurino para ver se é parecido com algum modelo que possui. "Isso é o termo que a gente usa: parece com o que eu tenho. Ela tá tão próxima de mim". A radialista reforça: "Isso é bom porque dá mais veracidade. É muito melhor quando você tá próximo".

Outro trecho do MGTV 1ª Edição foi exibido. A notícia em questão foi enunciada longe da presença da bancada e com o deslocamento da apresentadora. A intenção foi identificar como a audiência percebe a queda da bancada. A pedagoga foi a primeira a dizer que a bancada já não é o principal acessório do cenário. A doméstica também reparou positivamente nesta característica e destacou que a bancada quase

não apareceu na movimentação que a apresentadora fez ao enunciar a reportagem. Para ela, tudo transcorreu tranquilamente parecendo que ela própria caminhava ao lado da Érica Salazar. O motorista teve o mesmo sentimento. “Você vai passeando (com ela) e esquece a bancada que quase não aparece”. A radialista fez a seguinte observação: “Na outra era, era aquela coisa toda ‘quadradona’ e ele lá (o apresentador). E com a evolução foi diminuindo essa bancada, essa bancada vai sumir. Você está andando com ele e a bancada pode ser um entrave. O que eu faço daquilo? Eu preciso de informação e material humano”.

A estudante de Jornalismo concordou com a radialista assim como o funcionário público aposentado que ratificou que a bancada é só para dar um apoio. O motorista também engrossou o coro ao dizer que a bancada é apenas um enfeite. A pedagoga salientou o que, para ela, transparece ser o papel da bancada: um obstáculo entre o público e o telejornal.

> A bancada é um limite entre o telespectador e o apresentador. Há essa separação: eu sou o repórter e você é o público. Agora não. Agora ela (apresentadora) interage. Você pode participar. Ela anda. E eu acho importante realmente quando nessas chamadas em que a televisão (o telão que faz o *link* com a participação do repórter da rua) aparece, você vê a notícia o que está acontecendo lá fora, aqui e o que acontece em outras regiões, chama Barbacena, chama outra cidade [...] Então aproximou mais esse tipo de jornalismo, tirando essa bancada.

A estudante voltou a se manifestar concordando com a mudança implementada no MGTV e apoiando a queda da bancada. “Eu acho que a bancada vai desaparecer porque é uma forma de aproximação mesmo. A bancada era sim uma barreira [...] e mostra mais formalidade. A tendência não é essa mais. A tendência é um com o outro, é troca”.

Em outro trecho do telejornal exibido, a apresentadora vira-se de costas para o público conferindo atenção ao telão com a presença do repórter trazendo notícias da rua. Perguntados sobre o que eles achavam sobre o fato de ela dar as costas para os telespectadores, os participantes foram unânimes em dizer que o foco da atenção, naquele momento, estava no repórter. A pedagoga destacou que a apresentadora estava chamando atenção para a notícia, não para ela. Para a radialista, ao se

deslocar em direção ao telão, a apresentadora estava transportando o direito de emitir a mensagem ao outro. “Não olhem em mim, eu não sou o foco”, complementou. A estudante de Jornalismo acredita que isso reforça a naturalidade uma vez que “a gente quando vai conversar com alguém, a gente vira também”.

Ao serem indagados sobre a espontaneidade em cena, os integrantes foram categóricos ao afirmar que a apresentadora titular do MGTV 1ª Edição é extremamente natural, ao contrário de outros profissionais, mais “sisudos” no ar. “A Érica tem essa facilidade”. A funcionária pública aproveitou o momento para lançar outra questão: “Falaram aqui que o teatro ajuda, pode ajudar. Eu acho que pode ter uma pessoa descontraída fazendo a apresentação do jornal tão bem quanto uma que fez teatro”. O funcionário público confessou que estava quieto pensando no estilo de outros apresentadores mais tradicionais. “Eu acho que esses profissionais deveriam atuar em um tipo de noticiário mais formal mesmo, lembrando talvez o Jornal Nacional”, revela. A colega que estava sentada ao seu lado, também funcionária pública aposentada, virou-se para ele e emendou: “mas isso tá acabando, a bancada. A bancada um dia vai acabar. Será que eles vão saber conduzir um novo tipo de jornalismo em TV pelo perfil que têm?”

4 CONCLUSÃO

Este artigo propôs-se revelar como as alterações na cena de apresentação do telejornal se constituem em tentativas de aproximação com o telespectador estabelecendo, assim, vínculos de pertencimento e relações identitárias com o público. Retirar a bancada da posição de protagonismo do espaço cênico e permitir a circulação e o posicionamento do apresentador no estúdio foram as principais estratégias adotadas por um dos maiores telejornais da Zona da Mata Mineira, o MGTV 1ª Edição, da TV Integração, afiliada da TV Globo.

Toda e qualquer modificação na enunciação dos programas jornalísticos é percebida positiva ou negativamente pela audiência. Promover mudanças no telejornal é saber que os contatos/diálogos com o público também serão alterados. Nossa intenção era perceber se a queda da bancada rompia os obstáculos entre enunciador e enunciatário. Durante a observação das opiniões emitidas pelos integrantes do grupo focal ficou claro que a queda da bancada é uma evolução no

telejornalismo, considerada por eles uma inovação. Os componentes concordam que ela já não é mais o principal elemento do cenário e, aos poucos, vai sumir de cena. A redução da "importância" da bancada traz à tona a informalidade que provoca uma aproximação com o telespectador. Sem esse acessório há mais mobilidade e, por isso, para os membros do grupo, o telespectador está mais à vontade durante a enunciação, sem que seja impedido por um obstáculo, como a bancada. A queda da bancada pôs abaixo a distância que havia entre o noticiário e o público proporcionando uma maior interação entre os enunciadores e quem está do lado de lá da tela.

Do ponto de vista corporal, dar as costas ao público, até pouco tempo atrás era inadmissível. Na nova cena isso é adotado com frequência no sentido de efetivar o tom dialógico na enunciação. É assim que nos comportamos diariamente no encontro e contato com o outro, assim também é (re) produzido no ambiente cenográfico. A possibilidade de observar os enunciadores de corpo inteiro também contribui para uma maior identificação e aproximação com o público. A adoção de um "figurino" mais solto e leve, algo mais próximo das roupas que usamos no cotidiano transformam esses profissionais em "gente como a gente". Ao adotar esses mecanismos de aproximação, o telejornal promove a sensação de que o local da enunciação é um prolongamento de nossas casas.

O grupo focal percebe e gosta dessa informalidade. A "distância" que existia antes, em função da linguagem mais séria e da formalidade dos enunciadores em relação ao público, conferia o que eles chamam de "peso à informação". Apesar de reconhecer a importância da aproximação, o grupo ressalta que nem todo comunicador sabe conduzir a notícia de maneira leve mas com credibilidade. Investigar a reação do público em relação às mudanças tornou possível entender melhor como acontece a representação da proximidade com o novo formato do telejornal.

A participação do grupo focal foi fundamental para que descobríssemos o novo sentido da bancada. Os integrantes reconhecem que o antigo formato, com a bancada, vai sumir com o tempo porque ele não se enquadra mais com a naturalidade da enunciação praticada no momento. A queda da bancada deixa os enunciadores à vontade. O acessório, como concebido no passado, foi considerado um entrave, um

obstáculo, um limite entre o telejornal e o público. A formalidade começa a entrar em desuso. A tendência, sob a perspectiva do grupo focal é a informalidade, a troca entre um (emissor) e outro (receptor).

REFERÊNCIAS

BECKER, Beatriz. Do mito da imagem ao diálogo televisual: repensando o ensino e a pesquisa em telejornalismo**.** In VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (Orgs.). **40 anos de telejornalismo em rede nacional.** Florianópolis: Insular, 2009. p. 81-104.

COSTA, Maria Eugênia Belczak. Grupo focal. In DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2005. p. 180-192.

COUTINHO, Iluska. **Dramaturgia do telejornalismo:** a narrativa da informação em rede e nas emissoras de televisão em Juiz de Fora-MG. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas.** Brasília: Liber Livro, 2005.

MEGAMINAS.COM. Uberlândia: TV Integração. Disponível em: http://megaminas.globo.com/2011/05/09/tv-panorama-estreia-novo-cenario.
Acesso em: 09 maio 2011 às 15h03.

MEMÓRIA GLOBO. Rio de Janeiro: Rede Globo. Disponível em: http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-237480,00.html. Acesso em: 17 dez. 2012 às 15h47.

MGTV 1ª EDIÇÃO. Juiz de Fora: TV Panorama/TV Integração. Edições de 27/06/2011, 28/06/2011, 29/06/2011, 30/06/2011, 27/03/2012, 04/04/2012, 12/04/2012, 27/04/2012, 07/05/2012, 26/05/2012.

TV INTEGRAÇÃO MINAS É VOCÊ. Juiz de Fora: TV Integração. 01/04/2012.

VIZEU, Alfredo **O lado oculto do telejornalismo.** Florianópolis: Calandra, 2005.

_____. (Org.). **Sociedade do telejornalismo.** Petrópolis: Vozes, 2008.

VIZEU, Alfredo; CORREIA, João Carlos. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. In VIZEU, Alfredo (Org.). **Sociedade do telejornalismo.** Petrópolis: Vozes, 2008. p. 11-28.

WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público:** uma teoria crítica da televisão. São Paulo: Ática, 1996.

Artigo recebido em: 02/4/2013
Aceito para publicação em: 13/8/2013

Quando o telejornal vira notícia: a troca de apresentadora do Jornal Nacional

*Gilze Freitas Bara**

RESUMO

Depois de dividir a bancada do principal telejornal brasileiro com o marido William Bonner por quase 14 anos, Fátima Bernardes oficializou sua saída do Jornal Nacional (JN), da TV Globo. O anúncio foi feito no dia 1º de dezembro de 2011, e a mudança efetivada no dia 6 de dezembro do mesmo ano, quando Patrícia Poeta assumiu a bancada do JN. Este artigo objetiva estudar como o próprio telejornal abordou a mudança de apresentadora e como tratou o assunto, que recebeu atenção de acontecimento midiático, sendo amplamente divulgado. Em duas edições – no dia do anúncio da saída e em 5 de dezembro de 2011 –, o fato ocupou por completo os últimos blocos do JN. O artigo parte de pressupostos sobre televisão, telejornalismo e apresentadores de telejornais.

Palavras-chave: Telejornalismo. Apresentadores. Jornal Nacional. Fátima Bernardes,

ABSTRACT

After sharing the news desk the most important television news Brazilian with her husband William Bonner for almost 14 years, Fatima Bernardes officiated her output from Jornal Nacional (JN), of TV Globo. The announcement was made on first December 2011, and the change effected on December 6 of that year, when Patricia Poeta took JN's the news desk. This article aims at studying how the television news itself addressed the change of the anchorperson and it handled the matter, which received attention from media event, being widely publicized. In two editions - the day of the announcement of the output and December 5, 2011 - the fact completely occupied the last blocks of JN. The article makes assumptions about television, television journalism and TV the anchorpersons.

* Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Professora e Coordenadora dos Cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda do CESJF. gilze.bara@gmail.com

Keywords: Television journalism. The anchorpersons. Jornal Nacional. Fatima Bernardes.

1 INTRODUÇÃO

A saga do casal William Bonner e Fátima Bernardes à frente do Jornal Nacional (JN), da TV Globo, foi interrompida no dia 6 de dezembro de 2011. A notícia, veiculada cinco dias antes, causou espanto, apesar de amplamente divulgada não só no próprio telejornal, mas em vários veículos de comunicação: após 14 anos, Fátima Bernardes estava deixando a bancada do JN para comandar um programa televisivo próprio. Na bancada do principal telejornal da televisão brasileira, ela seria substituída pela então apresentadora do Fantástico, Patrícia Poeta.

O JN virou notícia – e notícia de destaque na mídia nacional. Nunca antes uma mudança na apresentação[1] de um telejornal havia sido tão badalada como essa. Neste artigo, vamos apresentar um relato de como foi o anúncio da substituição de Fátima por Patrícia Poeta no próprio Jornal Nacional e o tratamento dado à notícia pela TV Globo, por meio do JN. Para isso, nos apoiamos em referenciais teóricos sobre televisão, telejornalismo e apresentadores de telejornais.

2 TELEVISÃO E TELEJORNALISMO

A televisão está presente em 96,6% dos lares brasileiros, enquanto 95,8% deles possuem geladeiras. Os dados do IBGE (2011) nos mostram que o brasileiro adora a televisão. E também a importância da TV para a sociedade contemporânea. “Nos últimos anos, a televisão vem se firmando como principal meio de comunicação massiva na sociedade. [...] cada vez mais ela define não só o que deve ser visto como informação, mas ela própria adquire o status de informação [...]” (HAGEN apud VIZEU, 2008, p. 29).

Ana Carolina Pessoa Temer (2010 apud VIZEU; PORCELLO; COUTINHO, 2010, p. 101) considera a televisão como “o ponto focal da família, no qual vêem as novelas, programas de auditório, *realitys-shows* e, é claro, o telejornal”. Essa concepção é compartilhada por Yvana Fechine (2008b), que destaca a relação intrínseca da TV com a vida

1 Além da apresentação, há ainda a atribuição de edição executiva do programa, embora esta função nem tenha sido mencionada no anúncio da substituição de Fátima Bernardes por Patrícia Poeta.

cotidiana, uma vez que a produção televisiva é feita tendo como foco a recepção no ambiente familiar e doméstico.

Coutinho (2003, p. 46) defende a televisão para além de um veículo, mas "como um ambiente, uma ideologia capaz de integrar diferentes expectativas, desejos, e ainda aliviar tensões em um imaginário nacionalmente construído". A autora afirma que a tela da TV constitui "o espaço onde o país se informa e se localiza no mundo. Entendida como assembléia permanente da nação, a televisão definiria inclusive um modo, real, de observar o mundo, dando legitimidade ao que exibe em sua tela".

E é justamente a vida cotidiana que concede elementos para a organização do fluxo discursivo da TV, a partir do momento em que as histórias construídas e narradas na televisão são baseadas nos acontecimentos cotidianos. Assim, a TV converte-se em porta-voz da cultura da sociedade em que se insere. E o público tem prazer em ouvir as histórias contadas pela televisão porque elas se relacionam com sua própria experiência de vida.

> A televisão fala, conta, propõe histórias que refletem o costume de buscar emoções do espírito humano. Neste sentido, a televisão estimula a imaginação dos indivíduos, satisfaz sua necessidade de fuga e encarna suas fantasias, realizando-as em histórias próximas à sua vida cotidiana. (CASSETI; CHIO, 1999, p. 309 – tradução nossa)

A televisão, assim, oferece ao telespectador meios de compreender o mundo em que vive. Seja pela informação, seja pelo entretenimento, a TV ocupa um lugar na vida das pessoas – ela parte da vida cotidiana, mas permite que se veja algo além da cotidianidade.

No Brasil, a televisão é tida como a principal fonte de informação, configurando o eixo central da indústria cultural nacional. Coutinho (2003, p. 22) vincula essa escolha da televisão como principal veículo de informação ao perfil do brasileiro médio. "A televisão garantiria um acesso mais universal ao conhecimento dos fatos, nas notícias, sem limitações de grau de escolaridade". Além do analfabetismo e do baixo nível de escolaridade, os baixos índices de desenvolvimento também conferem relevância ao impacto da TV no Brasil, dada à maior influência do veículo em situações de pobreza econômica e cultural.

Segundo a autora, a influência e a importância da televisão no

Brasil se relacionam ao fato de a cultura brasileira privilegiar a percepção visual como fonte de conhecimento. Em uma sociedade marcada pela hegemonia audiovisual, seria na televisão, pois, que o país se encontraria. As emissões televisivas no Brasil exercem forte impacto na "construção do conhecimento, ainda que cotidiano, e no processo de informação da grande maioria da população" (COUTINHO, 2003, p. 22). Bucci (apud COUTINHO, 2003, p. 46, p.202), vai além e defende que "[...] fora da TV, talvez seja muito improvável encontrar algum Brasil para ser visto", porque "a televisão é o lugar onde as coisas acontecem".

A TV, pois, marca presença na vida das pessoas. Uma presença que, segundo Coutinho (2003), seria constante. Essa percepção acerca da televisão é compartilhada por Eric Landowski: "[...] a televisão, nos seus aspectos mais característicos, é sobretudo uma *presença*". (LANDOWSKI, 2008 apud FECHINE, 2008b, p. 7). Para Fechine (2008b, p. 108), esta presença efetiva-se pelo simples fato de a TV estar ligada.

> [...] sempre que mantenho a TV ligada, ainda que não preste muita atenção ao que se mostra ou ao que se fala, não me sinto mais sozinha. Instala-se um tipo de efeito de presença. Poderia explicar tal sentimento atribuindo-o, pelo caminho mais óbvio, à mera construção do simulacro de uma conversação interpessoal através de diversas estratégias enunciativas que produzem efeitos de proximidade (*talking heads* que se dirigem diretamente ao espectador, por exemplo).

O telejornal é hegemonicamente entendido como a principal manifestação do telejornalismo e é, para alguns autores, o "principal meio de informação da significativa maioria da população brasileira" (COUTINHO; MUSSE, 2009 apud VIZEU; PORCELLO; COUTINHO, 2009, p.15). Ocupando um lugar central na vida dos brasileiros como a principal fonte de informação da sociedade – barata, cômoda e acessível –, o telejornal "representa um *lugar de referência* para os brasileiros muito semelhante ao da família, dos amigos, da escola, da religião e do consumo." (VIZEU; CORREIA, 2008 apud VIZEU, 2008, p. 12,).

Como afirma Iluska Coutinho, o "telejornal recontaria ou reconstruiria o movimento do mundo no âmbito, seguro e familiar, da casa, em forma de espetáculo" (COUTINHO, 2008, p. 21), transportando a televisão para além de sua vocação ao entretenimento e de seu

convite ao lazer. Assistindo às notícias veiculadas no telejornal, os espectadores se informam sobre os acontecimentos do mundo. E o fazem na segurança de seus lares, sem se preocuparem com os perigos desse mundo, existentes da porta de casa para fora.

Segundo Vizeu (2005), o jornalismo não reproduz o real, mas contribui para a (re)construção social da realidade. O jornalismo não é um espelho da realidade, porque possui uma dimensão simbólica – o discurso jornalístico é construído com o que lhe ofertam outros códigos, outras vozes, sendo um discurso de múltiplas polifonias. A partir do momento em que a realidade a ser mostrada no telejornal é elencada – desde o momento da definição das pautas até a edição final, passando pelo processo de apuração dos fatos e construção da reportagem –, os fatos a serem transformados em notícias são escolhidos e reconstruídos.

> Os telejornais cumprem uma função de sistematizar, organizar, classificar e hierarquizar a realidade. Dessa forma, contribuem para uma organização do mundo circundante. É o *lugar* em que os grandes temas nacionais ganham visibilidade, convertendo o exercício de publicização dos fatos como a possibilidade prática da democracia. Todo esse processo se produz num campo complexo de construção, desconstrução, significação e ressignificação de sentidos. O telejornal é hoje a grande *praça pública* do Brasil. (VIZEU, 2008, p. 7).

Na sociedade brasileira, ao assistir aos telejornais as pessoas se abastecem de informações que as incluirão nas rodas de conversas – reais ou virtuais. O telejornalismo é, pois, inclusivo, funcionando "como uma *janela* para a realidade, mostrando que o mundo circundante existe [...]" (VIZEU; CORREIA, 2008 apud VIZEU, 2008, p. 21).

A partir de suas narrativas, tecidas também a partir das seleções e da aplicação de critérios de cada emissora e editor, os telejornais "apresentam e representam a realidade aos brasileiros, e contribuem para a construção de sua própria identidade como cidadãos" (COUTINHO; MUSSE, 2009 apud VIZEU; PORCELLO; COUTINHO, 2009, p. 15). Segundo Iluska Coutinho e Christina Musse, também por meio de suas narrativas os telejornais oferecem uma via de acesso ao imaginário de um certo modelo ou concepção de cultura ou identidade nacional. O telejornalismo, pois, "seleciona as informações e cria uma cartografia da Nação, levando em consideração critérios altamente

subjetivos" (COUTINHO; MUSSE, 2009 apud VIZEU; PORCELLO; COUTINHO, 2009, p. 19), já que muitas histórias que constituem a nação caem no esquecimento devido ao fato de não ganharem visibilidade.

3 OS APRESENTADORES DE TELEJORNAIS

Não é à toa que milhares de pessoas ainda respondem ao famoso "boa noite" dado pelos apresentadores de telejornais no horário nobre da televisão brasileira. Os apresentadores são vistos como a cara e a voz do telejornal que apresentam – ou representam. Os apresentadores conduzem a enunciação no telejornal, interpelando diretamente os espectadores. Eles narram, de um lugar de fala autorizado, os acontecimentos classificados (muitas vezes por eles próprios, quando acumulam a função de editores) como os mais relevantes do dia.

Os apresentadores são o fio condutor, a espinha dorsal do telejornal, já que articulam as diferentes histórias contadas nas edições do programa. E o fazem olhando de frente para o telespectador, olho no olho, o que

> [...] contribui para a credibilidade do enunciado, a função referencial, [...] definindo-se como uma marca de identificação do discurso informativo na TV. Para o autor, é nesse jogo enunciativo regido pelo olhar que se estabelece o contato entre as partes e, por conseqüência, o *status* de confiança entre os sujeitos actantes de um determinado texto audiovisual. (GUTMANN, 2009, p. 4).

Esta simulação do contato direto é destacada por Coutinho: "Durante os telejornais, esse 'contato' ganha força na medida em que apresentadores, repórteres e entrevistados se dirigem diretamente ao telespectador em um simulacro do olho-no-olho [...]" (COUTINHO, 2008, p. 21). Debray constrói uma analogia entre o apresentador e a presença divina:

> [...] a visão do apresentador cotidiano não apaga, com certeza, nossos pecados, como a Presença divina no ritual católico, mas observemos que, apesar de todas as suas diferenças de estatuto, os dois suportes humanos da revelação têm, antes de tudo, a frontalidade em comum. Olhos nos olhos, face a face. Nosso anchorman ou woman olha para quem o olha, [...] finge, já que está lendo um prompter, mas o efeito está aí: um olho nos fixa

> sem nos ver, interpela-nos diretamente [....] São, por natureza, Seres de face, retos sem verso, corpos gloriosos sem barrigas da perna, nádegas ou nuca: puras subjetividades não-objetiváveis. Esses homens-tronco não são o Verbo, mas o Real encarnado, isto é, o Acontecimento em sua luminosa Verdade. (DEBRAY, 1994, p. 297).

Tamanha é a força dos apresentadores junto ao público, que, muitas vezes, são confundidos os limites entre apresentadores e telejornal. Fechine acredita que a "credibilidade do telejornal é influenciada diretamente pela confiança que os espectadores depositam nos seus apresentadores" (FECHINE, 2008a, p. 1). Hagen, por sua vez, chama a atenção para o movimento em outra via, afirmando que "a imagem de competência e excelência dos apresentadores, de alguma forma, transmite a sensação de excelência da informação, assegurando a credibilidade tão incensada no jornalismo" (HAGEN, 2008a, p. 10). Mauro Porto vai além, defendendo que pode existir confiança do público no telejornal e nos apresentadores mesmo quando não se confia na emissora televisiva:

> [...] o público pode confiar no gênero telejornal enquanto fonte neutra de informação e no apresentador enquanto personalidade, ao mesmo tempo em que permanece cético com relação à imagem da emissora e ao seu papel político, tendo assim menos confiança no conteúdo do noticiário. Em outras palavras, o gênero 'noticiário' e a personalidade do apresentador podem desfrutar altos níveis de credibilidade, ao mesmo tempo em que a imagem da emissora permanece negativa. (PORTO, 2002, p. 14).

Hagen (2008b) afirma que a imagem dos apresentadores desperta emoção no público – emoção considerada pelo autor como fundamental para estreitar os laços entre o público, o âncora e o telejornal e para gerar certo conforto, um acolhimento em meio a tantas notícias.

> Buscar a emoção no rosto dos telespectadores é repetir naturalmente o que se faz numa conversação face a face. E em uma situação em que o rosto é principal componente, já que o corpo não aparece inteiro na tela, essa busca se concentra e intensifica. [...] A emoção está presente na sutileza, no detalhe, e em tudo aquilo que está fora do vídeo, mas que

> pode ser resgatado – conscientemente ou não – quando se vê uma imagem mítica. (HAGEN, 2008a, p. 8).

O fato de o apresentador ser o enunciador das informações acerca do mundo, veiculadas no noticiário televisivo, colabora para a identificação do telespectador. Ainda mais quando esse enunciador assume um papel de defensor do público, cobrando soluções, ou quando os apresentadores evidenciam um estilo mais descontraído, revelando situações, gostos e comportamentos particulares. Isso faz com que o apresentador passe

> [...] a ser percebido paulatinamente pelo público como alguém mais próximo e familiar, alguém de quem ele conhece até alguns aspectos da vida, das experiências, das opiniões e preferências pessoais. Pode, ainda, por outro lado, ser visto pelo telespectador como alguém capaz de defender seus interesses e manifestar suas posições, apto a expressar às autoridades, aos políticos ou aos representantes da sociedade civil aquilo que ele próprio gostaria de falar. (FECHINE, 2008a, p. 2).

No próximo item, tentamos perceber a identificação do público com o apresentador de telejornal, partindo da mudança da titular da bancada do Jornal Nacional, da TV Globo.

4 O ANÚNCIO E O TRATAMENTO DA SAÍDA DE FÁTIMA BERNARDES NO JORNAL NACIONAL

Foi no dia 1º de dezembro de 2011, uma quinta-feira, em que foi anunciada a saída de Fátima Bernardes do Jornal Nacional. Depois de a notícia ter sido badalada durante todo o dia em diversos *sites*[2] e anunciada em coletiva à imprensa realizada em hotel localizado no Rio de Janeiro, a informação sobre a mudança foi confirmada no *Blog* da Redação do JN[3] e no próprio telejornal pelo casal de editores e apresentadores. Neste artigo, cabe-nos abordar o tratamento do fato como notícia no JN.

2 Aspecto abordado na dissertação da autora deste artigo, intitulada “Para além do ‘boa noite’: Os apresentadores de telejornais e o processo de identificação com o público”, defendida em março de 2012 no PPGCom da UFJF.

3 Idem

A saída de Fátima Bernardes foi abordada já na escalada[4] do telejornal veiculado no dia 1º de dezembro, como último destaque, na voz de um Bonner com uma expressão misteriosa, com um meio sorriso no rosto: "E você vai saber as novidades que vão aparecer nesta bancada e na tela da Globo". Em seguida, Fátima, sorrindo, afirmou que o JN estava começando.

O último bloco da edição foi totalmente dedicado à novidade e teve quatro minutos e 40 segundos de duração. Na volta do intervalo, o enquadramento estava em plano aberto, mostrando os dois apresentadores no vídeo. A cabeça[5] da única reportagem do bloco foi lida por Bonner, que estava com uma expressão facial leve e um meio sorriso. Durante toda a cabeça, que teve 30 segundos de duração, Fátima ficou olhando e sorrindo para Bonner, exceto em dois momentos, conforme transcrição do texto da cabeça a seguir:

> A TV Globo anunciou hoje, no Rio de Janeiro, novidades na programação. A minha companheira de bancada aqui [Bonner apontou com a mão direita para Fátima], Fátima Bernardes, [Fátima olhou para a câmera] vai comandar um programa novo, né, Fátima? [Fátima fez que sim com a cabeça e disse "Novíssimo."] É um projeto que ela mesma propôs. E a partir da semana que vem, a cadeira aqui ao meu lado passará a ser ocupada por Patrícia Poeta, jornalista e nossa colega do Fantástico. E o lugar de Patrícia no Fantástico será de Renata Ceribelli. A Renata é quem vai assumir esse lugar. É melhor a Fátima explicar. [Fátima olhou novamente para a câmera] (BONNER apud JORNAL NACIONAL, 01/12/2011).

Em seguida, foi exibida uma reportagem conduzida por Fátima Bernardes, que teve duração de três minutos e três segundos. A matéria começou com uma passagem/abertura de Fátima no saguão de um hotel no Rio de Janeiro, onde foi realizada a coletiva sobre a mudança.

> Nos últimos 14 anos, eu levei até a sua casa as principais notícias do Brasil e do mundo. Contei muitas histórias. Só que, hoje, o Jornal Nacional virou notícia. Tudo porque, há uns quatro anos, eu tive

4 Escalada é o nome que recebe o conjunto de manchetes do telejornal, formado por pequenas chamadas das principais notícias a serem abordadas na edição.

5 Cabeça é o texto que o(s) apresentador(es) lê(em) para introduzir o assunto que será abordado em seguida.

> uma ideia. Essa ideia acabou virando uma vontade muito grande e se transformou num projeto. Está meio confuso, né? [Fátima começa a andar]. Bom, por isso convidamos a imprensa e viemos pra esse hotel, no Rio de Janeiro, pra tentar explicar melhor essa história. E eu já vou logo adiantando: quem vai falar primeiro e dizer tudinho pra vocês é o nosso diretor Carlos Henrique Schroder. (BERNARDES apud JORNAL NACIONAL, 01/12/2011)

O diretor responsável pela Direção Geral de Jornalismo e Esporte (DGJE) da TV Globo, Carlos Henrique Schroder (apud JORNAL NACIONAL, 01/12/2011), confirmou que tudo estava acontecendo a partir da vontade de Fátima, que havia elaborado um "projeto muito interessante, um projeto sensacional". Fátima informou que, a partir do momento em que seu projeto foi aprovado, a tarefa passou a ser a escolha de sua sucessora. E Schroder voltou a falar, desta vez revelando que o nome de Patrícia Poeta havia sido consenso entre ele próprio, o diretor da Central Globo de Jornalismo, Ali Kamel, e Bonner. O editor do JN justificou que a escolha deveu-se ao perfil profissional de Patrícia Poeta, o que "mais automaticamente se encaixava nas necessidades do Jornal Nacional" (BONNER apud JORNAL NACIONAL, 01/12/2011).

Já Patrícia Poeta, também ouvida na reportagem, disse que o convite para substituir Fátima havia sido um susto, mas que estava feliz e honrada: "É uma honra pra mim saber que, a partir da semana que vem, na terça-feira, eu vou sentar naquela cadeira onde, por 14 anos, ela foi ocupada pela jornalista mais querida do Brasil". (POETA apud JORNAL NACIONAL, 01/12/2011). A matéria prosseguiu informando que Renata Ceribelli assumiria a apresentação do Fantástico e que as novidades no Jornal Nacional começariam na segunda-feira seguinte.

Na volta da reportagem, Bonner e Fátima estavam sorrindo, em plano aberto, e Fátima contou duas curiosas coincidências: que a reportagem exibida havia sido feita por ela e pelo repórter cinematográfico José de Arimatéa, o mesmo cinegrafista que estava com ela na primeira reportagem que fez para o JN, e que ambas as matérias foram gravadas no mesmo hotel, localizado no Leme, Zona Sul do Rio de Janeiro (a primeira havia sido sobre o *reveillon* carioca). Bonner sorriu e reafirmou que tudo havia sido coincidência mesmo. E Fátima se despediu do JN:

> Bem, eu ainda estarei aqui amanhã, no sábado e na segunda-feira para um Jornal Nacional especial com a presença da Patrícia Poeta. Nós vamos conversar aqui sobre as mudanças e os novos desafios de cada uma. E a gente conta com você para nos acompanhar nesse momento importante do Jornal Nacional. (BERNARDES apud JORNAL NACIONAL, 01/12/2011).

Após um comentário de Bonner sobre a curiosidade dos telespectadores sobre seu novo programa, Fátima desejou "boa noite" para o público, com ênfase na expressão "até amanhã".

A edição do JN da segunda-feira, 5 de dezembro de 2011, destacou a mudança de apresentadoras no final da escalada. Bonner, sorrindo, chamou: "E nesta edição, a despedida de Fátima Bernardes" e Fátima, também sorrindo, completou: "E as boas vindas a Patrícia Poeta" (JORNAL NACIONAL, 05/12/2011). O assunto foi tratado no último bloco, que teve 15 minutos e 23 segundos de duração e foi exclusivamente sobre as protagonistas da mudança na bancada do JN. O material começou com a imagem de Bonner, em plano fechado, falando que aquele era um dia especial para a história do JN porque Fátima Bernardes faria sua última apresentação e no lugar dela assumiria Patrícia Poeta. A câmera abriu, mostrando que Bonner estava em pé. Ele desejou boas vindas e deu as mãos para Patrícia Poeta, que entrou no vídeo e, após cumprimentar Bonner, andou até Fátima (que ainda não havia aparecido no vídeo neste bloco). As duas se cumprimentaram com um beijo no rosto e Fátima disse que, naquele momento, Patrícia ainda sentaria na posição de entrevistada.

Bonner perguntou se Patrícia estava nervosa, e ela disse que sim. O editor respondeu: "Então, se ajuda a ficar tranquila, uma vez eu perguntei ao Cid Moreira, que ocupou esta cadeira durante 27 anos, quando ele parou de ficar nervoso ao apresentar o Jornal Nacional e ele disse: 'Nunca'" (BONNER apud JORNAL NACIONAL, 05/12/2011). Bonner continuou sua enunciação dizendo que todos estavam um pouco nervosos e que "para esta noite especialíssima do Jornal Nacional nós procuramos apresentar uma espécie de resumo das carreiras dessas duas grandes jornalistas [...]" (BONNER apud JORNAL NACIONAL, 05/12/2011).

Em seguida, foi veiculado um material de quatro minutos e

31 segundos, no estilo retrospectiva, sobre momentos da carreira de Patrícia Poeta. A locução foi gravada por Bonner, que fez uma entonação mais leve, mais doce. Além de imagens sobrepostas à locução em *off*, o material teve vários sobe sons de Patrícia. Foi mostrado o início dela no JN, no ano 2000, no quadro da previsão do tempo, mesma época em que a jornalista gaúcha apresentava o SPTV (ao lado de Chico Pinheiro) e, aos sábados, o Jornal Hoje. O texto ainda salientou que, junto com a carreira de apresentadora, Patrícia Poeta nunca deixou a reportagem. Em 2003, a jornalista transferiu-se para Nova Iorque como correspondente da Globo e retornou ao Brasil em 2007, como apresentadora e repórter do Fantástico. O texto destacou ainda que "na tela da Globo, Patrícia noticiou a história" e evidenciou o lado entrevistadora da jornalista, "que descobriu como arrancar sorrisos" e como "arrancar lágrimas".

Na volta da reportagem, Bonner elogiou a carreira de Patrícia e chamou para um material de 15 segundos em que a própria apresentadora resumia sua vida (uma gravação exibida no Fantástico no dia 30 de março de 2008). Fátima brincou com a sua sucessora, falando que, depois das muitas experiências que ela teria no JN, não conseguiria mais editar um vídeo de 15 segundos sobre sua vida. Patrícia concordou que ficaria mais difícil mesmo. Fátima perguntou se Patrícia estava preparada para o dia seguinte. Ela respondeu que se sentia desafiada, porém animada. Bonner chamou, então, o material sobre os 14 anos de JN e 24 anos de TV Globo de Fátima Bernardes.

A retrospectiva teve duração de quatro minutos e 44 segundos, com locução também gravada por Bonner, no mesmo estilo leve e doce, associada a imagens e vários sobe sons de Fátima. A narração informou que Fátima começou no jornalismo local da Globo Rio, em 1987, como repórter e apresentadora do RJTV. A "carioca de sotaque acentuado e cabelos volumosos" passou a ser conhecida dos brasileiros de outros estados nos telejornais da Rede Globo e, em 1989, começou a apresentar o Jornal da Globo – o texto foi coberto por imagem de Fátima e Bonner na bancada do Jornal da Globo. Em 1993, Fátima apresentou o Fantástico. Também foram mostrados trechos de várias entrevistas que ela fez com artistas e políticos. Em março de 1998, Fátima Bernardes assumiu a bancada do Jornal Nacional, mas prosseguiu reportando fatos marcantes, entre eles eventos esportivos, sobretudo acompanhando a Seleção Brasileira de Futebol, da qual foi escolhida musa após a

conquista do penta campeonato mundial em 2002.

Bonner afirmou que também foram marcantes os momentos em que Fátima estava ausente da bancada do JN: "Eu ficava aqui sozinho e perguntava, fazia uma pergunta que virou quase um bordão"[6] (BONNER apud JORNAL NACIONAL, 05/12/2011). O editor pediu que o diretor de TV[7] dividisse a tela, que passou a mostrar Bonner de um lado e Fátima do outro. Ele então perguntou: "Onde estará você no ano que vem, Fátima Bernardes?". Fátima, sorrindo, respondeu: "Olá, William. Eu estarei aqui mesmo na tela da Globo. Não mais às oito e meia da noite. Não estarei mais fazendo um telejornal, mas estarei muito feliz, porque vou estar com um programa que é meu, um projeto que foi aprovado pela direção geral, o que me deu muito orgulho". (BERNARDES apud JORNAL NACIONAL, 05/12/2011). Fátima explicou que, para fazer o programa, precisou sair do JN. E acrescentou:

> Eu tenho certeza, muita confiança, que este projeto foi aprovado principalmente porque o telespectador tem um respeito muito grande pelo trabalho que eu venho desempenhando e, principalmente, pelo carinho que cada telespectador do Jornal Nacional destinou a mim. Porque se não fosse isso, mesmo com um projeto maravilhoso, eu tenho certeza que ele não seria aprovado. Eu tenho um orgulho enorme de contar com a sua confiança, [olhando para a câmera] com a sua parceria. (BERNARDES apud JORNAL NACIONAL, 05/12/2011).

Em seguida Fátima deu as mãos para Patrícia Poeta e lhe desejou boa sorte, dizendo que ela estava herdando uma equipe maravilhosa e um chefe competente e generoso. Fátima disse ainda:

> Eu não estou me sentindo me despedindo. Estou sentindo que estou dizendo um "até breve". Espero que você [olhando para Patrícia Poeta] amanhã dê um ótimo "até amanhã" para o nosso público, porque o Jornal Nacional, com a sua chegada, vai permanecer o mesmo, o telejornal da família brasileira, [Bonner confirmou com a palavra "Exatamente"] que há 42 anos lidera a nossa audiência. (BERNARDES apud JORNAL NACIONAL, 05/12/2011)

6 A pergunta em questão é "Onde está você, Fátima Bernardes?".

7 Profissional responsável pela escolha das câmeras e dos efeitos durante a exibição do telejornal.

Patrícia agradeceu e disse que falaria para Fátima

> o que eu acho que todos os brasileiros que estão nos assistindo neste momento gostariam de dizer se estivessem sentados aqui nessa cadeira: a gente vai estar contando os dias para ver a sua estreia, para ver o seu novo programa, para receber você na nossa casa, dizendo bom dia ou boa tarde ou boa noite. (POETA apud JORNAL NACIONAL, 05/12/2011)

Depois de Patrícia Poeta desejar sorte e sucesso para Fátima Bernardes, Bonner finalizou:

> Então 'tá' bom. Patrícia Poeta, a partir de amanhã, nesta cadeira. [apontou para o lugar de Fátima] Fátima Bernardes se dedicando ao seu novo programa, que estreia ano que vem. E eu estarei aqui e quero que você saiba que ainda esta noite teremos mais notícias na Globo. Você tem o Jornal da Globo depois de Tela Quente. Nós estaremos de volta aqui a partir de amanhã. Uma boa noite pra você. (BONNER apud JORNAL NACIONAL, 05/12/2011).

Fátima Bernardes disse, sorrindo, "uma boa noite e até breve", enquanto Patrícia Poeta, um pouco tímida, falou "até amanhã". Bonner ficou com as palavras finais, e completou rindo: "É isso aí".

Já a primeira edição do JN com apresentação de William Bonner e Patrícia Poeta foi veiculada na terça-feira, 6 de dezembro de 2011. Essa edição do telejornal não teve qualquer referência à mudança de apresentadora e foi normalmente conduzida, assim como prometido por Fátima Bernardes em seu último dia no JN.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível notar, em todo este processo de anúncio e efetivação da troca de apresentadoras do JN, a ampla divulgação da informação e

uma tentativa (bem sucedida, em nossa avaliação) de dar um tratamento natural à substituição. Em duas edições, o assunto ocupou 20 minutos e três segundos do próprio telejornal[8], tempo que correspondeu aos últimos blocos completos destas duas edições. Mais de 20 minutos em pleno horário nobre da televisão. E em todos os momentos salientou-se que a ideia de ter um programa próprio – e consequentemente sair do JN – partiu da própria Fátima. Também notamos uma tentativa de humanização das apresentadoras, uma vez que foram mostrados momentos em que elas se emocionaram em suas carreiras.

O tempo todo, os apresentadores falaram sobre o assunto com sorrisos no rosto e, em alguns momentos, até deram risadas. Todos pareceram felizes – inclusive Fátima afirmou e reafirmou isso. Também Bonner mostrou-se resignado e feliz com a realização do sonho da esposa, e o casal afirmou e reafirmou, em várias entrevistas (em outros produtos midiáticos), que sua separação era exclusivamente profissional, o que colaborou para a manutenção do mito de casal feliz e perfeito. Aliás, apesar desta nuance não ter sido tratada neste artigo, o assunto foi amplamente divulgado na mídia – *sites*, jornais, revistas e programas televisivos.

O Jornal Nacional, realmente, virou notícia no dia 1º de dezembro de 2011 e nos dias seguintes ao anúncio da troca de apresentadora. A mudança foi um acontecimento midiático, extremamente divulgado e mesmo badalado. Afinal, envolveu três celebridades: Bonner, Fátima e Patrícia Poeta – também já próxima do público graças a seu trabalho como apresentadora do Fantástico.

Entendemos ainda que a superdivulgação da saída de Fátima Bernardes teria sido planejada a partir do aprendizado de quase 16 anos antes, quando Cid Moreira e Sérgio Chapelin foram substituídos por William Bonner e Lillian Wite Fibe na bancada do JN. Pesquisa realizada depois da troca dos locutores pelos apresentadores jornalistas teria apontado a preferência pela antiga dupla (PORTO, 2002) e, segundo José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni (em entrevista concedida à Revista Alfa – edição 16, publicada em dezembro de 2011), significou queda de 12 pontos de audiência no Jornal Nacional. Com a hiperdivulgação da mudança de apresentadora no JN, em dezembro de 2011, talvez os telespectadores tenham reduzido seu estranhamento ao

8 Sem contar os tempos em que o assunto foi destaque nas escaladas das duas edições.

ligar a televisão na noite do dia 6 de dezembro de 2011 e, a partir dela, depararem-se com Patrícia Poeta na bancada do principal telejornal da TV brasileira.

REFERÊNCIAS

ALFA. Edição nº 16, 12/2011. São Paulo: Abril.

BARA, Gilze. **Para além do "boa noite"**: os apresentadores de telejornais e o processo de identificação com o público. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação)-Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

CASSETI, Francesco; CHIO, Federico di. **Análisis de La Televisión**. Instrumentos, métodos y prácticas de investigación. Barcelona: Paidós Ibérica, 1999.

COUTINHO, Iluska. **Dramaturgia do telejornalismo brasileiro**: a estrutura narrativa das notícias em TV. 2003. Tese (Doutorado em Comunicação Social)-Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2003.

_____. Público, telejornalismo e identidade: uma reflexão sobre as esferas noticiosas e o destinário da informação televisual. In: LAHNI, Cláudia; PINHEIRO, Marta (Org.). **Sociedade e Comunicação**: perspectivas contemporâneas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 13-30.

DEBRAY, Régis. Os paradoxos da videosfera. In: DEBRAY, Régis. **Vida e Morte da Imagem, uma história do olhar no ocidente. Petrópolis**: Vozes, 1993. p. 293-323.

FECHINE, Yvana. **A nova retórica dos telejornais**: uma discussão sobre o éthos dos apresentadores. Trabalho apresentado ao GT Estudos de Jornalismo do XVII Encontro da Compós. São Paulo, 2008a.

_____. **Televisão e presença**: uma abordagem semiótica da transmissão direta. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2008b.

GUTMANN, Juliana Freire. Articulações entre dispositivos televisivos e valores jornalísticos na cena de apresentação do Jornal Nacional. GP Telejornalismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 32., 2009, Curitiba. **Anais**... Curitiba: Universidade Positivo, 2009. 1CD-ROM.

HAGEN, Sean. A emoção como complemento à objetividade na imagem dos apresentadores de telejornal: uma análise do processo de fidelização do telespectador. GT Estudos de Jornalismo. In: ENCONTRO DA COMPÓS, 17., 2008, São Paulo. **Anais**... São Paulo: UNESP, 2008a. 1CD-ROM.

_____. Jornalismo, mito e linguagem: uma abordagem teórica dos apresentadores-estrela. In VIZEU, Alfredo (Org.). **Sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008b. p. 29-45.

JORNAL NACIONAL. Rio de Janeiro: TV Globo. Edições de 01/12/2011, 05/12/2011, 06/12/2011 (vídeos).

PORTO, Mauro. Novos apresentadores ou novo jornalismo? O Jornal Nacional antes e depois da saída de Cid Moreira. **Comunicação e Espaço Público**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1/2, 2002, p. 9-31.

VIZEU, Alfredo. **O lado oculto do telejornalismo**. Florianópolis: Calandra, 2005.

_____ (Org.). **Sociedade do telejornalismo. Petrópolis**: Vozes, 2008.

VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (Org.). **40 anos de telejornalismo em rede nacional**. Florianópolis: Insular, 2009.

VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (Org.). **60 anos de telejornalismo no Brasil**: história, análise e crítica. Florianópolis: Insular, 2010.

Artigo recebido em: 02/4/2013
Aceito para publicação em: 19/8/2013

O desafio da comunicação interna na contemporaneidade – Estudo de Caso: CAEd

*Ana Marta dos Santos Ladeira**
*Mariana de Toledo Lopes***

RESUMO
A Comunicação Organizacional, na contemporaneidade, vem ganhando espaço nas empresas. O planejamento estratégico de ações de comunicação voltadas tanto para o público interno quanto para o público externo e sociedade, tem sido difundido e aceito no meio corporativo. O presente artigo faz uma abordagem sobre a comunicação interna como ação estratégica para a solidificação da imagem das organizações contemporâneas. Para isto, o trabalho busca entrelaçar conceitos e ferramentas da comunicação organizacional e da comunicação interna, por meio de pesquisa bibliográfica, enriquecida por um trabalho de campo realizado no Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – CAEd/UFJF, de caráter quantitativo, com ênfase para a análise da satisfação dos colaboradores da instituição quanto à implantação de um programa de comunicação interna.
Palavras-chave: Comunicação Empresarial. Comunicação Interna. CAEd/UFJF.

ABSTRACT
The Organizational Communication, currently, has been gaining ground in business. The idea of strategically plan communication actions directed at both the internal and external audiences and to society has been widespread and accepted successfully in business. This article presents an approach about internal communication as a strategic contribution to solidifying the image of contemporary organizations. For this, the work aims to intertwine the concepts and tools of organizational communication and internal communication through literature research, enriched by fieldwork conducted at the Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – CAEd/UFJF, of quantitative character, with

* Mestre em Teoria Literária pela UFJF. Especialista em Marketing pela Fundação Machado Sobrinho e Mestre em Teoria Literária pela UFJF. Professora dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda do CESJF. anamartaladeira@hotmail.com
** Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo – pelo CESJF. marianatlopes@gmail.com

emphasis on the analysis of employee satisfaction of the institution as to implementation of a program of internal communication.
Keywords: Business Communication. Internal Communication. CAEd/ UFJF.

1 INTRODUÇÃO

O planejamento estratégico de toda e qualquer organização contemporânea que queira solidificar a sua marca no mercado não descarta a elaboração de um plano de comunicação, que tem como objetivo gerar benefícios internos e externos para a empresa. Adequar as ferramentas da Comunicação Organizacional ao perfil do colaborador é tarefa que vem sendo cada vez mais explorada pela área empresarial. Criar laços harmoniosos entre a empresa e o colaborador faz com que o clima organizacional melhore e, assim, a produção aumente em volume e qualidade.

A Comunicação Organizacional é um tema de recorrentes pesquisas na área acadêmica que dão suporte aos incrementos de ferramentas contemporâneas para as organizações. Tecnicamente, ela é dividida, por alguns autores – entre os quais Maurício Tavares (2009), Margarida Maria Krohling Kunsch (2003), Francisco Gaudêncio Torquato do Rego (1986) – em quatro grandes pilares: comunicação administrativa, comunicação institucional, comunicação mercadológica e comunicação interna.

O presente trabalho se debruça sobre os condicionantes da comunicação interna, sem, no entanto, deixar de fazer uma abordagem sobre a história da Comunicação Organizacional e as relações dos outros três segmentos. O objetivo da pesquisa é apresentar um panorama acerca da Comunicação Organizacional e suas ferramentas, com enfoque na Comunicação Interna.

Para alinhavar o debate acadêmico, o artigo divide-se em três sessões; as duas primeiras são teóricas e buscam embasar o leitor sobre o tema abordado. Já a terceira sessão, intitulada – A necessidade de um setor de comunicação interna no CAEd, essencialmente experimental, avalia a demanda sobre a implantação de um setor correlato na organização supracitada. A sessão apresenta um estudo de caso realizado no Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), com o objetivo

de traçar o perfil do colaborador e analisar ferramentas comunicacionais que se adequem à realidade da instituição.

A metodologia utilizada envolve uma pesquisa quantitativa, com a aplicação de questionários aos colaboradores da instituição. O Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação - CAEd, está vinculado à faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Entre os serviços oferecidos pela organização estão: a pesquisa científica na área, através da elaboração e desenvolvimento de projetos de avaliação em larga escala, aplicados junto a programas estaduais e municipais destinados à avaliação do rendimento escolar de estudantes de instituições públicas de ensino.

A elaboração da pesquisa acadêmica, que se apresenta como um compilado do Trabalho de conclusão do curso de Jornalismo do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora – CES/JF, foi motivada pelo interesse da autora em verificar *in locco* as demandas por ações de comunicação interna no CAEd; e pela possibilidade de contribuir, efetivamente, para a implementação de um setor de assessoria de comunicação na instituição, tendo a comunicação interna como enfoque inicial, partindo da hipótese de que a satisfação do cliente interno nas organizações contemporâneas interfere positivamente na reputação da imagem institucional, em todas as instâncias.

2 A COMUNICAÇÃO SOCIAL APLICADA À REALIDADE EMPRESARIAL

Maria Alzira Pimenta (2009, p. 107) afirma que os estudos acerca da cultura organizacional começaram a ganhar espaço a partir da década de 1980, quando as empresas japonesas expuseram sua cultura marcante no meio empresarial. De acordo com a teoria das Organizações, esse interesse pode ser justificado pela “abordagem mais humana e holística de um ambiente extremamente racionalizado, como costuma ser o da empresa”.

A autora defende que divulgar os fatores que compõem a cultura organizacional significa apresentar a seus clientes, internos e externos, referências éticas sob as quais a empresa trabalha. Para o público interno, tais ações são uma linha-guia para a execução do trabalho (PIMENTA, 2009).

Mas o que é, de fato, o conceito de cultura organizacional? E

qual seria a sua influência nos serviços relacionados à Comunicação Organizacional? Schein (1984 apud PIMENTA, 2009, p. 109) define cultura organizacional como:

> Conjunto de pressupostos básicos que um grupo inventou, descobriu ou desenvolveu, ao aprender como lidar com os problemas de adaptação externa e integração interna e que funcionam bem o suficiente para serem considerados válidos [e] ensinados a novos membros como a forma correta de perceber, pensar e sentir em relação a esses problemas.

O conceito de cultura organizacional é definido como "o conjunto de valores, crenças e tecnologias que mantêm unidos os mais diferentes membros, métodos os escalões hierárquicos, perante as dificuldades, operações do cotidiano, metas e objetivos." Nassar (2000 apud LIMA; ALBANO, 2002, p. 2). Tendo em vista tal consideração supracitada, pode-se aferir que a percepção dos ícones, índices, símbolos e demais tópicos que formam a imagem coorporativa são o principal fruto da cultura organizacional oferecido aos seus clientes internos (LIMA; ALBANO, 2002).

É importante salientar que as organizações fazem parte de um contexto socioeconômico-cultural, portanto sofrem influência da cultura e do ambiente onde estão instaladas. Pode-se observar, ainda, que fatores externos à empresa fazem com que haja uma cultura organizacional diferente em cada instituição. Para Nassar, (2000 apud LIMA; ALBANO, 2002, p. 2), cultura organizacional, resumidamente, é um compilado de padrões e comportamentos explícitos e implícitos que foram adquiridos e repassados pela empresa ou pelos colaboradores.

Pimenta (2007, p. 82) traça um paralelo entre a cultura organizacional e os benefícios que a comunicação estrategicamente planejada pode agregar à empresa. De acordo com a autora, a tendência empresarial da era contemporânea traça políticas de participação mais abertas e interativas, visando sempre a qualificação dos colaboradores quanto à interlocução, e a eficiência do processo comunicacional na organização: "Sendo assim, para o administrador é importante conhecer os costumes, os hábitos e os significados compartilhados de uma organização para melhor definir estratégias de comunicação".

Um instrumento eficaz de aferição da cultura organizacional nas organizações contemporâneas é o planejamento estratégico, um

processo complexo, que envolve filosofias e políticas direcionadoras de pensamento. Tal processo é comumente atrelado à cultura organizacional, uma vez que é influenciado por diversas situações que acontecem dentro e fora da empresa (KUNSCH, 2002, p. 204). Roger Cahen (1990, p. 98) defende que o principal pré-requisito da mudança positiva na cultura organizacional é o planejamento. A partir dele, a empresa consegue traçar metas:

> [...] o objetivo estratégico maior de uma empresa talvez deva consistir no seguinte círculo: Planejar para mudar – Mudar para Adequar – Adequar para Manter – Manter para Crescer – Crescer para Lucrar – Lucrar para Crescer – Crescer para Manter – Manter para Adequar – Adequar para Mudar – Mudar para replanejar – e começar todo o ciclo outra vez.

Margarida Maria Krohling Kunsch (2003) esclarece que o planejamento integra todos os departamentos da organização, unificando informações e conceitos a fim de facilitar as tomadas de decisão. Para isso, faz-se necessária a exposição de alguns conceitos presentes no planejamento estratégico de uma organização, conforme modelo exposto pela própria autora.

Na visão de Francisco Gaudêncio Torquato do Rego (1986, p. 97), o planejamento de comunicação caminha lado a lado com o planejamento estratégico, pois "o sistema de comunicação dá vigor e consistência às grandes estratégias de planejamento, necessárias para a sobrevivência, expansão e diversificação empresariais". O autor explica que tais objetivos, quando atingidos, geram no caso da comunicação organizacional, a consolidação da imagem, do conceito e da identidade da organização perante o mercado.

3 COMUNICAÇÃO INTERNA

Juarez Bahia (2006) defende que a comunicação interna surge da necessidade de se manter os funcionários informados, de modo claro e, com frequência, sobre as posições tomadas pela empresa. Mantendo a mês linha de pensamento, Maurício Tavares (2009), afirma que a comunicação interna abrange toda a informação que circula entre os departamentos e unidades da empresa e também entre a chefia e seus subordinados e vice-versa. Segundo o autor, atualmente não há espaço para emoção na estrutura tradicional das empresas, que tendem a impedir

as expressões subjetivas dos funcionários. Esse engessamento das formas humanas dos colaboradores gera queda na produção e tensão no ambiente de trabalho.

Como solução a esse impasse, Pimenta (2009) sugere que a comunicação interna deva servir de norte para a elaboração de programas que visem à integração entre os colaboradores da organização e reforço do conceito e exercício do espírito de trabalho em equipe. A autora conclui que qualquer objetivo só será alcançado quando for possível aos trabalhadores expressarem seus valores, desejos e conflitos, socializando-os e confrontando-os com os de outros.

A comunicação interna deve ser desenvolvida em um setor de Comunicação Organizacional estrategicamente planejado que, por meio de ferramentas específicas, deve ter por objetivo promover diálogo, a troca de informações e de experiências e à participação de todos os colaboradores da empresa, tendo-se, assim, um intercambio entre os níveis hierárquicos da organização. Segundo Kunsch (2003), a realidade brasileira é baseada na cultura empresarial individualista, ou seja, o brasileiro busca, atualmente, sucesso e vantagens sem levar em consideração o coletivo. Esse pensamento pode repercutir nos colaboradores a exaustão pelo excesso de trabalho e a insatisfação com os baixos salários, por exemplo.

Para Torquato do Rego (2002, p.54), a Comunicação Interna deve ter em vista o "desenvolvimento e a manutenção de um clima positivo, propício ao cumprimento das metas estratégicas da organização e ao crescimento continuado de suas atividades e serviços e à expansão de suas linhas de produto".

Assim, a comunicação interna tem por objetivo, além de promover a integração entre organização e funcionários, atingir metas que dizem respeito tanto ao campo motivacional como ao campo racional. Tais metas envolvem conceitos popularmente conhecidos como motivação, integração da equipe, treinamento ligado ao trabalho prestado pelo colaborador etc.

Bahia (2006) afirma que as atividades cotidianas da empresa, como eventos, fotos, transações, rumores, entre outros, geram, naturalmente, uma rede de informações entre os colaboradores. Aplicar a comunicação de forma estratégica é essencial para que esse fenômeno seja planejado estrategicamente a fim de consolidar a imagem da empresa. Para isso, é de suma importância que as demandas comunicacionais sejam administradas por um setor competente. Tavares (2009) comenta sobre

a importância de não confundir o setor de comunicação social com outros setores como, por exemplo, o RH ou o departamento de Pessoal, ainda que todos devam manter uma relação integrada. Segundo o autor, em um modelo ideal de setor de comunicação interna, há uma equipe de cinco profissionais: um profissional de Relações Públicas; um profissional de Publicidade e Propaganda; um profissional de Jornalismo; uma secretária e um estagiário.

Várias são as ferramentas de comunicação que podem ser aplicadas internamente em um ambiente organizacional, a fim de que este se torne mais integrado, harmonioso, visando à otimização do tempo e melhoria na execução do trabalho. No quadro abaixo, observa-se uma síntese das principais ferramentas de comunicação interna e suas aplicações no ambiente organizacional. Tais ferramentas podem ser tecnicamente simples, como no caso da reunião, que ilustra a comunicação face a face; ou tecnicamente mais elaboradas, como no caso dos canais de TV interno, que, apesar de exigirem um maior investimento humano e financeiro por parte da empresa, é um canal de comunicação que se mostra bastante atrativo ao colaborador. De acordo com Tavares (2009), a aplicação planejada de diversas técnicas e de canais de informação é essencial para o desenvolvimento de um programa de comunicação interna.

Ilustração 1: Ferramentas da Comunicação Organizacional aplicadas a realidade empresarial

FERRAMENTA	FUNÇÃO
House Organ	Publicações internas, eletrônicas ou impressas que visam informar o funcionário.
Memorando	Tipo de recado transmitido de maneira oficial, simples, claro e direto.
Canal de TV interno	Canal oficial que visa atingir os colaboradores de maneira geral e direta.
Audiovisual	Ferramenta utilizada para apresentação da empresa para o público interno e externo.
Murais	Canal de comunicação visual eficaz para transmitir informações úteis.
Intranet	Rede interna de computadores que agrupa grande quantidade de informações.
Reuniões	Comunicação face-a-face que agrupa colaboradores de vários setores da empresa.
Eventos	Ocasião social que insere ou aumenta o ciclo de relacionamento do colaborador.
Endomarketing	Ações de marketing dirigidas ao público interno.

Fonte: Lopes (2012).

4 A NECESSIDADE DE UM SETOR DE COMUNICAÇÃO INTERNA NO CAEd

O CAEd, atualmente com 16 anos de história, possui três sedes em Juiz de Fora/MG, um escritório em São Paulo/SP, uma sede em Belo Horizonte/MG, uma sede em fortaleza/CE e uma sede no Rio de Janeiro/RJ. A unidade que serviu como universo de pesquisa do presente trabalho abriga a unidade administrativa e maior parte da unidade de avaliação. Essa unidade é responsável pelo processo de elaboração dos itens que serão utilizados nas provas. Além disso, comporta a coordenação que cuida da logística de aplicação dos testes, recebendo, após a aplicação a base de dados que será processada, a fim de gerar resultados, que por sua vez são analisados por especialistas da área e publicados em revistas, apresentadas ao contratante[1].

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as demandas comunicacionais do CAEd, pesquisando sobre a necessidade de implementação, num primeiro momento, de um setor de comunicação interna na instituição. A metodologia se constituiu em uma pesquisa quantitativa, realizada, em 2012, com a aplicação, aos 174 funcionários da unidade analisada, de um questionário com 36 questões de múltipla escolha[2].

Os questionários foram entregues pessoalmente aos colaboradores, que tiveram o prazo de uma semana para devolvê-los preenchidos. Desses foram recebidos até a data limite 115 questionários devidamente preenchidos, formando, assim, o universo a ser estudado. Após a coleta de dados, a base bruta foi processada[3] com uso do SPSS. O *software* é comumente utilizado em pesquisas do gênero, e atua no cruzamento dos dados obtidos na pesquisa, a fim de analisar

1 Informações adquiridas pela autora do trabalho ao longo da convivência no CAEd como colaboradora da instituição. No site da Instituição – WWW.caed.ufjf.br e através do trabalho PEREIRA, Cínthia Bortone. MACEDO, Isabela Antunes. SANTOS, Regina Rodrigues. FERREIRA, Yara Domingues. **Diagnóstico da função gestão de pessoas no CAEd.** 2008. 54 f. Trabalho final do MBA em Gestão Estratégica de Pessoas da Faculdade de Economia e Administração, da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

2 Pesquisa elaborada pela autora do trabalho em conjunto com o colaborador do CAEd Diego Semaan, com autorização da direção do CAEd, e baseado em pesquisa similar realizada por NORONHA, Mariana Rodrigues. Desafios da Comunicação Interna: Caso JM Projetos e Engenharia LTDA. 2011. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011).

3 Processo realizado por Leonardo Azevedo Pampanelli Lucas, mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais - ENCE / IBGE e também colaborador do CAEd.

possibilidades de interligações de informações estatísticas, gerando resultados em porcentagens. Posteriormente foram realizadas a análise dos resultados, o cruzamento de dados e geração de resultados. A escolha da unidade Teixeiras para aplicação da pesquisa se justifica por ser o núcleo administrativo e de logística do CAEd, e por ser também a maior área de concentração de demandas comunicacionais.

Cahen (1990) afirma que as pesquisas em Comunicação Organizacional devem seguir a mesma linha de honestidade bilateral. Tanto empresa quanto colaborador precisam ser honestos para que os resultados sejam fidedignos e expressem as necessidades da empresa. Esse foi o fio condutor da pesquisa ora apresentada: transparência na coleta de dados, de modo a propiciar ao colaborador a oportunidade de fazer uma avaliação do seu ambiente de trabalho, no que diz respeito às práticas comunicacionais.

A inexistência de um setor específico e oficial para gerenciar a Comunicação Organizacional do CAEd foi o grande fomentador desta pesquisa. O objetivo foi apresentar o levantamento de um diagnóstico situacional das ferramentas de Comunicação Interna existentes na instituição e avaliar a real necessidade de criação de um setor de Comunicação Organizacional.

A primeira parte do questionário aborda questões que visam traçar um perfil do colaborador. Conforme análise pode-se aferir que a instituição mantém o equilíbrio quanto ao gênero de seus colaboradores, sendo que 50,4% dos colaboradores são do sexo masculino e 49,6% do sexo feminino. O CAEd mostra-se como uma organização jovem, aproximadamente 70% dos colaboradores afirmam ter entre 20 e 30 anos. Entre os colaboradores da unidade Teixeiras, 64,4% têm entre 0 e 3 anos de trabalho na instituição, e 4.3% de trabalhadores têm tempo de serviço superior a 6 anos.

Cerca de 60% dos funcionários possuem formação superior completa ou Especialização. Como programa de benefícios, é oferecida ajuda de custo aos colaboradores que façam parte do programa de pós-graduação lato-senso (especialização e MBA) na UFJF, desde que essa seja afim com a área em que o profissional atue na instituição. Para os programas stricto-senso (mestrado ou doutorado), o funcionário recebe dispensa semanal de oito horas.

De acordo com Cahen (1990, p. 168), esse tipo de incentivo é

bastante eficaz para a consolidação da imagem da empresa. “Apesar da pobreza intelectual científica do Brasil, existem bolsões de inteligência que devem e merecem ser olhados de perto.” O autor destaca que tais incentivos proporcionam para a instituição “um certo ar de dignidade” o que melhora a imagem em relação tanto ao público interno quanto ao público externo.

Na segunda parte do questionário, o colaborador é convidado a avaliar a Comunicação na instituição, apresentando maior porcentagem a alternativa que a julga como regular (42,6%). Cruzando estes dados com os resultados obtidos na questão 23 – na qual o colaborador aponta, em uma escala de quatro níveis (concordo muito, concordo um pouco, discordo um pouco, discordo muito), a visão particular dele a respeito da satisfação quanto ao fluxo de informações entre os setores do CAEd – 66% afirmam que discordam um pouco ou discordam muito da afirmativa. Com base no cruzamento desses dados, podemos afirmar que mais da metade dos colaboradores estão insatisfeitos com o fluxo da comunicação interna na instituição.

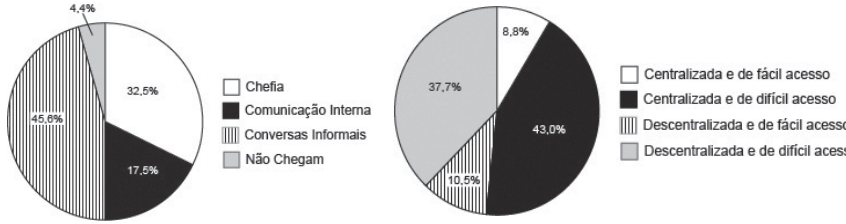
Pimenta (2009) ressalta algumas características que podem agravar o ruído na Comunicação Organizacional. Entre eles, pode-se destacar que quanto maior o nível de complexidade da estrutura dos setores da organização, maior a tendência de haver distorção na mensagem. O mesmo autor (2007, p.28), explica que tal fenômeno ocorre porque “cada nível funciona como um ‘filtro’, modificando, acrescentando ou retirando parte do conteúdo da mensagem”.

A 30ª questão do questionário aborda a maneira como os funcionários tomam conhecimento das informações e mudanças ocorridas na instituição. Do universo da pesquisa, aproximadamente metade dos colaboradores avaliam que a Comunicação Interna acontece de maneira informal, por meio de conversas; ou que não tomam conhecimento das mudanças ocorridas na instituição. Tal fenômeno pode ser amenizado através de algumas ferramentas da comunicação social aplicadas à realidade empresarial, como, por exemplo, publicações periódicas, que tem por objetivo esclarecer e oficializar as decisões da administração.

Ainda sobre a percepção do funcionário quanto à Comunicação, a pesquisa avalia a distribuição das informações entre os setores e revela que 80% dos entrevistados consideram que as informações no CAEd são de difícil acesso. De acordo com o gráfico apresentado

abaixo, 50% do universo pesquisado acreditam que as informações relevantes chegam até o colaborador através de conversas informais ou não chegam ao conhecimento dos mesmos.

Ilustração 2: Distribuição quanto à classificação da comunicação/ Como as informações são comunicadas?



Fonte: Lopes (2012).

Tavares (2009, p. 115) defende que as empresas, hoje, necessitam de profissionais que apresentem facilidade para o planejamento. “É simples: os empresários sempre viram a comunicação como algo meio que utópico e, principalmente, com GASTO, e não como INVESTIMENTO. Sempre como operacional, e muito raramente como estratégia.”

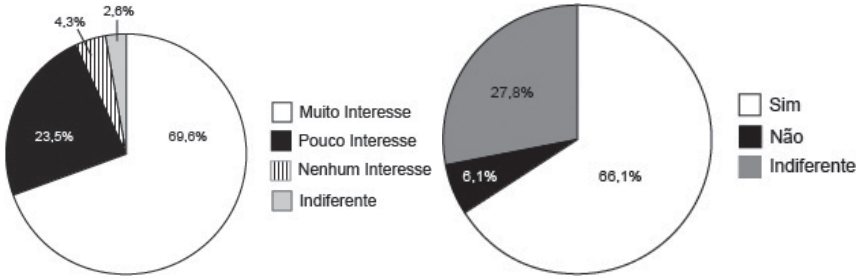
O plano de comunicação visa traçar estratégias comunicativas, tendo em vista um público-alvo definido, com o objetivo de otimizar o trabalho na organização e a satisfação do público-alvo. Tavares (2009) explica que o responsável pelo plano de comunicação da instituição deve apresentar algumas características específicas como flexibilidade, organização, visão estratégica e operacional, disciplina sobre o tempo, criatividade, pró-atividade, comunicabilidade, poder de decisão, conhecimento específico, bom relacionamento com o trabalho de atendimento, cultura multidisciplinar.

Cahen (1990, p. 116) defende que os melhores portadores de mensagens importantes dentro da empresa é seu próprio público interno. “Se este público estiver bem informado e, principalmente, positivamente motivado, aqueles setores receberão as mensagens preferenciais da empresa de forma positiva, com um mínimo de interferências e distorções, criando e mantendo abertos os canais de comunicação.”

No gráfico abaixo, os colaboradores do CAEd apresentam suas opiniões e interesses quanto a comunicação interna na instituição. 66,1% dos entrevistados disseram que apoiam a criação de um setor

dedicado à comunicação. 69.6% do universo pesquisado apresentaram-se muito receptivo ou pouco receptivo ao boletim informativo. Apenas 6.9% afirmaram não ter nenhum interesse quanto ao recebimento da publicação ou permaneceu-se indiferente a ela.

Ilustração 3: Distribuição quanto ao interesse em um setor de comunicação/ Distribuição quanto ao interesse em receber um boletim periódico

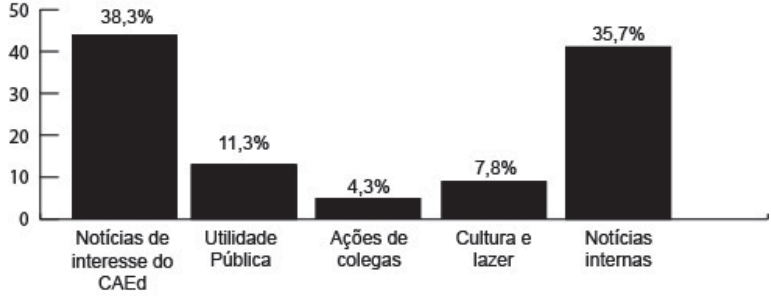


Fonte: Lopes (2012).

Tavares (2009, p.60) conceitua comunicação interna como um "conjunto de ações que visa divulgar informações aos públicos de interesse sobre os objetivos, as práticas, as políticas e as ações institucionais da organização." Ele conclui que o objetivo desse setor é a manutenção ou melhora da imagem institucional entre o público alvo.

O gráfico a seguir representa o interesse do colaborador quando à especificidade da informação que ele deseja receber da instituição. 74% dos funcionários que responderam a pesquisa afirmam ser do seu interesse receber notícias de interesse do CAEd ou notícias internas no seu ambiente de trabalho.

Ilustração 04: Quais notícias você gostaria de receber?



Fonte: Lopes (2012).

Acerca desse gráfico, conclui-se que o colaborador do CAEd é ávido por informação e notícias relativas à instituição, o que favorece o ambiente para a aceitação, por parte dos colaboradores, de um setor de comunicação interna, que visa a melhoria da comunicação entre setores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou, em forma dissertativa, um panorama geral da Comunicação Organizacional. Explanando conceitos de planejamento e estratégia, observou-se a grande importância do plano de comunicação nas empresas. Em particular para o público interno, objeto central pesquisado. Baseando-se em autores renomados da área, traçou-se um estudo sobre as preferências, exigências e importância do público interno para a instituição.

Como forma de mostrar, na prática, a teoria dissertada, uma pesquisa quantitativa foi aplicada no Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – CAEd/UFJF, que traçou os caminhos da comunicação dentro da instituição, bem como a motivação dos colaboradores e suas opiniões com relação à comunicação interna. Com a análise desses resultados foi possível traçar algumas características do público interno pesquisado – como a idade, formação, e nível de interesse em aperfeiçoar o trabalho que executam – e, a partir daí, dissertar sobre alguns métodos comunicativos, como a introdução de uma intranet ou a elaboração de um plano de comunicação interna, baseados nos desejos e necessidades dos colaboradores.

A instituição possui como maioria entre seus funcionários, jovens de 20 a 30 anos com formação superior completa, ávidos por informação e crescimento profissional. Para satisfazer às necessidades desse público interno, a pesquisa indica que faz-se necessário o fortalecimento de canais de comunicação institucionais, a fim de voltar as atenções do público interno para os acontecimentos e evoluções do CAEd.

Quando questionado acerca dos canais de comunicação existentes na instituição, os colaboradores responderam, com porcentagens consideráveis, que existem canais de comunicação que na verdade não são utilizados pela instituição. Já quando são induzidos a responder sobre quais meios de comunicação merecem ser implantados, alguns meios já existentes, como o quadro de avisos e as reuniões, foram recorrentemente citados. Isso traduz uma carência da

instituição em planejar estrategicamente a comunicação interna.

A motivação e relacionamento foram quesitos representativos na pesquisa. A maioria dos colaboradores afirmou se sentir motivada quando reconhecida pela instituição e afirma, também, manter excelente relacionamento com a chefia e equipe de trabalho. Porém, a maioria representativa demonstrou interesse em ter a disposição uma comunicação formal e oficial.

As arestas encontradas na comunicação interna do CAEd, em sua maioria, são causadas pela falta de planejamento e de um setor responsável pela mesma. Cabe reafirmar que a comunicação dentro das empresas, atualmente, vem se especializando e criando laços com e entre os funcionários, visando sempre a otimização do tempo, satisfação dos públicos e a integração entre empresa e funcionário.

A pesquisa indica, portanto, que há necessidade de mudança na comunicação interna da instituição, que atualmente se dá de maneira não sistêmica por parte da gestão e insatisfatória por parte dos colaboradores. A realidade apresentada poderia ser alterada com o planejamento estratégico da comunicação, tendo como objetivo a apresentação aos funcionários das ferramentas da Comunicação Organizacional bem utilizadas e periodicamente discutidas segundo sua funcionalidade e satisfação do público interno.

Este trabalho pode servir como propulsor para a implantação de um serviço de comunicação interna no CAEd a curto prazo, ampliando-se, futuramente, para toda a área da Comunicação Organizacional, cuja atenção, também apresentada ao longo do trabalho, tem caráter estratégico para reforçar a imagem institucional junto a todos os públicos de relacionamento.

REFERÊNCIAS

BAHIA, Juarez. **Introdução à Comunicação Empresarial.** Rio de Janeiro: Mauad, 2006. 67p.

CAHEN, Roger. **Tudo que seus gurus não lhe contaram sobre comunicação empresarial**. São Paulo: Best Seller, 1990. 301p.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. 3 ed. São Paulo: Summus, 2003. 417p.

LIMA, Súsi M. Barcelos e. ALBANO, Adriana Gaffrée Burns Albano. Um estudo sobre clima e cultura organizacional na concepção de diferentes autores. **Rev. CCEI - URCAMP**, v.6, n.10, p. 33-40 - ago., 2002. Disponível em: http://www.facape.br/ruth/adm-comport_organ/Conceito_de_cultura_e_clima_organizacional.pdf . Acesso em: 09 maio 2012.

LOPES, Mariana de Toledo. **Comunicação Interna como Ferramenta de Consolidação Institucional. Estudo de Caso: CAEd/UFJF**. 2012. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

NORONHA, Mariana Rodrigues. **Desafios da Comunicação Interna: Caso JM Projetos e Engenharia LTDA**. 2011. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

PIMENTA, Maria Alzira. **Comunicação Empresarial**. 5. ed. Campinas: Alínea, 2007. 174p.

_____, **Comunicação Empresarial**. 6. ed. Campinas: Alínea, 2009. 180p.

TAVARES, Maurício. **Comunicação empresarial e planos de comunicação: integrando teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 225p.

TORQUATO DO REGO, Francisco Gaudêncio. **Comunicação empresarial/comunicação institucional.** São Paulo: Summus, 1986. 179p.

_____. **Tratado de Comunicação Organizacional e Política**. São Paulo: Thomson, 2002. 304p.

Artigo recebido em: 08/3/2013
Aceito para publicação em: 10/7/2013

APÊNDICE – Modelo do questionário aplicado na pesquisa

Prezado colega,

Este questionário está vinculado a uma pesquisa acadêmica que visa compreender a percepção dos colaboradores do CAEd sobre a comunicação interna, relacionamento e fatores motivacionais. Nas perguntas a seguir, assinale a alternativa que melhor representa sua opinião.
Esta pesquisa resguarda sua identidade, assim, não é necessário identificar-se.
Muito obrigado pela sua colaboração!

Perfil

1. Gênero
(A) Masculino
(B) Feminino

2. Idade
(A) Menos de 20 anos
(B) Entre 20 e 25 anos
(C) Entre 25 e 30 anos
(D) Entre 30 e 35 anos
(E) Entre 35 e 40 anos
(F) Acima de 40 anos

3. Nível de formação
(A) Analfabeto
(B) Ensino Fundamental Incompleto
(C) Ensino Fundamental Completo
(D) Ensino Médio Incompleto
(E) Ensino Médio Completo
(F) Superior Incompleto
(G) Superior Completo
(H) Especialização
(I) Mestrado
(J) Doutorado
(K) Pós-doutorado
(L) Livre docência

4. Há quanto tempo você trabalha no CAEd
(A) Até 1 ano
(B) Entre 1 e 3 anos
(C) Entre 3 e 6 anos
(D) Entre 6 e 11 anos
(E) Mais de 11 anos

5. Como você avalia a comunicação dentro da instituição
(A) Ótima
(B) Boa
(C) Regular
(D) Ruim
(E) Péssima

6. Em relação à existência de boatos/rádio corredor, você diria que:
(A) Sempre ocorrem
(B) Ocorrem com frequência
(C) Ocorrem poucas vezes
(D) Nunca ocorrem

Comunicação

7. Na sua percepção, com que frequência estes meios de comunicação interna são utilizados no CAEd?

	Nunca	Ocasionalmente	Sempre
E-mails	(A)	(B)	(C)
Jornal Mural	(A)	(B)	(C)
Intranet	(A)	(B)	(C)
Blog	(A)	(B)	(C)
Revista	(A)	(B)	(C)
Quadro de avisos	(A)	(B)	(C)
Jornal Impresso	(A)	(B)	(C)
Telefone	(A)	(B)	(C)
MSN	(A)	(B)	(C)
Reuniões	(A)	(B)	(C)

8. Quais destes meios de comunicação você gostaria que o CAEd implantasse ou tivesse mais destaque?

	Sim	Não
E-mails	(A)	(B)
Jornal Mural	(A)	(B)
Intranet	(A)	(B)
Blog	(A)	(B)
Revista	(A)	(B)
Quadro de avisos	(A)	(B)
Jornal Impresso	(A)	(B)
Telefone	(A)	(B)
Reuniões	(A)	(B)

9. Como você classifica a distribuição das informações no CAEd?
(A) Centralizada e de fácil acesso
(B) Centralizada e de difícil acesso
(C) Descentralizada e de fácil acesso
(D) Descentralizada e de difícil acesso

Liderança e relacionamento comunicacional

Responda o quanto você concorda ou discorda das afirmações abaixo.	Concordo muito	Concordo um pouco	Discordo um pouco	Discordo muito
10. Possuo um bom relacionamento com minha coordenação	(A)	(B)	(C)	(D)
11. O CAEd é aberto a receber e reconhecer as críticas, opiniões e contribuições de seus funcionários	(A)	(B)	(C)	(D)
12. Minha coordenação comunica as mudanças importantes ocorridas no CAEd	(A)	(B)	(C)	(D)
12. As pessoas com as quais me relaciono dentro e fora da instituição conhecem as atividades que desenvolvo no CAEd	(A)	(B)	(C)	(D)
13. Sinto-me mais motivado quando sou informado sobre as mudanças que afetam o CAEd	(A)	(B)	(C)	(D)
14. O CAEd oferece oportunidades para o meu desenvolvimento e crescimento profissional	(A)	(B)	(C)	(D)
15. Os coordenadores da instituição dão bons exemplos aos seus funcionários	(A)	(B)	(C)	(D)
16. O CAEd reconhece os bons funcionários	(A)	(B)	(C)	(D)
17. Existe um relacionamento de cooperação entre as coordenações do CAEd	(A)	(B)	(C)	(D)
18. Sinto-me seguro em relação à estabilidade no meu emprego	(A)	(B)	(C)	(D)
19. Sinto-me valorizado pelo CAEd	(A)	(B)	(C)	(D)
20. Tenho orgulho de fazer parte do quadro funcional do CAEd	(A)	(B)	(C)	(D)
21. O relacionamento entre as pessoas da minha equipe ajudam na motivação para exercer o meu trabalho	(A)	(B)	(C)	(D)
22. O fluxo de informações entre as coordenações do CAEd é satisfatório	(A)	(B)	(C)	(D)

23. Apresente sugestões para melhorias na comunicação interna de sua instituição.

24. Que tipo de informações você gostaria de receber?
(A) Noticias de interesse do CAEd
(B) Utilidade pública
(C) Ações de colegas
(D) Cultura e lazer
(E) Notícias internas

25. Em termos de realização profissional com o trabalho que executa, como você se sente?
(A) Muito realizado
(B) Realizado
(C) Pouco realizado
(D) Não realizado
(E) Não sei responder

26. Dos itens abaixo relacionados, marque até três opções que você considera, hoje, como os principais fatores que te motivam a trabalhar no CAEd:
(A) Treinamento oferecido
(B) Oportunidade de crescimento
(C) Integração da equipe de trabalho
(D) Autonomia
(E) Estabilidade no emprego
(F) Trabalho que realizo
(G) Salário
(H) Benefícios
(I) Imagem da instituição
(J) Participação das decisões
(K) Ser valorizado e reconhecido pelo trabalho que executo

27. Dos itens abaixo relacionados, marque até três opções que você considera, hoje, como os principais fatores que te desmotivam a trabalhar no CAEd:
(A) Falta de reconhecimento
(B) Falta de segurança no emprego
(C) Impossibilidade de crescimento profissional
(D) Falta de autonomia
(E) Ambiente de trabalho ruim
(F) O trabalho que realizo
(G) Relacionamento com a chefia
(H) Falta de treinamento
(I) Sobrecarga de trabalho
(J) Instalações inadequadas (banheiros, vestiários etc.)
(K) Salário

28. Se pudesse escolher, você gostaria de trabalhar em outra coordenação do CAEd?
(A) Sim
(B) Não

29. Você está inteirado a respeito do trabalho desenvolvido e dos produtos e serviços oferecidos pelo CAEd?
(A) Sim
(B) Não

30. De que forma as mudanças ocorridas no CAEd chegam ate você?
(A) Chefia
(B) Comunicação interna
(C) Conversas Informais
(D) Não chegam

31. A quantidade de treinamento que você vem recebendo para melhor executar o seu trabalho é:
(A) Suficiente
(B) Pouco suficiente
(C) Insuficiente
(D) Não sei
(E) Não recebo treinamento

32. Levando em consideração tudo que foi perguntado até aqui, como você se sente em trabalhar na instituição?
(A) Muito satisfeito
(B) Satisfeito
(C) Mais ou menos satisfeito
(D) Pouco satisfeito

33. Você tem interesse em algum treinamento ou aperfeiçoamento na área em que atua?
(A) Sim
(B) Não

33.1. Se sim, qual(is)?

34.Qual seu nível de interesse em receber assuntos pertinentes à organização por intermédio de um Boletim Informativo Periódico?
(A) Muito interesse
(B) Pouco interesse
(C) Nenhum interesse
(D) Indiferente

35. Para a sua comodidade gostaria de um espaço físico que centralizasse o máximo de informações possíveis?
(A) Sim
(B) Não
(C) Indiferente

36. Como você avalia esta pesquisa?
(A) Ótima
(B) Boa
(C) Regular
(D) Ruim
(E) Péssima

37. Você acredita que o resultado desta pesquisa pode melhorar o cotidiano da instituição?
(A) Sim
(B) Não

38. Caso queira deixar registrado alguma consideração, crítica ou sugestão, utilize o verso desta folha.

LETRAS

Literatura e cidade: uma reflexão a partir do século XX

*Stefane Soares Pereira**

RESUMO

Este texto tem por objetivo analisar como a linguagem literária responde aos processos de urbanização e demais valores imersos na modernidade e na contemporaneidade. Para isso, coletaremos obras a partir do século XX que relatam a violência e o caos produzido nos centros urbanos. Estão incluídas as obras de Rubem Fonseca (1975), Ferreira Gullar (1975), Sérgio Vaz (2011) e Marcelino Freire (2011). Assim, observaremos que a literatura chamada "marginal", hoje - representada por autores como Sérgio Vaz e Marcelino Freire-, em verdade apresenta-se como uma voz "subalterna" que aflorou provocativamente dando maior vida ao alerta feito por escritores envolvidos com a harmonia da sociedade desde o século passado.

Palavras-chave: Cidades. Literatura do século XX. Literatura Marginal.

ABSTRACT

The aim of this text is to analyze the literary language response to the urban processes and forthcoming values submerged in the modern and contemporary times. To this, works of the 20th century that deal with violence and chaos produced in downtown areas were collected. It is included works of Rubem Fonseca (1975), Ferreira Gullar (1975), Sérgio Vaz (2011) and Marcelino Freire (2011). It is observed that "marginal" literature, today – represented by authors such as Sérgio Vaz and Marcelino Freire-, in fact, is presented as the "subaltern" voice which provocatively flourished bringing to life the alert of writers involved with the harmony of the society since last century.

Key-words: Cities. Literature in the 20th century. Marginal Literature.

1 INTRODUÇÃO

O mundo moderno tornou-se objeto de produção artística para escritores que habitam os grandes centros urbanos. O avanço tecnológico

*Mestre em Teoria da Literatura pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Atual doutoranda do Programa de Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora. stefani87@gmail.com

e científico trouxe ilusões para as sociedades capitalistas, uma vez que os povos acreditaram que a modernidade/ a indústria seria, na prática, o símbolo das oportunidades. As cidades contribuíram com a exclusão, a discriminação, colocando à margem os sujeitos impossibilitados e incapazes de compartilharem dos anúncios mediáticos e de usufruírem de toda a beleza difundida pelo envoltório de objetos. As cidades passaram a ser reconhecidas pela fugacidade, pelo maquinismo, pela impessoalidade, resultando, assim, em desigualdades.

Essas desigualdades estão cada vez mais presentes nas sociedades contemporâneas, são mais destoantes e, consequentemente, mais "invisíveis". Os sujeitos que ocupam a margem, como diria Gayatri Spivak (1988), são subalternos, pois além de não poderem falar, também não podem ser produtores da cultura.

Autores como Rubem Fonseca e Ferreira Gullar apropriaram-se das cidades como território de imagens superpostas e de multiplicidade textual, denunciando problemas sociais como a violência urbana, a precariedade da infraestrutura urbana e a carência de bens. Esses autores, porém, não estavam "dentro do problema" quando escreveram sobre tais fatores. Contudo, a nosso ver, a produção destes autores é tão importante quanto a literatura produzida por autores "marginais" ou "periféricos", ou seja, que nasceram dentro da periferia, como Sérgio Vaz e Marcelino Freire.

Dentro dessa perspectiva, refletiremos sobre as produções literárias dos séculos XX e XXI em relação às cidades enquanto modelos civilizatórios.

2 A DESORIENTAÇÃO DOS SENTIDOS E A RELAÇÃO COM O OUTRO

A era moderna é, sobretudo, a era da técnica, da máquina, seguida pela mudança na organização social por meio da ciência e da tecnologia. O saber passa a ser valorizado em contraposição aos séculos anteriores. A pós-modernidade e a contemporaneidade seguem esse estímulo de racionalidade. Domício Proença Filho, no livro **Pós-modernismo e literatura** (1988, p. 20), assinala que com o racionalismo e a burocratização surge também o "cerceamento da liberdade individual, o desencanto da vida prosificada, uma sensação de vazio existencial". As mudanças sociais produzem uma "quebra" no sujeito: "A modernização

social trouxe progresso e ampliou as possibilidades de bem-estar do homem, mas, no seu curso, ele foi cada vez mais desindividualizando-se e fragmentando-se" (PROENÇA FILHO, 1988, p. 20-21).

A vida do narrador do conto "O outro", de Rubem Fonseca, demonstra o maquinismo da era moderna. A falta de tempo e a sensação diária de incompletude do trabalho fazem parte do cotidiano do sujeito moderno e pós-moderno. O narrador diz: "sempre tinha a impressão de que não havia feito nada de útil"; "eu tinha a impressão de que não havia feito tudo o que precisava ter feito" (FONSECA, 2012, p. 63). O narrador acha graça quando o médico diz que ele "precisava diminuir de peso e mudar de vida", pois mudar de vida é fugir do corriqueiro, da pressa do sujeito moderno, máquina, é ir contra a produção, é tornar-se inútil.

Renato Cordeiro Gomes, na obra **Todas as cidades, a cidade** (1994, p. 25) afirma que "romper com o racional é condição indispensável para a realização do humano e suas potencialidades inventivas". Em nossos tempos, não temos tempo para olhar para o outro. Todos estão imersos no labirinto das cidades. Parar significa estagnar-se, romper com a razão. Ao fazer isso o narrador de "O outro" sente seu vazio, irritando-se. Ele não pode olhar para si, e menos para o lado. Somente o faz quando ataques cardíacos atrapalham seu ritmo racional.

O pedinte que aparece no conto "O outro" simboliza as classes marginalizadas, excluídas e invisibilizadas nos espaços urbanos. Nós os vemos sem vê-los. A partir do momento em que, no emaranhado das existências humanas presentes nas cidades reincide um personagem, o narrador de "O outro" se sente atemorizado: "Apressei o passo, sentindo um aperto no coração, era como se eu tivesse sendo perseguido por alguém, um sentimento infantil de medo contra o qual tentei lutar" (FONSECA, 2012, p. 65). Isso se deve porque as cidades modernas (pensando principalmente no cenário brasileiro) se caracterizam por sua insensatez, desumanização e banalidade de eventos recorrentes de violência, pobreza e corrupção.

O pedinte, mendigo, desabrigado (são vários as formas de referência) prova um mal-estar no narrador de o "O outro", que passa a viver um conflito subjetivo com o mundo circundante, dito "civilizado", onde se pressupõe o lar como abrigo, energia elétrica, água encanada, rede de esgoto. Realidade muito distante em considerável parte dos espaços urbanos. O narrador se frustra com a cidade ilegível, não sabe

como reagir a ela, como respondê-la. Rubem Fonseca, assim, denuncia a nossa realidade social, mostrando-a cruamente.

A maneira pela qual o narrador encontra para livrar-se do personagem parece não ser incomum em nossa sociedade. Afinal, esses sujeitos não possuem uma identidade, são invisíveis, vivem às sombras da escuridão social. Rubem Fonseca, no conto "A arte de andar nas Ruas do Rio de Janeiro", mostra como a sociedade "esconde" a pobreza ao tomar medidas de retirada de mendigos e desabrigados das vistas da sociedade. Na voz do mendigo Benevides observamos esse processo de "limpeza" social: "estão dizendo que vai ter aqui na cidade um congresso de estrangeiros e que vão querer esconder a gente dos gringos" (FONSECA, 1994, p. 614).

Benevides, assim como outros sujeitos à margem da sociedade, são excrementos das cidades. "Fedem" e não devem ser *vistos*, assim como o lixo. Augusto, em sua atitude baudelairiana de flanêur, diz que uma cidade grande, ou seja, as metrópoles, produzem "muito excremento" (FONSECA, 1994, p. 593). É pela ordem organizacional de nossas sociedades capitalistas que nós mesmos produzimos esses excrementos.

Segundo Gomes (1994) a metrópole capitalista com a vida angustiante, os intermináveis atentados aos seus habitantes, converte-se em constante estímulo para a modernidade. As diversas linguagens e aspirações artísticas e ideológicas medem-se por sua relação com o metropolitano. Assim, Rubem Fonseca observa a cidade do Rio de Janeiro, a contradição da sociedade civilizada: condomínios luxuosos de um lado e favelas do outro. Uma cidade "guardada por morros", em que de cima "pode-se abarcá-la por partes, com o olhar" (FONSECA, 1994, p. 597).

É dessa forma que Rubem Fonseca lê a cidade, não pela reprodução do visível, mas pelo foco no invisível, naquilo que a sociedade e a mídia negam-se a ver e a discutir.

3 LER A CIDADE É SER, SOBRETUDO, REALISTA

Como Rubem Fonseca, Ferreira Gullar também se ocupou com os aspectos sociais que mais incomodam o leitor. A cidade aparece como algo pluriescalar, ou seja, como algo que é partilhado, em que se encontram as mesmas características e as mesmas condições sociais.

Em “Poema sujo” (1975), Ferreira Gullar diz que “o homem não está na cidade/ como uma árvore está num livro/quando um vento ali a folheia”, mas “a cidade está no homem” (GULLAR, 1994, p. 124). O indivíduo não descreve seu destino como gostaria, pois há diversos fatores que influenciam no sucesso de suas práticas sociais. A cidade, afirma Gullar (1994, p. 121), traz dores e humilhações: “Ah, minha cidade suja/ de muita dor em voz baixa/ de vergonhas que a família abafa [...] de camisas mal cerzidas/ de tanta gente humilhada/ comendo pouco/ mas ainda assim bordando de flores suas toalhas de mesa”.

O sujeito está, assim, condicionado a fatores sociais e econômicos. Gullar preocupa-se como as classes desprivilegiadas, com o acesso aos bens de consumo necessários à sobrevivência, com as questões trabalhistas do cidadão-operário. São esses fatores que fazem com que a cidade seja suja, por não proporcionar equipamentos humanitários e por não acolher os seus habitantes de maneira geral. No poema “A bomba suja”, de **Dentro de uma noite veloz** (1962-1975), Gullar faz uma crítica social ao sistema capitalista que propaga a exclusão social e difunde as diferenças de classes sociais respondendo ao trabalhador a partir de sua condição social. O sistema capitalista, assim como as megalópoles contemporâneas reforçam “o desenvolvimento de uma cultura da individualidade e das formas de violência” (GOMES, 1994, p. 79). Violência em diversos âmbitos: física, psicológica, epistemológica; enfim, violência social. O poeta reivindica e faz uma súplica aos direitos do salário do trabalhador, afirmando: “Mas precisamos agora/deter o sabotador/ que instala a bomba da fome/ dentro do trabalhador” (GULLAR, 1994, p. 54).

A escrita de Gullar com a eventual quebra da sintaxe, visualmente, metaforiza os fragmentos das cidades, suas lacunas intermináveis, suas fraturas e descontinuidades de sujeitos e objetos. O amontoado de palavras da coletânea de poemas **Dentro da noite veloz** e em **Poema sujo** revela a degradação urbana. O escritor faz com que a cidade torne-se visível, não apenas a reproduz, mas a sente.

Érica Peçanha do Nascimento, em seu livro **Vozes marginais na literatura** (2009), relata que os escritores da geração de 1970 buscavam subverter os padrões de qualidade, ordem e bom gosto vigentes, desvinculando-se das produções tidas como “engajadas”. Esses escritores da classe média escreviam sobre sexo, drogas e sobre

o cotidiano das camadas médias e altas.

Não vemos, em geral, tais características nos autores citados nesse trabalho. Pode-se, sim, afirmar que Rubem Fonseca e Ferreira Gullar falam pelos outros, os subalternos. Em outras palavras, Fonseca e Gullar não habitam os espaços das classes desprivilegiadas, mas escrevem sobre os sujeitos que não possuem condições básicas de infraestrutura, não possuem acesso a produções culturais, não fazem parte da cultura hegemônica, não escrevem e, portanto, não são lidos (e ouvidos). Fonseca e Gullar, ao escreverem a realidade dos indivíduos que estão à margem da sociedade, fazem com que estes sujeitos ouçam "a voz do outro em nós"[1] (SPIVAK, 1998, p. 308), ou seja, suas próprias vozes na escrita de sujeitos de classes mais privilegiadas.

Apesar desse discurso não ter sido vivenciado pelos autores, as obras de Rubem Fonseca e Ferreira Gullar são importantes porque promovem o diálogo e/ou a troca de espaços diversos, questionam os processos massificadores de exclusão, recriam os signos, apresentam uma preocupação "obsessiva" com os acontecimentos da época em que vivem. É justamente essa relação intrínseca com o tempo presente que os aproxima de autores contemporâneos como Sérgio Vaz e Marcelino Freire, sobre os quais discursaremos a seguir.

4 DA MARGEM PARA O CENTRO DAS ATENÇÕES

O movimento de produção literária proveniente da periferia tem como propósito fundamental sanar a carência de representantes de sua própria condição de silenciado. Objetiva *agir* por meio das problemáticas que se intensificam com maior frequência na sociedade contemporânea brasileira, chamando a *atenção* de leitores e pré-leitores (novos leitores que estão descobrindo a leitura através das produções da periferia), e intelectuais renomados da academia, editoras e pessoas comprometidas com assuntos de igualdade e acolhimento sociais.

Escritores como Sérgio Vaz e Marcelino Freire compartilham experiências sobre a marginalidade, procuram materializar um grupo social que está excluído como sujeito do processo literário. Em outras palavras, esses autores são e representam sujeitos vitimizados por processos de marginalização social (minorias étnicas, desempregados, pobres), que produzem literatura "marginal".

1 "the voice of the other in us" (Tradução nossa).

A literatura marginal traz "à tona certa realidade de espaços e sujeitos marginais" (NASCIMENTO, 2009, p. 45). Beatriz Resende (2008, p. 26-28) usa o termo "presentificação" para designar o sentido de urgência, de uma presentificação radical, preocupação obsessiva com o presente; por isso, a cidade continua sendo um recorrente objeto literário. Para Resende (2008, p. 32), este é o tema "mais evidente na cultura produzida no Brasil contemporâneo: a violência nas grandes cidades". A cidade tornou-se o "lócus" de conflitos tanto privados como públicos, que invadem a vida e o comportamento individuais, ameaçando o presente e afastando o futuro.

Reginaldo Ferreira da Silva- conhecido como Ferréz -, em 2000, organizou uma coletânea de textos produzidos por escritores da periferia. A revista "Caros Amigos/Literatura Marginal" mostrou um novo movimento no cenário cultural contemporâneo em que os escritores atribuíram o adjetivo marginal para classificar a sua própria condição profissional ou os seus produtos literários (NASCIMENTO, 2009, p. 45).

Essa consciência comum pode ser observada nas obras **Literatura, pão e poesia** (2011), de Sérgio Vaz, em **Contos negreiros** (2011), de Marcelino Freire. Nesta obra, o escritor confirma-se negro nas páginas finais não numeradas de seu livro, pois vive dentro do tema da periferia. Freire afirma: "E se hoje ele é branco na poesia, ele é negro demais no coração". Naquela obra, Vaz escreve o "Manifesto da antropofagia periférica" (2007) em diálogo com o "Manifesto Antropofágico" (1928), de Oswald de Andrade. Observa-se uma consciência participante dos sujeitos que habitam os espaços da periferia: "A periferia nos une pelo amor, pela dor e pela cor. Dos becos e vielas há de vir a voz que grita contra o silêncio que nos pune" (VAZ, 2011, p. 50).

Os conflitos públicos tornam-se privados e mutuamente partilhados pelos sujeitos que estão à margem da sociedade. A voz do "O outro", de Rubem Fonseca surge na contemporaneidade. A "muita gente humilhada" de Ferreira Gullar, grande parte de nossas sociedades que habitam a "senzala moderna chamada periferia" (VAZ, 2011, p. 35) começou a falar, a questionar "que país é este?", pois "uma coisa é um país, outra uma cicatriz" (VAZ, 2011 p. 1-5).

Sérgio Vaz é um dos escritores que fundaram a "Cooperativa Cultural da Periferia (Cooperifa)", em 2003. Nesse espaço de trocas de informações, criado também com o objetivo de sanar a carência cultural

de grande parte da sociedade contemporânea brasileira, a produção literária vem do "artista-cidadão. Aquele que na sua arte não revoluciona o mundo, mas também não compactua com a mediocridade que imbecializa um povo desprovido de oportunidades" (VAZ, 2011, p. 51).

Essa nova geração de escritores da periferia buscam uma proximidade com outros tempos e gerações, partem da origem para lerem de alguma forma inovadora o presente. Esses escritores são contemporâneos. Giorgio Agamben em ensaio compilado no livro **O que é o contemporâneo** (2010, p. 64) discorre sobre a matéria poética do escritor contemporâneo, dizendo que "o contemporâneo é aquele que percebe o escuro do seu tempo como algo que lhe concerne e não cessa de interpretá-lo, algo que, mais do que toda luz, dirige-se direta e singularmente a ele".

Marcelino Freire, no conto "Esquece", expõe os mais diversos tipos de violência presentes nos centros urbanos. Nesse conto, também observamos o outro, de Fonseca, assim como os personagens do conto "Feliz ano novo", deste mesmo autor. Neste conto de Rubem Fonseca, os personagens assaltam uma mansão durante o ano novo, pois se sentem no direito de aproveitar as grandes liquidações de roupas de rico, e querem comer bem na passagem do ano, não podem se conformar com um lugar que cheira mal, em meio a drogas e armas, escuro como a cor de suas peles. Da mesma maneira, Marcelino Freire mostra a revolta das classes oprimidas, social e economicamente em seu conto "Esquece": "Violência é ele ficar assustado porque a gente é negro ou porque a gente chega assim nervoso a ponto de bala [...] Violência é [...] ver aquela mesma discussão ladrão que rouba ladrão a aprovação do mínimo ficou para a próxima semana" (FREIRE, 2011, p. 31-32).

O incômodo com as lojas bacanas presente na obra de Rubem Fonseca pode ser discutido em conjunto ao conto "Nossa rainha", de Marcelino Freire. A publicidade e a mídia excluem, humilham o sujeito periférico: "A mãe [...] tinha de levar a menina ao cinema. Toda vez que aparecia um filme novo. O que a Xuxa está pensando? O que Padre Marcelo está pensando? Que tanto disco à venda, que tanto boneco, que tanta prece! Tenha santa paciência" (FREIRE, 2011, p. 73).

A persistência no tema da violência cultural, social na sociedade urbana contemporânea é produto das marcas históricas do século XX e XXI. O aprofundamento das exclusões social e econômica contribui para a

grande produção de novos autores, que buscam a emancipação do tema na literatura e na vida.

5 CONCLUSÃO

Vivemos sem viver, sem uma autoconsciência de si e do outro, pois o produto urbano nos proporciona um autoaniquilamento e uma falta de questionamento do sistema organizacional imposto nas cidades. Cabe ao escritor oferecer essa reflexão não tecnológica, não racionalista.

A obra **Feliz Ano Novo** (1975), de Rubem Fonseca e os poemas de Ferreira Gullar (1975) são uma crítica à sociedade "civilizada" do século XX. Esses autores demonstram a falta de "espaços" para aqueles que não nasceram com uma herança, não "conseguem" usufruir dos espaços dominantes e também não podem aceitar a condição marginalizada que a sociedade lhes impõe.

O novo cenário contemporâneo mostra a repercussão do debate literário propostos pelos autores supracitados. Escritores da periferia como Sérgio Vaz e Marcelino Freire dão continuidade ao trabalho de busca pelos direitos humanos e demonstram, portanto, o grande desafio das cidades para a sociedade contemporânea brasileira: o combate à violência no sentido amplo, as formas de inclusão social, econômica e cultural.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** : e outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2010.

PROENÇA FILHO, Domício. **Pós-modernismo e literatura**. São Paulo: Ática, 1988.

FONSECA, Rubem. A arte de andar pelas ruas do Rio de Janeiro. In:_____. Boris Schnaiderman (Org.) **Contos reunidos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FONSECA, Rubem. **Feliz Ano Novo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

FREIRE, Marcelino. **Contos negreiros**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GOMES, Renato Cordeiro. **Todas as cidades, a cidade**: literatura e

experiência urbana. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

GULLAR, Ferreira. **Melhores poemas**. São Paulo: Global, 1994.

NASCIMENTO, Érica Peçanha. **Vozes marginais na literatura**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

RESENDE, Beatriz. **Contemporâneos**: expresses da literatura brasileira no século XXI. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/Biblioteca Nacional, 2008.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the subaltern speak?. In:_____. NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (Eds.). **Marxism and the interpretation of culture**. Chicago Press, 1988. p. 217-313.

VAZ, Sérgio. **Literatura, pão e poesia**. São Paulo: Global, 2011.

Artigo recebido em: 08/3/2013
Aceito para publicação em: 17/6/2013

Crítica literária, cultura e mercado na contemporaneidade

*Juliana de Castro Millen**
*Luciene Fátima Tófoli***

RESUMO
Este trabalho pretende trazer à discussão os temas: crítica, literatura, cultura e mercado diante da sociedade contemporânea e seus desafios. Como se molda a prática de críticos e sua capacidade de influência num mundo que parece cada vez mais bem definido como uma caminhada geral rumo ao conformismo? Os parâmetros dos novos tempos, o papel dos intelectuais e seus desdobramentos e a exigência da crítica literária para uma nova postura diante de conceitos fundamentais, como literatura, literariedade, cânone, estética e arte. O leitor, suas perspectivas e interferências no processo crítico da obra. Opinião e informação, o comprometimento de quem analisa e propõe a reflexão como forma de repensar as tradições.
Palavras-chave: Literatura. Crítica. Mercado. Intelectuais. Contemporâneo.

RÉSUMÉ
Ce travail vent discuter sur les thèmes suivants: la critique, la littérature, la culture et le marché face à la société contemporaine et ses défis. Comment se constitue la pratique dês critiques et leur capacité à influencer dans un monde qui semble être de plus em plus défini comme um cheminement général vers le conformisme? Les paramètres des nouveaux temps, le rôle des intellectuels leurs conséquences et léxigence de la critique littéraire d'une nouvelle position face aux concepts fondamentaux, tels que la littérature, la littérarité, canon, l'esthétique et l'art. Le lecteur, ses perspectives et influences surle processus critique de l'œuvre. Opinion et information, l'engagement de celui qui analyse et propose une réflexion

* Doutoranda em Letras, Estudos Literários, pela UFJF. Mestre em Letras, Estudos Literários, pela UFJF. Especialista em Marketing pela FGV. Graduada em Comunicação Social (Jornalismo) pela UFJF. Professora do curso de Comunicação Social – Jornalismo da UFSJ. jmillen@terra.com.br

** Doutoranda em Letras, Estudos Literários, pela UFJF. Mestre em Letras pelo CESJF. Especialista em Mídia e Deficiência pela UFJF. Graduada em Comunicação Social (Jornalismo) pela UFJF. Professora do curso de Comunicação Social – Jornalismo da UFSJ. luciene.tofoli@gmail.com

comme une façon de repenser les traditions.
Mots-clés: Littérature. Critique. Marché. Intellectuels. Contemporain.

1 INTRODUÇÃO

Este é o momento da intensificação dos impulsos fundantes do capitalismo: crescem a produção de mercadorias e seu avesso necessário, a exploração e a exclusão sociais, a mercantilização e sua sombra inseparável. Isso numa utopia pós-moderna neoliberal que visualiza o paraíso da concorrência de mercado totalmente liberada e desregulamentada, em que, de modo infalível, encontra a mais curta e mais barata forma de riqueza e felicidade.

Assim, mesmo em tempos como o nosso, em que a saciedade ou sua contraparte, a resignação, parecem ser as opções mais à mão, a possibilidade concreta de exercer um pensamento crítico descomprometido permanece aberta.

Em busca de uma razão na sociedade pós-moderna, fragmentada e líquida, somos confrontados com o desafio do outro. Num tempo em que a vida é vivida como uma sucessão de episódios, cada um deles isentado de seu passado e de seu futuro, cada qual fechado e contido em si mesmo e, portanto, não preocupada com as consequências. Uma possível interpretação do que está acontecendo é uma despreocupada autonomia do autor/ator num mundo livre de obrigações e falsos deveres.

> Pode-se dizer com considerável convicção que o que vale é precisamente oposto da avaliação pós-moderna para a pós-modernidade: *o falecimento dos universais e absolutos potencializados pelo poder tornou as responsabilidades do ator mais profundas e certamente mais significativas do que nunca.* Pode-se dizer com convicção maior ainda que, entre a falência de absolutos, por um lado e uma licença do tipo "tudo passa", por outro há um gritante *non sequitur.* (BAUMAN, 2011. p. 16).

Nesse contexto da vida e das estratégias pós-modernas, colocada por Bauman, insere-se a proposta deste trabalho de discutir a crítica, a cultura e o mercado.

2 MERCADO

Walter Benjamim fez do termo *flâneur* (concebido por Baudelaire) um nome familiar na análise cultural e uma figura simbólica central da

metrópole moderna. Todas as vertentes da vida moderna parecem ser amarradas no passatempo e na experiência do andarilho que praticava a vida sem comprometimento, com todos os prazeres e sem nenhum tormento. "Os comerciantes farejaram a atração e o poder de sedução dos hábitos dos andarilhos e começaram a moldar-lhes a vida." (BAUMAN, 2011, p. 127). Nesse contexto do homem moderno, é possível dizer que o mundo virou uma imensa acumulação de espetáculos e tornou-se uma sociedade do olhar, em que todos e tudo brilham.

> [...] o espetáculo é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. Não é um suplemento do mundo real, uma decoração que lhe é acrescentada. É o âmago do irrealismo da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares – informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos –, o espetáculo constitui o *modelo* atual da vida dominante na sociedade (DEBORD, 1997, p. 14).

O espetáculo, tratado aqui, não é o conjunto de imagens, mas configura-se como uma relação social entre as pessoas, mediada por imagens. A consciência espectadora, prisioneira de um universo limitado pela tela do espetáculo, tem produzido uma realidade contaminada pela lógica dos sonhos.

Essas mudanças que ocorreram na estrutura urbana, nas artes e nos meios de comunicação, alteraram profundamente a nossa maneira de ver a realidade. O mundo se transformou num cenário-cinema e os indivíduos caminham pelas grandes cidades, entre as balas perdidas e o desencantamento. A globalização tem abolido não só as fronteiras geográficas como também as comerciais e as culturais.

Com a evolução da tecnologia da informação e a expansão dos meios de comunicação eletrônicos, amplia-se uma gigantesca indústria cultural que tem difundido protótipos bem-sucedidos da identidade nacional. Essas representações têm fabricado um *hiper-real*, algo espetacular, mais interessante do que a própria realidade. É a tal sociedade do espetáculo[1] que, segundo Virno (2003, p. 63) tem

1 Em 1967, Guy Debord criou o conceito de sociedade do espetáculo criticando a sociedade contemporânea, ao afirmar que o espetáculo é alimentado pelo consumo de imagens geradas pela indústria cultural. A mídia e a sociedade de consumo giram em torno da sociedade do espetáculo. Consequentemente, o espetáculo está presente em toda parte na sociedade de consumo, sendo sua principal produção, seduzindo e manipulando.

transformado a nossa época em uma "*exposición* universal" e novas relações inter-humanas estão à espera de análise.

Os meios de representação desse novo fenômeno (a literatura, as artes, dentre outros) se traduzem em contraste, os novos paradigmas são rompidos e tradições são reinventadas. Novos estilos surgem, dando ênfase à cópia, ao efêmero e ao fugaz. Nesse limiar, o público flutua em um mercado cada vez mais imprevisível e envolvente.

A nova dinâmica da sociedade tem produzido uma literatura *aquém* e *além* do rol do que é tido como canônico. As novas produções se afastam das concepções da tradição crítica e instituem outras formas também dotadas de literariedade, logo, a instituição literária não sabe se resiste ou reconhece esse processo histórico-cultural em que nos encontramos.

Em meio a esses conflitos gerados pela imposição mercadológica, o objeto literário tem se transformado em mais um produto posto em circulação. Diante disso, a literatura acaba sendo obrigada a disputar espaços e derrubar fronteiras e opta, na maioria das vezes, em retratar seres que vivem imersos no prazer visual e na fantasmagoria da cultura capitalista. Os parâmetros dos novos tempos têm exigido da crítica literária uma nova postura diante de conceitos fundamentais, como literatura, literariedade, cânone, estética, arte, entre outros.

Em Cenas da vida pós-moderna, Beatriz Sarlo (2004), interroga sobre o lugar da arte na cultura globalizada contemporânea. "Que valor ainda resta para a atividade literária nesta nossa civilização de culto dos *best sellers*? Qual valor de produção de conhecimento novo ou diferencial pode ainda ter a literatura quando os conceitos e as práticas culturais foram tomados pela fantasmática da mídia e pela lógica da lucratividade? Esses valores foram tomados pela hegemonia daquilo que Theodor Adorno (1985) chamou de "indústria cultural".

Nesse sentido, a cultura é tida como lazer e entretenimento, de modo que tudo o que nas obras de arte e de pensamento significa trabalho da imaginação, da sensibilidade, da reflexão, da inteligência e da crítica, não tem interesse, não vende.

O leitor-massa se sente atraído pela representação do mundo como um 'castelo de imagens' e a vida como um grande desempenho, buscando literaturas que se aproximam dos documentários, do cinema, da televisão e do videogame. A fragilidade e a fugacidade dos novos

tempos fazem com que os leitores busquem *best sellers*, a fim de conseguirem lidar com as novas convenções sociais e a lógica da aparência.

Walter Benjamin (1994) analisou o modo de relação entre arte e sociedade no mundo capitalista tecnológico. De acordo com o autor, com o advento da era industrial, o *status* da arte é abalado em virtude das técnicas de reprodução. A obra se torna valiosa não apenas pela sua significação, mas também pelo seu valor no mercado. O espectador passa de contemplador a consumidor. No momento em que as massas começam a consumir o objeto artístico, o autor se torna um produtor assim como um operário. Deste modo, a arte não pode mais ser tratada como era antes. A questão, portanto, não está na reprodução e, sim, na modalidade de reproduzir em série, tornando complicada a distinção entre original e cópia. O sentido de autêntico e de singularidade do objeto artístico se dessacraliza, perdendo o valor de culto e ganhando "infinitos *lugares* e *contextos* da sua reprodução" (SANTIAGO, 2004, p. 114-115).

Em A Vida em Fragmentos: sobre a ética pós-moderna, Zygmunt Bauman (2011) dialoga com o leitor sobre a relação Estado e cultura ao dizer que esta perdeu sua intencionalidade original de uniformidade cultural como importância política. Segundo o autor, a dominação política não dependia da hegemonia cultural o que levou à neutralidade cultural do Estado e com isso à emancipação cultural da elite intelectual. A criação, a escolha e o consumo de cultura foram privatizados. Houve uma separação entre Estado e cultura juntamente com o total abandono das políticas públicas culturais, o que privou a atividade cultural da relevância política.

> O prazer da liberdade de criação sem precedentes, adquirida graças ao reconhecimento oficial de que as escolhas artísticas ou literárias pouco importam, se tanto, para qualquer um que não sejam os próprios artistas e escritores: a liberdade da cultura veio com a suspeita de uma irrelevância atroz. (BAUMAN, 2001, p. 316).

Outro fato a ser considerado é o posto vago na retirada do Estado de cena, que não foi ocupado pelos intelectuais. O controle da cultura passou a ser exercido pelas forças do mercado. O critério mercadológico da rentabilidade tomou o lugar do domínio político.

Os intelectuais compartilhavam com a antiga elite política do Estado-nação a ideia de hierarquia de valores culturais - uma convicção em relação a algumas opções culturais serem melhores do que outras, ou seja, na determinação de quais seriam as 'melhores' escolhas.

> Pois nem essa crença nem aquela determinação podem ser encontradas no *mercado* cultural, que suplantou as *políticas* culturais do Estado. Na verdade o favoritismos cultural de qualquer tipo vai na contramão da filosofia e das práticas do mercado. O mercado não reconhece nenhuma hierarquia cultural, exceto a da comerciabilidade. As listas de best-sellers são as únicas ordens reconhecidas de preferência cultural – e, aliás, os únicos critérios de excelência (BAUMAN, 2011, p. 317).

Em Bauman, provavelmente ou não necessariamente, as escolhas do mercado não seriam as que os intelectuais teriam feito de acordo com critérios rígidos, o que gera motivo de alerta. Como para os próprios novos gestores da distribuição cultural, tudo que for potencialmente comercializado é o adequado, a importância social do crítico/intelectual se perdeu.

O medo da homogeneização, que os intelectuais trouxeram à tona, há cerca de sessenta anos, não se consolidou. O mercado cultural parece se multiplicar na velocidade das modas culturais. Há uma gigantesca diversidade de produtos e padrões variados, ao mesmo tempo padronizados e neutralizantes.

A ausência de monotonia, numa cultura de máximo impacto e obsolescência instantânea, tornou-se um desafio para os intelectuais ortodoxos. Sua autoridade em relação à escolha cultural foi, de acordo com Bauman (2011, p. 318) "*privatizada*, convertida em atributo da liberdade individual e de construção da identidade".

3 INTELECTUAIS

Os intelectuais, além de serem privilegiados em suas especialidades, possuem total confiança e estima pública e são peritos nos valores culturais em geral, que transcendem qualquer especialização individual e qualquer função social. Por isso, têm o *direito* de falar com autoridade sobre questões não diretamente implicadas às suas especialidades. Além de direito, torna-se um dever dessas pessoas

assumirem uma posição, todas as vezes que os gestores públicos falham. Como grupo, os intelectuais têm a responsabilidade e a obrigação de intervir em nome da sociedade com um todo. De acordo com Bauman (2011), devem agir como a "consciência coletiva" do país, por isso ligados a interesses e valores maiores os quais protegem e promovem.

> Ser intelectual significa desempenhar um papel peculiar na vida da sociedade como um todo. É essa *performance* que torna alguém intelectual, não apenas o fato de oferecer serviços especializados, por mais requintados e complexos, não apenas o fato de ser membro de uma "classe do conhecimento", tendo obtido as credencias formais no processo de educação ou de pertencimento a um grupo profissional específico (essa última é uma condição necessária mas não suficiente para a adesão à categoria de intelectuais) (BAUMAN, 2011, p. 301).

Foi no limiar dos tempos modernos que a diferença cultural entre dominantes e dominados se tornou de fato definida. O dominante definiu sua própria maneira de vida como requintada, civilizada, e, assim, superior. Essa autodefinição se deu na atual dominação (política, econômica e social), num projeto de hegemonia cultural, que, por sua vez, constituiu a massa dominada, ou "aculturada". A ordem moderna, insegura em si, destina a profissão docente como proteção contra o caos num sentido de vigilância dos sentidos humanos, cultivando a razão em seu lugar. A cultura como teoria da ordem social e com prática cultural de cultivação foi um produto desse momento. As pessoas deveriam ser educadas de maneira que abraçassem as ideias dos que tinham mais conhecimento e garantissem seu repasse de forma correta e adequada.

Os intelectuais que não se atrelaram à classe ganharam a veracidade e a autoridade para mover-se entre as camadas da sociedade – uma condição de liberdade baseada na possibilidade de escolha.

> Apenas os poucos indivíduos que atuam por escolha própria, que se desprendem do habitat das classes em que nasceram para se dedicar plenamente à produção da cultura, podem garantir o triunfo final da harmonia onde reinam o egoísmo próprio a esses extratos e os conflitos entre essas várias classes. Eles devem estar prontos para lutar contra a preguiça e a inércia que tornam todas as classes relutantes ou incapazes de aceitar e implantar os valores que promovem (BAUMAN, 2011, p. 311).

O tempo da glória e da influência política dos intelectuais, como grupo responsável pela cultura, como portador coletivo de padrões éticos e valores universais, é visto pelos estudos atuais dos próprios intelectuais, como um passado de improvável retorno.

4 O CRÍTICO HOJE

Atualmente, é possível observar uma tendência do autor de crítica em assumir uma posição de 'não pessoa', já que não usa nenhum vestígio explícito de primeira pessoa, o que denotaria que é ele mesmo o enunciador. Assim, parece revestir a sua opinião de um caráter factual e até mesmo científico, assumindo um lugar algo autoritário de 'pequeno deus' característico de um discurso jornalístico fortemente influenciado pelos paradigmas positivista e crítico.

A análise da produção cultural geralmente é associada à intelectualidade e os críticos precisam, por essa razão, deixar muito clara a sua autoridade como intelectuais e sua erudição. Bourdieu (2004, p. 256) afirma que o crítico colabora para a atribuição de valor simbólico às obras de arte e, através de seu trabalho, atribui valor a si mesmo. Segundo o autor, os críticos falam como "[...] os primeiros a compreender se houvesse algo para compreender", como se não tivessem medo de enfrentar artistas de vanguarda e seus críticos, principalmente se afiançados por instituições (academias, museus, universidades, entre outras).

O público e também a classe artística conferem ao crítico a autoridade. Isso ocorre, na maioria das vezes, pela força e pelo grande alcance dos meios de comunicação que colaboram determinantemente para atribuir mais prestígio aos bens culturais e artistas. Porém, pouco se credita a esse poder à possível visibilidade que a arte pode receber através dos juízos emitidos pela crítica. O crítico, visto como um intelectual, eufemiza esse poder da mesma forma que, segundo Bourdieu (2004), são eufemizadas outras formas de publicidade da arte.

Segundo Jacques Leenhardt (1993), o texto crítico é uma combinação de três elementos: a pessoa do crítico, a particularidade dos objetos culturais com sua autonomia e o público potencial da obra. Entende-se que a crítica, por meio do olhar de seu autor, exerce um papel de mediação entre a obra de arte e o público, ou seja, é através dela que muitas pessoas têm o primeiro contato com determinados

produtos culturais, por isso, o crítico deve atuar como um questionador, um promotor de reflexões sobre a obra de arte e sobre o próprio conceito de arte.

Leenhardt (1993) destaca dois registros da obra de arte presentes na crítica: a leitura que se faz da obra e a objetividade da obra como objeto simbólico. A apreciação materializada no texto contemplaria, assim, aspectos da obra que podem ser percebidos à primeira vista, ou seja, suas características expressas por uma descrição mais ou menos detalhada e também a leitura feita pelo crítico a partir do contato que ele teve com a obra. É, portanto, pela expressão de sua opinião, que descreve fisicamente a obra, e a experiência vivida pelo autor diante da obra.

Enquanto fala da obra literária, ou de arte, o crítico dá voz ao que ele sentiu durante a leitura dessa obra. Expressa sua própria sensibilidade sem perder a intenção ensaística, como formato literário - uma forma particular de transmitir a partir de uma obra singular a problemática de ordem geral (LEENHARDT, 1993, p. 256).

A crítica tem como objetivo agir sobre o leitor, causando nele alguma mudança ou simplesmente promovendo nele uma reflexão. Também oferece ao leitor e consumidor de arte um ponto de vista analítico, intelectual e sensível que é expresso pela "sensibilidade intermediária" do autor do texto, ou seja, pela mediação feita pelo crítico.

O texto crítico traz ao leitor novos pontos de vista, novas perspectivas e chama a atenção para detalhes que este, pouco acostumado à fruição de obras de arte, poderia deixar passar despercebidos. Para Leenhardt (2007), na crítica se alternam subjetividade e objetividade a fim de dar ao leitor, ao mesmo tempo, uma noção do que é a obra de arte em si – de acordo com a sua descrição – e a leitura que o crítico fez dela, combinando sua sensibilidade e seus valores.

O mesmo autor em enfatiza a importância do caráter histórico da crítica que, baseada na evolução das artes em geral, insere a obra analisada no campo artístico e apresenta ao público uma experiência mais ampla, melhor contextualizada do que aquela que teria sem a mediação.

Marcelo Coelho (2007) chega a apontar que a crítica no século XX é resultado de um processo que buscou a sua "cientifização" através de um texto mais analítico e interpretativo e menos fundamentado no

julgamento feito pelo crítico baseado em regras clássicas ou guiado pelo 'gosto burguês médio', como acontecera até o século XIX, ou seja, o texto se reveste de um caráter menos pessoal e mais próximo aos textos científicos. O autor destaca ainda que o predomínio do mercado também contribuiu para que a crítica deixasse de lado o seu caráter valorativo principalmente devido à vida curta dos bens artístico-culturais nesse contexto e, por essa razão, há dificuldade de detectar tendências artísticas ou mesmo fazer análises mais aprofundadas.

Já o escritor José Castello (2001) considera o texto da crítica como um "espelho de papel" por entender que de alguma forma, ele é um reflexo do autor do texto. Castello diz que o crítico literário não detém uma verdade única e que o que ele faz, portanto, é uma "leitura pessoal dos livros" e em seguida expressa-a de forma nítida num texto que sustente as suas impressões sobre o que leu. O autor conclui que "[...] a crítica não devia esconder, mas antes exibir e aprofundar esse seu caráter de coisa pessoal" (CASTELLO, 2001. p. 34) já que ela seria diretamente influenciada pelas particularidades daquele que a escreve.

De forma positiva ou negativa, essa leitura pessoal vem enriquecer a obra em questão, emprestando-lhe uma nova perspectiva e alargando, assim, sua zona de interferência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os críticos colaboram com os comerciantes de bens artísticos ao emitirem valores sobre as obras de arte e, por consequência, interferem em seu valor de mercado. É possível concluir que é também do texto da crítica, visto como materialização da opinião de um leitor ilustrado de obras de arte, que emerge grande parte do prestígio dado a determinados artistas, influindo diretamente sobre o campo de produção artístico-cultural. É das relações objetivas dentro desse campo que se fazem as 'reputações' dentro de um campo de lutas pelo monopólio do poder de consagração.

Tendo em vista as definições de opinião e informação, pode-se concluir que a opinião se situa no campo da subjetividade e da verossimilhança e pressupõe que há um outro ponto de vista possível, ou seja, o que é apresentado é apenas uma das possíveis interpretações.

Assim, para manter esse lugar de pequeno deus que enuncia, o crítico despe seus argumentos de qualquer marca pessoal que possam

caracterizá-los como opinião e coloca-os como fatos apresentados não por ele, mas por uma 'não pessoa' que, revestida de um caráter pretensamente científico, pode apresentar informações de maneira objetiva.

No sentido de analisar a capacidade da tradição da crítica cultural materialista de produzir um pensador que possa retratar e transcender os limites da situação que o engendra, sua obra se constitui em um marco para quem se interessa por uma crítica cultural empenhada, cuja proposta é compreender o funcionamento da vida social, explorando o potencial cognitivo de suas formas de produção simbólica. Para esse tipo de crítica, a questão continua sendo a de entender para modificar, juntando a tarefa da filosofia, e hoje da teoria, de explicar o mundo com a tarefa social, cada vez mais urgente, de contribuir para mudá-lo.

Fazer da crítica cultural uma das formas de ruptura necessária com a produção de infelicidade que caracteriza a paisagem devastada da mesmice globalizada é o grande plano que nos lega esse intelectual ímpar.

Diante da realidade condicionada, eletrônica e virtual, em que a maioria das vozes permanece em silêncio e o esforço em documentarem suas próprias realidades, tornando-as real é uma luta vã, escrever é um dever. O dever de expressar-se, de assumir a responsabilidade de dar voz ao que permanece paralisado.

Os conceitos sobre o dilema intelectualista, aqui proposto como discussão teórica, estão longe de qualquer garantia de sucesso, segurança ou recompensa, a não ser o sentimento de dever de reflexão diante da era pós-moderna onde o que impera é o conformismo, o desencanto e a libertação de qualquer 1responsabilizar-se por'.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p. 113-156.

BAUMAN, Zygmunt. **A Vida em fragmentos**: sobre a ética pós-moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: ____. **Magia e técnica, arte e política**. Tradução de Sérgio

Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 165-196. (Obras Escolhidas, v. 1).

BOURDIEU, Pierre. **A Produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2004.

_____. **O Poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRETON, Philippe. **A Argumentação na comunicação**. Bauru: EDUSC, 1999.

CASTELLO, José. O Espelho de papel. In: CARDOSO, Flávio José (Org.). **Jornalismo cultural**: cinco debates. Florianópolis: FCC, 2001.

COELHO, Marcelo. Jornalismo e crítica. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). **Rumos da crítica**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2007.

COELHO NETTO, José Teixeira. Outros olhares. In: LINDOSO, Felipe (Org.). **Rumos [do] jornalismo cultural**. São Paulo: Summus, 2007.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

LEENHARDT, Jacques. Ángel Rama, uma figura-chave da crítica latino-americana. In: CHIAPPINI, Lígia; AGUIAR, Flávio Wolf de (Org.). **Literatura e história na América Latina**. São Paulo: Edusp, 1993.

_____. Crítica de arte no mundo contemporâneo. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). **Rumos da crítica**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2007.

SARLO, Beatriz. **Cenas da vida pós-moderna:** intelectuais, arte e videocultura na Argentina. Tradução de Sérgio Alcides. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

SANTIAGO, Silviano. "Literatura e cultura de massa". In: ____**O cosmopolitismo do pobre:** crítica literária e crítica cultural. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

VIRNO, Paolo. El fenômeno del *déjà vu* y el fin de la História. In*:*____**El recuerdo del presente:** ensaio sobre el tiempo historico. Buenos Aires: Paidós, 2003. p. 11-64.

Artigo recebido em: 08/4/2013
Aceito para publicação em: 25/6/2013

MODA

Ainda há espaço para alfaiates no mundo do 'pronto para vestir'?

*Paula Campos de Castro**

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo fazer uma reflexão sobre as perspectivas de futuro da alfaiataria. Trata-se de um ligeiro levantamento histórico do ofício ao longo dos anos no mundo. As características e a hierarquia que os alfaiates utilizam para desenvolver suas tarefas também foram abordadas. Para situar as condições atuais da profissão no Brasil, buscamos o desenvolvimento da Indústria do Vestuário e a forte influência dos imigrantes europeus no setor. E, para encerrar, entrevistamos alguns alfaiates da cidade Juiz de Fora que ainda atuam no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Alfaiataria. Indústria do vestuário. Imigração europeia.

ABSTRACT

This paper aimed to reflect on the future prospects of tailoring. It is a sligth historical survey of the craft over the years worldwide. The characteristics and the hierarchy that tailor use to develop their tasks have also been raised. To situate the current conditions of the profession in Brazil, we seek the development of the Clothing Industry and the strong influence of European immigrants in the sector. At last, we interviewed some tailors at Juiz de For a that still working.

Key-words: Tailoring. Clouthing Industry. European immigrants

1 INTRODUÇÃO

Este artigo buscou fazer uma reflexão sobre a condição do alfaiate nos dias atuais. Segundo o dicionário Michaelis (1998, 1ª ed.), trata-se do individuo que talha e cose vestuários para o homem e representa uma das mais antigas profissões de que se tem notícia. Sua grande importância foi relatada ao longo da história e, no Brasil, teve sua origem com os imigrantes que aqui chegaram e teve seu apogeu nas décadas de 1930 até 1950. Tamanho era o prestígio dos alfaiates que, em 1946, Silvio Mazzuca (compositor paulista) compôs uma música

* Mestrado em Letras pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. pa-ccastro@hotmail.com

"Cortando o pano" gravado por Luiz Gonzaga.

Até os anos cinquenta, era rara a peça de vestuário que não fosse feita sob medida, principalmente longe dos grandes centros urbanos. O cliente levava o tecido a um alfaiate que coletava medidas. A fazenda, como eram chamados os cortes tecidos, era molhada, para evitar algum encolhimento posterior. Sobre o próprio tecido era feito um o esboço do molde da peça com giz, seguido do corte e da confecção. Em geral, a confecção das calças era feita com duas provas e os casacos com três. Na primeira prova, tecido e forro eram moldados ao corpo do cliente e posteriormente testados, mas já com as frentes elaboradas. A terceira prova ocorria com mangas e gola alinhavadas, antes de concluir a peça. Após corrigir algum defeito, a peça era finalizada, arrematada e engomada.

Porém, com os avanços tecnológicos e o desenvolvimento da indústria de confecção de vestuário, percebeu-se o declínio da profissão. O desenvolvimento do segmento "pronto para vestir", originalmente *ready to wear* ou ainda *prêt-à-porter*, abalou o prestigio dos profissionais e dividiu o mercado com os mesmos. O trabalho buscou fazer, primeiramente, um ligeiro retrospecto sobre o caminho do ofício até os dias atuais, bem como sua organização como profissão em sindicatos e hierarquias.

Uma seção foi dedicada à organização da alfaiataria inglesa que influenciou fortemente o restante do mundo. Também um pouco da história da indústria do vestuário no Brasil foi abordada, em que se observaram as influências, sobretudo dos imigrantes europeus que trouxeram suas experiências de seus países de origem para nossa cultura e economia. Por fim, houve a tentativa de diagnosticar a alfaiataria na cidade de Juiz de Fora. Como é notória, porém, a carência de bibliografia sobre o assunto, apesar de sua grande importância e contribuição para a indústria do vestuário, foram feitas algumas entrevistas com alfaiates que ainda exercem suas profissões na cidade.

Este trabalho tem por objetivo mergulhar no mundo da roupa sob medida para entender o que está acontecendo com a alfaiataria. Antes uma profissão tão prestigiada e, hoje, escassa. A tentativa de traçar um diagnóstico do setor na cidade faz parte deste estudo. Onde estão esses profissionais e o que estão fazendo? Quais alternativas eles encontraram para continuar no mercado e o que esperam do futuro?

Será que os alfaiates estão mesmo em vias de extinção (quase não encontramos mais profissionais atuando no mercado e, os que ainda estão, possuem idade bem avançada)? Será que as lojas de "pronto para vestir" foram mesmo gradualmente acabando com eles?

Pode-se notar que os poucos atuantes na profissão não possuem mais aprendizes, nome que se dava aos jovens que acompanhavam os alfaiates na busca do aprendizado do ofício e quase não existem mais escolas no Brasil. Portanto o ofício não está se renovando, tendendo ao fim. Algumas iniciativas, ainda que acanhadas, estão sendo feitas. A Associação dos Alfaiates e Camiseiros do Estado de São Paulo, por exemplo, tenta manter a profissão viva e vem oferecendo, desde o início de 2006, cursos de camisaria e calça e, em 2007, lançou uma revista intitulada "Sob Medida". Porém, tais iniciativas não são suficientes para conter o processo de deterioração do ofício.

2 ALFAIATARIA

A palavra alfaiate, assim conhecida na língua portuguesa, é derivada do árabe *alkhayyát*, do verbo *kháta* que significa coser. Trata-se de uma das profissões mais antigas do mundo. Desde os primórdios, no Egito, posteriormente na Grécia e Roma, durante a Idade Média e Renascença teve sua importância marcada pela influência de seus profissionais no âmbito social dos que bem vestidos se apresentavam.

A alfaiataria sempre foi um ofício exclusivamente masculino, o que garantia uma harmonia entre os tipos distintos de simbolismo sexual no vestuário, porém, em 1675, durante o reinado de Luís XIV, "um grupo de costureiras francesas solicitou com sucesso a permissão para formar uma guilda de alfaiates femininos para confeccionar roupas para mulheres – iriam tornar-se as primeiras modistas". (HOLLANDER, 2003, p. 88) Tal acontecimento repercutiu por toda Europa e a partir daí mulheres passaram a vestir mulheres e homens a vestir homens. "A moda ficou cada vez mais dividida entre a respeitável alfaiataria masculina e a frívola "moda" para as mulheres." (HOLLANDER, 2003, p.88) Porém, como o consumo feminino era muito maior ocasionou um prejuízo para a alfaiataria.

O momento, segundo Hollander (2003), marcou o começo de uma divergência fundamental nas roupas dos dois sexos o que afetou todo o século XVIII; alcançou seu ápice no século XIX e ainda persiste.

A partir disso, a alfaiataria masculina prosseguiu como antes, de acordo com sua tradição artesanal, enquanto a moda feminina passou a oferecer mais ornamentos e possibilidades. A alfaiataria, contudo, não perdeu sua reputação, a atenção dos homens com sua aparência e com o vestuário continuou. Roupas bem modeladas, ajustadas e com um caimento impecável continuavam a representar a moda masculina. O tecido cuidadosamente cortado, moldes feitos sob medida e ajustados individualmente, garantiam um traje bem feito. O alfaiate era considerado habilidoso quando tinha a capacidade de transformar os desejos do cliente, mesmo em se tratando de voos da imaginação, em um traje bem feito e sem parecer tolo.

> O alfaiate masculino inspirado podia ter suas próprias idéias audaciosas, mas ele as ajustava cuidadosamente ao gosto dominante para os clientes que queriam tentar algo interessante, mas não deveriam parecer ousados. Deste modo o ofício de alfaiate desenvolveu sua história técnica com lentidão, e seus praticantes aprenderam gradualmente novas práticas sem ter de descartar-se de habilidades adquiridas com muito esforço ou qualquer compreensão profunda do ofício. Se novos materiais se tornavam disponíveis, estes primeiro eram adaptados aos velhos métodos, que por sua vez eram adaptados para abrangê-los." (HOLLANDER, 2003, p.93).

Um dos avanços importantes ocorridos com a evolução da alfaiataria foi a criação da fita métrica, tal como conhecemos hoje, em 1820. Antes o alfaiate mantinha uma única fita métrica para cada cliente, contendo marcações que indicavam suas medidas. A partir desse momento, as roupas masculinas começaram a ser confeccionadas não mais totalmente sob medida, mas utilizando uma proporção e algumas tabelas. Com isto, estabeleceu-se a padronização das roupas, fenômeno rapidamente assimilado no Novo Mundo, mas que os cavalheiros ingleses rejeitavam até a ideia. Porém, foi em 1870, com a invenção da máquina de costura que ocorreu o maior avanço da história da vestimenta. As máquinas eram usadas pelos alfaiates de forma que as costuras parecessem feitas a mão, mas com maior agilidade e rapidez. Pouco a pouco foram surgindo às primeiras roupas prontas, realmente similares àquelas usadas nos níveis mais altos da moda. Essa nova

situação, como de resto a história da alfaiataria, era novamente um empreendimento masculino.

A indústria do "pronto para vestir" ou como é conhecida no francês *Prêt-à-porter* revolucionou a forma como os trajes masculinos eram confeccionados, porém sua aparência permaneceu a mesma. "Trajes produzidos em massa, prontos para o uso do público em geral, foram criados com um padrão tão alto de design e acabamento como aqueles estabelecidos pela alfaiataria de antes." (HOLLANDER, 2003, p.133).

3 CAVALEIROS DA AGULHA

As atividades artesãs sempre foram desenvolvidas pelas classes mais pobres da sociedade. Separados em categorias, os profissionais que atuavam nas especialidades de luxo recebiam o nome de "dignos" e "indignos" eram os que atendiam o restante da população, como mobiliário comum, roupas prontas e bugigangas. Os alfaiates de especialidades dignas eram denominados *Flint* e os indignos *Dung*. Sua formação , assim como os demais artesãos, era feita nas próprias oficinas, pois não havia escolas técnicas. Os mestres, como se chamavam quem dominava o ofício, transmitiam toda a habilidade e "mistérios" da profissão aos seus aprendizes.

Os alfaiates formavam uma classe bem organizada. Seu sindicato atuante era considerado um modelo entre os dos artesãos e conseguiu aumentar os salários durante a Primeira Guerra (1914-1918). Quando os mestres necessitavam de mão de obra, recorriam ao sindicato, onde existia um livro com os nomes de seus membros, funcionando como agências de emprego. Os profissionais sindicalizados se auto denominavam, segundo Laver (1989) "Cavaleiros da Agulha".

4 A PROFISSÃO ALFAIATE

Alfaiates são profissionais que desenham, cortam, costuram e reformam roupas. Alguns trabalham como autônomos, podem atender clientes em casa e fazer peças por encomenda, outros são registrados em indústrias de confecções, nas linhas de montagem de roupas. Também há a possibilidade de trabalharem em lojas, efetuando consertos, alargando ou ajustando as peças prontas ao corpo do cliente, ou na confecção de figurinos para espetáculos. Porém, os alfaiates

tradicionais têm seu próprio ateliê.

Para exercer essa profissão, o indivíduo não necessita ter uma formação especializada. É o que, normalmente, chamamos de livre formação. Em outras palavras, da prática forma o profissional. Entretanto é recomendável qualificar-se através de cursos; e saber usar máquinas de costura e de acabamento. Os conhecimentos de desenho e informática são necessários aos profissionais que fazem opção em trabalhar na indústria de confecções, isto em função da constante automatização das linhas de produção. É importante, também, que o profissional mantenha-se atualizado sobre as tendências da moda.

Os alfaiates que trabalham na indústria são responsáveis pela primeira modelagem das peças que entrarão na linha de produção em série. No comércio é comum o alfaiate fazer parte de uma equipe responsável pelos ajustes necessários a serem realizados em peças dos vestuários vendidos nas lojas. Não há dados disponíveis sobre o número de alfaiates no país, mas os sindicatos afirmam que há muito mais profissionais do setor do que postos de trabalho. Também deve ser considerado que excelentes profissionais, os chamados "alfaiates tradicionais", seguem "customizando" ternos e camisas para o mercado de executivos, que exigem um corte de terno impecável e personalizado.

Um bom alfaiate, normalmente, desenvolve uma clientela cativa, e são considerados "consultores de moda", sugerindo e orientando seus clientes no uso adequado de tecidos, cortes conforme tendência de moda e características pessoais.

Os alfaiates se classificam, segundo o site Brasil profissões, da seguinte forma:

- Mestre-Alfaiate - profissional que também pode ser o proprietário do estabelecimento, habilitado quanto às medidas, corte, preparo e ultimação das peças do vestuário;
- Contra-Mestre - profissional que auxilia o Mestre-alfaiate e se dedica a tirar medidas, fazer moldes, cortar tecidos e provar as peças do vestuário;
- Ajudante de Contra-Mestre - profissional que corta os tecidos, usando moldes, ou sob orientação do Contra-Mestre;
- Oficial-Alfaiate - é o oficial que costura as peças do vestuário;
- Oficial de Paletó - é o oficial que confecciona o paletó completo ou peças a rigor como: *Diner-jaque*, fraque e casaca;
- Meio-Oficial - é o aprendiz de oficial, que auxilia costurando pensas, fazendo bolsos, enquartando frentes, ilhargas e mangas;

- Ajudante - é o aprendiz que faz o ponto mole, chuleia, acolchoa entretelas, lapelas e baixo de gola;
- Coleteiro - é o oficial que confecciona todos os tipos de coletes;
- Calceiro - é o oficial que confecciona todos os tipos de calça, inclusive o culote;
- Acabador - é o oficial que faz ombros, golas e prega mangas;
- Buteiro - é o oficial que faz reparos em geral;
- Passador - é o oficial encarregado de passar todas as peças do vestuário;
- Aprendiz de alfaiate - é o elemento que se inicia na profissão.

5 EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA DE VESTUÁRIO NO BRASIL

Nos primeiros tempos da colonização, a indumentária brasileira era confeccionada em grosseiros panos de algodão para as pessoas mais simples, já os mais abastados, possuíam uma capa de baeta para frequentar as missas e, quando as posses lhes permitiam, um traje de cerimônia. Porém,

> [...] como na dimensão temporal civilizar também significa vestir, aos poucos a população que possuía mais recursos foi intensificando suas preocupações com o vestuário, e o desdobramento lógico desse fato foi a maior difusão do ofício da costura nas cidades." (MALERONKA, 2007, p. 22).

O feitio das roupas, como era chamada a confecção, custava muito pouco, pois se tratava de uma atividade artesanal e sem nenhuma regulamentação. Não havia um controle corporativo do ofício cabendo muitas vezes a cada artífice estipular o preço, diferente do já acontecia em países europeus, como, por exemplo, Portugal. Havia uma rígida divisão sexual nos trabalhos, o que impunha restrições às ocupações femininas. Os homens possuíam o privilégio de costurar para ambos os sexos e só utilizavam o serviço feminino quando a mão de obra era escassa.

Outra peculiaridade da alfaiataria brasileira foi o fato de não se firmar como uma tradição familiar. Os artífices empregavam mão de obra servil, o que fazia com que a aprendizagem dos meninos e adolescentes fosse dispensada. Além disso, o emprego da mão-de-obra de negros fez com que surgisse um grande preconceito para com o ofício, tornando-o desonroso. Com a vinda de imigrantes europeus para o Brasil e, posteriormente, com o êxodo deles para as cidades, em face

da retração da cafeicultura brasileira, o fato contribuiu para a retomada de atividades artesanais.

> Progressivamente, alguns imigrantes e seus descendentes passaram a exercer ofícios ligados a produção do vestuário. Sem uma rigorosa abrangência, muitos deles possuíam um valioso substrato de habilidades para as artes e os ofícios, fruto de inúmeras práticas e experiências que haviam sido conservadas e que continuaram nos grupos familiares por muitas gerações, permitindo a execução de grupos psicomotores delicados e destreza fina própria para os trabalhos de agulha. Entregando-se à costura de forma perseverante, muitos imigrantes resistiam à idéia de alistar-se numa fábrica e, por possuírem muitos antecessores no ofício, que lhes abriam as portas das oficinas e alfaiatarias, foram se apropriando das oportunidades de trabalho (MALERONKA, 2007, p. 34).

Já no início do século XX, com o crescimento das oficinas, alguns alfaiates passaram a se empregar como assalariados, principalmente os mais jovens. Porém, é interessante notar que tais estabelecimentos, regidos por normas e regulamentos do ofício, restringiam o número de aprendizes, uniformizavam a aprendizagem e seguiam uma rígida hierarquia que correspondia à seguinte divisão: cortadores, ajudantes de cortadores, oficiais e aprendizes (MALERONKA, 2007, p.37).

Os alfaiates eram reconhecidos conforme suas habilidades e conhecimentos das diversas operações que lhes permitiam a confecção de uma peça completa do vestuário. Portanto, era necessária uma longa aprendizagem das técnicas de modelagem, corte e costura, tanto à mão quanto à máquina. Com um mercado de trabalho cada vez mais competitivo o profissional se via obrigado a explorar ao máximo suas habilidades e buscar sempre informações sobre as mudanças nos feitios que ocasionalmente ocorriam fora do país.

> Era usual nessa conjuntura o desenvolvimento de técnicas muito aprimoradas, que confirmavam profundas raízes e reminiscências dessa operosidade. Pelas características do trabalho, esses artesãos executavam todas as operações, conheciam os materiais e manuseavam instrumentos distintos. Os conhecimentos e habilidades adquiridos permitiam-lhes praticar o ofício na exatidão do termo. Os rituais de trabalho guardavam relações construídas ao

> longo de gerações. De outro lado, a especialização e a concorrência impunham modificações e alterações constantes no ofício. Na verdade, a trajetória do ofício da costura durante a primeira metade do século XX imbrica-se ao espetáculo da cidade em construção, onde costureiras e alfaiates, encorajados pelas oportunidades de trabalho, buscavam assegurar seu espaço profissional, algumas vezes ocupado nas condições mais precárias. Impunham-se a seu modo do trabalho, encarando-o como profissão, o que revelava um esforço permanente de inserção na cidade." (MALERONKA, 2007, p. 38).

Com o crescimento da população nas cidades, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, o procura por peças de vestuário mais acessíveis também cresceu ajudando a alavancar a produção de roupas no país. A partir de 1870, logo após a invenção da máquina de costura, foram introduzidas as primeiras indústrias de roupas em São Paulo.

O processo de industrialização propiciou um aumento na produção e a introdução de máquinas modernizou o procedimento de fabricação de roupas. Várias etapas, como o corte e a costura, passaram a serem feitos por menos trabalhadores, o que contribuiu para a diminuição do custo.

A contribuição de imigrantes no processo de industrialização no setor do vestuário, no Brasil, foi marcante, principalmente em São Paulo. Os sírios e libaneses chegaram no fim do século XIX, atraídos pelo crescimento industrial do país. Especializados no comércio, começaram a atuar nas ruas de maneira informal, "comercializando pequenas quantidades de mercadorias, os assim chamados turcos vendiam roupas, tecidos e quinquilharias." (MALERONKA, 2007, p.40).

Aos poucos os sírios e libaneses começaram a fabricar as roupas que vendiam e, por volta de 1940, segundo Maleronka (2007), tinham, em indústrias de roupas feitas, investimentos maiores do que os imigrantes de outras nacionalidades precedidos apenas pelos italianos no sul do país. Outra contribuição importante ocorreu por conta dos judeus: como muitos deles eram bons artesãos nos países de origem, ao se dedicarem à confecção e comercialização de roupas obtiveram sucesso. A ascensão comercial deles lhes possibilitou uma boa reputação, propiciando a instalação de pequenas empresas concentradas em São Paulo, principalmente no bairro Bom Retiro. O sucesso dos judeus deveu-se ao baixo custo de instalação das oficinas de costura e à vida

austera e laboriosa que eles levavam.

Segundo Maleronka (2007, p. 43), “no transcorrer das primeiras décadas do século XX, o desenvolvimento que impulsionava a indústria e o comércio de roupas resultava de novas demandas que exprimiam o desejo de uma grande parcela da população”.Neste período, inicia uma queda no consumo do sob medida, confeccionado pelos alfaiates e há uma gradual popularização do consumo de roupas feitas. A autora afirma que interessantíssimo testemunho sobre a expansão das atividades industriais ligadas à produção de roupas em São Paulo, foi registrado em artigo de 1946 com o título “Roupas feitas”. Referindo-se ao desenvolvimento das fábricas de roupas feitas, asseverava a publicação que, na década de 1940, elas se dividiam em dois grupos distintos. O primeiro dedicava-se à confecção em grande escala e situava-se particularmente no Bom Retiro, no bairro da Luz e em algumas regiões do Brás e da Mooca. Sua produção era de padrão popular, e seus artigos abasteciam a capital e o interior. No mesmo grupo incluía-se uma pequena indústria que possuía considerável peso no conjunto dos estabelecimentos.

O segundo grupo dedicava-se à confecção de artigos de luxo e localizava-se no centro da cidade, constituindo um setor relativamente novo e que oferecia grandes vantagens. Argumentava o texto que essa nascente indústria de roupas feitas procurava se ajustar a uma lógica de produção, a qual permitiria, no futuro bem próximo, produzir, de maneira uniforme, grandes quantidades de mercadorias, como já ocorria com o calçado. Observa-se, até esta época, uma grande influência de países europeus na moda brasileira, principalmente a França. Porém, após a Segunda Guerra Mundial, no final dos anos de 1940, os Estados Unidos ocuparam seu lugar, passando a ditar moda e comportamento no país. Com suas indústrias a todo vapor, os americanos começaram a impor uma moda com características próprias.

Na década de 1950 a moda jovem norte americana conquistou o mercado e, como afirma Joffily (1999), a calça jeans ganhou espaço impulsionada por Hollywood, pois compunha, ao lado de uma camiseta branca, o visual de astros como James Dean, Marlon Brando e Elvis Presley. A influência do cinema era tão grande que muitas pessoas iam assistir aos filmes munidas de papel e lápis para copiarem o figurino dos atores. No final dos anos 70, a moda masculina sob medida perdeu

espaço para a indústria de peças prontas desenvolvida nos Estados Unidos com o nome de *ready to wear.* Essa indústria conquistou grande parte da clientela pela rapidez e praticidade e pelos preços mais baixos oferecidos em seus produtos.

Porém, mesmo ao enfrentar a concorrência das roupas feitas em grande escala, o trabalho dos alfaiates sempre tentou garantir espaço com as encomendas de clientes fiéis, homens que fazem questão de usar ternos bem cortados, com caimento impecável. Entre os consumidores, altos executivos, banqueiros, advogados e políticos. No entanto, sem a reciclagem natural e a entrada de novos alfaiates, o segmento que é formado por profissionais com idade avançada está a beira a extinção, pois, trata-se também de uma atividade muitas vezes passada de pai para filho.

6 ALFAIATARIA EM JUIZ DE FORA

Na busca de retratar um pouco da alfaiataria na cidade de Juiz de Fora, três alfaiates que ainda estão atuando na profissão foram entrevistados. Apesar da tradição e do reconhecimento de seus serviços prestados, ambos reconhecem o desgaste da profissão. Após as entrevistas, constatamos que existem poucos profissionais atuando na cidade e a faixa etária é avançada, entre 60 e setenta anos. Não foram encontrados jovens na profissão e o cansaço e desânimo estão presentes em seu dia a dia. Também não houve presença de aprendizes em seus ateliês. A falta de aprendizes é um fator preocupante para a profissão, pois sinaliza uma provável tendência a extinção dela. Tal fato ocorre, na visão dos alfaiates entrevistados, por duas razões.

Primeiramente, não há interesse de jovens pelo ofício, a alfaiataria não é mais uma profissão atraente com boas perspectivas de futuro. Em segundo lugar, as atuais leis trabalhistas dificultam a contratação de menores para o aprendizado.

Antigamente, um adolescente com quatorze anos de idade podia ser contratado por uma empresa com um salário equivalente a metade do salário de sua categoria para aprender as tarefas correspondentes à profissão escolhida. Atualmente, um jovem só pode iniciar sua vida profissional aos dezesseis anos e, apesar de não conhecer o ofício ao qual se dispõe a trabalhar, recebe não menos que um salário mínimo. A falta de experiência desestimula sua contratação e dificulta sua entrada

no mercado de trabalho.

Durante a entrevista, os alfaiates demonstraram certo saudosismo por dias em que a profissão era prestigiada. As oficinas, hoje em dia, são comumente procuradas para consertos de peças prontas, como por exemplo, bainhas e pences, ou seja, pequenos ajustes, segundo eles essa se tornou uma alternativa para sobreviverem às novas demandas de mercado. As encomendas de peças novas como ternos, camisas e calças quase não existem mais. A facilidade em encontrar ternos e camisas prontas no comércio e o preço muito acessível atrapalharam muito os negócios. Porém, todos foram enfáticos ao defenderem a qualidade do trabalho de um alfaiate e mesmo que seu custo seja mais alto ainda existem pessoas que não trocam um terno talhado por um bom profissional por outro encontrado em lojas de roupas especializadas.

Na visão desses profissionais, a tecnologia absorvida pelas indústrias de confecção os tornou pouco competitivos e dificultou muito suas permanências no mercado, levando ao declínio da profissão. Um dos profissionais entrevistados executa um trabalho diferenciado com a produção de fardas para militares e bandeiras. Ele, ao contrário dos demais, parece não ter problemas com a falta de serviço, possui uma clientela fiel e crescente, porém mesmo assim não vê muito futuro para seu negócio. A falta de interesse por parte de seus filhos o desanima a dar continuidade.

Portanto, são diversos os motivos que levam a acreditar que a profissão dos alfaiates está prestes a acabar. Como um profissional que não se encontra mais atuando uma vez disse: “somos dinossauros a caminho da extinção”.

7 CONCLUSÃO

A alfaiataria é uma das profissões mais antigas que se tem notícia. Desde que o homem começou a se vestir, houve a necessidade de um profissional que lhe fizesse suas roupas. Observamos, com o caminhar da história, que o prestígio dos alfaiates sempre esteve relacionado ao se vestir bem. Uma pessoa bem vestida, com roupas bem talhadas representava uma boa colocação na sociedade, ou seja, suas roupas podiam ser o espelho de sua posição ocupada na sociedade.

Com o passar dos anos muita coisa na moda mudou como, por exemplo, a evolução dos trajes femininos e masculinos. Após a formação

de guildas de alfaiates femininos, posteriormente conhecidas como modistas, responsáveis pela confecção dos trajes femininos, a diferença entre a moda de ambos os sexos passou a se diferenciar muito. A moda feminina enveredou por um caminho mais criativo, enquanto a masculina, sempre mais austera, manteve seu ar conservador.

Mesmo sem muitas mudanças, havia uma moda masculina que era fortemente influenciada pelos ingleses (THOMPSON, 1988). A figura de George Bryan Brummel, um cavalheiro inglês que se tornou referência mundial com sua forma de vestir é um bom exemplo de tal influência. Os alfaiates ingleses se tornaram respeitados por todo mundo e fizeram do ofício uma profissão muito bem organizada. Porém, a partir de 1930, Braga (2007) afirma que os Estados Unidos passaram a dividir com a Europa o mercado da moda, principalmente com o sucesso de sua indústria cinematográfica e com a evolução da indústria do vestuário.

O grande ápice desta profissão ocorreu por volta dos anos de 1950, quando, segundo Lipovetsky (1989), cerca de 60% das pessoas se vestiam em costureiras e alfaiates. Porém, após os anos de 1960, a indústria da moda começou a apostar no prêt-a-porter investindo no desenvolvimento industrial. Até os grandes ateliês de alta costura franceses investiram nesse segmento e, em 1975, o sob medida não representava mais que dezoito por cento de seus negócios. Uma marca que divulgou o prêt-a-porter masculino pelo mundo foi a tradicionalíssima Pierre Cardin.

No Brasil os alfaiates vieram junto com os colonizadores, mas com a chegada de imigrantes sírios e libaneses, responsáveis pelo desenvolvimento da indústria de confecção, a alfaiataria iniciou seu declínio. Acompanhando a tendência mundial, as roupas sob medida foram perdendo mercado para as "prontas para vestir".

Durante as pesquisas, observou-se que a alfaiataria é hoje uma profissão desgastada, com poucos profissionais atuando no mercado. Seus profissionais são pessoas idosas e sem perspectivas de dar continuidade em seus negócios. Quase não existem escolas e os aprendizes, antiga maneira de se passar os conhecimentos do ofício, já não existem mais. Não se sabe ao certo o motivo pelo qual uma profissão outrora tão prestigiada, hoje não atrai mais profissionais. É certo que a concorrência com grandes marcas de indústrias de vestuário dificultam o mercado, criando uma concorrência forte. Porém, um terno talhado por

um alfaiate, feito com as medidas do cliente e com a qualidade que só um bom profissional conhece ainda tem seu lugar.

Portanto, resta perguntar se existe ou não mesmo lugar para o alfaiate nos dias atuais gera uma grande reflexão.

REFERÊNCIAS

BRAGA, João. **História da Moda**: uma narrativa. 5. ed. São Paulo: Anhembi Mourumbi, 2007.

BRASIL profissões. Disponível em: <http://www.brasilprofissoes.com.br/verprof.php?codigo=5> Acesso em: 17 maio 2013.

HOLLANDER, Anne. **O Sexo e as Roupas**: a evolução do traje moderno. Tradução: Alexandre TORT. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

JOFFILY, Ruth. **O Brasil tem estilo?** Rio de Janeiro: Senac Nacional, 1999.

LAVER, James. **A Roupa e a Moda**: uma história concisa. Tradução: Glória M. de Mello Carvalho. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LIPOVETSKY, Gilles. **O Império do Efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MALERONKA, Wanda. **Fazer roupa virou moda** – um figurino de ocupação da mulher (São Paulo 1929-1950). São Paulo: Senac, 2007.

MICHAELIS. **Moderno dicionario da lingua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos. 1998

THOMPSON, E.P. **A Formação da classe operária inglesa II**: a maldição de Adão. 2. ed. Rio de Janeiro: Oficinas da História, Paz e Terra, 1988.

Artigo recebido em: 02/4/2013
Aceito para publicação em: 03/7/2013

PSICOLOGIA

A era do narcisismo: aspectos da subjetividade contemporânea

*Fernando Moysés Gaio**
*André Moysés Gaio***

RESUMO

As várias transformações sofridas pelo corpo na história da humanidade, tanto em caráter biológico como social estão intimamente ligadas às culturas. Em tempos atuais, o corpo assume uma posição de grande importância e é considerado um veículo do ser no mundo marcante na sociedade contemporânea. Estamos assistindo a uma crescente glorificação do mesmo. Este culto ao corpo tem reorientado um conjunto de comportamentos na sociedade, imprimindo um novo estilo de vida. Reforçado pela mídia que multiplica estereótipos e o transforma em produto de consumo, temos assim, consequentemente, desencadeada a cultura do narcisismo na sociedade de consumo. O narcisismo é aqui abordado, desde o conceito da Psicanálise até a sua estrutura de personalidade atual. Um sujeito que vive hoje, frequentemente para si, desinteressado de passado e futuro e sua realidade é sua imagem: ele tem que aparecer, porém necessitando sempre do aval do outro.

Palavras-chave: Narcisismo. Corpo. Subjetividade. Sociedade de consumo.

ABSTRACT

The many changes suffered by the body in the history of humanity, in social and biological aspects, are closely attached to the cultural aspect. Nowadays, the body has assumed a position of great importance and it is considered a “vehicle of the being in the world”, remarkably in the contemporary society. We’ve been watching a growing glorification of it. This cult to the body has reorientated a set of behaviors in society which

*Mestrando em Psicologia pela UFJF, Pós-graduado em Desenvolvimento Humano pela UFJF e Graduado em Psicologia pelo CES/JF. nandogaio@hotmail.com

**Doutorado em História Social pela PUC-SP, Mestrado em Ciências Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais, Graduado em História pela UFJF e professor associado do departamento de Ciências Sociais da UFJF. Doutorado em História Social pela PUC-SP, Mestrado em Ciências Políticas pela UFMG, Graduado em História pela UFJF e professor associado do departamento de Ciências Sociais da UFJF. amgbr61@yahoo.com.br

results in a new life style. The mentioned cult is reinforced by the media that helps multiply stereotypes and turns the body into a merchandise. Thus, it is initiated the culture of narcissism in the society of consumption. Narcissism is addressed here from the Psychoanalysis concept up to its current structure of personality. An individual that lives only for today and only for himself/herself, uninterested in his/her past, future and reality is the image of narcissism: it has to show up, but it always needs the approval of others.
Keywords: Narcissism. Body. Subjectivity. Society of consumption.

1 INTRODUÇÃO

Entender os sentidos construídos para o corpo não é só entender o passado, o presente e o futuro. Se antes falávamos de corpo e alma e hoje falamos de corpo e cultura, corpo e sociedade ou até mesmo o corpo fruto e escravo da sociedade. Falamos da sociedade de consumo e da subjetividade de um indivíduo narcísico, centrado em si.

Em que cultura vivemos? É necessário admitirmos que exista um **mal-estar**[1] quando nos posicionamos em relação a nosso corpo e que "[...] todo mundo hoje se queixa de que o corpo não funciona a contento. Algo não está bem com o corpo, que se transforma na caixa de ressonância privilegiada do mal-estar" (BIRMAN, 2012, p. 69).

Temos hoje essa crescente supervalorização do corpo o que transforma as pessoas em escravos da própria aparência. Tudo isso amparado por tecnologias avançadas, pela medicina genética e infinitos produtos de beleza. Neste artigo, trazemos também a questão: como saber se nosso corpo é suficiente para tudo isso? Seriam estas exigências insaciáveis?

Estamos na pós-modernidade[2], na sociedade de consumo e na cultura do narcisismo e segundo Lasch (1983, p. 15) podemos associar o narcisista a uma pessoa também "[...] gananciosa, no sentido de que

1 O termo usado é grifo nosso: referência ao famoso texto de Freud - O mal-estar na civilização -, termo que sugere uma tensão deliberada em relação ao discurso pós-moderno.

2 Como conceito de pós-modernidade utilizamos a descrição de Jameson. F (1997, p. 27) de seu artigo 'O pós-modernismo e a sociedade de consumo': "é um conceito periodizante, cuja função é correlacionar a emergência de novos aspectos formais da cultura com a emergência de um novo tipo de vida social e com uma nova ordem econômica – aquilo que se chama, eufemisticamente, de modernização, sociedade pós-industrial ou de consumo, sociedade da mídia ou dos espetáculos, ou capitalismo multinacional".

seus desejos não tem limites, ele não acumula bens e provisões para o futuro, mas exige imediata gratificação e vive em estado de desejo, desassossegada e perpetuamente insatisfeito". É uma **estrutura de personalidade**[3], fruto específico de nossa cultura e de nosso atual contexto social, que é feita e pensada em alicerces de ideologias terapêuticas, de proliferação de imagens, de racionalização da vida interior, do culto ao consumo e de mudanças na vida familiar.

É preciso mostrar-nos, a aparência é o que importa. Precisamos nos mostrar mais jovens, mais belos, passando-se por emocionalmente perturbada uma pessoa que negligencie sua aparência.

A imagem é condição necessária para o espetáculo na cena social, pois é nela que ele tem a possibilidade da sedução e do fascínio narcísico. Sem ela o outro não lhe dá o aval de sua beleza e é nela onde ele vê o mundo como um grande espelho. 'Sorria, você está sendo filmado', sem surpresas para essa invasão de imagens e desse outro olho que tudo vê, faz com que deixemos já pronto o nosso perfil que mais nos agrada, para mais esse *zoom* que invade e não nos deixa uma outra escolha.

Assistimos a um enfraquecimento do tempo histórico, o que faz com que viver para o momento seja uma paixão predominante. Lasch (1983, p. 25) reforça a respeito do tema: "estamos rapidamente perdendo o sentido de continuidade histórica, o senso de pertencermos a uma sucessão de gerações que se originaram no passado e que se prolongarão no futuro".

Referindo-nos ao futuro, este artigo aborda outro grande problema dessa cultura do narcisismo, o medo de envelhecer. Nossa sociedade reduz as oportunidades para os mais velhos, porque desvaloriza a experiência e privilegia a força física, reforçando o culto à juventude e enfraquecendo assim a posição dos que não são mais jovens. Para o indivíduo narcisista, a ideia de ser substituído e até a ideia de morte torna-se insuportável e assim se tenta evitar a velhice e procura-se prolongar a vida através dos milagres prometidos pela medicina, tentando-se assim, adiar a passagem pela decadência física.

Se, por um lado, os avanços da ciência trouxeram uma melhor qualidade de vida, por outro lado, estamos sendo empurrados a procedimentos e condutas que nos impõem a obrigação de não adoecer, não envelhecer e não sofrer.

3 Grifo nosso.

2 O CORPO NA HISTÓRIA

São os corpos elementos de glorificação e de interesse do estado; são corpos valorizados por sua capacidade atlética, sua saúde e fertilidade; são corpos preparados para a guerra; é o corpo e a alma; são corpos proibidos; corpos culpados, perversos e necessitados de purificação; são corpos desejados e prontos para os prazeres da carne; o corpo sadio, livre de vícios e doenças, o corpo masculino e o corpo feminino, corpo com valor de uso e de troca, o corpo do outro e o meu corpo, o corpo moderno e o corpo pós-moderno e quantos corpos ainda existirão?

O corpo sempre foi objeto de curiosidade por ser uma estrutura misteriosa, pois sempre assumiu significados diferentes ao longo da história. Este fato fez com que cada área do conhecimento humano apresentasse possíveis definições para o corpo como objeto de estudo.

O corpo humano, além de seu caráter biológico, é afetado pela religião, grupo familiar, classe, cultura e outras variáveis sociais. O mesmo cumpre uma função ideológica, isto é, a aparência funciona como garantia ou não da integridade da pessoa, em termos de grau de proximidade ou de afastamento em relação ao conjunto de atributos que caracterizam a imagem dos indivíduos em termo de espectro das tipificações (RODRIGUES, 1983).

Cada cultura busca uma padronização própria dos corpos e comportamentos, a fim de criar parâmetros identitários, por exemplo: de acordo com Siebert (1995) e Rosário (2004), o corpo, na Grécia antiga, era visto como elemento de glorificação e de interesse do estado. O corpo era valorizado pela sua capacidade atlética, sua saúde e fertilidade; na Idade Média, toda e qualquer preocupação com o corpo era proibida. A influência da Igreja era grande, extinguindo até os jogos olímpicos. Evidencia-se a separação do corpo e da alma, prevalecendo a força da segunda sobre a primeira. Segundo Rosário (2004), o bom da alma estava acima dos desejos e prazeres da carne e, portanto, acima dos aspectos materiais. O corpo tornou-se culpado, perverso e necessitado de purificação. Incentivo ao autoflagelo, enforcamentos, apedrejamentos e execuções em praça pública. De acordo com Siebert (1995), os dados encontrados na Idade média, quanto à cultura corporal, são de acentuado desprestígio; no Período Renascentista, a concepção de corpo, diferiu das anteriores, pois começa haver preocupação com

a liberdade do ser humano O trabalho artesão e a realização terrena passaram a ser valorizadas, juntamente com o pensamento científico e o estudo do corpo. Aconteceu a redescoberta do corpo, principalmente do que diz respeito às artes, onde o corpo nu aparece como destaque por pintores como Michelangelo, Da Vinci, entre outros (SIEBERT, 1995; ROSÁRIO, 2004).

Já na modernidade, a homogeneização esta vinculada à lógica de mercado, onde existe uma busca incessante pela lucratividade. O corpo humano, dessa maneira, vira mercadoria, sujeitando-se a modelos e leis. Por exemplo, o discurso que ouvimos hoje em dia sobre a saúde nada mais é que uma dessas normas impostas de modo a potencializar as capacidades humanas. Um corpo sadio, livre de vícios e doenças, é um corpo eficaz.

Como afirma Santos (1990, p. 53-54): "o corpo passa a ser vivenciado, na condição de valor de uso e valor de troca como mercadoria. 'Investir' no corpo é majorar o seu valor de troca, é colocá-lo em melhores condições para a aferição de lucros no mercado dos bens simbólicos".

Para muitos pensadores como Gregor Mendel, Willhelm Johannsen, William Bateson entre outros do final do século XIX, o corpo era explicado por fenômenos biológicos, um feixe de mecanismos. "O século XX restaurou e aprofundou a questão da carne, isto é, do corpo animado" (MERLEAU-PONTY, 2008, p. 287). Ainda, conforme Merleau-Ponty (1996, p.122), "[...] o corpo é o veículo do ser no mundo, e ter um corpo é, para um ser vivo, juntar-se a um meio definido, confundir-se com certos projetos e empenhar-se continuamente neles".

Segundo Courtine (2008, p. 07):

> O século XX é que inventou teoricamente o corpo. Essa invenção surgiu em primeiro lugar da psicanálise, a partir do momento que Freud, observando a exibição dos corpos que Charcot mostrava na Salpêtriére, decifrou a histeria de conversão e compreendeu o que iria constituir o enunciado essencial de muitas interrogações que virão depois: o inconsciente fala através do corpo.

Freud em seu texto *A pulsão e seus destinos* (1915) nos diz: "pulsão é o representante psíquico dos estímulos que se originam dentro do organismo e alcançam a mente, como uma medida da exigência feita

à mente no sentido de trabalhar em consequência de sua ligação com o corpo" (FREUD, 1996, p. 127).

Nas décadas de 1950 e 1960, com a Revolução Cultural, a sexualidade assume uma esfera pública, não sendo mais considerada uma doença, mas parte integrante das sensibilidades humanas. Essa revolução se dá, em grande parte, pelas inovações na psicologia realizadas por Freud. Inovações estas que se iniciam a "partir do momento em que ele observando a exibição dos corpos que Charcot mostrava na Salpêntriere, decifrou a histeria de conversão e compreendeu o que iria constituir o enunciado essencial de muitas interrogações que viriam depois: o inconsciente fala através do corpo" (COURTINE, 2008, p. 7).

No século XX, o ser humano fica cada vez mais atrelado à técnica e à tecnologia. Deposita sua felicidade na busca do progresso; sendo assim, os corpos precisam trabalhar para concretizar essa verdade. Com a busca da produção, homens e mulheres tentam se adaptar como indivíduos ao grupo social, precisando, inúmeras vezes, desistir de sua liberdade de ação e expressividade.

Na segunda metade do século XX, surgem os sexólogos e com eles novas formas de ver o orgasmo feminino e de encarar outros assuntos referentes ao campo sexual, como a masturbação, não sendo mais considerada como um pecado, mas sim, como parte integrante da realidade biológica do ser humano.

Referindo-se ao corpo sexuado, ou seja, a um corpo com diversidades e representação social, Sohn (2008, p. 109) afirma:

> [...] nunca, antes do século XX, o corpo sexuado fora objeto de cuidados tão atenciosos. Cada um o exibe, o corpo está onipresente no espaço visual, ocupa igualmente um papel sempre maior nas representações tanto científicas quanto midiáticas. Chegou mesmo a se tornar um desafio médico e comercial. Liberdade de um lado e exigência de transparência do outro envolvem agora o dia-a-dia do corpo sexuado.

Segundo Goldenberg (2002), o culto ao corpo ganhou uma dimensão social inédita e entrou na era das massas. A difusão

generalizada das normas e imagens, a profissionalização do ideal estético e a grande preocupação com os cuidados com o rosto e com o corpo.

Cada indivíduo é considerado responsável (e culpado) por sua juventude, beleza e saúde. O corpo torna-se também capital, cercado de enormes investimentos (de tempo, dinheiro, entre outros), a obsessão com a magreza, a multiplicação dos regimes e atividades de modelagem do corpo, a disseminação da lipoaspiração, dos implantes de próteses de silicone nos seios, de botox para atenuar as marcas de expressão, testemunham o poder normatizador dos modelos cada vez mais acentuados na atualidade.

O corpo ocidental encontra-se em plena metamorfose. Não se trata mais de aceitá-lo como ele é, mas sim de corrigi-lo, transformá-lo e reconstruí-lo. O indivíduo contemporâneo busca em seu corpo uma verdade sobre si mesmo que a sociedade não consegue mais lhe proporcionar. Assim, na falta de realizar-se em sua própria existência, este indivíduo procura hoje realizar-se através do seu corpo. Ao mudá-lo, ele busca transformar sua relação com o mundo, multiplicando os seus personagens sociais.

Estamos assistindo neste início de século XXI a uma crescente glorificação do corpo, sua exibição pública é cada vez maior, deixando transparecer o que antes era escondido e, aparentemente, mais controlado. Assim, os indivíduos fazem quase tudo para manter seu corpo dentro dos modelos construídos e dominantes, como aponta Rosário (2004). Está aberto o espaço para uma indústria do corpo; a matéria física precisa entrar numa linha de produção que inclui ginástica, musculação, regimes alimentares, tratamentos estéticos, tratamentos de saúde, consumo da moda e de bens.

"Uma vez que desenvolver o corpo vem se tornando um dever, a sociedade estabelece os padrões para uma forma desejável e, como tal, aprovada, em relação á qual cada corpo deve atuar para se aproximar daqueles padrões" (BAUMAN; MAY, 2010, p. 157).

O corpo virou objeto de consumo e totalmente fragmentado. O culto ao corpo ganha uma dimensão social inédita, cercado de enormes investimentos. O corpo se apresenta como um sucesso pessoal.

Como vimos, não há sociedade que não modifique de alguma forma o corpo de seus membros, cada uma especializando-se na

produção de tipos de corpos, os quais servirão como insígnias da identidade grupal, nos quais o corpo biológico trabalhará como matéria sociológica.

A respeito de todas estas mudanças, Bauman e May (2010, p. 159) nos trazem uma reflexão:

> Mas apesar de tantos cuidados e atenção devotados ao corpo, como saber se eles são suficientes? As fontes de ansiedade que nos levam a essas preocupações não desaparecerão, pois derivam de algo externo á relação com nossos corpos - as sociedades que vivemos. As razões para a busca de abrigo estarão sempre conosco, e, assim, as exigências podem ser insaciáveis.

3 NARCISISMO

O olhar narcísico é aquele que acredita que nada existe de melhor à sua volta a não ser sua própria imagem refletida.

Os sujeitos narcisistas ficam agarrados à própria imagem; são incapazes de distinguir entre uma imagem do que se imaginam ser do que realmente são. Eles se identificam com uma imagem idealizada; assim a imagem real se perde. Para eles, a auto-imagem real é inaceitável. Há uma diferença entre o *self*[4] e sua imagem, tal como a pessoa e o reflexo num espelho. Assim, Narciso não estava apaixonado por si mesmo, mas por sua imagem que assumiu uma identidade independente. Os narcisistas amam a sua imagem, e não o seu verdadeiro *self.*

Freud no texto intitulado *Sobre o narcisismo: uma introdução*, de 1914, inicia utilizando o termo "narcisismo" a partir de um conceito de Paul Nacke para designar a conduta: "a atitude de uma pessoa que trata seu próprio corpo da mesma forma pela qual o corpo de um objeto sexual é comumente tratado – que o contempla, vale dizer, o afaga e o acaricia até obter satisfação completa através dessas atividades" E conclui: "desenvolvido até esse grau, o narcisismo passa a significar uma perversão que absorveu a totalidade da vida sexual do indivíduo, exibindo, consequentemente, as características que esperamos encontrar no estudo de todas as perversões" (FREUD, 1996, p. 89).

"Os indivíduos narcisistas vêem o corpo como um instrumento da mente, submetido à vontade deles. Eles agem unicamente de acordo

4 Neste artigo entende-se por *self* aquilo que define a pessoa na sua individualidade e subjetividade, isto é, a sua essência.

com suas imagens, sem sentimentos. Aliás, essa é a característica principal do narcisismo: negação do sentimento." (LOWEN, 1993, p.25). A própria imagem é a negação dos sentimentos da pessoa. Ao identificar-se com uma imagem grandiosa, a pessoa pode ignorar a dor de sua realidade interior. A imagem é também um modo de assegurar a aceitação por parte dos outros, um modo de seduzi-los e ganhar poder sobre eles.

Na visão de Costa (2004, p. 86), o conflito entre imagem corporal e esquema corporal concerne à expressão autoplástica do corpo; a competição entre as imagens pelo investimento egóico, a escolha dos objetos necessários à relação do eu com o mundo. Conclui: "O sujeito, assegurado de que seu sofrimento será acolhido em um discurso outro que não o dos sentimentos, investe em seu corpo de outra maneira".

O que vale é a imagem, a aparência. Temos um ideal de beleza do corpo, que deve ser alcançado a qualquer preço e pagamos caro por isso. O outro perde importância nas relações sociais, empobrecendo-as, pois perdem o interesse, a vida interior e a troca de experiências; no entanto algumas pessoas não alcançam o ideal de perfeição, de beleza e obtenção de prazer - tão almejado e também tão cobrado socialmente. Essas pessoas tornam-se depositárias de angústias e adoecem.

Temos hoje um novo contexto social narcisista, com uma relevante fragmentação da subjetividade, ou seja, um indivíduo com uma multiplicidade de identidades que privilegia o eu. Assim, o individualismo é dado como centramento absoluto do sujeito, impedindo-o de admirar o outro em sua diferença radical já que não consegue descentrar-se de si mesmo.

Vários autores destacam este exagero narcísico dos dias de hoje, chamados também de pós-modernidade, e alertam que este autocentramento do sujeito atingiu limiares impressionantes e espetaculares. Sobre isto, Birman (2000, p. 166) afirma:

> Se o compararmos com os momentos anteriores da história do Ocidente quando se instituiu e se reproduziu a visão individualista de mundo. Partindo do pressuposto desta, o individualismo, como autocentramento absoluto do sujeito, atingiu seu cume e limiares até então impensáveis. Nas condições atuais daquele, a alteridade tende ao apagamento e quase ao silêncio na economia do sujeito. Nesse contexto, o autocentramento, aliado

> à inexistência de história e ao desaparecimento da alteridade como valor, foi considerado por Lasch como traço fundamental da cultura do narcisismo.

O mesmo Birman (2000) compartilha a ideia de que, para este narcisista, o que importa atualmente é a pontualidade do momento. Sendo assim, a memória tende a perder-se justamente pela ênfase dada ao presente e o futuro, da mesma forma se estreita e o sujeito perde a dimensão do que está por vir.

O principal sinal da tendência narcisista de nossa cultura é o fato de as pessoas terem se tornado muito envolvidas com sua imagem. A preocupação atual com o corpo reflete uma atitude narcisista, visto que, na maioria das vezes, trata-se de uma questão estética.

Muitas pessoas consomem considerável tempo e dinheiro escolhendo roupas que criarão a espécie de imagem que se desejam projetar. Elas acreditam que a aparência é tão importante que selecionam cuidadosamente aquilo que possa proporcionar uma aparência mais favorável. Procura-se parecer mais jovem, mais belo, mais sofisticado, etc. Algumas pessoas recorrem até as cirurgias plásticas para conseguir alcançar a aparência ideal. Essa preocupação com a aparência constitui parte tão integrante do nosso modo de vida que poderemos até considerar emocionalmente perturbada uma pessoa que negligencie sua aparência.

Segundo Costa (2004, p. 192): “o interesse pelo corpo exacerbou a atenção dos indivíduos para com a sensorialidade e a superexploração dessa faceta da experiência corporal vem sendo acompanhada de efeitos físicos, mentais e sócio-culturais inusitados”.

> Qualquer comentário sobre hábitos alimentares, por exemplo, desencadeia, em geral, uma tagarela, bizarra e infantilizada competição sobre quem faz mais exercícios; quem come menos gordura; quem é capaz de perder mais quilos em menos tempo; quem deixou de fumar há mais tempo; quem ingere mais vegetais, alimentos e fármacos naturais etc. Em paralelo a isto, todo consumo de comidas com alto teor calórico é precedida de verdadeiros atos de contrição e rituais preventivos de expiação da falta a ser cometida. Os que não aceitam jogar o jogo são vistos como problemáticos, do ponto de vista emocional, já que se entregam, sem escrúpulos, à autodestruição física e moral. Afinal, pensamos,

> sem a boa forma, não teremos oportunidade alguma de ser *vencedores* [5]. O mal do século é o mal do corpo (COSTA, 2004, p. 199).

Para Bauman (2010, p. 76), o indivíduo faz de si mesmo uma mercadoria vendável e observa:

> *Os membros da sociedade de consumo são eles próprios mercadorias de consumo*, e é a qualidade de ser uma mercadoria de consumo que os torna membros autênticos dessa sociedade. Tornar-se e continuar sendo uma mercadoria vendável é o mais poderoso motivo de preocupação do consumidor, mesmo que em geral latente e quase nunca consciente.

Nessa perspectiva, Lasch (1984) considera que a cultura organizada em torno do consumo de massa estimula o narcisismo – que podemos definir, para o momento, como a disposição de ver o mundo como um espelho; mais particularmente como uma projeção dos próprios medos e desejos – não porque torna as pessoas gananciosas e agressivas, mas porque as torna frágeis e dependentes.

Segundo Baudrillard (1995), é na sociedade do consumo que o teatro de horrores da Indústria Cultural produz suas monstruosidades deformadas de pseudo individuações, forjadas a partir da não diferenciação de objetos de consumo e de seres humanos.

Conforme afirma Birman (2000, p. 167), nesse contexto, a mídia se destaca como instrumento fundamental para que se forje o polimento exaltado de si mesmo pelo indivíduo que se esmera então para estar sempre presente nos meios de comunicação de massa, em jornais ou televisão.

> A *cultura da imagem*[6] é o correlato essencial da estetização do eu, na medida em que a produção do brilhareco social se realiza fundamentalmente pelo esmero desmedido na constituição da imagem pela individualidade. Instituindo-se assim a hegemonia da aparência, que define o critério fundamental do ser e da existência em sua evanescência brilhosa. Na cultura da estetização do eu, o sujeito vale pelo que parece ser, mediante as imagens produzidas para se apresentar na cena social, lambuzado pela brilhantina eletrônica.

5 Grifo do autor.
6 Grifo nosso.

Nesta proliferação de imagens registradas, nosso senso de realidade é alterado. Hoje a realidade torna-se uma imagem e as imagens tornam-se realidade; a unidade que falta à vida recupera-se no plano da imagem. Enquanto antes as pessoas buscavam 'ter' as coisas, hoje elas querem 'aparecer'.

De acordo com Birman (2000, p. 188), nessa medida, o sujeito é regulado pela performatividade mediante a qual compõe os gestos voltados para a sedução do outro e diz que este é apenas um objeto predatório para o gozo daquele e para o enaltecimento do eu.

O autor ainda acrescenta: "a imagem é a condição de possibilidade da sedução e do fascínio, sem a qual o ideal de captura do outro não pode jamais se realizar nesse festim diabólico de exibicionismo".

O mundo irreal da tela substitui, por algum tempo, o mundo real de sentimentos e relações pessoais. Isso demonstra que as pessoas buscam uma fuga, algo para esquecer-se de seus problemas e aflições. Elas estabelecem contato com o mundo apenas através dos meios de comunicação. Ninguém pode verificar nada pessoalmente. Ao contrário, temos de confiar em imagens e, como se não bastasse, imagens que outros escolheram.

Assim, na lógica do espetáculo, só é bom aquilo que aparece, que tem destaque. A imagem é uma abstração do real e o seu predomínio, isto é, o espetáculo, significa um "tornar-se abstrato" do mundo.

A sociedade pós-moderna é caracterizada pela ausência de limites. Os limites derivam da estrutura. Conhecendo a estrutura de um objeto, podemos determinar os limites de sua possível ação. Sem limites, as pessoas perdem as noções de si mesmas como indivíduos responsáveis. Cada um, por si mesmo, é outro narcisista, não só porque nega as necessidades do outro, mas por negar também as necessidades do *self.*

A cultura atual impõe relativamente menos restrições ao comportamento, encorajando, inclusive, a 'transformação em atos' de impulsos sexuais em nome da liberação, minimizando a importância dos sentimentos. O resultado é o narcisismo. No passado, era enfatizado o amor sem sexo ao passo que a cultura atual enfatiza o sexo sem amor. Parece que o ser humano já não consegue mais se relacionar, nem amar de verdade. Bauman (2004, p. 46) reflete sobre a natureza desse amor e sua exigência:

> Com efeito, é suficiente perguntar "por que devo fazer isso? Que benefício me trará?" para sentir o absurdo da exigência de amar o próximo — qualquer próximo — simplesmente por ser um próximo. Se eu amo alguém, ela ou ele deve ter merecido de alguma forma... "Eles o merecem se são tão parecidos comigo de tantas maneiras importantes que neles posso amar a mim mesmo; e se são tão mais perfeitos do que eu que posso amar neles o ideal de mim mesmo... Mas, se ele é um estranho para mim e se não pode me atrair por qualquer valor próprio ou significação que possa ter adquirido para a minha vida emocional, será difícil amá-lo."

O sexo realmente se banalizou, virou uma mercadoria entre outras. O homem contemporâneo trata o desejo sexual, de certa forma, como simples atividade corporal.

Lasch (1983, p. 60) nos diz ainda que "[...] o narcisismo veio a ser reconhecido como um importante elemento nas chamadas desordens do caráter, que absorveram muito da atenção clínica, antes dada à histeria e às neuroses obsessivas." Conclui dizendo que o narcisista é um candidato maduro para a análise interminável.

A cultura do narcisismo impõe ao processo de envelhecimento uma dificuldade maior, ou seja, a necessidade de se viver eternamente a juventude. Sobre isto Lasch (1983, p. 254), escreve:

> O problema da velhice permanece não tratável por outra razão. Ele possui uma dimensão psicológica, assim como uma dimensão social e biológica. A mudança social manifesta-se, tanto interna como externamente, em percepções, hábitos mentais e associações inconscientes em mutação. Se nossa época tem um horror à velhice e à morte, este horror deve originar-se em alguma predisposição interior. Ele deve refletir não somente mudanças objetivas na posição social dos mais velhos, mas experiências subjetivas, que tornam intolerável a perspectiva da velhice. O medo da velhice pode originar-se na estimativa racional, realista, do que acontece com as pessoas idosas na sociedade industrial adiantada; mas tem suas raízes no pânico irracional. O sinal mais óbvio deste pânico é que ele surge nas vidas das pessoas muito prematuramente. Homens e mulheres começam a temer a velhice antes mesmo de chegar à meia-idade. A chamada crise da meia-idade apresenta-se como uma compreensão de que a velhice assoma à nossa porta.

A cultura, enquanto campo de ação para o sujeito e como construtora de significado, aponta para esta complexidade em diferentes dimensões que permeiam o processo de envelhecimento em nossa sociedade. O que está por trás dessa aversão ao processo de envelhecimento, que está se tornando cada vez mais comum em nossa sociedade. Sobre esta questão, Lasch (1983, p. 253) escreve:

> Obviamente, os homens sempre temeram a morte e desejaram viver eternamente. Todavia, o medo da morte assume uma nova intensidade em uma sociedade que se privou da religião e demonstra pouco interesse pela posteridade. A velhice inspira, além do mais, apreensão, não só porque represente o início da morte, mas porque a condição das pessoas idosas tem-se deteriorado objetivamente nos tempos modernos.

Nossa sociedade, notoriamente, encontra pouca oportunidade para os mais velhos, porque desvaloriza a experiência, o que, segundo Lasch (1988), acontece "[...] porque se dá muito valor à força física, destreza, adaptabilidade e à capacidade de surgir com novas idéias, visto que a sociedade define a produtividade em que praticamente excluem os cidadãos mais velhos". O conhecido culto da juventude então enfraquece ainda mais a posição dos que não são mais jovens.

O indivíduo observa no cotidiano, ao se olhar no espelho, que representa o olhar do outro e os valores da cultura, as marcas do tempo e muitas vezes percebe esta situação como apavorante e ameaçadora. Devido às mudanças corporais que acontecem nessa etapa da vida, vão causar uma desvalorização da imagem idealizada de si, que dá lugar à angústia de um corpo em transformação.

A discordância entre a imagem inconsciente do corpo e a imagem revelada pelo espelho provoca uma negação da passagem inexorável do tempo; é necessário primeiro desinvestir a imagem da juventude, o que provoca um profundo desprazer e um estado de tensão que leva o psiquismo a procurar uma nova representação do corpo. Contrapõe, ainda, o esforço narcísico que busca ludibriar a morte, transformando o homem em um 'deus da prótese' ou seja, apontando seu caráter de engodo, sua astúcia sedutora e enganosa, ao mal-estar próprio do desejo.

Temos, de um lado, o corpo natural, que é resultado do processo

evolutivo e que corresponde a um ciclo biológico, mediante o qual nascemos, desenvolvemos, adoecemos, envelhecemos e morremos, e de outro, o corpo simbólico que resulta das construções sociais, cuja imagem ideal é a da saúde e beleza associada à juventude.

Alguns dos paradigmas que estão em voga, hoje em dia, são, por exemplo, modelo de corpo, eterna juventude, corpo atlético, portanto, o velho não se encaixa, além disso, não produz, molesta. Hoje vemos que o narcisismo emerge como forma típica de estrutura de caráter em uma sociedade que perdeu o interesse pelo futuro. O pensamento de sermos substituídos e até de morrermos, torna-se insuportável e assim tentamos abolir a velhice e procuramos prolongar a vida com uma imagem "jovem".

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se importante destacar que o corpo se tornou o valor mais importante da vida. Na 'Cultura do Narcisismo'[7], a exibição é o tema essencial da existência onde a performance e a glorificação do eu são a razão de ser do indivíduo. Assim, este vale pelo que parece ser, é a sua aparência que o insere na cena social.

Temos uma ciência que nos promete verdadeiros milagres para uma mudança radical em tudo aquilo que achamos imperfeito em nosso corpo. O que se é herdado geneticamente, se não agrada, pode ser cancelado, deixando uma parte de nossa história para atrás. Para que se importar com o passado, visto que até a nostalgia virou mercadoria comercial. Conforme a sociedade de consumo rotula seus produtos de consumo com prazos de validade, nossos corpos, caso não exibam o padrão a ser seguido, estaríamos também, fadados à ter nosso prazo de validade. O fim da juventude significaria o fim da nossa possibilidade dar alguma coisa em prol desta sociedade, parece ser uma morte antecipada.

A ausência de limites, também uma característica dessa atual sociedade, destitui a responsabilidade das pessoas, fazem-nas perder a noção de si mesmas, pessoas sem crenças e ávidas de novos prazeres sensoriais.

Hoje vemos que é cada vez mais difícil conquistar amizades duradouras e profundas, casos de amor e casamentos, à medida que a

7 Termo criado por Chistopher Lasch.

vida social se torna cada vez mais hostil. Vivemos em um mundo onde o encontro amoroso fracassa antes mesmo de se insinuar como tal porque as relações intersubjetivas estão em ruínas. Falta disposição interna para escutar, refletir, construir junto um pensamento compartilhado, produto de um encontro.

O comportamento narcísico que podemos ver em diversos cenários da vida pública e privada ganha destaque nos meios de comunicação. Nessa proliferação de imagens, nosso senso de realidade é alterado. A mídia intensifica os sonhos de fama e glória, encoraja o homem comum a identificar-se com as estrelas.

Ao passo que vemos também um mundo de pessoas voltadas para si mesmas, encantadas consigo mesmas. A queixa comum é o sentir-se só, mesmo que acompanhado. No modo subjetivo destes tempos, o encontro amoroso fica na fantasia. A falta de relações intersubjetivas autênticas impossibilita experiências na vida, que são imprescindíveis para a felicidade do eu.

Se os valores da nossa cultura atual estão na base dessa contínua construção/reconstrução de sujeitos superficiais e enfraquecidos, sem a verve necessária para esse experimento humano essencial e profundo, uma cultura que abastece, mas não compreende a dor da depressão. Uma dor que remete às profundezas, ou a uma condição em que é difícil se reinventar. Resta-nos uma imensa dúvida se a sociedade pode frear este processo, dar um passo atrás.

Vemos hoje que o que se diz ao homem comum é que ele só tem saída se vier a compactuar com a moda e a tudo que ela diz ser belo e verdadeiro. Diante de uma realidade natural esmagadora, vive-se alternadamente como absolutamente impotente ou onipotente.

A realidade que vemos diluída nas imagens leva os indivíduos a crer em uma verdade incontestável, em tudo o que se vê em jornais, revistas, filmes e televisão. O verdadeiro não é aquilo que é, mas o que aqueles que fomentam a 'Sociedade do Espetáculo'[8] decidem o que deve ser visto.

Para pensarmos em novas perspectivas de convivência social e mudança de alguns valores culturais, necessitamos de uma recuperação da dignidade ética e uma revalorização das singularidades físicas, para que, futuramente, os indivíduos que vêem o mundo pelas lentes

8 Termo usado com referência à obra de mesmo nome de Guy Debord.

do espetáculo não se contentem somente em imitar seus modelos de sucesso.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo.** Rio de Janeiro: Elfos, 1995.

BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **O sujeito na contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

COSTA, Jurandir Freire. **O vestígio e a aura**: corpo e consumismo na moral do espetáculo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

COURTINE, Jean-Jacques. Introdução. In: COURTINE, Jean-Jacques (Org.). **História do Corpo** – As Mutações do Olhar - O Século XX. 2. ed. v. III. Petrópolis: Vozes, 2008.

FREUD, Sigmund. Sobre o narcisismo: uma introdução. In: _____. **Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1915). Instinto e suas Vicissitudes. In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas**. v. XIV Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1930 [1929]). O mal estar na civilização. In: _____ . **Edição Standard brasileira das obras psicológicas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago 1996. Vol. XXI

GOLDENBERG, Mirian; RAMOS, Marcelo S. A civilização das formas: o corpo com valor. In: GOLDENBERG, Mirian (Org.). **Nu e vestido** - dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002.

JAMESON, Frederic. O Pós-modernismo e a Sociedade de Consumo. In: KAPLAN, E. Ann (Org.) **O mal-estar no Pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

LASCH, Christopher. **A cultura do narcisismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

_____. **O mínimo eu** – sobrevivência psiquiátrica em tempos difíceis. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LOWEN, Alexander. **Narcisismo** – Negação do verdadeiro self. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. Signes. História do Corpo. In: COURTINE, Jean-Jacques (Org.). **História do corpo**: As Mutações do olhar - O século XX. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. v. III

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu do Corpo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

ROSÁRIO, Nísia Martins. **Mundo contemporâneo**: corpo em metamorfose. 2004. Disponível em: <http://www.comunica.unisinos.br/semiotica/nisia_semiotica/ conteudos/corpo.htm.> Acesso em: 18 dez. 2012.

SANTOS, Francisco José A. dos. Considerações sobre a "corpolatria". **Motrivivência**, v. 3, n. 3, 1990. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/motrivivencia- 1990 -n3/>. Acesso em: 03 jan. 2013.

SIEBERT, Raquel S. As relações de saber-poder sobre o corpo. In: ROMERO, Elaine (Org.). **Corpo, Mulher e Sociedade**. Campinas: Papirus, 1995. p. 15-42.

SOHN, Anne-Marie. O corpo sexuado. In: COURTINE, Jean-Jacques (Org.). **As Mutações do olhar**: O século XX. 2. ed. v. III. Petrópolis: Vozes, 2008.

Artigo recebido em: 07/3/2013
Aceito para publicação em: 05/8/2013

Hermenêutica, psicanálise e o movimento da cultura contemporânea

*Dulce Duarte Lopes**

RESUMO

A existência humana é complexa o suficiente para ser retratada de maneira genérica. Uma vez que o seu representante precisa ser encontrado em sua pluralidade e analisado nas perspectivas psicológica, psicanalítica e cultural, apresentam-se como ferramentas que propiciam a disposição de uma interlocução acerca do sujeito humano. Assim, o espaço entre a Hermenêutica e a Psicanálise bem como a cultura contemporânea possibilitam esse movimento. Portanto, é preciso mencionar que o homem, em sua existência, é um Ser de falta, e o conhecimento oriundo disso torna-se inevitável o conflito interno. Com isso, pretende-se salientar que o sujeito é levado a se compreender para ser capaz de se possuir, transformar-se, alcançar-se, superar-se e se libertar. A psicanálise proporciona, nesse sentido, a interpretação desse ser que deseja e age em função da realização, da transcendência e, motivado pela morte, é capaz de se revoltar e afirmar o valor da vida.

PALAVRAS-CHAVE: Hermenêutica. Psicanálise. Cultura. Homem.

ABSTRACT

Human life is complex enough to be portrayed in a generic way. Once the agent must be found in its plurality and analyzed as it, the psychological instances, psychoanalytic and cultural, they are presented as tools that allow the provision of a dialogue about the human subject. This way, the space between the Hermeneutics and Psychoanalysis and contemporary culture allow this movement. Therefore, we must mention that the man in his unique and plural conndition is a being of frustation. However, conflicts are exactly that form. The knowledge from it becomes inevitable internal conflict. This is intended to emphasize that the subject is led to understand to be able to have, become, achieve, overcome and be free. Psychoanalysis provides in this sense the interpretation of this man that whises and act on the basis of achievement, of transcendence, motivated by death is able to rebel and assert the value of life.

KEYWORDS: Herrmeneutics. Psychoanalysis. Culture. Man.

* Mestre em Psicologia pelo CES/JF. Professora do CES/JF. dulce.duartelopes@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma proposta de diálogo entre a psicanálise e hermenêutica motivado por inquietações acerca do sujeito humano. Mas que sujeito? Não parece possível falar de um ente que represente a existência humana de forma genérica. Para tanto, é necessário localizá-lo, de tal forma que para falar dele sejam utilizados recursos da sua dimensão psicológica, psicanalítica e filosófica. A Filosofia de Paul Ricoeur (1991) discorre sobre o homem, sobretudo, enquanto sujeito ético da ação. O sujeito de desejo que deve ter autoria de sua vida, que responde por si e que sofre processos de assujeitamento, de apagamento, de tolhimento, que o impedem de ser (RICOEUR, 1977).

Dessa forma, para embasar o diálogo entre Psicanálise, Psicologia e cultura foi utilizado o discurso de Paul Ricoeur para falar sobre a Hermenêutica e Psicanálise e o movimento da cultura contemporânea.

Há urgência de se compreender em um mundo fragmentado e fragmentador, pois todos são testemunhas da dificuldade de ser homem nesta virada de século (FRANCO, 1995). A compreensão de si mesmo é fundamental para se transformar, para se ultrapassar, para se libertar, para tomar o si como tarefa do eu enquanto primeira frente de trabalho.

2 DESENVOLVIMENTO

Ricoeur (1977) é um dos mais notáveis hermeneutas da atualidade. Conforme a sua proposta de discurso, toda reflexão já é interpretação, toda interpretação implica uma interpretação do próprio homem. O seu trabalho tece hipótese sobre o homem em campos tão diversos quanto a psicanálise, a filosofia da religião, a história e a teoria dos textos.

Como a psicanálise entra nesse discurso sobre a experiência humana? De fato Paul Ricoeur(1977) possui uma leitura precisa da obra de Freud (1969) que se caracteriza por ver na fala da psicanálise uma dualidade de discurso. Segundo Ricoeur (1977), a força da psicanálise reside exatamente por sua recusa em optar entre uma análise do homem somente em termos de forças ou somente em termos de sentido. De acordo com Ricoeur (1977), a psicanálise é tanto uma hermenêutica que compreende os sentidos, como uma energética que explica as forças em jogo na mente humana. A filosofia do autor sustenta a psicanálise e a

psicanálise, por sua vez, dá gosto humano à filosofia do autor.

Há uma visão de homem que emerge do imbricamento de hermenêutica e psicanálise. Indaga-se como uma compreensão mais profunda do homem e da vida pode socorrer o ser humano em sua luta por emancipação, por realização e liberdade.

É preciso esclarecer que não é propósito produzir uma nova hermenêutica de textos, de cultura, de fala humana ou do inconsciente. Não se trata de uma tese sobre Freud, é Freud através de Ricoeur.

Antes de discorrer sobre Hermenêutica Psicanalítica, é necessário fazer algumas colocações sobre a Trajetória da Hermenêutica.

O vocábulo grego *ermeneia* já há muito havia desaparecido da terminologia latinizada da ciência, quando, na esteira do renascimento e da Reforma, a teoria da interpretação começou a se desenvolver como disciplina autônoma. Assim, a questão hermenêutica do problema técnico transforma-se em problema Filosófico. A trajetória da hermenêutica moderna como problema filosófico constitui as várias repercussões que o processo da hermenêutica dos Filósofos teve no outro campo, sempre próximo, dos exegetas e dos teólogos.

Schleiermacher (1768-1834) é considerado, de comum acordo, o pai da hermenêutica moderna. Segundo uma sua definição "Interpretar é uma arte, uma arte cujas regras só podem ser elaboradas a partir de uma fórmula positiva; esta consiste numa reconstrução histórica **(**ou comparativa) e intuitiva (ou divinatória), objetiva e subjetiva do discurso ou texto estudado" (MANNUCCI, 1985, p. 327).

Portanto, a principal coisa para fazer uma autêntica interpretação é ter uma compreensão divinatória, a capacidade de sentir-com, de com-penetrar-se de sin-tonizar, de entrar na vida daquela pessoa que queremos compreender nos seus escritos. Trata-se, de uma espécie de interpretação global, não puramente intelectiva, mas cordial, afetiva. Todavia a compreensão divinatória deve ser acompanhada por outro tipo de compreensão chamada comparativa, que trabalha com toda a variedade de notícias, dados positivos de caráter histórico, gramatical, entre outros.

W. Dilthey (1833-1911) prossegue e aprofunda o horizonte aberto por Schleiermarcher. Dilthey distingue entre Ciências da natureza e Ciências do espírito, de modo que as primeiras seguem o método da explicação (*ERKLÃREN*: o explicar); as segundas seguem o método da

compreensão (*VERSTELEN*: o compreender).

M. Heidegger (1889-1976) radicaliza a intuição da imanência do conhecer a vida. O fato de que a vida do espírito é compreensão, cria a possibilidade não só das ciências históricas, mas também das ciências naturais. Com Heidegger a compreensão é colocada como fundamento da existência humana como tal. (HEIDEGGER, 1970).

A colocação heideggeriana, além de dar um incremento decisivo à total radicação histórica e ontológica do ato hermenêutico, tem sua maior novidade na atribuição de um papel decisivo para a conexão do interpretar com o projetar e por isso com as categorias do **f**uturo e da decisão.

Heidegger (1970) busca no homem o surgir do ser e o reconhece na linguagem. O Homem-*Dasein* descobre, segundo ele, o grande milagre ontológico, isto é, vê que em torno de si pode não existir nada, mas existem seres. Como os descobre? Não porque o homem, mediante uma reflexão racional, chega até uma substância metafísica subjacente às coisas que vê. Pelo contrário, é o ser que vai para o Homem-*Dasein*, dá-se a ele, revela-se a ele, e assim se realiza o evento do Ser. O nada é apenas o véu do Ser, o véu que oculta o Ser e o Homem é o Pastor do Ser. O Ser chama o Homem, interpela-o e o Homem o ouve, entende-o, decifra-o. O *Dasein* é o único existente em condições de captar os seres que estão em torno dele é a antena que recebe as chamadas do Ser. O Homem é o Pastor do Ser e a linguagem é a casa do Ser (HEIDEGGER, 1970).

H. G. Gadamer (1973), discípulo de Heidegger, salienta que o Homem não é unicamente projetado para possibilidades futuras, mas também nasceu de um passado. Ele não só vai para algum lugar, mas vem de um espaço. Essa origem do Ser-Homem reveste-se para Gadarmer (1973) de um significado hermenêutico particular, porque em virtude dessa origem a pré-compreensão é alimentada por uma Tradição e pelas Tradições.

A Hermenêutica Filosófica segundo Heidegger e de Gadamer servirá de suporte, no campo bíblico-teológico, à nova Hermenêutica. Habermas (1986) reconhece valor e mérito à Filosofia hermenêutica, mas se opõe à sua pretensão de universalidade, assim a crítica é a única com dimensões de universalidade, concretamente a Filosofia como crítica das Ideologias. A razão humana pode mais que a hermenêutica

julga. Habermas (1981) serve-se, sobretudo, do exemplo da Psicanálise.

Como ela descobre uma deformação da capacidade comunicativa do paciente, produzida por uma força oculta, inconsciente, assim a crítica, a hermenêutica aberta a ela, deve reconhecer as forças ocultas na transmissão da tradição que deturpam sua linguagem e são estranhas a ela (HABERMAS, 1981).

A hermenêutica do autor como "crítica das ideologias" subjacentes também à linguagem, como também a Filosofia marxista de E. Bloch, terão uma influência decisiva sobre a hermenêutica político-histórica e sobre a teologia política, tanto no campo protestante como católico.

A hermenêutica psicanalítica com métodos e instrumentos próprios e também diferentes entre si se encarrega de explorar os impulsos mais profundos do psiquismo humano, em cujo âmbito toma forma e se desdobra toda esperança humana. Portanto, a Psicanálise é uma hermenêutica desinibidora, que procura decifrar as efetivas pulsões inconscientes que determinam o nosso confrontamento.

Sabemos também que a palavra é o único meio terapêutico ao qual recorre a psicanálise. No diálogo entre psicanalista e paciente, todo tratamento consiste numa arte interpretativa , que, através do discurso rememorativo do paciente, descobre os significados ocultos que a inibição aprisionou nos sintomas corporais, nos ritos compulsivos, nas relações humanas perturbadas, nas lacunas e distorções do próprio falar do pacientes.

Freud (1969**)** já havia elaborado esse princípio terapêutico numa ciência da interpretação, que ele pensava poder transferir para todo tipo de discurso, falado ou escrito.

A experiência religiosa, de qualquer espécie, não constituiria exceção: ela mesma está mergulhada nos impulsos mais profundos da psique humana e lhe dá forma. Para Freud, a moral é somente Ilusão Moral, toda ela redutível à introjeção das proibições parentais. A religião é somente ilusão religiosa, nada mais do que um avanço infantil e arcaico da vida afetiva edipiana. Este *a priori* da religião entendida como a substituição ilusória de um objeto que o Homem não sabe mais alcançar, a confissão oblíqua de uma culpa originária mantida no estado reprimido e a reconciliação não conseguida, realizada sob a forma de compromisso que repete como os atos neuróticos, o crime e o seu

cancelamento, acompanha Freud quando ele se aproxima da Bíblia, cuja leitura a sua tradição hebraica já o havia familiarizado.

A interpretação Psicanalítica de Freud e dos seus discípulos tem precisamente a pretensão de decifrar a linguagem inconsciente de desejos, de conflitos, de crimes que o texto bíblico viria ocultar, ainda que conservando traços indeléveis. Tais vestígios manifestar-se-iam nas lacunas e nas distorções ainda evidentes no texto, assim como soa. Como se vê aqui, estamos ainda no *decrytage* redutivo de Freud que coloca os textos sagrados sob a grade da teoria do Complexo de Édipo. O problema está em saber se este inaceitável apriorismo redutivo pode ser dissociado do paradigma hermenêutico-psicanalítico, de modo que ele se torne puro e simples instrumento de análise de textos sagrados, em todo caso não dissociável de outros instrumentos.

2.1 A HERMENÊUTICA DE PAUL RICOEUR

A contribuição mais rigorosa da hermenêutica psicanalítica à exegese bíblica e à teologia cristã, veio da releitura que dela fez o filósofo crente de confissão Evangélica, Paul Ricoeur (1977), cuja reflexão hermenêutica aponta precisamente para a integração crítica da hermenêutica desmistificadora, sobretudo aquela psicanalítica, no âmbito mais compreensivo de uma hermenêutica restauradora do sentido, e analogamente, à integração da análise estrutural da linguagem no interior de uma hermenêutica intencional e histórica do discurso.

Ricoeur (1977) parte da leitura, tipicamente contemporânea, daqueles pensadores emblemáticos, os mestres da suspeita, Marx (1978), Freud (1996) e Nietzsche (1976), os quais nos acostumaram à idéia de que a nossa consciência é freqüentemente camuflada, mascarada, contrafeita, mistificada, numa palavra, falsa, e que também o *cogito* pode ser mentiroso. Paul Ricoeur (1977,) salienta “Depois da dúvida sobre a coisa, entramos na dúvida sobre a consciência (FRANCO, 1995, p. 191). Mas esses três mestres da suspeita não são três mestres do ceticismo. Certamente, são três grandes destruidores, contudo nem isto deve dar-nos a impressão de que estamos perdidos; a destruição, diz Heidegger **(**1970) *em Sein Und Zeit*, é um momento de uma fundação totalmente nova.

A hermenêutica se torna uma decodificação, isto é, as descobertas das significações ocultas por trás dos jogos lingüísticos.

2.2 REFLEXÃO: UMA ARQUEOLOGIA DO SUJEITO

A questão agora é como inserir as descobertas freudianas em uma filosofia deliberadamente reflexiva? Seria o que podemos chamar de uma hermenêutica da psicanálise, ou seja, uma reflexão filosófica que se inspira na psicanálise, uma reflexão que procura elevar ao nível propriamente filosófico os resultados analíticos? Ricoeur (1977) procura aqui uma idéia guia para pensar o discurso analítico e propõe o conceito de Arqueologia do Sujeito. É Ricoeur (1991) quem propõe o conceito, pois não se trata de um conceito que se possa diretamente encontrar em Freud (1969).

A Psicanálise apresenta uma difícil questão para o filósofo, pois questiona o sujeito pensante. O sujeito jamais é aquilo que se crê que ele seja. A crítica é tão radical que põe em dúvida a própria continuidade da tarefa filosófica. O filósofo fica impressionado, perplexo mesmo, com esta ausência do sujeito que pensa e vive. O desapontamento do cogito cartesiano é radical.

O *cogito* é aquilo mesmo que se furta à conceptualização analítica. Nós o procuramos na consciência? A consciência se anuncia como representante do mundo exterior, com função superficial, como uma simples sigla na fórmula desenvolvida consciente/pré-consciente. Procuramos o Ego? É o Id que se enuncia. Recolhemos do Id à instância dominadora? É o Superego que se apresenta. Buscamos o Ego em sua função de afirmação, de defesa e de expansão? É o narcisismo que se descobre, supremo anteposto entre **Si** e **Si mesmo**. O círculo tornou a se fechar e o Ego do *cogito sum* escapou a cada vez (FRANCO, 1985).

Ricoeur (1991) reconhece a justeza da crítica psicanalítica. Não pensa que seja possível confirmar fazendo filosofia como antes. Mas, ele não pensa que seja necessária encerrar a reflexão filosófica. Ele ainda crê na filosofia, crê em uma reflexão pós-psicanalítica. Ele pensa que, depois do advento da psicanálise, a reflexão filosófica precisa incorporar os recursos do próprio freudismo como instrumento de reflexão e da crítica da consciência imediata.

A reflexão pós-psicanalítica, se não passa pela clínica, ao menos passa pelos conceitos psicanalíticos. Trata-se de uma filosofia com um filósofo que abandonou a ingenuidade e segurança da consciência imediata.

Portanto, o *cogito* é sempre um *cogito* colocado, dirigido,

colocado pelo desejo que o sustenta. A reflexão filosófica que emerge do encontro com a psicanálise não precisa passar somente pela ascese tópica: o abandono da consciência imediata. Precisa também passar pela economia freudiana. O caminho econômico é o que leva à regressão, à volta, ao reconhecimento da força do passado na vida humana. É por isso que Ricoeur (1977) propõe seu conceito a arqueologia do sujeito.

No Capítulo V de A interpretação de sonhos, encontra-se uma base clara para este conceito de arqueologia do Sujeito de Ricoeur (1977). O capítulo enfatiza que o aparelho psíquico obedece a uma tendência regressiva, seja formal à imagem, seja cronológica à infância, seja tópica ao inconsciente. A tese subjacente ao livro é que nenhum desejo é eficaz a não ser que se associe a desejos indestrutíveis infantis que habitam o inconsciente humano. O ser humano é atávico. Então, esta marca fundamental da Psicanálise precisa desempenhar um papel preponderante, constituinte mesmo, na reflexão filosófica de inspiração analítica.

A arqueologia que Ricoeur (1977) propõe como conceito não se limita ao indivíduo. Há uma arqueologia da cultura também. Uma das tarefas de uma análise é mostrar o caráter novo, presente, do antigo, mostrar a arqueologia do Sujeito. Mas Freud (1969) enxerga na cultura o que enxerga no indivíduo também. Ele fala especialmente do arcaísmo cultural presente na religião e na moral. Para ele, a religião e a moral têm uma base pulsional atrasada. Tanto o homem quanto a cultura são sempre “puxados para trás”. O que temos aqui são duas temporalidades que se digladiam. O consciente enfrenta um contraponto interpessoal. A existência humana pode, então, ser pensada como uma luta entre duas maneiras de lidar com o tempo, uma luta que finalmente expressa a terrível, decisiva e feroz luta entre *eros* e *tanatos.*

2.3 A PSICANÁLISE E O MOVIMENTO DA CULTURA CONTEMPORÂNEA

A psicanálise tem uma abordagem a um só tempo limitada e reveladora da cultura. Limitada quanto aos instrumentos de sua abordagem, reveladora quanto à profundidade de seu enfoque. A psicanálise interpela a cultura em seu conjunto, mas não possui uma explicação exclusiva dela. Seu enfoque é limitado pelo seu ponto de vista. Freud (1969) sabia perfeitamente bem que sua visão era particular e limitada, mas sabia também que sua relevância nascia exatamente de

sua fidelidade a essa visão estreita.

Podemos dizer, então, que a psicanálise precisa ser reconduzida sempre a um caminho de transformação que leva a consciência de si. Aonde esse longo caminho nos conduzirá não sabemos. A psicanálise não tem um destino certo para o ser humano. O que ela faz é mudar a tonalidade, a qualidade do olhar que o homem lança sobre si mesmo. Sua principal contribuição ao jogo ético é seu radical compromisso com a verdade.

3 CONCLUSÃO

Quando compreendemos que a psicanálise é uma interpretação da cultura, devemos dizer que ela é também um movimento da cultura contemporânea. Interpretando a cultura, ela se torna um movimento da cultura. Interpretando o mundo, ela o transforma. Então, podemos perguntar: como a psicanálise interpreta a cultura e que lugar a ela se destina na cultura contemporânea?

Interpretar e psicanalisar senão este ser que não cessa de buscar sentido e de lutar por realização. Este ser da transcendência, que instigado pela morte, se revolta e reafirma o primado da vida. Ser do sentido e da realização, ser do constrangimento e da necessidade. A vida afirmada é a vida ferida e é nessa dialética que nos encontramos!

Enfim, seria necessário dizer que o homem, por sua própria condição, é um Ser de falta. E, os conflitos são constitutivos do ser humano, a sabedoria daí decorrente é uma reconciliação com o inevitável. Um pré-requisito constituído pela orientação fundamentalmente não-ética da psicanálise. A tomada de consciência que a psicanálise oferece ao homem é difícil e dolorosa porque é humilhação ao narcisismo. Qualquer construção ética de inspiração psicanalítica deve ser um resultado posterior a esta passagem, uma passagem que nunca termina, que é permanente. A ética na psicanálise é, então, somente limiar e emergente.

REFERÊNCIAS

FRANCO, Sérgio de Gouvêa. **Hermenêutica e Psicanálise na obra de Paul Ricoeur**. São Paulo: Loyola, 1995.

FREUD, Sigmund. **Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas**. Notas de J. Strachey. Trad. J. O. de Aguiar Abreu. Rev. tec. J. Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

GADAMER, H.G. Vérité et méthode. **Les grandes lignes d'une herméneutique philosophique**. Paris, Ed.du Seuil, 1973.

HABERMAS, J. **Morale et communication;consciense morale et activité communicationnelle**. Trad. fr. de Bouchinomme. Paris: Ed du Cert,1986.

_____ "La modernité: un projet inachevé". **Critique**, nº413, p. 950-967, outubro, 1981.

HEIDEGGER, Martin. **Sobre a essência da Verdade** - A Tese de Kant sobreo ser. São Paulço: Livraria Duas Cidades, 1970.

MANNUCCI, Valério. **Bíblia, palavra de Deus**: curso de introdução à Sagrada Escritura. São Paulo: Paulinas, 1985.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros Textos Escolhidos**. Trad. J. C Bruni et al. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

NIETZSCHE, Friedrich W.A. **A Genealogia da Moral**. Trad. C.J. Meneses. Lisboa: Guimaraes, 1976.

RICOEUR, Paul. **O si-Mesmo como um Outro**. Trad. Moreira Cesar. Campinas: Papirus, 1991.

_____. **Da Interpretação: Ensaio sobre Freud**. Trad. de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: imago, 1977. (Série Logoteca).

SCHLEIERMACHER, Friedrich. On Religion: **Speeches to Its Cultural Despisers**. Trad. J. Oman. New York: Harper e Row, 1965.

Artigo recebido em: 01/6/2012
Aceito para publicação em: 06/9/2012

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A virtualização da memória no facebook

*Rosali Maria Nunes Henriques**
*Vera Dodebei***

RESUMO

A *internet* tem revolucionado a forma como as pessoas veem o mundo. Como em qualquer campo das Ciências Humanas, o campo da memória também vem sendo afetado por esta nova mídia. Neste texto iremos discutir o uso do Facebook enquanto espaço de registro de memória dos jovens. Enfocaremos neste texto as relações entre memória e *internet*, analisando o surgimento do Facebook e as narrativas de memória na *internet*.

Palavras-Chave: Memória. Facebook. Internet.

ABSTRACT

The internet has revolutionized the way people see the world. As in any field of the humanities, the field of memory is also being affected by this new medium. In this paper we discuss the use of Facebook as a place to record memories of youth people. We will focus in this paper the relationship between memory and internet, analyzing the rise of Facebook and the narratives of memory on the internet.

Keywords: Memory. Facebook. Internet

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre o uso do Facebook como plataforma de registro de memória pelos jovens nativos digitais[1]. Trata-se de uma revisão bibliográfica sobre as relações entre memória e internet, enfocando as configurações e o uso das redes sociais.

* Mestre em Museologia. Doutoranda em Memória Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro e bolsista do Capes. rosalih@gmail.com.

** Professora Associada III da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro no Programa de Pós-Graduação em Memória Social (mestrado e doutorado). Graduada em Biblioteconomia e Documentação (USU), com mestrado em Ciência da Informação pela UFRJ e doutorado em Comunicação e Cultura (UFRJ). dodebei@gmail.com

1 Nativos digitais é uma expressão criada pelo educador canadense Marc Prensky (2001) para definir as pessoas que nasceram após o advento da internet, do celular e do MP3. Quem nasceu anteriormente a este período seria um imigrante digital, pois teve que aprender a lidar com esta tecnologia em sua fase adulta.

Atualmente, é a rede social com maior presença entre os jovens brasileiros. Eles postam, compartilham e curtem o tempo todo por meio de computadores, mas principalmente através dos aparelhos de telefonia celular. Os jovens nativos digitais registram e compartilham a sua memória cotidiana através de fotos e textos no momento dos acontecimentos. Essa memória imediata e compartilhada está acessível a qualquer um de seu próprio círculo de amizades. No entanto, podemos afirmar que as redes sociais tornaram-se espaço de preservação e divulgação da memória das pessoas na internet? Em contraponto a este desejo de memória e patrimonialização, podemos afirmar que ao postar e compartilhar uma foto no Facebook, os jovens nativos digitais também estão possuídos por um desejo de memória? Essas indagações deram origem a uma pesquisa de doutoramento em Memória Social e que se encontra atualmente em fase de conclusão. Os pressupostos que movem a nossa pesquisa são os de que as TICs[2], mas principalmente a internet, têm mudado a forma como as pessoas se relacionam com a memória. Podemos dizer que os processos de memoração e rememoração continuam os mesmos de outros tempos, mas que hoje existem ferramentas com as quais as pessoas trabalham os registros e que modificam os tempos da memória. Neste artigo, iremos abordar algumas questões pertinentes ao nosso estudo, tais como as relações entre a memória e internet, as formas de narrativa e a configuração das redes sociais.

2 AS RELAÇÕES ENTRE MEMÓRIA E *INTERNET*

A internet surgiu na década de 1960 nos meios militares e posteriormente migrou para a área acadêmica, mas seu uso se popularizou a partir de 1993, quando o governo dos Estados Unidos transferiu sua gestão para a iniciativa privada. Na década de 90 do século XX, as conexões rapidamente se alastraram para o mundo inteiro. No Brasil não foi diferente. Como na maioria dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento, o início do acesso comercial no Brasil aconteceu no ano de 1995. Em 1996, já havia cerca de 110 mil usuários e ao final desse mesmo ano já contava com cerca de um milhão de usuários (NICOLACI-DA-COSTA, 1998).

2 Tecnologias de Informação e Comunicação.

Podemos definir a internet[3] como uma rede de nós de distribuição descentralizada e que liga milhares de computadores espalhados pelo mundo inteiro. Mas ela é muito mais do que isso. Surgida como uma ideia de conexão entre computadores em rede com caráter militar e acadêmico tornou-se um meio de comunicação na década de 1990. A rede mundial de computadores tem sofrido várias modificações ao longo do tempo, seja na forma de acesso, cada vez mais simplificada, seja na velocidade de conexão, cada vez mais ágil. Sua importância ultrapassa o campo da tecnologia da comunicação, pois ela acabou por se tornar imprescindível em várias áreas do conhecimento. É uma autêntica revolução da tecnologia da informação que pode ser comparada, segundo Castells (2002), ao que foi o surgimento de novas fontes de energia para a Revolução Industrial. No entanto, é preciso ficar alerta em relação ao deslumbramento pela internet, como se ela fosse uma solução para resolver todos os males do mundo. Segundo Erick Felinto (2011, p. 44), é preciso ficar atento às "narrativas triunfalistas da cibercultura", pois a maioria dos autores tende a passar ao "leitor uma sensação de maravilhamento tecnológico, entusiasmo infantil e desprezo por tudo aquilo que é antigo", quando na verdade é necessário estudar a internet dentro de sua conjuntura, assim como foi feito em relação a outros fenômenos no passado. E nesta análise cabe-nos verificar o que é realmente uma mudança de comportamento a partir do uso das novas tecnologias e o que é comportamento herdado de outras tecnologias. Para Jost (2011, p. 100), "Se os meios usados para acessar os conteúdos audiovisuais são inegavelmente novos, resta saber se eles são sintoma de comportamentos radicalmente novos, e qual será o impacto desses novos usos*",* pois o fato de produzir um texto num computador ou numa máquina de escrever não demonstra diferenças nas ações. Não nos cabe aqui discutir os prós e os contras de cada versão sobre a importância desse novo meio de comunicação[4], mas indagar se as redes sociais estão criando um novo tipo de comportamento em relação à memória ou é simplesmente uma reprodução de ações de memória já existentes em outros meios e formatos.

3 Iremos trabalhar a concepção de uma rede de computadores, não somente a infraestrutura, mas a dinâmica da comunicação entre os computadores. Para tanto iremos diferenciá-la da *World Wide Web*, ou *Web* que é a maneira de acessar as informações na rede mundial de computadores (seja através de páginas HTML ou em outros formatos). A internet abrange a *web*, mas também uma série de outros componentes para seu funcionamento.

4 Francisco Rüdiger (2011) analisa vários posicionamentos frente a esta polêmica, mostrando os prós e os contra de cada teoria.

Mas o que a memória tem a ver com a internet? Podemos afirmar que o que postamos nas redes sociais é parte da nossa memória social? Segundo Paul Virilio (2006, p. 94), ela fez surgir uma nova memória: a memória do presente. Essa memória é aquela do imediatismo, dos acontecimentos vividos e narrados ao mesmo tempo. Nesse sentido, ao postar um comentário no Twitter ou no Facebook sobre uma obra de arte vista num museu ou um fato ocorrido naquele momento, estamos vivenciando esta memória do presente. E cada vez mais, a memória está presente nos registros do nosso cotidiano. E essa memória instantânea luta o tempo todo contra o esquecimento através da proliferação e do excesso. Parece contraditório, mas não é.

Na rede mundial de computadores proliferam *sites* de histórias que incentivam a rememoração: são blogs, comunidades virtuais, *sites* de museus e de projetos de incentivo ao envio de histórias de vida. Muitos desses projetos sobre eventos traumáticos, tais como Holocausto, pessoas desaparecidas, massacres em massa ou guerras civis, abrem espaço para que as pessoas possam conhecer as histórias daqueles que viveram determinados acontecimentos e lutar contra o esquecimento. No entanto, o excesso de informação comunicado pela sociedade pode vir a produzir um efeito contrário, relegar ao esquecimento essa memória dos acontecimentos, tal como afirma Andreas Huyssen (2000). O autor questiona se esse excesso de memória não acabaria produzindo um "explosivo" esquecimento e que muito do que consumimos hoje como memórias de massa seriam "memórias imaginadas". Estas seriam mais fáceis de serem esquecidas do que aquelas por nós vividas. Segundo ele, "Quanto mais nos pedem para lembrar, no rastro da explosão da informação e da comercialização da memória, mais nos sentimos no perigo do esquecimento e mais forte é a necessidade de esquecer." (HUYSSEN, 2000, p. 20). Nesse sentido, também Umberto Eco (1999), em entrevista publicada em 1999, já alertava para a crise da memória a partir do acumulo de informações produzido pela internet. Para ele, a rede mundial de computadores seria uma espécie de "um imenso Funes[5]", pois "até o presente a sociedade filtrava para nós, por intermédio dos

5 No conto 'Funes, o memorioso', o escritor argentino Jorge Luís Borges conta a história de um homem, que após uma queda de um cavalo passa a lembrar de todos os detalhes da sua vida, sem esquecer nenhum pormenor. Esta situação leva a um esgotamento de Funes, pois ele não consegue descansar a memória.

manuais e das enciclopédias" e com o advento da internet "ampliamos nossa capacidade de estocagem da memória, mas não encontramos ainda o novo parâmetro de filtragem". Eco adverte que um pouco de esquecimento é necessário para o equilíbrio da memória.

A memória é seletiva, não guardamos tudo, mas apenas uma parcela do que nos aconteceu durante a vida. E nem sempre o que guardamos é aquilo que queremos guardar e nem selecionamos o que guardar, mas o que restou em nossa memória, pois como afirma Le Goff (2000, p. 27): "O passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história." Assim também é a dinâmica da memória social na internet. O que se preserva não é necessariamente o que se quis preservar, mas o que o acaso ou o infortúnio permitiu. Da mesma forma, em relação à memória individual podemos afirmar que quando efetuamos registros de nossa memória na internet estamos compartilhando esta memória com outras pessoas de nosso círculo social. Essa ação poderia ser considerada uma ação de preservação de memória ou é simplesmente um excesso de memória, tal como afirma Huyssen (2000)? Pois, assim como na vida, a memória na internet é fluida e passível de esquecimento.

A internet é também um espaço de autoria. Walter Benjamin (1994) em seu texto "A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica" já preconizava que a diferença entre o autor e público estava a ponto de desaparecer após o surgimento do cinema. Com a internet essa diferença fica cada vez menor, na medida em que há mais espaços de registro de suas histórias, obras e opiniões. Com o surgimento da *web* 2.0[6], o crescimento dos *blogs* e das redes sociais *on-line*[7] (tais como Orkut, MySpace e Facebook) e o surgimento de *microblogs* (como o Twitter, por exemplo) aumentaram as possibilidades de interação na *internet*. No entanto, quando falamos ou estudamos a rede mundial de computadores, não podemos falar somente de uma, mas de várias

6 O termo *Web* 2.0 é utilizado para explicar a segunda geração da internet cuja tendência reforça o conceito de troca de informações e colaboração dos internautas com sites e serviços virtuais. Um exemplo de um site *Web* 2.0 é *Wikipédia*, no qual qualquer pessoa pode escrever ou editar verbetes dos mais variados assuntos. http://pt.wikipedia.org/wiki/Web_2.0.

7 Embora atualmente falemos em rede social para designar redes sociais *on-line* na internet, o conceito de rede social é bem mais amplo e anterior ao surgimento das novas tecnologias da informação. Qualquer rede que tenha como objetivo ligar pessoas ou organizações é uma rede social.

"internets". Podemos afirmar que cada "internet" possui características próprias que a diferencia das outras. Nas listas de discussões e *sites* acadêmicos, por exemplo, a linguagem usada para a comunicação é a do meio acadêmico. Nas salas de bate-papo são usadas expressões e códigos específicos, mas que refletem a linguagem oral, ou seja, são típicos da oralidade.

As narrativas de memória sempre foram sobre um passado, a partir de um presente e para um determinado futuro, pois, segundo Walter Benjamin (1994, p. 211) "A *reminiscência* funda a cadeia da tradição, que transmite os acontecimentos de geração em geração". Desde os mais primitivos tempos, passando pelos *griots*[8], pela tradição oral, pela história oral ou em diários de meninas, as narrativas de memória foram sempre na perspectiva do presente, com a reflexão de algo que já passou e com o objetivo de trazer alguma lição para o futuro.

Acreditamos que o uso das redes sociais, tem modificado a forma como o registro da memória é feito pelas pessoas. Ao postar fotos e textos em "tempo real" no Facebook, os usuários da internet estão produzindo registros e postando-os no momento exato da produção do fato. Assim, torna-se um registro sobre o momento instantâneo para um presente também instantâneo, quase como que um presente-passado e um presente-presente, que podemos chamar de atual. Essa memória do presente é uma memória efêmera e imediata, compartilhada em tempo real com seus amigos e familiares. Esta, que podemos chamar de memória compartilhada, seria uma espécie de memória imediata e, ao mesmo tempo mediada pelo espaço virtual, o ciberespaço. Nesse sentido, Canavilhas (2004) aponta que a internet comprime o tempo, não o tempo entre emissão e recepção da mensagem, mas o tempo da memória. Dessa forma, passamos a ter um passado-presente e um presente-presente.

3 AS NARRATIVAS DE MEMÓRIA NA INTERNET

Ao discutir a relação da memória e da internet, não podemos deixar de abordar os processos de narração do passado através dessa ferramenta, seja através de textos ou de imagens postadas nos *sites*, *blogs* ou nas redes sociais. Em primeiro lugar, podemos fazer uma breve

8 *Griots* são os contadores de histórias, geralmente idosos, nas culturas tradicionais africanas.

digressão sobre o fenômeno das narrativas. As pessoas normalmente narram suas histórias de forma a montar um mosaico da sua própria vida. E, nesse caso, a tendência é sempre para o uso da linearidade nas lembranças dos fatos ocorridos, pois a narrativa sempre é feita no tempo presente sobre o um tempo passado. Nesse caso, é a visão atual do mundo que é passada na narrativa. Por isso, a atividade de contar história é sempre temporal. Para Ecléa Bosi (1994, p. 88) que trabalhou com a narrativa de idosos moradores da cidade de São Paulo, "A narração é uma forma artesanal de comunicação. Ela não visa a transmitir o "em si" do acontecido, ela o tece até atingir uma forma boa." Ainda sobre a forma como as pessoas narram suas histórias, é importante lembrar que as narrativas não são apenas através da fala, mas dos gestos, do nosso corpo.

Walter Benjamin (1994, p. 201) no ensaio "O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov", discute o papel do narrador e das narrativas tradicionais na modernidade. Para ele instalou-se uma crise da memória e da narração, pois "a arte de narrar está definhando porque a sabedoria — o lado épico da verdade — está em extinção." No entanto, ele alerta que este não é um fenômeno recente ou uma característica "moderna". Para ele, o que vai causar a morte da narrativa é o surgimento do romance no início do período moderno, pois ele não alimenta as tradições orais. É preciso, dessa forma, resgatar as narrativas orais, pois

> Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido. (BENJAMIN, 1994. p. 205).

Benjamin defende que as narrativas orais se baseiam muito na experiência que é passada de pessoa a pessoa, ou seja, nossa história não é somente o que narramos e o que nos lembramos de nossa vida, mas também de outras vidas que se entrelaçam com a nossa trajetória: as histórias de nossos antepassados que nos foram narradas por nossos pais, tios e avós e as melhores narrativas escritas são aquelas onde não há distinção entre a oralidade e a escrita, pois elas alimentam a tradição oral.

As memórias são sempre construídas no presente, a respeito de um passado, mas que se ancora no futuro, pois "a memória dá ao homem a ilusão de uma unidade com seu passado, mas o faz sempre da perspectiva do presente." (CAMPOS, 1992, p, 51). O processo de contar e recontar episódios de nossa vida pode ser feito de várias formas, em livros autobiográficos, diários, etc. As memórias registradas em livros, ou mesmo através da internet, não podem ser dissociadas de um processo ficcional, pois ninguém recorda e registra exatamente como aconteceu, mas o que restou de lembrança e esquecimento do que se passou.

Paul Virilio (2006, p. 103) afirma que para o aparecimento de uma memória coletiva na internet é preciso que haja narrativa e que "a memória do tempo presente consiste em dilatar esse tipo de narrativa". Mas como é o processo de narração e memória? Podemos afirmar que as narrativas na internet são diferentes das narrativas orais ou escritas? Sobre este aspecto é interessante verificar que Lúcia Santaella (2007, p. 84) diz: "O computador não nos coloca apenas diante de um novo tipo de tecnicidade, mas traz consigo uma linguagem cíbrida, ou seja, o hibridismo sígnico e midiático que é próprio do ciberespaço". Esse hibridismo, próprio do ciberespaço chamado também hipermídia, possibilita a integração desses conteúdos.

> Diferentemente da revolução gutenberguiana, a hipermídia não incide apenas no modo como se produz e reproduz a escrita. Embora também envolva esse aspecto, a hipermídia vai muito além. Trata-se de uma nova maneira de se produzir o texto escrito na sua fusão com as outras linguagens, algo que transforma a escrita no seu âmago, colocando em questão a natureza mesma da escritura e dos seus potenciais (SANTAELLA, 2007, p. 85).

Ao estudar o uso do Facebook no registro de narrativas, a professora britânica Joanne Garde-Hansen (2009, p. 142) diz: "The personal stories one can create using Facebook do not necessarily present a person's life as a history[9]", nesse caso, não é absolutamente correto afirmar que os jovens utilizem o Facebook para registrar sua história, mas como um espaço de registro de acontecimentos. Segundo esta autora, o poder da palavra escrita e da linearidade ajuda a organizar e decodificar o passado de forma ordenada e temporal, mas sozinhos não dão conta

9 "As histórias pessoais que se pode criar usando o Facebook não apresentam necessariamente a vida de uma pessoa como uma história" Tradução livre.

dos processos de lembrança e esquecimento que enriquecem a memória. Para esta autora, não é somente os registros pessoais (textos, fotos, etc) no Facebook que apresentam uma narrativa sobre cada pessoa, mas também as contribuições dos amigos transformam a página pessoal em um arquivo pessoal digital de histórias. No entendimento desta autora, as redes sociais são um sintoma da necessidade de apresentar espaços de identidade, de histórias e de memória na internet.

Janet Murray (2003), em seus estudos sobre as narrativas de jogos *on-line*, aponta quatro propriedades essenciais no ambiente digital que o torna um poderoso veículo de criação literária. Segundo esta autora os ambientes digitais são procedimentais, participativos, espaciais e enciclopédicos. Em termos procedimentais, ela aponta que o ambiente digital é um motor, no qual os procedimentos colaboram com as estruturas das narrativas. Em segundo lugar, ela aponta que os ambientes digitais favorecem a participação e a interação entre as pessoas. Como os ambientes digitais são imersivos, ela aponta que eles favorecem a espacialidade e o enciclopedismo. Segundo esta autora, a internet possibilita a criação de narrativas em forma de mosaicos, formando justaposições, tal como acontecem nas narrativas do cinema. Nesse sentido,

> [...] o computador oferece-nos maneiras de dominar a fragmentação. (...) Ele nos proporciona um caleidoscópio multidimensional, com o qual podemos reagrupar os fragmentos tantas vezes quantas quisermos, e permite que transitemos entre padrões alternados de organização em mosaicos. (MURRAY, 2003, p. 155).

4 AS REDES SOCIAIS E A REPRESENTAÇÃO DO "EU"

O fenômeno das redes sociais *on-line* é bem recente e foi uma tendência natural do crescimento da internet em relação à criação de espaços de participação dos usuários. No início, a participação e a interação dos usuários estava restrita à produção de alguma página pessoal, em código *HTML*. Com a evolução das ferramentas de comunicação, os usuários passaram primeiro a contar com espaços de comentários em matérias de sites de notícias. Em seguida, vieram os *blogs*[10], espaços onde qualquer usuário pode colocar suas experiências *on-line*. O *boom* dos *blogs* deu-se a partir de 1999, mas ainda continua

10 O termo *blog* vem da palavra em inglês *weblog* (diário na web) e foi criado por Jorn Barger em dezembro de 1997. http://pt.wikipedia.org/wiki/Blog, consultada em 15/07/2013.

sendo uma ferramenta muito utilizada pelos usuários, sejam em *blogs* pessoais, jornalísticos ou temáticos. O *blog* acabou por se tornar uma espécie de diário virtual, em que as experiências vividas são narradas no decorrer do dia. A experiência com a ferramenta de *blogs* veio ratificar o que já dizia Michael Benedikt (1991) sobre o ciberespaço. Segundo este autor, os egos e seus múltiplos papéis têm uma nova existência no ciberespaço, pois possibilita aos usuários uma maior comunicabilidade com o mundo. Os *blogs* evoluíram para os *fotologs* e *videologs*, experiências de deixar seus registros na internet, seja por meio de textos, fotos ou vídeos.

A etapa seguinte na evolução histórica da internet em relação à interação com os usuários foi o surgimento da *web* 2.0. A ideia por trás do conceito da *web* 2.0 é justamente a possibilidade de interação do público através de ferramentas de *wikis*, postando vídeos no You Tube ou comentando assuntos em sites de notícias. A criação de espaços de autoria na rede mundial de computadores incentivou o registro e disponibilização das memórias, sejam elas em forma de texto ou de imagens. E, as redes sociais substituíram, em larga escala, a experiência das pessoas com os blogs e os comunicadores instantâneos (tais como MSN, ICQ), que eram os grandes atrativos da comunicação mediada pelos computadores na internet 1.0.

Em 2002 surgiu a primeira rede social *on-line*, o Friendster, criado por Jonathan Abrams. Não teve sucesso inicial e acabou por ser fechada por problemas técnicos e por falta de capacidade do sistema de suportar vários acessos ao mesmo tempo e atualmente é uma plataforma de jogos sociais[11]. A rede social Myspace[12] surgiu em 2003 e foi a rede social mais utilizada pelos usuários da internet no mundo inteiro até perder espaço para o Facebook. Usada principalmente pelas celebridades de *Hollywood* como uma ferramenta de divulgação de seus trabalhos e por músicos que queriam compartilhar músicas *on-line*, ela acabou se transformando numa rede de troca de informações e contatos. Em novembro de 2007 iniciou suas atividades no Brasil, mas nunca teve grande aceitação pelo público brasileiro. Em junho de 2011 foi adquirida

11 Verbete sobre Friendster disponível em http://en.wikipedia.org/wiki/Friendster, consultado em 15/07/2013.

12 Verbete sobre Myspace disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Myspace, consultado em 15/07/2013.

pela americana *Specific Media*, empresa de mídia interativa. Em janeiro de 2004, surgiu a rede social *Hi5*, fundada por Ramu Yalamanchi. O *Hi5* cresceu no Brasil em paralelo ao crescimento do Orkut, como uma alternativa à superlotação do *Orkut*, mas acabou perdendo espaço para o Facebook na preferência dos internautas[13].

A rede social Orkut[14] iniciou suas atividades em janeiro de 2004 e foi criado por Orkut Büyükkökten, um engenheiro turco, funcionário do Google. Surgido como uma de suas atividades nas horas vagas, a rede social acabou por ser incorporada ao Google que investiu na compra de servidores e na implementação da ferramenta. Embora o alvo inicial tenha sido os Estados Unidos, o *Orkut* rapidamente se alastrou para o Brasil, tornando-se a principal rede social do país até outubro de 2011, quando foi ultrapassada pelo Facebook em número de usuários no país. Em 2008, a empresa Google transferiu a sede do *Orkut* para o Brasil devido ao elevado número de brasileiros conectados na rede. Atualmente os países com maior número de usuários são o Brasil e a Índia. Com a perda de usuários do Orkut, o Google investiu em aplicativos de bate-papo, além de integrar o sistema de e-mails, de busca e de mapas já existentes na ferramenta de buscas do Google. Em 2011, o Google lançou uma nova rede social chamada Google + (Google Plus), para competir com o Facebook. Embora seja independente do *Orkut*, há possibilidade de interligação entre essas duas redes sociais através do mesmo cadastro. O Google está investindo no Google Plus como forma de substituir o Orkut na preferências dos usuários brasileiros, solicitando a migração dos dados de uma rede social para a outra.

O Facebook foi fundado em 4 de novembro de 2004 por Mark Zuckerberg juntamente com outros alunos de Harvard com objetivo de conectar estudantes dessa universidade. Posteriormente, estendeu-se a outras universidades de Boston, dos EUA, Europa e finalmente se espalhou para o mundo inteiro[15]. Possui atualmente 845 milhões de usuários ativos no mundo inteiro, sendo que 67 milhões desses usuários

13 Verbete sobre Hi5 disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Hi5, consultado em 15/07/2013.

14 Verbete sobre o Orkut disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Orkut, consultado em 15/07/2013.

15 Verbete sobre o Facebook http://pt.wikipedia.org/wiki/Facebook, consultado em 15/07/2013.

estão no Brasil[16]. O Brasil é o quarto país em número de usuários, após os Estados Unidos, Indonésia e Índia. Conforme pesquisa Ibope Nielsen Online divulgada em outubro de 2011, o Facebook ultrapassou o Orkut em número de usuários no Brasil, tornando-se a rede social *on-line* favorita dos brasileiros[17].

Em setembro de 2011, o Facebook lançou uma nova versão em que o usuário cria e alimenta a sua própria linha do tempo[18]. Quem aderiu à nova versão pode acrescentar fatos e fotos importantes de sua vida, desde o seu nascimento até o momento atual. A ideia é criar um espaço de registro dessa memória do passado, mas também do presente. Mark Zuckerberg, criador da rede social, durante o evento de lançamento deste novo aplicativo fez a seguinte afirmação: "Criamos um jeito de contar todas as histórias importantes de sua vida em uma única página."[19] Em março de 2013 o Facebook acrescentou mais uma novidade à linha do tempo: o usuário pode adicionar os livros que leu, os filmes que assistiu e até mesmo as séries de televisão que curte. A ideia é que a vida de qualquer pessoa possa ser disponibilizada na linha do tempo, tornando a rede social um espaço de memórias. Continua Zuckerberg

> É a história de sua vida e tem três pedaços. Seus aplicativos, suas histórias e um jeito de expressar quem você é. Queremos fazer do *Timeline* um lugar que você se orgulha de chamar de 'casa'. Queremos que você expresse quem você realmente é.

Ao disponibilizar esta nova versão, o Facebook assumiu um papel de aglutinador de registros das memórias das pessoas. No entanto,

16 Números do Brasil foram divulgados pelo vice-presidente da América Latina em março de 2013. http://diariodonordeste.globo.com/noticia.asp?codigo=355896 Consultada em 15/07/2013.

17 Facebook ultrapassa Orkut em usuários únicos no Brasil, diz Ibope. Matéria do portal G1, consultada em 15/07/2013. http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/09/facebook-ultrapassa-orkut-em-usuarios-unicos-no-brasil-diz-ibope.html

18 A linha do tempo é a forma de visualização do conteúdo relacionado a partir da página pessoal de cada usuário. Seu conteúdo pode ser visualizado pelo autor, mas partes dele poderá ser acessado por seus amigos e amigos de amigos, dependendo do grau de privacidade que o usuário atribui a cada ação no Facebook.

19 Frases retiradas da fala de Zuckerberg na matéria sobre o lançamento da linha do tempo em 22 de setembro de 2011, informação disponível no site http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/09/facebook-apresenta-linha-do-tempo-para-registrar-vida-do-usuario-no-site.html, consultada em 15/07/2013.

como em qualquer instituição ou empreendimento comercial, o objetivo inicial não era o de suportar as memórias das pessoas, mas criar um espaço de socialização. No entanto, é lícito afirmar que o Facebook está se tornando um "lugar de memórias" ou de um livro de caras (face), um livro de memórias? Segundo Marion Strecker (2012), o ele está se tornando uma espécie de "Catálogo da Terra Inteira[20]" com as histórias e fotos que as pessoas vão voluntariamente alimentando na rede social. Este catálogo aglutinaria as experiências das pessoas, suas memórias e suas narrativas sobre o mundo.

Com a ajuda de seus usuários e através do aplicativo "Linha do tempo", o Facebook está adquirindo um perfil de uma grande enciclopédia de histórias e memórias, memória do momento presente e memória dos momentos passados. Seria uma espécie de museu de si mesmo. Nesse sentido, a criação de um aplicativo capaz de emular um museu de si mesmo, como o Museum of Me[21] reitera essa faceta dessa rede social. A evolução das redes sociais nesta direção era previsível, uma vez que a tendência da Web 2.0 é transformar cada pessoa em autor, criando o seu próprio *broadcast*, tornando-se o centro de uma ferramenta de comunicação cada vez mais voltada para o individuo e suas individualidades. Segundo Paula Sibilia (2008), este foco no individuo e suas representações na internet teve início com os *blogs*, passa pelas redes sociais, mas encontrou seu terreno mais fértil no Second Life[22], no qual é possível viver uma vida completamente diferente da vida fora da rede. Segundo esta autora, a internet:

> [...] se tornou um grande laboratório, um terreno propício para experimentar e criar novas subjetividades: em seus meandros nascem formas inovadoras de ser e estar no mundo, que por vezes parecem saudavelmente excêntricas e megalomaníacas, mas outras vezes (ou ao mesmo tempo) se atolam na pequenez mais rasa que se pode imaginar (SIBILIA, 2008, p. 27).

Ao analisarmos os conteúdos das redes sociais, não podemos

20 Catálogo da Terra Inteira (ou "*Whole Earth Catalog*") é um nome de um catálogo publicado entre os anos de 1968 e 1972 por Stewart Brand.

21 *Museum of Me* é um aplicativo da Intel que permite transformar o conteúdo de imagens que circulam em nossa página no Facebook é uma espécie de museu virtual.

22 *Second Life* é um ambiente virtual e tridimensional, criado em 1999 e no qual as pessoas interagem através de *avatares*.

deixar de discutir o conceito de representações. Podemos afirmar que o que postamos nas redes sociais são representações do nosso "eu", uma vez que se trata de nossa persona social? Primeiro, é preciso verificar o conceito de representação social. Segundo Serge Moscovici (1979, p.18):

> A representação é um corpus organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens fazem inteligível a realidade física e social, integram-se em um grupo ou em uma relação cotidiana de intercâmbios, liberam os poderes de sua imaginação.

Essas representações de nós mesmos, que não são exclusivas dos ambientes virtuais, mas fazem parte da vida, são presentes na internet, seja através de avatares (do Second Life, por exemplo), seja nas redes sociais. Seria o que o autor chama de ciber-representações. Ele discute o conceito de ciber-representação cujo objetivo não é ser um simulacro do real, "mas uma concretização da própria representação" (MOSCOVICI, 2006, p. 78). Nesse raciocínio, as normas, regras e "dialetos" da internet favorecem a representação e segundo Moscovici, a memória.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A internet é uma realidade recente na história da humanidade. E os estudos sobre esse fenômeno também. A memória é apenas um dos campos afetados pelas novas tecnologias de informação, mas ainda há muito que estudar e entender sobre as influências que a rede mundial de computadores trouxe para o processo de escrita da memória. A reflexão que trazemos para este texto é de que os registros da memória estão sendo afetados por uma nova dinâmica: o compartilhamento das informações nas redes sociais. A até que ponto as redes sociais, no caso estudado o Facebook, estão se transformando em lugares de memória virtuais é o que pretendemos em nosso estudo. O levantamento de dados para chegarmos a essas conclusões ainda está em andamento, mas podemos afirmar que o processo de escrita da memória foi afetado pelas novas tecnologias e que as redes sociais vieram para expandir a possibilidade de troca de informações, interações e afetos.

REFERÊNCIAS

BENEDIKT, Michael. **Cyberspace: first steps**. Cambridge: MIT Press, 1991.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, vol.1).

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAMPOS, Marta. **O desejo e a morte nas Memórias de Pedro Nava.** Fortaleza: Edições UFC, 1992.

CANAVILHAS, João. A internet como memória. **BOCC**: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. 2004 Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-internet-como-memoria.pdf>. Acesso em: 22 maio 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2002. (V. 1: A era da informação: economia, sociedade e cultura).

DIÁRIO DO NORDESTE. Número de usuários do Facebook no Brasil aumenta 458% em dois anos. Recife, 19 de março de 2013. Tecno. Disponível em: http://diariodonordeste.globo.com/noticia.asp?codigo=355896. Acesso em: 15 de jul. de 2013.

ECO, Umberto. **O Bug da memória**. Entrevista com Umberto Eco, publicada na Biblioteca Folha em 1999. Disponivel em: http://biblioteca.folha.com.br/1/02/1999080801.html. Acesso em: 15 jul. 2013.

FELINTO, Erick. Matrizes. Em busca do tempo perdido. o sequestro da história na cibercultura e os desafios da teoria da mídia. **Matrizes,** São Paulo**,** Ano 4, n º 2, p. 43-45, jan./jun. 2011.

GARDE-HANSEN, Joanne. MyMemories?: Personal Digital Archive Fever and Facebook. In: GARDE-HANSEN, Joanne; HOSKINS, Andrew; READING, Anna. **Save as… digital memories**. London: Palgrave Macmillan, 2009.

HUYSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JOST, François. Novos comportamentos para antigas mídias ou antigos comportamentos para novas mídias? **Matrizes,** São Paulo**,** Ano 4, n º 2, p. 93-109, jan./jun. 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 254. (V. 1 – História).

MAMEDE-NEVES, Maria Apparecida. O jovem no centro da dimensão oculta da internet. In: NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. **Cabeças Digitais**: o cotidiano na era da informação. Rio de Janeiro: Editora PUC; São Paulo: Loyola, 2006. p 181-189.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

_____. Memórias, rituais e ciber-representações. In: CASALEGNO, Federico. **Memória cotidiana**: comunidade e comunicação na era das redes. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MURRAY, Janet. **Hamlet no Holodeck**: o futuro da narrativa no ciberespaço. São Paulo: Instituto Cultural Itaú/Unesp, 2003.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. **Na malha da rede:** os impactos íntimos da rede. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

NUMERO de usuários do Facebook no Brasil aumenta de 458% em dois anos. **Diario do Nordeste**, Fortaleza, 09 de mar. 2013. Tecno. Diisponivel em: HTTP://diariodonordeste.globo.com/notiica.asp?codigo=355896. Acesso em: 15 jul. 2013.

PORTAL G1. Facebook ultrapassa Orkut em usuários únicos no Brasil, diz Ibope, publicada em 2011.

http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/09/facebook-ultrapassa-orkut-em-usuarios-unicos-no-brasil-diz-ibope.html. Acesso em: 15 jul. 2013.

PORTAL G1. Facebook muda página pessoal para linha do tempo e altera botão 'curtir' . São Paulo, 29 de novembro de 2011. Tecnologia e Games. Disponível em: http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/09/facebook-apresenta-linha-do-tempo-para-registrar-vida-do-usuario-no-site.html. Acesso em: 15 jul. 2013.

PRENSKY, Marc. Digital Natives, Digital Immigrants. **MCB University Press**, vol. 9, no. 5, october 2001. Disponível em: http://www.marcprensky.com/writing/Prensky - Digital Natives, Digital Immigrants - Part1.pdf. Acesso em: 15 jul. 2013.

RÜDIGER, Francisco. A reflexão teórica em cibercultura e a atualidade da polêmica sobre a cultura de massas. **Matrizes,** São Paulo**,** Ano 5, nº 1, p. 45-61, jul./dez. 2011.

SANTAELLA, Lucia. “As linguagens como antídotos ao midiacentrismo”. **Matrizes,** São Paulo, Ano 1, n. 1, p. 75-97, jul./dez. 2007.

SIBILIA, Paula. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

STRECKER, Marion. Novo ‘Catálogo da Terra inteira’, Facebook faz das pessoas marqueteiros de si mesmos. **Portal UOL**. UOL Tecnologia, São Paulo, 18 de maio de 2012. Disponível em: http://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2012/05/18/novo-catalogo-da-terra-inteira-facebook-transforma-pessoas-em-marqueteiros-de-si-mesmos.htm. Acesso em: 15 jul. 2013.

VIRILIO, Paul. O paradoxo da memória do presente na era cibernética. In: CASALEGNO, Federico. **Memória cotidiana**: comunidades e comunicação na era das redes. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 90-104.

WIKIPEDIA. Blog. http://pt.wikipedia.org/wiki/Blog Acesso: 15 de jul. 2013.

WIKIPEDIA. Facebook. http://pt.wikipedia.org/wiki/Facebook Acesso: 15 de jul. 2013

WIKIPEDIA. Friendster http://en.wikipedia.org/wiki/Friendster, Acesso: 15 de jul. 2013

WIKIPEDIA. Hi5 http://pt.wikipedia.org/wiki/Hi5, Acesso: 15 de jul. 2013

WIKIPEDIA. Myspace. http://pt.wikipedia.org/wiki/Myspace, Acesso: 15 de jul. 2013

WIKIPEDIA. Orkut. http://pt.wikipedia.org/wiki/Orkut, Acesso: 15 de jul. 2013

WIKIPEDIA. Web 2.0 http://pt.wikipedia.org/wiki/Web_2.0 Acesso: 15 jul. 2013.

Artigo recebido em: 01/4/2013
Aceito para publicação em: 05/8/2013

TEOLOGIA

Antes que Noé entre na arca: ao redor do *Livro do Gênesis* e a partir dos animais

*Altamir Célio de Andrade**

RESUMO

O presente artigo é uma leitura de algumas passagens do *Livro do Gênesis*, buscando analisar, mais precisamente, fragmentos dos primeiros nove capítulos. Tal exercício procura ler as alusões que são feitas aos animais, destacando-as nas narrativas a fim de perceber o relevo que ganham nesta parte da *Bíblia*. A inspiração para estas linhas provêm do pensamento de Jacques Derrida, em obra que discute a relação entre homens e animais. Não se trata, portanto, de uma abordagem teológica, mas de considerar tais fragmentos sob uma visada que tem sido negligenciada. Embora a sociedade contemporânea tenha levado em conta os animais e procurado protegê-los, ainda é possível notar que tal realidade está longe de considerá-los em seu devido lugar.
Palavras-chave: *Bíblia*. *Gênesis*. Animal. Jacques Derrida.

ABSTRACT

This article is a reading of some passages of the *Book of Genesis*, seeking to analyze, more precisely, fragments of its first nine chapters. This exercise tries to read the references made to animals, highlighting them on those narratives in order to perceive how relevant they get in this part of the Bible. The inspiration for these lines comes from Jacques Derrida's thought, in a work of him that discusses the relationship between men and animals. This article does not, therefore, adopt a theological approach, but rather considers these fragments from a perspective that has been neglected. While contemporary society has taken animals into account and tried to protect them, it is still possible to notice that such a reality is far from considering animals in their due place.
Keywords: Bible. Genesis. Animal. Jacques Derrida.

* Doutor em Letras pela UFJF. Mestre em Teologia Bíblica pela PUC-Rio. Especialista em Estudos Literários pela UFJF. Licenciado em Filosofia pela UFJF. Bacharel em Teologia pela PUC-Rio. Professor do CES/JF. altamir@rascunhus.com

1 INTRODUÇÃO

Os animais vivem num inferno onde os homens são os demônios.
(Arthur Schopenhauer, apud. FRYE, 2004, p. 105).

No princípio do *Livro do Gênesis*, podem ser encontrados onze capítulos que são conhecidos como um conjunto de narrativas sobre as origens da humanidade. O objetivo deste estudo não é aprofundar o significado dessa afirmação, mas considerá-la em um prisma que tem sido deixado à margem quando se aborda esta parte da *Bíblia*. A inspiração para tal pesquisa nasceu das reflexões de Jacques Derrida sobre o animal, em seu livro *L'Animal que donc Je Suis (À suivre)*, que veio a público em 1999, com tradução para o português em 2002 (*O animal que logo sou [a seguir]*). A obra é resultado das apresentações do autor no Colóquio de Cerisy, em 1997.

Jacques Derrida, filósofo argelino de origem judaica, debruça-se sobre a questão dos animais no livro em questão. A primeira linha da obra já deixa inscrita uma perspectiva de diálogo com o texto bíblico, onde ele assim se expressa: "Para começar – gostaria de me confiar a palavras que sejam, se possível fosse, nuas" (DERRIDA, 2002, p. 11). Ora, essas suas palavras nuas são, segundo ele, palavras do coração. Duas alusões ao *Gênesis* já aparecem: para começar (o *bereshit* hebraico: começo) e a nudez que se revela já no terceiro capítulo do primeiro livro da *Bíblia*.

A partir do seu constrangimento, diante do olhar de seu gato que o observa nu, (cobrindo-se instintivamente ante o olhar do felino), Derrida discorre sobre a natureza da nudez (e não só), suas origens e as suas implicações nos seres humanos a partir do próprio animal. Isso é o que ele chamou de "Mal estar de um tal animal nu diante de outro animal, assim, poder-se-ia dizer uma espécie de *animal-estar*: a experiência original, única e incomparável deste mal estar que haveria em aparecer verdadeiramente nu, diante do olhar insistente do animal" (DERRIDA, 2002, p. 16). Além disso, o filósofo discute as consequências de uma abordagem do mundo, que leva em conta somente o ser humano em detrimento do animal. Para ele, esse comportamento gerou e alimenta a moderna concepção de tecnologia e desenvolvimento da história e da vida do planeta que desconsidera os animais, a sua dignidade e o seu lugar na história do mundo.

A relação desses argumentos com o *Gênesis* fica patente quando

se nota que a nudez do casal primordial é relevante para considerações filosóficas, psicológicas, teológicas e literárias. Além disso, há um entrecruzamento que liga a sorte dos homens à dos animais nesses primeiros relatos: mesmo que os animais não sejam os protagonistas de muitas dessas narrativas, aparecem em situação de destaque.

Nas linhas do texto de Derrida toca-se, portanto, os limites entre o animal e o ser humano. Algumas questões tratadas ao longo de seu livro são as seguintes: a busca sobre o que é constitutivo do próprio homem, aquilo que o define e que o conceitua; a indagação sobre os principais elementos que podem sugerir a pretensa dominação humana sobre o animal indicada, também, no ato de nomear. Nem todos esses pontos, porém, serão desenvolvidos neste artigo.

2 O BESTIÁRIO DO *GÊNESIS* E A ESTRANHEZA DE NOMEAR

A temática do nome é elemento caro à reflexão de Derrida. A existência mortal é dada e indicada pelo próprio nome recebido, já que o nome sobrevive ao nomeado. O nome indica, assim, o possível desaparecimento do nomeado. As implicações que advêm dessas constatações resultam na compreensão do mundo, das coisas, do falar, do viver e do morrer.

O animal é, portanto, um outro. Ele não detêm o poder da palavra. No entanto, ele se aproxima do homem e resiste aos conceitos que este lhe dá. O título da obra sugere a ambiguidade: *O animal que logo sou,* enfim, *que logo sigo*. Quando Derrida recorre a *Gn* 2 para ilustrar a problemática da nomeação, indica o desnível que deriva daí: para ele, há um descompasso na ordem natural das coisas, isto é, o homem chega depois e nomeia os (animais) que lá estavam antes dele (DERRIDA, 2002, p. 38)[1]. Fica evidente a ironia, segundo o filósofo, o que conduz a uma encruzilhada: o animal interpela o homem, o faz pensar a quem ele segue ou por quem está sendo seguido.

O narrador do *Gênesis* parece ter um cuidado particular no trato com os animais. Esse viés foi pouco observado em razão de uma leitura que sempre privilegiou os aspectos teológicos e antropológicos dos relatos. Os animais podem, sim, ocupar o papel de personagens

1 Nota-se, no entanto, um lapso de Derrida, uma vez que no referido texto do *Gênesis* os animais são criados depois do homem. É somente em *Gn* 1 que os animais são criados antes do ser humano.

importantes nessa trama e constituírem motivos de demora por parte desse narrador. Como lembrou Robert Alter, em *A Arte da Narrativa Bíblica* (2007), somente em dois lugares na *Bíblia* os animais falam: *Gn* 3 e *Nm* 22. No primeiro texto é a serpente que tem a palavra e, no segundo, a jumenta de Balaão. Acusa-se, portanto, uma sutil indicação do narrador para um elemento de ironia no relato sobre o primeiro casal (na narrativa primordial de *Gn* 3) e de crítica bem humorada a um profeta que tem a visão, mas que, na verdade, os olhos (e a boca) que estão abertos são os da jumenta (*Livro dos Números*).

No primeiro relato da criação, contido na *Bíblia* (*Gn* 1,1-2,4a), animais e homens são abençoados com uma fórmula idêntica. No que se refere aos animais, "Deus os abençoou e disse:'sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a água dos mares, e que as aves se multipliquem sobre a terra'" (1,22). A seguir, quando menciona os seres humanos, o narrador informa que "Deus os abençoou e lhes disse:'sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a; dominai sobre os peixes do mar, as aves do céu e todos os animais que rastejam sobre a terra'" (1,28)[2]. O leitor percebe como os animais aparecem subordinados ao ser humano, mas permanece a fórmula de bênção para as duas categorias de criaturas.

Um elemento poderia ter ficado deslocado não fosse a sua importante posição naquele primeiro relato: trata-se do alimento de homens e animais. A narrativa diz sem rodeios que "a todas as feras, a todas as aves do céu, a tudo o que rasteja sobre a terra e que é animado de vida, eu dou como alimento toda a verdura das plantas" (1,30). Fica indicado, assim, que a alimentação humana não será a carne. Para dizer de outra forma, homens e animais se alimentarão de alimentos comuns, isto é, das ervas dos campos. Com Xabier Pikaza (1993, p. 63), pode-se dizer de uma "vinculação vital e de uma negação da violência". Essa é, também, uma abertura de possibilidades para que se possa pensar ecologicamente.

Apesar de tudo isso, é preciso entender melhor o significado do verbo hebraico *rādah* (dominar*)*. Ele ocorre somente em duas ocasiões, no *Gênesis*: 1,26.28. Comumente o verbo é empregado para designar o domínio humano e não o divino. Aqui, o ser humano dominará sobre os animais. A despeito de interpretações que buscam suavizar o emprego

2 Todas as citações deste artigo seguem a *Bíblia de Jerusalém*, 2002.

de tal verbo, ele carrega em si o estigma de uma dominação que, se possível for, pode ser até pela força. Isso é ainda mais salientado pelo uso de outro verbo que aparece somente uma vez no mesmo livro: *kābash*. Pode ser lido em 1,28 e é, frequentemente, traduzido por *subjugar* ou *submeter*.

Em *Gn* 9,3-4 parece haver um desdobramento dessas questões iniciais. Ali já se permite comer carne, com exceção do sangue. Talvez fique estabelecida uma re-leitura de *Gn* 1,29-30 (onde o alimento é somente a verdura da terra para homens e animais) com algo a mais. De qualquer forma, algum tipo de desequilíbrio já foi inaugurado naquela relação anterior, revelando o caráter de preponderância dos homens em relação aos animais e colocando em evidência a ideia do conflito que se instaura. A pergunta que fica é: dominará, de fato, o ser humano sobre o animal? Parece que *Gn* 3 terá algo a sugerir, daqui a pouco.

Há um elemento comum nos textos de *Gn* 1-11: Deus parece estar sempre ausente e (depois) vem ver o que está acontecendo entre as suas criaturas. Isso pode ser lido em algumas oportunidades: a partir de 3,8, Deus passeia no jardim e toma conhecimento da desobediência humana; no relato fratricida, Ele pergunta a Caim onde está Abel (4,9); no episódio da torre de Babel (11,5), ele desce para ver a torre (e a cidade) que os homens estão construindo. O texto citado por Derrida é, exatamente, 2,19, onde Deus traz todos os animais diante do homem para ver que nome este lhes imporia.

O *para ver* de Deus (em hebraico, *lir^{e}'ôt*) despertou a curiosidade do filósofo, atraindo-o para o aprofundamento da questão: "YHWH Deus modelou então, do solo, todas as feras selvagens e todas as aves do céu e as conduziu ao homem para ver como ele as chamaria" (2,9). Para Derrida, pode-se afirmar que, neste momento, Deus se abre à possibilidade de se surpreender com a palavra humana que nomeará os animais[3].

Esta é a oportunidade na qual Derrida introduz uma de suas reflexões: o assujeitamento do animal em relação ao homem e tudo o que pode advir desta prática. Todo o desenvolvimento tecnológico, as pesquisas, os conhecimentos em zoologia e genética que contribuíram

3 No episódio de Noé, em *Gn* 8,8, novamente a expressão aparece no relato da pomba que é solta '*para ver*' se as águas baixaram sobre a terra. Sobre este pormenor, Derrida não se pronunciou. Nele parece haver uma ambiguidade: é a pomba ou Noé que verá se as águas baixaram?

fortemente (e por que não dizer inteiramente) para uma maior sujeição do animal ao homem. A industrialização, o adestramento, os clones e tudo o mais que, em genética, subjuga os animais são os indícios mais evidentes da violência e da barbárie contra eles. Tudo isso, porém, em prol do bem-estar humano que muito pouco se preocupa com o bem-estar dos animais.

3 UM NOMEIA E OUTRO PERGUNTA: A PALAVRA E OS OLHOS

Quando o terceiro capítulo do *Gênesis* é introduzido, à serpente é permitida a palavra: "A serpente era o mais astuto de todos os animais dos campos que Iahweh Deus tinha feito. Ela disse à mulher: 'Então Deus disse: Vós não podeis comer de todas as árvores do jardim?'"(*v.*1). É sintomático que ela surja no cenário e se dirija, sem mais, à mulher. O narrador cuida para que, cumprida sua função no relato, a serpente saia de cena e deixe o leitor com uma série de problemas nas mãos. Tais problemas perpassarão toda a *Bíblia* e ficarão à espera de respostas. O diálogo se inicia com uma pergunta que é naturalmente respondida pela mulher, já que não lhe causa nenhum estranhamento o fato de a serpente lhe dirigir a palavra.

A serpente possui a palavra e faz uso dela. Não se diz quem lhe deu a palavra, ela já aparece falando. Nota-se que a introdução do seu discurso é preparada com a mesma expressão verbal que se usa até mesmo para Deus e para os profetas ou outras figuras bíblicas importantes: *wayy'omer* (e disse). Em suma, um verbo bastante comum. É um diálogo paradigmático que coloca pela primeira vez na *Bíblia* (em nível de reflexão) a questão sobre o bem e sobre o mal, a despeito da menção feita em 2,17.

Apesar de tudo isso, nota-se que o léxico da serpente é modesto, porém, incisivo:

- "Então Deus disse: vós não podeis comer de todas as árvores do jardim?"(3,1);
- "Não, não morrereis! Mas Deus sabe que, no dia em que dele comerdes, vossos olhos se abrirão e vós sereis como deuses, versados no bem e no mal"(3,4-5).

Ela fala com a mulher, única e exclusivamente. Não fala com o homem e nem com Deus. Ele (Deus), aliás, parece não permitir que ela diga nada e com isso o texto poderia sugerir que a distância original entre

Criador e criatura está sendo mantida. Em contrapartida, a serpente se aproxima do ser humano um pouco mais, já que fala com a mulher. Em outras palavras, ela influencia a mulher (*'ishāh*) que influenciará o homem (*'îsh*). Nesse sentido, ela se coloca em um patamar ligeiramente superior, é capaz de persuadir. A imagem dos olhos que se abrem é uma rica metáfora não só na *Bíblia* (3,5).

Os capítulos dois e três estão em diálogo, se interdependem. Eles se destacam – temática e terminologicamente – daqueles que estão ao seu redor: o primeiro e o quarto. É possível, então, aproximá-los para que isso seja verificado:

E YHWH Deus deu a homem este mandamento: podes comer de todas as árvores do jardim. Mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás, porque no dia em que dela comeres terás que morrer (2,16-17).	Então Deus disse: vós não podeis comer de todas as árvores do jardim? (3,1)
	Não, não morrereis (3,4)
	Comeste então da árvore que te proibi comer? (3,11)
Os dois estavam nus, o homem e sua mulher, e não se envergonhavam (2,25)	Tive medo porque estou nu e me escondi (3,10)
YHWH Deus (2,4b.5.7.8.9.16.18.19.21.22)	YHWH Deus (3,1.8.9.13.14.21.23)
O éden (2,8.10.15)	O éden (3,23.24)

Um dos pontos de destaque reside no fato de que o homem havia nomeado (também) a serpente. Isso se se leva em conta, como indicado, a relação de interdependência existente entre esses capítulos. No entanto, o animal nomeado é capaz de estabelecer um diálogo provocativo. Quando o narrador ressalta a sutil sonoridade que o hebraico revela, os elementos literários do texto ganham relevo: ele parece sugerir uma associação entre *'arûm* e *'êrōm*, respectivamente, em *Gn* 3,1 e 3,7, *astúcia* e *nudez* (ALTER, 2008, p. 57). O substantivo hebraico *'arûm* é derivado de *'arôm*, que significa ter cuidado, acautelar-se, receber conselho astuto, ser prudente (HARRIS, 1998, p. 1172). Embora o termo comumente tenha sido tomado com conotações negativas, surpreende

que a *Bíblia* grega (Septuaginta) o tenha traduzido por *phronimós*, cujo significado principal é sensatez. Pode significar, também, perfeito juízo, espírito reflexivo, presença de alma e/ou consciência de si mesmo (PEREIRA, 1951, p. 604). É oportuno recordar que *phronésis* é um termo caro ao pensamento de Aristóteles. O filósofo macedônio dedica todo o *Livro VI* da sua *Ética a Nicômaco* a tratar dos significados desse termo. Além dele, é a mesma sensatez recuperada e sugerida no *Evangelho de Mateus* (10,16), estando relacionada, ainda, à serpente.

Fica explicitado, portanto, a astúcia (‘*arûm*) da serpente em contraste paronomástico com a nudez-inocência (*‘êrōm*) do ser humano. Estes e outros elementos mostram a viva impressão do narrador que oferece um relato bem construído e com inteligente reflexão sobre diversos ângulos da relação homem-animal. Assim, se a preocupação de Derrida é com a resposta do animal ao olhar humano, no *Gênesis* ocorre exatamente o contrário: o animal pergunta ao ser humano e – o que aqui se torna um *plus* – este lhe responde e passa a pensar segundo suas categorias. Note-se que a mulher olhará de modo novo para a árvore, tendo aguçados os seus sentidos de visão e paladar, bem como a faculdade de entendimento (3,6).

A palavra aproxima e distancia. A mulher aceita a proximidade da serpente. É tanto que responde, abrindo a possibilidade da volta, da cumplicidade. Ela dá crédito ao que foi perguntado, ao que foi indagado. Mais ainda, ao que foi dito. É assim que a mulher se *com*-porta: ela se-volta-para a serpente. A mulher toma do fruto, come e depois o dá ao seu homem (literalmente). O latim da Vulgata é direto: *viro suo*. Ela não come sem antes ver que tal fruto é formoso, bom e desejável. Aqui uma surpresa: o relato diz que o homem estava com ela, indicado pela preposição hebraica ’*îm*, que caracteriza proximidade e (por que não?) a cumplicidade de que se falou acima. É uma realidade tão forte que *os dois* se percebem nus, juntos, mas com os olhos abertos, agora.

4. UM JOGO DE CAÇA E DE PALAVRAS: ABEL E CAIM

Depois dos relatos iniciais referentes à criação, nomeação e diálogo com a serpente, um evento emblemático gira em torno do problema de dois irmãos: Abel e Caim. Uma segunda vez que um animal é mencionado, no texto, ocorre quando, em *Gn* 4,2, o narrador avisa que Abel era pastor de ovelhas. Parece, então, que somente no

horizonte secundário do texto os animais estão presentes, mas o relato fratricida sugere mais.

A história dos dois irmãos ultrapassa a relação natural entre eles, colocando como que em um plano selvagem as evidências mais profundas da inveja de Caim. O léxico desse conjunto textual é revelador e pode ser rapidamente resumido. Em *Gn* 4,7 lê-se: "não jaz o pecado à porta, como um animal acuado que te espreita, podes acaso dominá-lo?" Essa pergunta de Deus a Caim contextualiza o momento onde ele se encontra irritado por ter tido sua oferta rejeitada e a de seu irmão aceita.

O relato faz uso do verbo *rābats*, que pode ser traduzido por *jazer* ou *estar deitado*. É a primeira das 30 ocorrências desse verbo na *Bíblia Hebraica*. É usado, especialmente, em imagens de animais deitados, particularmente rebanhos (SCHÖKEL, 1997, p. 604). Em *Gn* 4,7, *rābats* aparece em um sentido figurado, oferecendo uma janela que permite supor que o pecado *jaz* como um animal à espreita. Embora isso seja muito discutido nas reflexões teológicas, é possível vislumbrar a justaposição que o narrador faz ao aproximar o comportamento de Caim de um comportamento animal, antecipando o final da cena: Caim, na verdade, está à espreita de Abel e, no ato seguinte, vai matá-lo.

Atrelado ao verbo citado, aparece um outro de igual importância: *māshal*. É traduzido, comumente, por *dominar* e sua posição no relato sugere uma pergunta retórica: acaso se pode dominar o pecado? Não estaria Abel quase na condição de um animal que está sendo caçado por Caim? Os papéis agora se invertem e, para dizer de outra forma, um e outro dos irmãos são animais a seu modo. O caso fica confirmado pela ira de Caim que o leva a matar Abel.

O uso desses dois verbos destacados é oportuno para lembrar a relação conflituosa que se estabelece entre os irmãos. O leitor é levado a visualizar uma cena de caçada entre seres humanos. Pode ser uma irônica referência do narrador que mostra a condição de animal que está presente, também, nos homens, o que leva a resultados extremamente catastróficos. Se no relato da serpente o que se instaura como novidade é uma ideia, uma abertura de olhos ornada de uma inteligente indagação sobre o bem e o mal, em Caim e Abel encontra-se a crua realidade de um irmão que mata o outro por cultivar, dentro de si, uma ira que se torna incontida.

5 ANTES QUE NOÉ ENTRE NA ARCA: ALGUMAS LINHAS APRESSADAS

É desnecessário retomar toda a narrativa sobre o dilúvio já que, com uma passada de olhos sobre *Gn* 6-9 se poderá ter clareza do relato. No que se refere ao conjunto do texto sobre Noé, pode-se avaliar o ângulo pelo qual os animais são tomados. Quando se fala na arca pensa-se, comumente, nos animais em primeiro lugar, raramente pensa-se nos homens. Notamos que estes, de alguma forma são preteridos.[4]

Salta aos olhos a riqueza de detalhes com que a narrativa realça os animais, até muito mais que os seres humanos. No transfundo do texto fica evidenciado que "toda a carne" (6,13) perece exatamente por causa da falta humana. A menção à família de Noé é feita muito discretamente no texto, dando até a impressão de que, a partir da ordem divina, a arca fora feita para os animais. É preciso que um texto do *Novo Testamento* diga quantas pessoas havia na arca, um número estranhamente reduzido.[5]

Depois da ordem de entrada na arca, Deus diz que Noé deve recolher tudo o que é alimento "para ti e para eles" (6,21). O *para eles* é uma referência explícita aos animais. Em boa parte das ocorrências em que Noé é citado, aparecem com ele os animais: "Deus se lembrou então de Noé e de todas as feras e de todos os animais domésticos que estavam com ele na arca" (8,1). Em outro lugar o texto diz: "estabeleço minha aliança convosco (...) e com todos os seres animados que estão convosco: aves, animais, todas as feras, tudo o que saiu da arca" (9,9-10).

Nem tudo, no entanto pode ser entendido como elemento favorável aos animais. Aqui reaparece a perspectiva do domínio humano sobre eles como já indicado acima. O relato do dilúvio é concluído com a afirmação de que a descendência de Noé deve ser o "medo e o pavor de todos os animais da terra e de todas as aves do céu, como de tudo

4 Em Agosto de 2008 foi lançado, nos Estados Unidos, um filme chamado *The Day the Earth Stood Still* (no Brasil, *O Dia em que a Terra Parou*, 2009). Trata-se de um *remake* de 1951 em cujo enredo está em jogo a questão ambiental no planeta terra, sugerindo, explicitamente, o fim dos seres humanos. Além disso, rapidamente se percebe que se trata de uma nova arca de Noé onde os homens não serão recolhidos. Na mesma direção está *Knowing* (no Brasil, *Presságio*), lançado em 2009.

5 A *Primeira Carta de Pedro*, no *Novo Testamento*, diz que são oito pessoas as que foram salvas: 3,20.

o que se move sobre a terra e de todos os peixes do mar" (9,2). Parece ser uma nova abertura da criação, porém, caracterizada por uma relação mais pautada no conflito entre homens e animais. Isso fica explicitado, também, pela permissão de agora se poder comer carne e não mais somente a verdura da terra (9,3).

6 O *QOHÉLET* COMO UMA JANELA: CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro bíblico de *Qohélet* (nome hebraico) ou *Eclesiastes* (nome grego) contém uma passagem que ajuda a alavancar estas reflexões. Trata-se de 3,19-21:

> Quanto aos homens penso assim: Deus os põe à prova para mostrar-lhes que são animais. Pois a sorte do homem e a do animal é idêntica: como morre um, assim morre o outro, e ambos tem o mesmo alento; o homem não leva vantagem sobre o animal, porque tudo é vaidade. Tudo caminha para um mesmo lugar: tudo vem do pó e tudo volta ao pó. Quem sabe se o alento do homem sobe para o alto e se o alento do animal desce para baixo, para a terra?

Este é sem dúvida, um dos textos que mais dividem a opinião dos intérpretes da *Bíblia*. Por esta razão é até chamado de *crux interpretum*, isto é, uma encruzilhada na interpretação. No teor de suas linhas fica latente que a morte iguala. Para o autor de *Qohélet*, o homem não está em vantagem em relação aos animais. Sem entrar nas considerações de conteúdo redacional sobre a época das duas obras (*Gênesis* e *Qohélet*), fica claro que há uma interdependência literária nos dois livros bíblicos: a referência ao *Gênesis* é explícita em mais de uma oportunidade e em mais de um texto, como se observa a seguir:

Gênesis	***Qohélet***
Insuflou em suas narinas um hálito (*ruah*) de vida (2,7)	Ambos tem o mesmo alento (*ruah*, 3,19)
Pois tu és pó (*afar*) e ao pó voltarás (3,19)	Tudo vem do pó (*afar*) e tudo volta ao pó (3,20)
Morreu tudo o que tinha um sopro (*ruah*) de vida nas narinas (7,22)	Quem sabe se o alento (*ruah*) do homem sobe para o alto e se o alento do animal desce para baixo (3,21)

A crueza do pensamento de *Qohélet* é significativa e não raro provoca certo estranhamento em seus leitores. O fato, porém, é que há uma incerteza sobre o destino último de homens e animais. Sendo assim, a opção do autor parece ser a de sugerir que todos são iguais perante a morte. Ele não parece estar afirmando uma imortalidade da alma, mas sugerindo, de maneira retórica, que ninguém sabe para onde vai o alento e, por isso, como identificar entre alento e alento?

Seja como for, o que se pode concluir de tudo isso é que os animais aparecem fortemente destacados nos relatos bíblicos e, em alguns consideráveis casos, em pé de igualdade com o ser humano. O *Livro do Gênesis* apresenta narrativas que, tanto discreta quanto mais explicitamente, colocam os animais em um surpreendente nível de diálogo espacial e psicológico com o ser humano. Fica claro que a sorte humana e a sorte dos animais caminham juntas sobre a terra (*Qohélet*) e este é um viés para que se pense o lugar de ambos no planeta. A noção de *oikoumene* (casa comum) atrelada etimologicamente (e não só) a todo o pensar sobre a ecologia, é fortemente despertada e implica uma tomada de consciência sobre o outro e cada um, mesmo que este outro seja um animal.

Não se trata, porém, de um animal-metáfora, mas de um animal real, um gato real, como nas primeiras linhas de Derrida. Ele sugere, assim, a noção de animal-estar: o animal é contemplado por outro animal, mas à diferença do animal-animal, o homem experimenta a vergonha da nudez. A conclusão pode ser a que se segue: o animal, portanto, não *está* nu porque ele *é* nu. Assim, a passagem da nudez para a vestimenta se configura como aspecto mediado pela técnica. O homem deixa de ser nu porque tem o sentido da nudez (pudor e vergonha).

Parece haver uma fina compreensão do narrador de *Gênesis* ao considerar, a seu modo, todo um bestiário que convive com o ser humano e até o interpela, como Derrida o percebeu. Além disso, nota-se, também, que a narrativa primordial não é tão ingênua ao ponto de passar ao largo de uma relação conflituosa que ainda hoje se estabelece entre homens e animais. Mesmo assim, essa percepção, não raro, torna-se fina ironia pelo uso consciente de verbos e expressões cuja sonoridade remete a coisas não ditas, dando vivacidade e coerência à narrativa e sinalizando, também, um novo pensar relacional que leve em conta a convivência e o bem-estar no mundo.

REFERÊNCIAS

ALTER, Robert. **A arte da narrativa bíblica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Antigo Testamento e Novo Testamento. São Paulo: Paulus, 2002.

DERRIDA, Jacques. **O Animal que logo sou** (a seguir). São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

FRYE, Northrop. **O código dos códigos:** a Bíblia e a literatura. São Paulo: Boitempo, 2004.

HARRIS, Laird. R. (Org.). **Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento.** São Paulo: Vida Nova, 1998.

PEREIRA, Isidro. **Dicionário grego-português/português-grego**. Porto, 1951.

PIKAZA, Xabier. **Antropologia Biblica:** del árbol del juicio al sepulcro de pascua. Salamanca: Sígueme, 1993.

SCHÖKEL, Luis Alonso. **Dicionário bíblico hebraico-português**. São Paulo: Paulus, 1997.

Artigo recebido em: 06/3/2013
Aceito para publicação em: 09/7/2013

SEGUNDA PARTE

HISTÓRIA

O movimento integralista em petrópolis (1933-1938)

*Alexandre Luís de Oliveira**
*Leandro Pereira Gonçalves***
*Priscila Musquim Alcântara****

RESUMO

Este trabalho tem como base pesquisas realizadas em jornais de circulação em Petrópolis na década de 1930 e publicações referentes à Ação Integralista Brasileira na cidade. Essas referências são a favor ou contrárias ao movimento, mas permitem identificar principais inimigos do integralismo, seus parceiros, suas expectativas e planos para o futuro do município. O trabalho também analisa a relação dos integralistas com outros movimentos de grande atuação na cidade como o nazismo e a Aliança Nacional Libertadora, e os embates ideológicos e físicos entre os integralistas com grupos vistos como opositores. O movimento integralista em Petrópolis teve início em 1933 e recebeu grande apoio na cidade por se tratar de um local com grande conservadorismo, tanto por influência Católica, quanto pela preservação do *status* dos descendentes da monarquia brasileira, contribuindo para a permanência de um discurso em prol da ordem e da busca pelo nacionalismo, desejados pelos integralistas. O ano de 1935, para o núcleo integralista da cidade, foi muito tumultuado, pois logo após sediar o II Congresso Nacional Integralista, o movimento enfrentou duros conflitos contra os membros da Aliança Nacional Libertadora, tendo como resultado a morte de um operário e uma greve geral com duração de nove dias.

Palavras-chave: Integralismo. Autoritarismo. Petrópolis.

ABSTRACT

This work is based on research in newspapers of the city of Petropolis in the 1930s and publications of the Ação Integralista Brasileira´s members in the city, these references in favor or opposed the AIB, but identifying

*Mestrando em História pelo UFJF. Integrante do Grupo de Pesquisa Integralismo e outros movimentos nacionalistas (UFF/CNPq). alexandreluisdeoliveira@ig.com.br

**Doutor em História Social pela (PUC-SP) com estágio (Investigador Visitante Júnior) no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL). Professor Substituto da UFJF. leandropgocalves@gmail.com

***Doutoranda em História pela UFJF. pris_alcantara@ig.com.br

the main enemies of integralism, its partners, their expectations and future plans of the municipality. The work also examines the relationship of integralists with other movements of great acting in the city such as Nazism and the Aliança Nacional Libertadora – ANL (National Liberation Alliance), the physical and ideological clashes between the integralists groups seen as opponents. The integralist movement in Petropolis began in 1933, and received wide support in the city because it is a place with great influence both on Catholic conservatism, the preservation of the status of the descendants of the Brazilian monarchy, contributing to the maintenance of order and search for nationalism, and this was so desired by the integralists. The year of 1935 for the integral core of the city was very tumultuous. After hosting the Second National Congress Integralista, the movement has faced harsh conflicts against members of the National Liberation Alliance, resulting in the death of a worker and a strike usually lasting nine days.
Keywords: Integralism. Authoritarianism. Petropolis.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo analisar o funcionamento do núcleo integralista em Petrópolis. Para melhor entendimento sobre a criação do movimento integralista, foi feita uma discussão acerca das mudanças ocorridas no Brasil no final da década de 1920 e início da década de 1930, quando o cenário econômico mundial obrigou mudanças nas formas de governo. Nesse contexto, vários são os grupos de intelectuais que surgiram no âmbito nacional e que desejavam fazer parte do governo devido ao momento de instabilidade ideológica. Plínio Salgado foi um desses intelectuais que via as transformações sociais, políticas e econômicas da década de 1930 como uma possibilidade de colocar em prática seus anseios por uma nova sociedade.

A Ação Integralista Brasileira[1] foi criada oficialmente em 1932, mas Plínio já vinha idealizando suas propostas há alguns anos. O integralismo ganhou vulto no cenário nacional, chegando à cidade de Petrópolis em 1933. Este artigo também pretende analisar a formação do núcleo integralista na cidade, seus sub-núcleos, as principais lideranças, e como funcionou sua organização, com ênfase

1 Daqui por diante usaremos apenas a sigla AIB.

nas publicações em periódicos. A utilização de periódicos publicados no município, como **Tribuna de Petrópolis, Jornal de Petrópolis, Pequena Ilustração** e o próprio jornal do núcleo integralista de Petrópolis, intitulado **A Marcha,** serviram como base para o estudo e as analises aqui apresentada.

Os principais bairros da cidade de Petrópolis, desde o centro até seu distrito mais distante, sediaram núcleos ou sub-núcleos integralistas. Essa organização do movimento era vista com bons olhos pelo núcleo nacional e pode ter contribuído para que Petrópolis fosse escolhida para sediar em 1935, o II Congresso Nacional Integralista, que reuniu inúmeros camisas-verdes de todas as regiões do país e também contou com a presença do chefe nacional, Plínio Salgado.

Para o movimento integralista na cidade, 1935 representou um ano muito tumultuado. O movimento, embora bem estruturado, teve que lidar com a Aliança Nacional Libertadora, grupo que fazia oposição a AIB. Lançada oficialmente em março daquele ano, no Rio de Janeiro, chegou a Petrópolis meses depois, encontrando algumas fábricas da cidade em greve. Como um dos objetivos da Aliança Nacional Libertadora (ANL) era a luta do operariado por melhores condições de trabalho, a ideologia ganhou destaque nos meios fabris da cidade, deixando os integralistas em alerta. Os conflitos entre AIB e ANL em Petrópolis não tardaram. Quando os integralistas se sentiram prejudicados pelo avanço das ideias aliancistas na cidade e com a instalação de núcleos da ANL em bairros onde os integralistas já tinham estabelecido unidades. O movimento integralista foi declarado como uma organização ilegal no ano de 1937, com o golpe do Estado Novo, empreendido por Getúlio Vargas. Entretanto, o movimento continuou em Petrópolis, articulando-se na ilegalidade até início de 1938, quando a polícia local destruiu a sede do núcleo.

O processo de escolha do tema foi motivado pela carência nas pesquisas sobre o assunto em Petrópolis. As produções historiográficas petropolitanas privilegiam a temática do império, da arquitetura e da elite, sendo raras as produções a respeito de conflitos sociais e de ideologias políticas que acabaram sendo consideradas ilegais e subversivas, como o nazismo, o fascismo, comunismo e o integralismo.

2 O CENÁRIO POLÍTICO E ECONÔMICO DO BRASIL: DÉCADAS DE 1920 E 1930 E A FORMAÇÃO DA AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA

Podemos identificar a década de 1920 em São Paulo como fonte de inspiração para a formação do movimento de Plínio Salgado. Como destaca Leandro Pereira Gonçalves, São Paulo, em 1920, foi o local onde os grupos de intelectuais se reuniam em busca de uma identidade nacional (GONÇALVES, 2008). O principal objetivo dos grupos era a busca de uma forma de governo efetivamente favorável ao Brasil, ou seja, o nacionalismo era a principal questão de discussão de todos os grupos envolvidos. Nos momentos de turbulência política do Brasil, esses intelectuais defendiam principalmente seus interesses de classe e no momento do entre-guerras, eles intelectuais não aceitavam mais a Europa como objetivo, era necessário formar um estado forte, que superasse o estrangeirismo. A Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo, em 1922, foi o marco principal da apresentação dessas ideias intituladas inovadoras, mas "Para Mário de Andrade, um dos idealizadores do evento, o modernismo foi uma ruptura, mas com revestimento diretamente importados da Europa" (GONÇALVES, 2008, p. 83-84).

O resultado da Semana de Arte Moderna foi a organização de vários grupos ideológicos. O primeiro deles foi o Manifesto da Poesia Pau-Brasil, de Oswald de Andrade em 1924, que tinha como objetivo a assimilação da cultura do inimigo estrangeiro para que na sua fundição com o elemento primitivo nacional resolvesse os problemas da questão de dependência cultural. Em 1928, Oswald de Andrade lança o Manifesto Antropofágico, que tinha como base o Manifesto do Partido Comunista e busca reunir culturas na formação nacional brasileira e que na utopia é que surge a força para impulsionar o processo das transformações sociais (GONÇALVES, 2008).

Resultado também da Semana de Arte Moderna de São Paulo, Plínio Salgado juntamente com Cassiano Ricardo, formaram o Movimento Verde-amarelo, divulgado em 1929. O Manifesto do verde-amarelismo surgiu na contramão dos Manifestos da Poesia do Pau-brasil e Antropofágico de Oswald de Andrade. O grupo tinha como base de discurso o nacionalismo cultural e político e surgiu no contexto dos movimentos totalitários na Europa (GONÇALVES, 2008). Defendia o lugar concreto do território na formação do nacionalismo, diferentemente

do pensamento de Mário de Andrade, que recorria ao lado cultural na formação do nacional (PADILHA, 2004, p. 2).

No cenário político brasileiro, a transição entre 1920 e 1930 traz grandes transformações. Em 1929, o então presidente da República, Washington Luís precisava indicar um candidato à sucessão presidencial. O esperado era que se indicasse um candidato mineiro. Mas a opção de Washington Luís frustrou as expectativas, sendo lançado o nome de Júlio Prestes, candidato representante de São Paulo rompendo assim o acordo tácito com Minas Gerais cuja elite política esperava ver um representante mineiro ocupando a Presidência da República. Essa divergência abriu espaço para que outras disputas e pretensões, sufocadas anteriormente pudessem ressurgir. (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 389-390).

Por outro lado, setores insatisfeitos com o sistema de governo oligárquico apostaram na candidatura de Getulio Vargas, pela Aliança Liberal que dentre suas propostas podemos citar: reformas no sistema político, voto secreto e fim das fraudes eleitorais, além da anistia para os perseguidos políticos e da defesa de direitos sociais, como jornada de oito horas de trabalho, férias, salário mínimo, regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores. (PANDOLFI, 2007, p. 16). Com essas reformas, o governo brasileiro passaria a ter uma presença maior nas relações trabalhistas, com ações que incluíam a regulação do tempo de trabalho e mediação de salários. A Aliança Liberal visava sistematizar cada vez mais o trabalho no Brasil, que ainda sofria carência de leis específicas.

Outra proposta de transformação e talvez a mais enérgica delas consistia em uma economia diversificada, com o estímulo da produção de outros produtos agrícolas além do café, e diminuição das disparidades regionais. (PANDOLFI, 2007, p. 16). Essa foi uma das propostas da Aliança Liberal que mais perturbou os interesses econômicos da época, pois o café era a base econômica do Brasil e São Paulo, o estado com maior rentabilidade. A ideia de diversificar a economia e igualar os estados politicamente contrariava os ideias da elite paulista, e com isso, Júlio Prestes era o melhor candidato para os interesses deste grupo.

Em março de 1930, Júlio Prestes candidato da situação saiu vitorioso. Após a derrota de Vargas, alguns membros da Aliança Liberal já davam o caso como perdido. Entretanto outra parte articulava uma

tomada de poder a força. Encabeçaram o movimento os tenentes. Um fato contribuiu para os revoltosos: a morte de João Pessoa, candidato e vice-presidente na chapa de Vargas. Embora as razões do crime tenham sido passionais, o fato foi encarado como conspiração. Pessoa foi transformado em mártir do movimento. (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 389-390).

No dia 3 de novembro, Getúlio Vargas assumiu a chefia do Governo Provisório do Brasil, fechando, de imediato, o Congresso Nacional e as Assembléias Estaduais. Governadores de estado foram depostos e a Constituição de 1891 foi revogada. O chefe do governo provisório passou a governar o país por meio de decretos-lei (PANDOLFI, 2007, p.17).

Esse movimento é tratado por grande parte das análises historiográficas sobre o período como Revolução de 1930. Segundo a análise de Boris Fausto sobre o movimento, nenhum dos grupos participantes do processo pode oferecer ao Estado as bases de sua legitimidade. Por conta disso, seguiu-se um governo baseado no estado de compromisso entre as várias facções (FAUSTO, 1972, p. 38).

As instabilidades e agitações marcaram o ano de 1932 no meio civil e militar. Vários grupos se digladiaram para influenciar o recente governo, que ainda se encontra em período de organização. Essas instabilidades no país resultaram na Revolução Constitucionalista, em que forças paulistas que se sentiam desfavorecidas com o governo centralizador de Vargas organizaram um levante, a fim de reaverem privilégios perdidos com a Revolução de 1930. Em outubro de 1932, tropas federais colocaram fim ao levante, mas os derrotados paulistas conseguiram algumas reivindicações, como a promessa de reconstitucionalização do País e um interventor paulista e civil em São Paulo (PANDOLFI, 2007, p. 23).

Todos esses movimentos tinham um objetivo central, incorporar-se na formação de um novo governo, para defender seus interesses de classe e ideológicos. As transformações ocorridas na década de 1920 foram fundamentais para o desenvolvimento desses movimentos ideológicos. O movimento integralista não fugiu a essas transformações e nasceu na década de 1930, mas com bases ideológicas fincadas na década de 1920.

Segundo Hélgio Trindade, a AIB surgiu no contexto nacional

também com o intuito de fazer parte do governo que estava em formação. A fundação da AIB nesse contexto, não é, portanto, um fato isolado, e sim resultado da cristalização das ideias radicais de direita no Brasil nos anos 1930 e da convergência dos movimentos precursores que Plínio Salgado buscou integrar. (TRINDADE, 1979).

Outros grupos políticos que também marcaram a formulação do integralismo foram a Ação Social Brasileira (Partido Nacional Fascista), Legião Cearense do Trabalho, Partido Nacional Sindicalista e o movimento monarquista intitulado Ação Imperial Patrionovista, que traziam consigo um grande sentimento de defesa dos valores nacionais. A criação da Sociedade de Estudos Políticos - SEP em 24 de fevereiro de 1932 e do jornal **A Razão** prepararam terreno para que no dia 07 de outubro do mesmo ano fosse oficialmente fundada a AIB, por Plínio Salgado e outros, como, Alfredo Buzaid, San Thiago Dantas, Rui Arruda, Almeida Sales, Alpinolo Lopes Casali e Angelo Simões Arruda (RIBEIRO, 2004).

O jornal **A Razão**, uma das primeiras formas de divulgação das ideias de Plínio Salgado, ajudou na criação das principais condições para que se tornasse possível a organização dos adeptos de seus ideais. A SEP serviu como base de encontro para reflexões ideológicas e de estruturação para o Manifesto de 1932 (OLIVEIRA, 2004).

Outra influencia importante para a formação do integralismo foi a viagem de Plínio Salgado ao exterior em 1930. Durante sua permanência na Itália, teve contato com a doutrina fascista, que refletiu no discurso integralista. Como explica Dulce Chaves Pandolfi, o Integralismo foi "inspirado no fascismo italiano" (PANDOLFI, 2007, p. 31).

O interesse integralista, já presente no Manifesto de 1932*,* era defender uma política extremamente nacionalista com bases no conservadorismo, tendo como forma de organização social a manutenção da propriedade, com combate ao cosmopolitismo, para que com isso fosse defendida uma sociedade forte no formato tradicionalista. O fascismo não é adotado no Brasil pelos integralistas da mesma forma que funcionou na Itália, já que o Brasil não apresentava a mesma conjuntura econômica européia. (GONÇALVES, 2008).

A AIB teve um crescimento rápido e expressivo. Em abril de 1933, foi realizado o seu primeiro desfile público em São Paulo e em fevereiro de 1934 integralistas de todo o Brasil se reuniram em Vitória,

no Espírito Santo, para a realização do I Congresso Nacional, em que foi organizada a estrutura diretiva, com a aprovação dos estatutos, diretrizes integralistas, criação de uma milícia partidária além das definições sobre o aspecto religioso do movimento. Criaram-se também os departamentos de Doutrina, Propaganda, Milícia, Cultura Artística, Finanças e de Organização Política (OLIVEIRA, 2004).

A AIB chegou a reunir entre 500 mil a 1 milhão de militantes[2], o que fez do movimento o primeiro partido de massa e nacionalmente organizado. E contou com mais de três mil núcleos integralistas espalhados por todo o território nacional. (RIBEIRO, 2004).

Os anos de 1934 a 1937 são identificados como de ápice do movimento integralista, estruturando-se em executivos nacional, regional, órgãos consultivos, como a Câmara dos 40 e a Câmara dos 400, e também contando com núcleos Municipais (RIBEIRO, 2004). Emerson Nogueira Santana indica o ano de 1936 como o auge da atuação do integralismo no Brasil, destacando que esse ano ficou conhecido como "ano verde", fazendo referência à camisa verde que fazia parte do uniforme integralista (SANTANA, 2006, p. 36).

3 A CIDADE DE PETRÓPOLIS NA DÉCADA DE 1930

Petrópolis, localizada na região serrana fluminense, foi fundada no ano de 1843 para servir como cidade de veraneio da Família Imperial. Devido a sua proximidade com o Rio de Janeiro, foi constituída por vários casarões que serviam de moradia para a elite política do Império, que seguiram o hábito do imperador e de sua família (TAULOIS, 1995).

A cidade se destacou nos primeiros anos do século XX como o principal centro têxtil fluminense, principalmente na década de 1930. A proximidade com o Rio de Janeiro, o clima propício para a produção e força hidráulica de rios para o maquinário da indústria favoreceu as fábricas e incentivaram o empresariado a investir no município. Essas indústrias pertenciam a empresários do Rio de Janeiro e esse fato já gerava insatisfações por parte dos operários petropolitanos, pois o salário era inferior aos dos trabalhadores cariocas (MARTINS, 1983).

Há registros de mobilizações de operários já nos primeiros anos

2 Não há documentações oficiais de cunho historiográfico em relação ao número de filiados na AIB. A contabilidade oficial do movimento definia aproximadamente 1 milhão de integralistas no Brasil.

do século XX, conforme aponta o estudo feito por Priscila Musquim Alcântara sobre o movimento operário de Petrópolis. Os operários da Companhia Têxtil Cascatinha fizeram greve em junho de 1909. Em maio de 1913, operários da Fábrica de Tecidos Companhia Cometa invadiram a filial do bairro Alto da Serra e destruíram parte do maquinário, fazendo com que os gerentes da fábrica fugissem para a capital, temendo a reação violenta do operariado (ALCÂNTARA, 2009).

A formação social da cidade era bastante diversificada. Petrópolis foi uma cidade que contou com colonos germânicos vindos para o processo de construção e urbanização da cidade ainda no século XIX. Recebeu também um fluxo considerável de imigrantes italianos nas primeiras décadas do século XX.

Cada um desses grupos se articulou de forma diferente com doutrinas em voga na década de 1930, de modo que é possível observar em Petrópolis neste período a recepção de ideais nazistas em grupos que preservavam a cultura germânica, bem como o desenvolvimento de núcleos fascistas dentre o empresariado italiano estabelecido na cidade (ALCÂNTARA, 2009).

Na década de 1930, a cidade viveu um período de agitação, principalmente nas questões econômicas e políticas. As lideranças da situação em Petrópolis apoiaram Washington Luís e seu candidato à presidência. O movimento de 1930 refletiu de forma direta em Petrópolis, pois Getúlio Vargas afastou o então prefeito Ary Barbosa do poder e nomeou o engenheiro gaúcho Yêddo Fiúza para assumir a Prefeitura. Além da instabilidade política, a economia também fora por um período difícil. As indústrias têxteis do município sentiam os impactos da crise de 1929. Frente ao cenário de instabilidade, diferentes ideologias políticas ganharam adeptos na cidade, entre elas, o integralismo. (ALCÂNTARA, 2009).

4 A FORMAÇÃO DO INTEGRALISMO EM PETRÓPOLIS E SUA ESTRUTURA: NÚCLEO E SUB-NÚCLEOS

A Ação Integralista em Petrópolis teve início como núcleo organizado em 1933, tendo como chefe municipal Raymundo Padilha que, posteriormente, também integrou o secretariado nacional da AIB. O primeiro sub-núcleo foi fundado no ano seguinte. O movimento ganhou um número significativo de adeptos e outros núcleos surgiram (MACHADO, 2008).

O integralismo em Petrópolis manteve um veículo de comunicação próprio, o jornal **A Marcha,** que serviu como meio de contato periódico entre os associados, como convocação de reunião, prestação de contas, mensagens do chefe nacional. O jornal funcionava na sede do núcleo municipal, Avenida 15 de Novembro, (atual Rua do Imperador), número 757, centro da cidade, sob a direção dos integralistas Reynaldo Chaves e Jorge Pachá.

O integralismo contou com outros núcleos na cidade. Em 12 de junho de 1934, foi inaugurado o primeiro sub-núcleo, no bairro Itamaraty. A liderança local foi confiada a Francisco Bastos Filho, e também contou com Antonio Alberto Baitelli, secretário distrital de propaganda, Leoni Pastorini, secretário de doutrina e organização política, e Hermínio Viduani, secretário de finanças. O segundo sub-núcleo inaugurado foi o do bairro Cascatinha, no dia 04 de setembro de 1934. Teve como chefe local, Miguel Francisco Scudesi (A MARCHA, 07 set. 1939, p. 3). A intenção era clara: o integralismo tinha como meta chegar a todos os principais bairros da cidade, dos mais centrais até os mais distantes.

5 O II CONGRESSO INTEGRALISTA NACIONAL

É possível encontrar referências ao II Congresso Integralista como sendo realizado no ano de 1936, como ocorre no principal estudo sobre o tema, do cientista político Hélgio Trindade, intitulado **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. Mas os jornais **Tribuna de Petrópolis** e **Jornal de Petrópolis**, bem como a **Revista Pequena Ilustração** noticiam o evento em março de 1935.

Nesse encontro, realizado em três dias, a cidade de Petrópolis, com população estimada em 88 mil habitantes, recebeu cerca de 5 mil integralistas. Plínio Salgado, o chefe da AIB, foi recebido por um piquete de cavalaria, que acompanhou o seu carro da entrada de Petrópolis até o centro. Também compareceram ao Congresso os secretários nacionais Gustavo Barroso, Madeira de Freitas e Evaristo Leite (TRIBUNA DE PETRÓPOLIS, 1935, p. 3).

No Congresso, foram modificados os estatutos da AIB e definidos os parâmetros para o lançamento do movimento como partido político, com a intenção de concorrer nas eleições de 1938. Foi criada a Câmara dos Quarenta, o Conselho Supremo e a Côrte do Sigma, o que sinalizava que a AIB estava cada vez mais estruturada. (MAIO; CYTRYNOWICZ,

2007, p. 43).

A AIB já era um movimento organizado em Petrópolis antes da realização do evento. Posteriormente, o discurso integralista no município voltou-se com mais expressão para os operários, junto aos quais a ideologia da ANL conquistara muitos adeptos.

6 ECLOSÃO DOS CONFLITOS NA CIDADE, INTEGRALISTAS CONTRA ALIANCISTAS.

O ano de 1935 ficou marcado como o ponto máximo dos conflitos na cidade de Petrópolis envolvendo integralistas e aliancistas. Os integralistas, já fixados na cidade desde 1933, achavam-se no direito de não perder espaço e muito menos número de adeptos na cidade. Por outro lado, os aliancistas, recém chegados, encontraram um município já com os ânimos alterados, desde a saída do prefeito Fiúza. Outro ponto importante é que Petrópolis abarcava os principais inimigos da ANL, com presença forte dos movimentos integralista, fascista e nazista, além de uma grande presença católica, com Alceu Amoroso Lima, integrante do Centro Dom Vital e da Liga Eleitoral Católica. Iniciado em 1922 com direção de Jackson de Figueiredo e apoio de D. Leme, O Centro Dom Vital era formado por intelectuais e tinha como objetivo sistematizar estratégias para defender os interesses da elite que o formava, contra os males da sociedade moderna, como a descrença, materialismo, vaidade. Com sua filosofia enraizada na crença Católica, tinha como meta catolicizar as leis e as mentes dos intelectuais. Alceu assumiu a presidência do Centro em 1928, sucedendo a Jackson de Figueiredo, mantendo um princípio doutrinário centrado na autoridade. Alceu ajudou na fundação, no ano 1932, da Liga Eleitoral Católica juntamente com D. Leme, que tinha como objetivo mobilizar o eleitorado Católico para as eleições da Assembléia Constituinte de 1933. (DIAS, 1996) A greve geral de 1935 serviu como base para fortalecer ainda mais a luta aliancista contra a repressão do trabalhador (MACHADO, 2005).

Todos esses conflitos levaram ao trágico nove de junho de 1935. Nesse dia foram convocados militantes aliancistas a comparecerem ao comício promovido pelo Diretório Nacional da ANL, realizado no centro da cidade de Petrópolis. Já no começo do dia, alguns aliancistas foram duramente reprimidos por camisas-verdes, quando estavam colando cartazes do evento em ruas do centro. O resultado foram dois feridos,

um integralista, Matheus Hang e um aliancista, João Becker. O comício foi realizado às 16h na principal praça do centro da cidade, a D. Pedro II. Cerca de mil aliancistas fizeram parte do evento. Após o término, os aliancistas saíram em passeata pelas ruas da cidade. Ao chegarem à frente da sede integralista, Roberto Sisson, representante aliancista, discursou ao público e começaram os protestos contra o movimento integralista, na sede integralista as luzes foram apagadas,

> [...] e em seguida foram disparados tiros contra a multidão ferindo várias pessoas e matando o operário Leonardo Candu de 29 anos. O operário era funcionário da fábrica D. Isabel, onde exercia a função de maçaroqueiro [maquina que transforma a fita de algodão em pavio], era casado com Antonia Candu com quem tinha três filhos, Elza de quatro anos, Genny de dois anos e Mariene de dois meses. (MACHADO, 2005, p. 107).

Já no dia seguinte, foi realizada no Sindicato dos Têxteis de Petrópolis, local que era usado também como sede da ANL na cidade, uma reunião que promoveu uma greve geral na cidade, com ampla aderência dos funcionários das grandes fábricas, entre elas, Cia. Petropolitana, Cometa, D. Izabel, São Pedro de Alcântara, Lanifício Petrópolis, Petrópolis Industrial e a Fábrica Aurora. Também participam da greve os ferroviários e padeiros. Com ampla repercussão no município, o funeral de Candu se transforma em protesto e a multidão que segue o enterro ficou ainda mais furiosa contra a ação tomada pelos integralistas (MACHADO, 2005).

A greve tomou novos rumos. A morte de Candu marcou seu início da greve, mas com o passar do tempo reivindicações se somam às manifestações, como a redução da jornada de trabalho, melhores salários, melhor condições de trabalho, dando continuidade ao movimento grevista e fazendo com que outros locais se unissem ao movimento, como foi o caso de alguns operários da cidade de Magé, na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, que entram em greve em solidariedade ao movimento grevista petropolitano (MACHADO, 2005). Para tentar conter as manifestações e os ânimos, a polícia local recebeu reforço de dois contingentes da polícia de Niterói (ALCÂNTARA, 2009).

Petrópolis enfrentou nove dias de greve nas fábricas maiores. Os resultados foram uma maior repressão da polícia contra os movimentos

grevistas na cidade, o que levou a um confronto direto entre grevistas e policiais na fábrica Santa Helena, com a morte do investigador de polícia José Leopoldo Tinoco. Os aliancistas ligaram o policial morto com o movimento integralista, "o que é comprovado pelas honrarias integralistas em seu sepultamento" (MACHADO, 2005, p. 112).

O ex-prefeito Yêddo Fiúza foi solicitado para mediar o conflito grevista em Petrópolis, por uma comissão de operários. Fiúza aceitou a solicitação e deu início as negociações no Sindicato dos Têxteis. Fiúza contou com o apoio de Luiz Mazavilla e Júlio Muller, membros do Ministério do Trabalho. No dia 21 de junho as fábricas voltaram a funcionar. Os operários tiveram algumas reivindicações atendidas, como a não demissão de nenhum funcionário grevista (ALCÂNTARA, 2009).

No dia 5 de julho foi lançado no Rio de Janeiro um Manifesto aliancista, assinado por Luiz Carlos Prestes, que serviu de pretexto para uma maior vigilância ao movimento em todo o Brasil. O governo de Vargas sentia-se cada vez mais ameaçado, pois cada encontro entre aliancistas e integralistas resultava em sérios conflitos. Vargas também sofria com uma quantidade cada vez maior de denúncias de golpes contra seu governo, o que levou o fechamento da ANL (VIANNA, 2007).

Conflitos entre integralistas e grupos anti-integralistas já haviam ocorrido no Brasil. É o caso de Bauru. A historiadora Lídia Maria Vianna Possas, descreve um conflito ocorrido em três de outubro de 1934, quando o movimento integralista em marcha pelas ruas da cidade enfrentou resistências da Coligação Proletária. Na presença do Chefe Nacional, Plínio Salgado, o saldo do conflito é de um morto e quatro feridos. Ao contrário do conflito de Petrópolis, a vítima em Bauru era integralista, Nicola Rosica, além de quatro integralistas feridos. Através do movimento ocorrido na cidade interiorana de São Paulo, quatro dias depois ocorreu na capital paulista o principal conflito envolvendo integralistas e os grupos oposicionistas, a Batalha da Praça da Sé, que ocasionou o ferimento de 30 pessoas e a morte de vários membros políticos dos dois segmentos presentes, entre eles os integralistas Jayme Barbosa Guimarães e Caetano Spinelli (POSSAS, 1993).

O movimento continua atuando mesmo após os incidentes, mas através do decreto federal de dois de dezembro de 1937, o governo Vargas, após instaurar o Estado Novo, determina o fechamento de todos os partidos políticos brasileiros, e com isso, a AIB entra na ilegalidade

(CALDEIRA, 1999). As atividades do núcleo em Petrópolis continuaram até fevereiro de 1938, quando a polícia invadiu a sede do movimento na cidade apreendendo os arquivos e as armas que estavam no local, pondo fim ao movimento na cidade. (ALCÂNTARA, 2009).

7 CONCLUSÃO

A análise realizada do movimento integralista de Petrópolis mostra que o grupo conseguiu uma boa estrutura na cidade com um núcleo central e vários sub-núcleos que foram se instalando nos principais bairros da cidade. O movimento não se limitou a apenas uma classe social, conforme se procurou demonstrar por meio da análise da composição das fileiras integralistas: operários, militares, comerciantes, industriais e um grande apoio também por parte de membros da Igreja Católica de Petrópolis, especialmente na figura do leigo Alceu Amoroso Lima.

A importância do estudo regional é identificar como as normas estabelecidas pelo núcleo nacional eram colocadas em prática nos municípios. A identificação do movimento através dos jornais locais também é importante, pois o movimento integralista sempre foi muito próximo dos meios de comunicação em especial os jornais, e com isso, podemos identificar como os jornais locais viam o movimento, se havia ampla divulgação ou não das atividades integralistas. No início do movimento integralista em Petrópolis, em 1933, a AIB ganhou grande espaço nos jornais locais.

A intenção do movimento na cidade era desarticular os outros movimentos, nazistas e fascistas, para alcançar cada vez mais adeptos na cidade. Em 1935, quando a ANL se estrutura em Petrópolis, os integralistas tentando preservar suas forças, saem às ruas e enfrentam os aliancistas.

A importância deste estudo é destacar que Petrópolis não é apenas a “Cidade Imperial”, mas também uma cidade que se caracterizou por movimentos sociais expressivos durante as primeiras décadas do regime republicano.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Priscila Musquim. **Petrópolis, 1935: g**reve e conflitos na cidade imperial. 2009. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **Integralismo e política regional**: a

ação integralista no Maranhão. São Paulo: Annablume,1999.

DIAS, Romualdo. **Imagens de Ordem**: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: Historiografia e História. São Paulo: Brasiliense, 1972.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Sumara Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente. Da proclamação da república à Revolução de 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GONÇALVES, Leandro Pereira. Literatura Integralista: o projeto nacionalista de Plínio Salgado. **Revista Eletrônica Cadernos de História**, v. 5, ano 3, n.º 1, abr. 2008.

JORNAL *A MARCHA*, Petrópolis, ano I, n. 14, 1934. Biblioteca Municipal de Petrópolis, Petrópolis/RJ.

JORNAL *TRIBUNA DE PETRÓPOLIS*, Petrópolis, ano XXXIII n. 55. Biblioteca Municipal de Petrópolis, Petrópolis/RJ.

MACHADO, Paulo Henrique. **Pão, terra e liberdade na Cidade Imperial**: a luta antifascista em Petrópolis no ano de 1935. 2005. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Pão, terra e liberdade na Cidade Imperial**: a luta antifascista em Petrópolis no ano de 1935. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2008.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. A Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil. (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estadismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARTINS, Ismênia de Lima. **Subsídios para a industrialização em Petrópolis:** 1850/1930. Petrópolis: Universidade Católica de Petrópolis, 1983.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **"Perante o Tribunal da História**": o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). 2004. 229 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

PADILHA, Leonardo Ayres. História e retórica em Plínio Salgado. In: ANPUH-RJ, 11., 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH, 2004.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estadismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

POSSAS, Lidia Maria Vianna. **O trágico Três de Outubro**: estudo histórico de um evento. Bauru: Universidade do Sagrado Coração, 1993

RIBEIRO, Ivair Augusto. **O Integralismo no Sertão de São Paulo**: um "fascio de intelectuais". 2004. 277 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Franca, 2004.

SANTANA, Emerson Nogueira. Camisas-verdes em marcha no solo mineiro. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 42, Ano 42, n. 1, p. 82-93, 2006.

TAULOIS, Antonio Eugenio. 150 anos da Imperial Colônia de Petrópolis. In: COLÓQUIO SOBRE IMIGRAÇÃO ALEMÃ. 1995, Petrópolis. **Anais...** Petropólis: Instituto Histórico de Petrópolis / Universidade Católica de Petrópolis, 1995.

TRINDADE, Hélgio. **Integralismo** – o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difel, 1979.

VIANNA, Marly de Almeida. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Artigo recebido em: 24/01/2012
Aceito para publicação em: 08/6/2012

JORNALISMO

Sentidos atribuídos ao rivotril na mídia: um estudo de reportagens veiculadas nos sites das revistas Superinteressante e Trip

*Christiane Reis Milagres**

RESUMO

O presente trabalho pretende verificar, a partir do conceito teórico de polifonia desenvolvido pelo filósofo russo Mikhail Bakthin, os sentidos associados aos medicamentos divulgados em veículos jornalísticos nacionais, bem como suas implicações no mercado simbólico contemporâneo. A proposta é apresentar um estudo comparativo de duas reportagens sobre o medicamento Rivotril, com base em suas versões *online*, veiculadas em períodos próximos, entre os meses de abril e julho de 2010, respectivamente, nas revistas *Trip* e *Superinteressante*. A escolha do Rivotril como objeto de estudo deve-se ao fato de o Brasil ser o maior consumidor do mundo em volume de clonazepam, o princípio ativo do remédio.

Palavras-chave: Polifonia. Rivotril. Mídia. Produção Social de Sentidos.

ABSTRACT

This work intends to verify, from the theoretical concept of polyphony developed by the Russian philosopher Mikhail Bakhtin, the meanings associated with the drugs reported in national news vehicles, as well as symbolic implications in the contemporary market. The proposal is to present a comparative study of two reports on the drug Rivotril, based on their online versions, aired in the coming periods, the months of April and July 2010 respectively, in magazines *Trip* and *Superinteressante*. The choice of Rivotril as object of study is due to the fact that Brazil is the world's largest consumer by volume of clonazepam, the active ingredient of that drug.

Key words: Polyphony. Rivotril. Media. Social Production of Meaning.

* Mestre em Comunicação e Cultura (UFRJ); Docente dos cursos de Jornalismo e Publicidade do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. cmilagres@bol.com.br. chrismilagres@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea encontra-se em um momento singular, de transformações significativas provenientes, em especial, do advento das novas tecnologias informacionais e da crise dos metadiscursos da modernidade. Em outras palavras, quer dizer que estamos diante de um processo global (em curso) de natureza tecno-organizacional, baseado na rearticulação das instâncias de produção de sentido em torno dos meios de produção, controle e distribuição de informação.

As consequências das atuais inovações tecnológicas são, assim, radicais e irreversíveis tanto em termos de organização social como aos níveis psicológicos e existenciais de nossa condição significativa. As relações sociais e de produção, por exemplo, não consistem mais em uma ação sobre as pessoas e as coisas, e sim numa interação entre as pessoas e a informação, isto é, pessoas agindo sobre informação e informação agindo sobre pessoas. O contexto atual se caracteriza, portanto, por uma "transição de um modo de se ver o homem, o mundo e a vida para um novo modo de ser" (MARQUES, 2001, p. 28).

A globalização está impondo um modo de inscrição de sentido num quadro conceitual marcado por uma temporalidade tecnológica e informacional inédita, única e universal, que se dá, principalmente, através das novas tecnologias e de redes computacionais que prefiguram novas fronteiras "eletro-cognitivas" ou "cogni-computacionais", e uma nova esfericidade do mundo, epistemológica e cognitiva (ELHAJJI, 2000).

> As coordenadas dessa esfera cognitiva, contudo, correspondem, rigorosamente, aos pontos de projeção dos planos éticos e estéticos do Ocidente. No processo de transferência de nossos mapas semânticos da dimensão espacial para a temporal, pois, o Ocidente não se apresenta mais como região geográfica, mas como fato semiótico ou espectro cognitivo, cujos contornos não são mais espaciais, e sim teóricos epistemológicos, técnicos e tecnológicos. Ou seja, a globalização, enquanto processo hegemônico ocidental, achata tanto os espaços outros como os tempos alheios. Portanto, o que não cabe dentro da esfera ocidental simplesmente não existe ou não vale a pena existir. Tudo que não é iluminado pelo ponto de vista ocidental, moderno e racional não passa de uma massa amorfa, sem estrutura clara nem caráter

> definido. Fora da *semiose* racional, moderna e ocidental não há possibilidade do mundo tomar uma forma coerente. O que, definitivamente, significa que a razão não reside nas coisas, mas na autoridade do olhar que as mede e a instância discursiva que as enuncia (ELHAJJI, 2000, p. 34).

Ao seu nível estrutural, a globalização é o resultado de um longo processo histórico de desdobramento de uma rede planetária de redes organizacionais que, hoje, ligam Estados, grupos regionais, organismos internacionais e outras entidades institucionais locais e mundiais. Essas redes de sentido, em seu estado acabado, não foram instaladas de uma só vez e *a priori* por alguma força exógena, mas são formadas pelos discursos, fluxos de ideias, pessoas e bens materiais que percorrem o espaço mundial e lhes dão sua dimensão civilizacional.

De certo modo, pode-se dizer que, ao mesmo tempo em que as redes crescem em função da multiplicação dos fluxos, estes, por sua vez, são estimulados, formulados e regulados pelas partes já existentes do "andaime tecno-semântico planetário". Há um conjunto de estratagemas retóricos (o discurso globalizante) visando convencer a totalidade humana de que os valores ocidentais, tais como a racionalidade, o cientificismo, o individualismo, a instantaneidade, o hedonismo e o consumismo, são universais e de todos (ELHAJJI, 2000).

Essa esfera cognitiva de natureza altamente fractal, pela qual os fluxos fluem e para a qual a convergem, escoa toda a ideologia universalista ocidental e repercute em cada via e cada nó da rede e cada um dos pontos de apoio da estrutura global. Isto é, o "discurso ocidentalizante" do mundo está menos no conteúdo veiculado do que nos próprios processos, tecnologias, técnicas, línguas e linguagens de transmissão de tal discurso (ELHAJJI, 2000).

Nesse cenário, a comunicação tornou-se um fator estratégico em qualquer área, pois pode funcionar como um elemento estruturante e, por isso, determinante do processo de produção social dos sentidos, ao contribuir para a legitimação de discursos específicos e, consequentemente, dos indivíduos, dos segmentos ou das entidades que estes representam. A luta pela hegemonia na contemporaneidade está, então, associada à conquista e manutenção do poder simbólico.

De acordo com Bourdieu (1989 apud ARAÚJO; CARDOSO, 2007, p. 23), o poder simbólico é o "poder de fazer ver e fazer crer" e

tem na comunicação um importante vetor. No que se refere às políticas públicas, por exemplo,

> De modo simplificado, quando alguém ou um grupo, por determinadas variáveis, consegue que seu ponto de vista sobre um aspecto da realidade seja mais aceito como verdade do que outros, terá ampliada suas chances de orientar o investimento público no setor, ou seja, influenciar as políticas públicas. Os dispositivos de comunicação mobilizados nesse embate, em qualquer ordem de grandeza ou visibilidade, são um componente ativo do processo, podendo, inclusive, neutralizar componentes outros, como o capital econômico (ARAÚJO; CARDOSO, 2007, p. 23).

Para Araújo e Cardoso (2007), é necessário chamar atenção para um aspecto de extrema relevância do conceito de poder simbólico elaborado por Bourdieu, essencial ao tema central desse trabalho, comunicação e saúde, que é a legitimidade. Concisamente, pode-se afirmar que

> [...] o poder simbólico de uma pessoa, grupo ou instituição está na razão direta do seu capital simbólico. Este resulta de reconhecimento, como legítimos, dos capitais de outra espécie – econômico, cultural ou social. A legitimidade se conquista, via de regra, no território da comunicação, que é a produção e circulação dos sentidos sociais. E, num movimento circular, a comunicação é mais eficaz quando emanada de uma voz autorizada por legitimidade. Podemos acrescentar aqui a concepção do poder como uma 'rede produtiva', que permeia todo o corpo social e não se mantém pela repressão, mas por produzir coisas, saber e prazer. Esta ideia vem de Michel Foucault (1982) e articula-se admiravelmente com o de poder simbólico, para iluminar o campo da comunicação e saúde e favorecer a compreensão das relações de poder que aí são exercidas (ARAÚJO; CARDOSO, 2007, p.38).

Torna-se pertinente, então, examinar a atuação da mídia nesse cenário. Isso porque, enquanto uma instância de produção, circulação e divulgação simbólica, pode influenciar (positiva ou negativamente) o processo de legitimação dos sentidos sociais vigentes no mundo atual. Assim sendo, este trabalho pretende verificar os sentidos construídos

na contemporaneidade a respeito dos medicamentos e como estes são evidenciados pelos meios de comunicação de massa. Nesse intuito, serão analisadas, através de um estudo comparativo, a partir de suas versões *online,* duas reportagens sobre o medicamento Rivotril, veiculadas em períodos próximos, nos meses de abril e julho de 2010, respectivamente, nas revistas *Trip* e *Superinteressante*.

2 UMA BREVE CONCEITUAÇÃO DE POLIFONIA

Segundo Araújo e Cardoso (2007), da década de 1980 para cá, a teoria das mediações ganhou força, trazendo para o centro da cena teórica a cultura, o cotidiano e as táticas e estratégias de apropriação da comunicação midiática e institucional. Os estudos de recepção exigiram maior conhecimento dos grupos sociais e seus contextos. As novas tecnologias e as perspectivas da Sociedade da Informação e do Conhecimento ampliaram a discussão sobre a relação entre comunicação e poder. A teoria social dos discursos, que fala da produção social dos sentidos, começou a conquistar adeptos entre aqueles dedicados à reflexão da prática social, inclusive no campo da saúde.

Um importante conceito que foi tomando espaço, de acordo com Araújo e Cardoso (2007, p. 56), é o de "polifonia". Desenvolvido na década de 1920 por Mikhail Bakthin, filósofo e linguista russo, só nos anos 70 começou progressivamente a ter projeção. Hoje, polifonia é um conceito que não pode mais ser ignorado. Bakhtin (1992 apud ARAÚJO; CARDOSO, 2007, p. 56) evidenciou que cada fala, enunciado ou texto, exprime-se uma multiplicidade de vozes, a maioria delas sem que o locutor se aperceba. "As vozes correspondem a interesses e posições diferentes na estrutura social, o que faz com que a linguagem seja uma arena de embates sociais, na qual são propostas, negociadas e ratificadas ou recusadas as relações de poder". O modo particular como as vozes são articuladas é chamada por Bakthin de dialogismo, que remete para a diferença de interesses e os embates sociais, tal como estes ocorrem no plano da língua, entendida como uma força viva e constituinte dos sentidos e das relações sociais e de poder.

O dialogismo de Bakthin é determinado por circunstâncias sempre específicas, pela conjugação de textos e contextos. Tal perspectiva imprime à comunicação uma outra dinâmica, inteiramente distinta da descrita pelo modelo informacional:

> [...] passamos não mais vê-la como transmissão de conteúdos prontos, mas como processo de produção dos sentidos sociais. Também não é mais possível ver a linguagem de modo apenas instrumental, servindo aos fins do emissor: a linguagem é um espaço de lutas e negociações. E, sendo lugar de construção do real, ela é indissociável da disputa do poder simbólico (ARAÚJO; CARDOSO, 2007, p.57).

Conforme Araújo e Cardoso (2007), Bakthin chama a atenção para a limitação da noção de mensagem que referencia um conjunto de signos com conteúdos estáveis, portanto transferíveis. Embora não fosse a questão central de sua teoria, Bakthin operava com a noção de discurso, depois amplamente desenvolvida por toda uma geração de pensadores franceses e por ingleses *a posteriori*.

O conceito de discurso é um tanto complexo, e não será aprofundado nesse trabalho. Contudo, Araújo e Cardoso (2007) afirmam que vale enfatizar que o discurso não é um objeto, nem se limita à articulação de conceitos isolados da língua, nem reflexo de uma situação. É um conjunto de textos articulados numa prática, a prática discursiva. A prática discursiva forma os objetos de que falam, ou seja, discursos são espaços de construção dos sentidos, portanto da realidade. A prática discursiva é regida por "um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa" (FOUCAULT, 1986, p. 56 apud ARAÚJO; CARDOSO, 2007, p.58).

Para Araújo e Cardoso (2007), a compreensão da comunicação como processo dinâmico de construção de sentidos deslegitima a de transferência linear e bipolar de mensagens. Nenhum discurso parte do zero, sem antecedentes e sem provocar consequências. Pelo contrário, cada fala, enunciado ou discurso integra uma rede de significações, que é parte das suas condições de produção.

Apesar dos termos *sentidos* e *significados* se equivalerem na linguagem comum, é válido registrar que na teoria da comunicação eles se diferem. Segundo Araújo e Cardoso (2007), *significado*, embora tenha a propriedade de ser cultural, designa aquilo que seria imanente às palavras e aos objetos, já estaria dado, não dependendo dos contextos. Os dicionários trazem significados. Em tese, um significado poderia ser

transferido de uma pessoa a outra e, nesse caso, a língua seria apenas um meio de expressão de um conteúdo predeterminado. *Sentido*, ao contrário, tem os atributos de pluralidade e dinamismo e designa algo em construção permanente: os sentidos são produzidos em situação, num ato comunicativo. Sentidos são mutáveis e negociáveis e esta é uma propriedade da maior importância. Os significados fazem parte das condições de produção dos sentidos, mas são os sentidos que movem a comunicação.

3 COMUNIDADES DISCURSIVAS DA SAÚDE

O conceito de comunidades discursivas, originalmente proposto por Maingueneau (1993 apud ARAÚJO; CARDOSO, 2007) referencia grupos de pessoas que produzem e fazem circular discursos. Seus membros se reconhecem nesses discursos e, em contrapartida, são por eles reconhecidos. As comunidades discursivas dividem o mesmo espaço discursivo com outras, desenvolvendo relações de antagonismo ou cooperação, mas sempre concorrendo pelo poder simbólico. São mais ou menos organizadas institucionalmente, dispõem de mais ou menos recursos e dependem de forma diferenciada das fontes geradoras dos recursos. Além disso, seus membros são a elas vinculados por diferentes modos e razões e todos estes fatores exercem efeitos sobre os discursos que deles emanam.

De acordo com Araújo e Cardoso (2007), as comunidades discursivas na área da saúde são todos aqueles que incluem nas suas atividades a produção e a circulação de discursos. São os que desenvolvem alguma forma de comunicação: o Ministério da Saúde, suas autarquias, as secretarias estaduais e municipais, os conselhos de saúde, as ONGs, os movimentos diversos, todos são potenciais comunidades discursivas.

4 RIVOTRIL POR ROCHE

Antes de elaborar qualquer observação sobre os sentidos atribuídos ao Rivotril na mídia, seria prudente compreender como os seus responsáveis técnicos o definem. Segundo informações do site oficial do laboratório multinacional Roche (2012), fabricante do medicamento no país, o Rivotril é classificado como anticonvulsivante/ansiolítico. Seu princípio ativo, o clonazepam, pertence à família de

medicamentos chamados benzodiazepínicos que "possuem como principais propriedades, inibição leve de várias funções do sistema nervoso, permitindo, com isso, uma ação anticonvulsivante, alguma sedação, relaxamento muscular e efeito tranquilizante".

Conforme o site oficial do laboratório Roche (2012), as principais indicações de Rivotril, utilizado isoladamente ou como adjuvante (auxiliar) são o tratamento de crises epilépticas, de crises de ausências típicas (pequeno mal), de ausências atípicas (síndrome de Lennox-Gastaut). Está indicado como medicação de segunda linha em espasmos infantis (síndrome de West). Em crises epilépticas do tipo grande mal, parciais simples, parciais complexas e tônico-crônicas generalizadas secundárias, Rivotril está indicado como tratamento de terceira linha. Além disso, Rivotril é indicado para o tratamento de: transtornos de ansiedade; transtornos de humor; emprego em algumas síndromes psicóticas; tratamento da síndrome das pernas inquietas; tratamento da vertigem e sintomas relacionados à perturbação do equilíbrio; e tratamento da síndrome da boca ardente. Os efeitos colaterais que ocorreram com maior frequência com Rivotril são referentes à depressão do sistema nervoso central.

Assim sendo, algumas considerações podem ser feitas de imediato. Dadas as suas propriedades, o Rivotril faz parte da lista dos medicamentos controlados de forma especial pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Recebe, por isso, uma tarja preta em sua embalagem e sua venda só pode ser realizada com a retenção da receita. Além disso, sua administração depende diretamente da confirmação de diagnóstico e do acompanhamento de um especialista. Ou seja, seu uso deveria ser restrito e somente indicado para o tratamento de doenças bastante específicas.

5 RIVOTRIL POR TRIP

De acordo com dados do site oficial da *Trip* (2012), a revista possui uma linha editorial baseada na diversidade e na inovação e se considera "a mais importante publicação para o público jovem formador de opinião do país". Lançada em 1986 e com tiragem de 44 mil exemplares, a revista, que tem periodicidade mensal, tem como objetivo "buscar o novo, através de histórias que traduzem e representam muito bem o dia a dia dos seus leitores". O leitor da *Trip* é jovem "e apaixonado pela

vida", tem de 16 a 39 anos, é predominantemente do sexo masculino "e tem uma relação de intimidade e cumplicidade com a revista. É um leitor crítico, que faz questão de encontrar sempre um conteúdo editorial de vanguarda e gerador de discussões. É fiel e associa tudo o que está na revista a seu estilo de vida, absorvendo esse conteúdo para parte do seu dia a dia" (TRIP, 2012).

Tendo como referência o conceito de polifonia de Bakthin, a intenção é identificar as comunidades discursivas que adquirem poder de enunciação na reportagem da revista *Trip* e quais os sentidos difundidos por seus discursos. Já no título "Super-normal: o Rivotril é a droga com a cara dos dias de hoje, em que todos temos que estar bem", a primeira voz desponta: a da indústria farmacêutica. Afinal, Rivotril não é o nome do medicamento é uma marca registrada de propriedade do laboratório multinacional Roche. A não opção pela denominação genérica do remédio, clonazepam, permite que a reportagem acabe por fazer *merchandising* para o laboratório Roche, uma vez que a marca Rivotril aparece 20 (vinte) vezes ao longo do texto.

A escolha da marca comercial da medicação, de acordo com Levyman (2012), esbarra em conflitos de interesse no mínimo eticamente preocupantes, contudo, não deixa de evidenciar a preponderância do contexto econômico na área da saúde, visto que a indústria farmacêutica é um ator social de grande representatividade nesse campo, devido ao capital movimentado por ela envolver cifras elevadíssimas.

Vários estudos demonstram que a indústria farmacêutica detém um grande dinamismo e a capacidade de ser uma das mais globalizadas indústrias do mundo, características estas que viabilizam um crescimento da indústria farmacêutica a taxas superiores àquelas vivenciadas pela economia mundial e brasileira. Conforme dados do IMS Healt (apud SELAN; KANNEBLEY JR.; PORTO, 2012, p. 07), o mercado farmacêutico mundial cresceu 7% no ano de 2006, a taxas de câmbio constantes, o que representou aproximadamente US$643 bilhões. As vendas do setor mundial estiveram em média, para o período de 1999-2006, na ordem de US$ 476,38 bilhões com uma taxa de crescimento médio para o período de aproximadamente 10% ao ano. Para o primeiro quadrimestre de 2007, a receita do setor foi de cerca de US$ 510,3 milhões, cerca de 11% superior ao mesmo período em 2006 – US$ 96,7 milhões no primeiro quadrimestre de 2006. Uma comparação, realizada

por Bertolai (apud SELAN; KANNEBLEY JR.; PORTO, 2012, p. 08), usando informações da IMS Health e das Nações Unidas, entre as médias das taxas de crescimento do PIB mundial, brasileiro e das vendas mundiais da indústria farmacêutica evidencia esse fato, no triênio 2000-2003. Ou seja, o crescimento médio das vendas mundiais da indústria farmacêutica de 10,8% supera em muito as taxas de crescimento do PIB mundial e brasileiro, 2,6% e 1,8% respectivamente.

No que se refere à produção da indústria farmacêutica brasileira, alguns dados da FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FARMACIA – Febrafarma (apud SELAN; KANNEBLEY JR.; PORTO, 2012, p. 16) mostram o Brasil como o 11º mercado farmacêutico mundial no ano de 2003, tendo vendido mais de um bilhão de unidades, que geraram um faturamento de aproximadamente US$ 5,6 bilhões e a geração de 47,1 mil empregos diretos. Para o ano de 2005, a PIA-2005 (Pesquisa Industrial Anual, realizada pelo IBGE) mostra que o setor de fármacos é composto por 823 empresas industriais, o que correspondia a apenas 0,56% do total de empresas industriais brasileiras. Apesar desse número reduzido, tais empresas responderam por 1,24% do total de investimentos da indústria geral, o que corresponde a R$ 1,116 milhão, e 1,36% do total de investimentos da indústria de transformação. Foi a indústria de transformação que respondeu por 91,2% do investimento realizado no ano de 2005.

Esse sucesso da indústria farmacêutica se deve não somente à sua eficiência tecnológica e de pesquisa na produção de medicamento, mas, também, na sua habilidade comunicativa, que lhe dá um poder simbólico um tanto expressivo no mercado simbólico atual. Isso porque a indústria farmacêutica foi além do investimento em campanhas publicitárias para a comercialização de seus produtos, investindo, também, na educação, na informação e na cooptação dos profissionais da saúde, através de estratégias diversas.

A revista utiliza uma linguagem descontraída, informal e bem humorada, lançando mão, em alguns momentos de piadas e gírias. As fotos que ilustram a reportagem foram produzidas nessa mesma linha editorial. Elas promovem uma sátira com os estereótipos dos heróis e dos vilões do cinema, histórias em quadrinhos e televisão. Apresenta várias fotografias em dimensões diferenciadas, fotos de pessoas comuns caracterizadas de heróis e vilões conhecidos, porém, todos com

a fisionomia de abatimento. A principal delas traz um homem com uma expressão de tristeza, na faixa etária de 30 e 40 anos, usando a roupa clássica do super-homem, em um corpo com a musculatura definida e protuberante, que equivaleria a uma pessoa bem mais jovem. Talvez essa imagem represente uma das incoerências dos tempos atuais, o descompasso entre o emocional e o físico.

Apesar da primeira denominação atribuída ao Rivotril, no texto, ter sido de "droga", "remédio" e "ansiolítico de tarja preta", não é esse seu aspecto farmacológico que foi ressaltado nos dois parágrafos subsequentes. O Rivotril foi considerado "tendência", "moda", "fenômeno". Tais afirmações foram feitas pela voz da ciência, personificada no psiquiatra Alexandre Saadeh, do Hospital das Clínicas (TRIP, 2012).

Logo a seguir, essa condição de glamour do medicamento é reafirmada pela voz da mídia, através de celebridades midiáticas tais como Selton Mello, Pedro Bial e Zeca Pagodinho, que em algumas de suas aparições em veículos de comunicação de massa, enalteceram o bem-estar proporcionado pelo medicamento. "Ao receber ano passado um prêmio de melhor artista do ano, o ator Selton Mello declarou, dentro de um auditório lotado: 'Gostaria de agradecer a todos os presentes, à indústria farmacológica e de psicanálise e ao Pramil e ao Rivotril'". Já Pedro Bial adotou um tratamento carinhoso ao remédio, chamando-o pelo apelido de Rivo, em uma entrevista que deu a outra revista (TRIP, 2012).

Em um contexto midiatizado, em que as mídias, segundo Barbero e Rey (2001), têm a capacidade de representar o social e construir a atualidade, pode-se arriscar dizer que esta é uma importante instância legitimadora de sentidos e, consequentemente, de poder simbólico. Como a existência em uma sociedade midiatizada está condicionada a existir na mídia, o Rivotril passou a ser notado por um número imenso de pessoas, que, até então, ignoravam sua existência.

Na sequência, a reportagem dá voz aos usuários do remédio, pessoas "normais", que buscam uma maneira rápida e eficaz de superarem as pressões, as angústias, as ansiedades e os sofrimentos do dia a dia, mesmo que para isso coloquem a saúde em risco. É interessante perceber que, apesar de terem consciência de que a medicação possui uma série de efeitos colaterais e que pode, inclusive, causar dependência química e psicológica, a única coisa que lhes

importa são o alívio e o prazer atingido, mesmo que por um período mínimo; o que importa é ser feliz agora.

Essa é uma reação compreensível em um contexto consumista, que privilegia a velocidade, a instantaneidade, a efemeridade e o hedonismo como valores supremos. Para Luhmann (1993 apud VAZ et al, 2007, p. 150), a desconsideração do risco no campo da saúde vem por conta da "temporalidade do cuidado crônico". Isso porque o conceito genérico de risco se aplica a uma situação em que o indivíduo está diante de uma oportunidade de prazer e considera o que pensará, no futuro, de sua escolha presente se, por acaso, a ação tiver uma consequência negativa. Trata-se de uma mudança na direção temporal do arrependimento: quer-se que a pessoa se arrependa, não depois, mas antes de tomar uma decisão, pela mera possibilidade de vir a sofrer.

> O sacrifício é tão mais atraente quanto mais potente for aquele que nos concede o crédito; não há razão para duvidar que o bom comportamento nos abre as portas do paraíso se Deus é onipotente. A vacância do divino, que tem hoje a forma de um nexo probabilístico entre ação e sofrimento, nos deixa incertos sobre a recompensa que teremos direito se nos sacrificarmos: poderemos, mesmo assim, contrair doença e, pior, vamos morrer de qualquer jeito e talvez nos arrependamos no futuro, não de ter adoecido por não termos nos controlado, mas de não termos aproveitado a vida por nos contermos em excesso (VAZ et al, 2007, p. 151).

Vale destacar, ainda, o enfoque que o texto dá ao fato de todas as classes sociais terem acesso à medicação. Ou seja, sugere uma equiparação econômica e social dos indivíduos, através do consumo do remédio. Dá espaço, também, a um discurso que banaliza o consumo de drogas, que ganha voz através dos usuários da medicação, por meio de declarações tais como: "Sou a favor das drogas lícitas, as que a gente compra na farmácia."; "Acho que o mundo sem drogas não existiria, ou pelo menos a gente não existiria", ele ri. [...] Todo mundo toma. E por quê? Estou sempre pensando no ontem, no hoje e no amanhã, tudo ao mesmo tempo."; "Tomo de vez em quando, de forma recreativa, em casa de amigos. Se aparece, eu falo 'ah, me dá umas gotas', é como fumar um baseado".

Uma última voz pode ser percebida na matéria: a voz da

criminalidade, que se manifesta de duas maneiras. A primeira, no trecho em que relata a venda do medicamento em desrespeito às determinações da Anvisa. Ou seja, uma ação criminosa, fora da lei. A segunda aparição encontra-se no trecho final da matéria, onde é descrito o contrabando do medicamento realizado nas redes sociais: "[...] nas inúmeras comunidades que existem no Orkut dedicadas ao remédio, há vários usuários oferecendo venda do remédio. É só trocar uns e-mails para combinar o pagamento e a entrega." Tem-se aí uma manifestação do contexto digital, em especial, das possibilidades de comunicação permitidas pelas redes, bem como de suas possíveis dimensões, inclusive para o crime. Pode-se dizer, também, que esses discursos caracterizam o contexto cultural nacional, que tem como marca o jeitinho brasileiro, o culto da esperteza, do se levar vantagem, mesmo que para isso seja necessário driblar a legislação vigente. Por mais que nada seja registrado explicitamente, fica no ar outra característica da cultura brasileira, a impunidade.

6 RIVOTRIL POR SUPERINTERESSANTE

A revista *Superinteressante*, da Editora Abril, está em circulação desde 1986. Incialmente era dedicada à divulgação científica, contudo, hoje se pode notar uma mudança em sua linha editorial, que vem apostando em assuntos mais variados. A periodicidade da publicação é mensal, com uma média de circulação de 44 mil exemplares por edição. Não foram localizadas informações referentes à faixa etária e sexo do público alvo. É importante deixar registrado que não será realizado qualquer comentário sobre as ilustrações da reportagem, devido a elas não estarem disponíveis na versão online, material utilizado para essa análise.

A reportagem que circulou na *Superinteressante* (2012), em julho de 2010, intitulada "Nação Rivotril: O Brasil é o maior consumidor de Rivotril do mundo. Saiba como um calmante tarja preta tem sido usado para aplacar os sentimentos ruins de jovens, trabalhadores e donas de casa", tenta criar uma identificação dos brasileiros de vários segmentos da sociedade – "jovens, trabalhadores e donas de casa" - por meio do uso desse medicamento. A classificação de "calmante" atribuída ao remédio pode ser considerada um eufemismo, considerando suas reais propriedades. Além disso, o uso da expressão "aplacar os sentimentos

ruins" sugere uma eficácia quase incontestável da medicação, em situações gerais (SUPERINTERESSANTE, 2012).

Tal como verificado na revista *Trip*, a voz da indústria farmacêutica se manifesta já no título. Isso se deve à escolha do uso da marca comercial do medicamento – Rivotril – ao invés do seu nome genérico – clonazepam. O *merchandising* para o laboratório Roche pode ser caracterizado pelo número de repetições da marca no decorrer da reportagem, 30 (trinta) vezes. Outras marcas de remédio também foram citadas no texto: Hipoglós, Buscopan Composto, Microvlar, Lorax, Diazepam e Gardenal, o que se configura como *merchandising* também para seus respectivos fabricantes.

Seguindo na leitura, nota-se, na matéria, outra voz ecoando: a dos usuários do remédio. O segundo parágrafo deixa claro que o medicamento foi apelidado pelos consumidores de "calmante" e de "elixir". Mais uma vez um eufemismo às propriedades específicas da medicação. A banalização do uso do remédio fica clara quando a reportagem relata que apesar de ele ter que ser indicado por um psiquiatra e somente ser recomendado para casos peculiares, as pessoas o estão ingerindo sem qualquer critério e com frequência, para superar as "pressões banais do dia a dia". O contexto popular é reafirmado ao ignorar as questões técnicas e científicas que envolvem a administração do medicamento, em prol da valorização da indicação feita por um amigo ou uma vizinha. O que interessa é se livrar do desconforto sentimental. O remédio surge nesse momento como o 'salvador da pátria', um 'super-herói', ou melhor, "um arqui-inimigo dos dilemas do mundo moderno" (SUPERINTERESSANTE, 2012).

O terceiro parágrafo, ao detalhar a quantidade consumida do medicamento no país e a posição ocupada por ele em um ranking dos remédios mais vendidos, incorpora ao medicamento o *status* de mercadoria. Dentro do contexto do consumismo, merece destaque o produto que vende mais e o Rivotril "no topo das paradas farmacêuticas [...]", pode ser considerado um *best seller* da indústria farmacêutica.

> O medicamento, enquanto mercadoria, acompanha a lógica do mercado produtor para o consumidor. É um objeto de estratégia mercadológica, está presente nos anúncios publicitários, é negociado e distribuído para farmácias, drogarias e perfumarias como se fosse qualquer outro produto de venda no

> varejo. O medicamento é tratado como mercadoria, mas sua produção, distribuição e comunicação são protegidas por legislações específicas e diferenciadas, no sentido de impedir a automedicação e banalização do consumo de remédios para uma sociedade que se preocupa, busca recursos para manter a saúde durante toda a vida e acaba enfrentando riscos. Um dos riscos enfrentados por essa sociedade é a toxicomania que, para Pignarre (1999), significa que, ao mesmo tempo em que o medicamento escapou de seus modos habituais (o consumo para combater doenças), e, ao mesmo tempo, é consumido fora do circuito em que o diagnóstico e indicações coincidem, mesmo que o consumo de medicamentos signifique a inibição de práticas educacionais para a saúde preventiva e maiores despesas para o orçamento doméstico (BONFIM; SILVA, 2012, p. 10).

Segundo Bonfim e Silva (2012), "o processo de comercialização dos medicamentos permite supor ser capaz de dar a ele o *status* de signo social mercadológico". Isso porque a maioria das farmácias, drogarias e perfumarias possuem uma estrutura física semelhante às lojas de conveniência "e o processo de venda se iguala, em parte ao estilo *self service*, através do qual o cliente desfila por diversas prateleiras, escolhe a mercadoria e, em seguida, vai ao caixa e compra o produto". Essa hipótese baseia-se nos estudos de Lefèvre (1991), quando sugere que, com esse modo de comercialização, o medicamento acaba passando, implicitamente, a simbologia de produto análogo aos vendidos em supermercados.

A voz do Sistema Único de Saúde -SUS se evidencia no momento em que o texto aborda a distribuição gratuita de determinados medicamentos à população, no caso, o anticoncepcional Microvlar. Fato que, de certa maneira, remete ao princípio da universalidade, isto é, o conceito fundador do SUS, de a saúde ser direito universal, direito de todos.

Na sequência tem-se a voz da ciência. Primeiramente, por intermédio do diretor do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, da Unifesp, Elisardo Carlini, que comenta as formas de burlar a obrigatoriedade da receita para comprar o medicamento. Depois, o professor do Instituto de Psiquiatria da USP, Alexandre Saadeh, justifica o grande número de receitas que não são emitidas por

especialistas. O contexto da ciência apesar de apontar as fragilidades do sistema de saúde brasileiro, procura amenizar a responsabilidade da classe médica no processo. Ainda no mesmo trecho, emerge a voz da indústria farmacêutica, por intermédio do médico-diretor da Roche, Maurício Lima, justificando a emissão de receitas de Rivotril por médicos de especialidades diversas. De acordo com o médico-diretor da Roche, isso se deve ao acesso restrito dos brasileiros aos psiquiatras. Implicitamente, pode-se considerar uma crítica sutil ao atendimento do SUS.

Assim como ocorreu na reportagem da *Trip*, a voz da mídia emerge por intermédio de suas celebridades. Novamente, é citada uma entrevista concedida por Pedro Bial, a uma outra revista, em que o jornalista revela usar o medicamento durante os meses em que está na apresentação do programa Big Brother Brasil, da Rede Globo, no intuito de conter sua ansiedade. Emerge, também, a voz das redes sociais, principalmente, Orkut e Facebook, usadas como divulgadoras das propriedades milagrosas do medicamento no combate "do medo, da rejeição, da angústia e da ansiedade". O contexto digital permite a manifestação de incontáveis vozes, contudo, sem qualquer precedente. Fato este, que possui consequências tanto benéficas quanto nocivas à sociedade. Além disso, permite a criação de relações virtuais, chegando ao ponto de alguns internautas considerarem o remédio o "melhor amigo" deles (SUPERINTERESSANTE, 2012).

A voz da ciência retorna no depoimento do professor do Instituto de Psiquiatria da USP, Alexandre Saadeh, ao dar explicações técnicas sobre os benzodiazepínicos, família a qual o Rivotril pertence. No entanto, dependendo do ponto de vista, suas afirmações podem servir como estímulo ao consumo do medicamento. Como exemplo, têm-se as seguintes declarações: "Uma overdose de remédios como o Rivotril é praticamente impossível [...]"; "A meia-vida do Rivotril é uma das mais confortáveis para o paciente, porque fica no meio-termo em relação aos outros remédios para a ansiedade e facilita a adaptação [...]". Imediatamente, a própria voz da ciência configura uma nova abordagem do tema, através da fala do diretor do Centro de Assistência Toxicológica do Hospital das Clínicas de São Paulo, Anthony Wong, alertando para os riscos de dependência química e psicológica que podem ser causadas pela medicação. Além disso, é feita uma analogia do processo

de dependência do Rivotril ao do álcool e da cocaína. “Cerca de 80% das pessoas que usam benzodiazepínicos ficam dependentes em 2 ou 3 meses de uso. [...] E a maioria tem síndrome de abstinência se o remédio for tirado de uma hora para outra” (SUPERINTERESSANTE, 2012).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como suporte o conceito de polifonia de Bakthin, é possível perceber a existência de diversas vozes, ora em concordância, ora em dissonância, em seus discursos, ao longo de ambas as reportagens. Algumas dessas comunidades discursivas aparecem tanto no texto da revista *Trip* quanto da *Superinteressante*. É o caso, por exemplo, da indústria farmacêutica, que obteve papel de destaque nas duas matérias. A escolha pelo uso da marca comercial do medicamento – Rivotril - pode ser considerada uma estratégia de legitimação do poder simbólico dessa comunidade discursiva. Assim, como a marca Rivotril aparece 20 (vinte) vezes na reportagem da *Trip* e 30 (trinta) vezes, na da *Superinteressante*, há um reforço maciço do nome ético do remédio, fazendo que seu nome genérico seja renegado ao segundo plano.

O poder simbólico do medicamento se intensifica por conta das vozes da mídia e das redes sociais. Em uma sociedade midiatizada, a existência e a aceitabilidade de um produto dependem da sua existência nas mídias. O fato de celebridades afirmarem que consomem a medicação é outro fator importante na legitimação do remédio. Isso se dá pela razão das celebridades representarem as fantasias, desejos e aspirações de inúmeros indivíduos. Além disso, a virtualização viabilizada pelas redes sociais e a progressão geométrica em que as informações se espalham nela, faz dela uma propagadora de conceitos, estilos de vida em escala global.

A voz dos consumidores da medicação também está presente em ambas as reportagens e, em se tratando de um meio de comunicação de massa, os depoimentos dos usuários funcionam como um atrativo, pois humanizam o texto, aproximando-o do leitor.

Há ainda a voz da ciência, que em determinados momentos assume a função de elucidar sobre as propriedades do medicamento e, em outros, identifica as fragilidades do sistema de saúde brasileiro. Fora os discursos em defesa da atuação da classe médica.

O SUS ganha voz na distribuição gratuita de medicamentos, uma iniciativa que faz parte do princípio da universalidade, um dos conceitos fundadores.

Já a voz da criminalidade se manifesta nos relatos dos esquemas que burlam a legislação, que contrabandeiam o remédio, mesmo a venda deste sendo controlada de maneira especial pela Anvisa e exigir prescrição médica e a retenção da receita nos estabelecimento em que são comercializados.

Fica evidente a multiplicidade de vozes e de discursos presentes nas duas matérias, resultado do processo social de produção de sentidos. Assim sendo, o significado do medicamento, conforme definição da Agencia de Vigilancia Sanitaria - Anvisa (2012), de ser um "produto farmacêutico, tecnicamente obtido ou elaborado, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnósticos", ou de acordo com seu fabricante, de ser um "anticonvulsivante/ansiolítico, cujas principais indicações de Rivotril, utilizado isoladamente ou como adjuvante (auxiliar), são o tratamento de crises epilépticas, de crises de ausências típicas (pequeno mal), de ausências atípicas (síndrome de Lennox-Gastaut)", adquiriu novos sentidos sociais nas páginas de *Trip* e *Superinteressante*.

Tanto na reportagem da *Trip* quanto na da *Superinteressante*, o medicamento incorpora o sentido de mercadoria. Segundo Lefèvre (1991), os medicamentos estão funcionando como "símbolos de saúde" e, através deles, se manifesta a mecânica dos processos plurais e conflituosos de produção do próprio sentido de saúde. A saúde vem sendo historicamente expropriada de sua condição de "premissa existencial", para ser apenas recuperada, e recuperável, em um mercado de bens de consumo. Vinculada a mecanismos estruturais de ampliação e generalização do "mercado", a saúde se transforma em algo a ser obtido pelo consumo de substâncias e ações "saudáveis", deixando de ser uma característica e um direito, para tornar-se "objeto de consumo". É nesse quadro que o medicamento se apresenta como uma das materializações ou símbolos (poderosos) da saúde "biologizada" a ser consumida.

Além de mercadoria, o remédio foi considerado um objeto de desejo, uma tendência, um artigo de luxo, embora seu preço seja baixo, que dita moda. Possui até fãs famosos.

É, também, um calmante, um elixir, um resultado bem-sucedido

da ciência, capaz de proporcionar bem-estar, em comprimidos ou em gotas, a milhares de brasileiros. É um milagre. O melhor amigo, o companheiro dos momentos difíceis. Pode-se perceber, inclusive, o estabelecimento de uma relação afetiva dos usuários com a medicação. Mas, há, também, aqueles que veem o remédio como droga ou como uma substância nociva à saúde.

Apesar de numerosos e díspares, os sentidos atribuídos ao Rivotril na mídia são todos legítimos, alterando seu poder simbólico dependendo apenas dos contextos e de suas comunidades discursivas enunciadoras. Contudo, o leque de novas possibilidades encontra-se em aberto.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Disponível em: <http://www.anvisa.org.br>. Acesso em: 09 jan. 2012.

ARAÚJO, Inesita Soares de; CARDOSO, Janine Miranda. **Comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

BARBERO, J. Martin; REY, German. **Os exercícios do ver**. São Paulo: Senac, 2001.

BONFIM, Filomena M. A; SILVA, Márcio Roberto. **O medicamento, seus sentidos, significados no universo da divulgação, prescrição, consumo e comercialização**. Disponível em: < http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/c/c0/GT2_-_O_medicamento_seus_sentidos-_Filomena_e_Marcio.pdf. Acesso em: 9 jan. 2012.

ELHAJJI, Mohammed. **Globalização & Novas Tecnologias de Comunicação**: uma nova esfera cognitiva. Rio de Janeiro: 2000. (Mimeo).

LEVÈVRE, Fernando. **O medicamento como mercadoria simbólica**. São Paulo: Cortez, 1991.

LEVYMAN, Célio. **Calma que o Rivotril é nosso**. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/calma_que_o_rivotril_e_nosso>. Acesso em: 06 jan. 2012.

MARQUES, Carlos Alberto. **A imagem da alteridade na mídia**. Rio de Janeiro, 2001. 248 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) –

Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

ROCHE. **Bula Rivotril**. Disponível em: <http://www.roche.com.br/fmfiles/re7196006/pdf/Bulas/Bula-Rivotril.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2012.

SELAN, Beatriz; KANNEBLEY JR, Sérgio; PORTO, Geciane Silveira. **Relatório setorial sobre inovação tecnológica na indústria farmacêutica brasileira**: uma análise a partir dos indicadores de inovação. Ribeirão Preto, 2007. 79f. Relatório Técnico. Fipase/Parque Tecnológico de Ribeirão Preto. Disponível em: http://www.fipase.org.br/imagens/RelatSetFarmaceuticaBrasileira.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2012.

REVISTA TRIP. **Super-normal**. Disponível em: <http://revistatrip.uol.com.br/revista/187/reportagens/super-normal.html>. Acesso em: 06 jan. 2012.

REVISTA TRIP. Disponível em: <http://revistatrip.uol.com.br/trieditora/núcleo_trip.php?id=17>. Acesso em: 15 jan. 2012.

SUPERINTERESSANTE. **Nação Rivotril**. Disponível em: <http://super.abril.com.br/saude/nacao-rivotril587755.shtml>. Acesso em: 06 jan. 2012.

VAZ, Paulo et al. O fator de risco na mídia. **Interface**, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.145-63, jan./abr. 2007.

Artigo recebido em: 01/6/2012
Aceito para publicação em: 06/9/2012

LETRAS

A dança nas lavouras de Nassar e Carvalho: dançando com Ana

*Lucia Aparecida Campos Coelho**
*Ludmila Mourão***
*Maria de Lourdes Abreu de Oliveira****

RESUMO

Este artigo apresenta algumas reflexões sobre as danças da personagem Ana no romance *Lavoura arcaica*, de Raduan Nassar e no filme homônimo de Luiz Fernando Carvalho. Para tanto foram analisadas as duas performances de Ana, presentes nos textos literário e cinematográfico. Feitas as reflexões e análises, chegou-se à conclusão de que, nas duas obras, a primeira dança de Ana expressa alegria, sensualidade e aceitação, ao passo que a sua segunda e última dança, expressa angústia, erotismo e revolta, enfim, transgressão e ruptura. A dança de Ana é o seu verbo! Ana diz com o corpo o que a palavra cala.

Palavras-chave: Literatura. Cinema. Corpo. Movimento. Dança.

ABSTRACT

This article presents some reflections about the dances of the character Ana, in the novel *Lavoura arcaica*, of Raduan Nassar, and in the homonym movie of Luiz Fernando Carvalho. For this purpose, two dance performances of Ana, presented in the literary and cinematographic texts, were analyzed. After the reflections and analysis, it was concluded that, in both texts, Ana's first dance expresses happiness, sensuality and acceptance, but in contrast her second and last dance expresses anguish, eroticism and revolt, finally, transgression and rupture. Ana's dance is her language! Ana says with her body what can not be said in words.

Keywords: Literature. Cinema. Body. Movement. Dance.

* Mestrado em Letras pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, (2009). Professora de Educação Física da Prefeitura de Juiz de Fora. lamccoelho@yahoo.com.br

** Doutora em Educação Física pela Universidade Gama Filho (1998). Professora do curso de Graduação e Pós-graduação (mestrado) da Faculdade de Educação Física e Desporto da Universidade Federal de Juiz de Fora. ludmila.mourao@terra.com.br

*** Doutora em Letras (Ciência da Literatura: Teoria Literária) pela UFRJ (1987). Professora do Mestrado em Letras do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. mariaoliveira@pucminas.cesjf.br

1 INTRODUÇÃO

O estudo que ora se apresenta caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa do tipo descritiva. Trata-se de um estudo de caso, cujo objeto é *Lavoura arcaica*, obra literária de Raduan Nassar (1989), adaptada para o cinema por Luiz Fernando Carvalho (2001). O objetivo principal desta pesquisa é fazer uma análise da representação do corpo, do movimento e da dança da personagem Ana nessas duas manifestações artísticas.

O livro *Lavoura arcaica* foi escrito em 1975, sendo composto por 30 capítulos, que narram em primeira pessoa a história de André, um jovem descendente de libaneses que decide abandonar a família devido ao excesso de autoridade do pai e a paixão incestuosa que nutre pela irmã Ana. André é um personagem que manifesta sua revolta através de uma expressão verbal compulsiva; já a irmã Ana, que não verbaliza em momento algum seus sentimentos, expressa-se através do corpo e da dança. Partindo do princípio de que todo ser humano traz consigo a necessidade de comunicação (LABAN, 1978, 1990), supõe-se que a personagem Ana utiliza-se do corpo como meio de comunicação com o mundo exterior. Acredita-se também que, na ausência de expressão verbal, Ana canalize o seu desejo de comunicação na exacerbação dos seus movimentos dançantes.

A relevância deste estudo está, sobretudo, na constatação da escassez de trabalhos acerca do diálogo Literatura/Dança, exemplificado pela representação da dança no romance *Lavoura arcaica*, de Raduan Nassar. A importância dessa pesquisa está também em evidenciar que a Dança é bem mais que uma atividade física ou um divertimento, mas sim uma forma de linguagem na qual o homem se encontra totalmente integrado. Acredita-se também que este estudo contribuirá de maneira significativa para que os Educadores Físicos, profissionais da Dança, Artes e Literatura compreendam melhor as questões relacionadas à integração corpo/mente que permeiam as diversas instâncias sociais, uma vez que, no decorrer da História, o corpo e suas manifestações sempre foram alvos de inúmeras restrições e preconceitos (CORBIN, 2008).

2 AS LAVOURAS DE NASSAR E CARVALHO

O romance *Lavoura arcaica* foi escrito pelo paulista Raduan

Nassar. Tal obra se caracteriza como uma novela trágica, por abordar o percurso de decadência de uma família de imigrantes libaneses. Lançada em 1975 teve grande repercussão devido, principalmente, à força do tema e a contundência da linguagem, que se constrói num constante exercício de criação e depuração. Narrada em primeira pessoa, de modo elíptico e fragmentado, a obra apresenta inovação em sua forma estrutural.

Lavoura arcaica é dividida em trinta capítulos e duas partes, explicitando a estética fragmentária predominante na proposta da obra. A primeira parte, mais longa, intitulada "A partida", narra a infância e a juventude de André junto à família e o domínio do patriarca de temperamento austero e repressor, que se opõe a representação da figura materna, sempre muito amorosa e acolhedora. Nassar expõe o panorama ético e moral de uma família marcada pelas imposições religiosas sintetizadas na figura paterna, um ser atormentado, que incorpora em suas atitudes uma série de dogmas.

André possui uma personalidade forte, característica que o distingue dos demais irmãos. Ele não aceita nem se sujeita às imposições severas do pai. Além do conflito que evolui na relação pai X filho, André nutre uma paixão incestuosa por Ana, sua irmã mais nova. Ana é uma personagem que segue a ousadia do irmão, mas tal comportamento só se manifesta através do corpo, seja por meio de sua entrega a André, seja por meio de suas danças. A paixão e a consumação do desejo de André provocam nele um forte sentimento de culpa. Tudo isso faz com que não suporte mais a convivência com a família e saia de casa, refugiando-se num quarto de pensão de um vilarejo próximo.

Na segunda parte do livro, intitulada "O retorno", Pedro, o irmão mais velho, traz de volta para casa o irmão rebelde. A narrativa, nesta etapa, contém as lembranças de um dos sermões do pai, o reencontro de André com a família, a sua conversa com o pai, a acolhida carinhosa da mãe, o "aconchego" a Lula, seu irmão caçula, a festa em homenagem ao seu retorno e a última dança de Ana, seguida da tragédia que recai sobre a família: O pai mata a filha e, em seguida, de modo não explícito no texto literário, também morre.

Segundo Bosi (2004), Raduan Nassar evidencia uma clara preocupação com o estatuto poético da linguagem, levando-a as fronteiras da prosa poética. Cabe aqui (re)ver o conceito de prosa poética,

enumerando algumas de suas características. Há na prosa poética o predomínio da primeira pessoa do singular e o abandono do narrador à imaginação, à memória e ao devaneio. Há também uma ambiguidade no relato e a transformação das frases verbais em frases musicais, além de uma imediata visibilidade da metáfora (RAMOS, 2006, p. 31-32). A partir do exposto é possível perceber que em *Lavoura Arcaica* coexistem as características já mencionadas. Há na obra de Raduan Nassar uma constante e quase obsessiva preocupação com o lirismo; na verdade, a poesia recobre quase que por completo o que a princípio seria um romance. Deste último, *Lavoura Arcaica* preserva a possibilidade de o leitor acompanhar sem esforço o desenrolar dos acontecimentos, mas a linguagem poética que perfaz o texto confere-lhe a intensidade própria dos grandes poemas. O romance de Raduan Nassar é permeado por passagens e frases poéticas das quais emergem as mais inusitadas metáforas.

Ainda segundo Ramos (Id. Ibid.) verifica-se, no decorrer de toda a narrativa de Raduan Nassar, um erotismo pulsante proferido no discurso ininterrupto de André. Já no primeiro capítulo do livro tem-se a demonstração da intensa carga poética que marcará este erotismo.

> Os olhos no teto, a nudez dentro do quarto; róseo, azul ou violáceo, o quarto é inviolável; o quarto é individual, é um mundo, quarto catedral, onde nos intervalos da angústia, se colhe, de um áspero caule, na palma da mão, a rosa branca do desespero, pois entre os objetos que o quarto consagra estão primeiro os objetos do corpo; eu estava deitado no assoalho do meu quarto, numa velha pensão interiorana, quando meu irmão chegou pra me levar de volta; minha mão, pouco antes dinâmica e em dura disciplina, percorria vagarosa a pele molhada do meu corpo, as pontas dos meus dedos tocavam cheias de veneno a penugem incipiente do meu peito ainda quente; minha cabeça rolava entorpecida enquanto meus cabelos se deslocavam em grossas ondas sobre a curva úmida da fronte (NASSAR, 1989, p.7-8).

Lavoura arcaica não faz unicamente um relato, na verdade Raduan Nassar funde poesia e prosa através do uso de metáforas, da mistura de forma e conteúdo e da repetição de sons e de palavras que dão ao texto cadência e musicalidade. Ele apresenta, assim como os

grandes poetas, um meticuloso trabalho com as palavras. Ao escolher, repetir e combinar cada uma delas, o autor traz para o leitor elementos fundamentais da linguagem poética, tais como o mundo das imagens, o ritmo e a sonoridade. *Lavoura arcaica* é uma obra que não se submete às regras. Ela não permanece em "marcha", e sim "dança". Busca, através de recursos poéticos diversos, romper com o habitual automatismo da linguagem e, consequentemente, provocar no leitor sensações/sentimentos dúbios, nos quais se misturam desconforto e encantamento. Prosa poética ou romance lírico. É como se classifica hoje a obra de Raduan Nassar. Forma e conteúdo. Concreto e sublime. Sinalização e potencialização. Linearidade que encobre a verticalidade. Poesia que pulsa, tensionando a construção sequencial da prosa.

Damo-nos conta de que *Lavoura arcaica*, em essência, diz-se no próprio enredo. O trabalho com a linguagem se denuncia, sem se explicitar. O fazer artístico é pensado, enquanto ato, não através de uma metalinguagem explícita, mas na cadência poética das palavras que tecem este texto aberto ao leitor, qual todo e qualquer poema. Cada palavra, carregada de subjetividade, abre-se a uma multiplicidade de sentidos, possibilitando inúmeras leituras do texto. É o leitor que (re) elabora o dito, que confere às palavras significados, a partir de sua vivência, das leituras de mundo já realizadas, dos caminhos anteriores percorridos, enfim, a partir da amplitude que seu horizonte pessoal lhe permita abarcar.

A versão fílmica de *Lavoura arcaica* foi lançada em 2001, sendo o longa metragem de estréia do carioca Luiz Fernando Carvalho. *LavourArcaica* foi considerado pela crítica como um dos melhores filmes nacionais dos últimos tempos. O cenário foi uma fazenda do interior de Minas Gerais, onde os atores e toda a equipe técnica estiveram por semanas, vivenciando e aprendendo a rotina da vida agrária, bem como os hábitos de uma família de origem libanesa. O ponto de apoio à produção foi Juiz de Fora e as filmagens foram realizadas em São José das Três Ilhas, distrito de Belmiro Braga. Vários atores e figurantes de Juiz de Fora, inclusive integrantes de um grupo de dança árabe, participaram do filme.

A pré-estréia do filme se deu no dia 26 de Março de 2002, às 19 horas, no espaço Unibanco Palace, em Juiz de Fora. O filme entrou oficialmente em cartaz na cidade no dia 29 de Março de 2002. Fazem parte

do elenco os atores Raul Cortez, interpretando o pai; Juliana Carneiro da Cunha, a mãe; Selton Mello, como o protagonista André; Simone Spoladore, interpretando Ana; Leonardo Medeiros, o primogênito Pedro e Caio Blat, o caçula Lula. Vale a pena destacar a magnífica participação de Pablo César Câncio, o pequeno ator que interpreta André durante sua infância, e também a participação da voz de Luiz Fernando Carvalho em algumas das memórias narradas pelo protagonista.

O filme, premiado em vários festivais nacionais e internacionais, foi considerado uma obra prima pela crítica especializada, principalmente pela fotografia, pela trilha sonora e pelas brilhantes interpretações de Raul Cortez, Selton Mello e Simone Spoladore. Porém, apesar das inúmeras críticas positivas, o filme distanciou-se do grande público. O diretor foi criticado por alguns por um excesso de fidelidade ao texto literário de Raduan Nassar, pela edição um tanto quanto longa da obra (quase três horas de duração) e também por suas longas falas, extremamente poéticas, mas também muito densas e complexas.

A este ponto é importante chamar atenção para os títulos das obras: eles apresentam grafias diferentes. Isto deixa claro que a obra de Luiz Fernando Carvalho não é a mesma de Raduan Nassar. *LavourArcaica* é uma adaptação cinematográfica do livro *Lavoura arcaica* e é assim que este filme precisa ser visto: uma outra obra, capaz de recriar, criticar e atualizar o texto adaptado. Mas, normalmente não é o que acontece. Corseuil (2003, p. 295 *apud* MARINS; WIELEWICKI, 2009, p. 279), afirma que

> é comum ouvirmos comentários e lermos análises a respeito da "fidelidade" ou "infidelidade" do filme em relação ao romance ou peça em que se baseia. Leitores de um romance vão assistir a sua adaptação para o cinema com certas expectativas, dentre as quais pode se incluir uma hierarquia de valores que definem o romance como obra original, legítima e representativa de uma época ou sociedade. O filme, por sua vez, é visto como obra que pode ser, até certo ponto, criativa, mas que está necessariamente em condições de dependência ao romance adaptado.

Considerando que o texto literário e o fílmico são linguagens diferentes e levando também em conta que o escritor e o cineasta também possuem diferentes objetivos e sensibilidades, temos em Pellegrini

e colaboradores (2003, p.62), a afirmação de que em uma adaptação deve haver não apenas o dialogo com a obra original, mas deve existir também um diálogo com o seu contexto, atualizando o livro, mesmo quando o objetivo do cineasta for uma completa identificação com o texto original. Contudo, mesmo sendo manifestações artísticas distintas, *Lavoura arcaica* e *LavouArcaica* podem ser textos complementares entre si, ou seja, cada um, mesmo com a sua especificidade própria, pode e deve iluminar a leitura do outro. O fundamental é que não consideremos o filme como obra segunda e, portanto, uma obra que necessariamente tenha que ser fiel ao romance que lhe deu origem.

3 A DANÇA NAS LAVOURAS DE NASSAR E CARVALHO: DANÇANDO COM ANA

Dando início às reflexões acerca das danças da personagem Ana em *Lavoura arcaica,* é necessário fazer a seguinte consideração: não nos parece muito claro qual o estilo de dança praticada por Ana, nem no texto literário de Raduan Nassar, tampouco no texto cinematográfico de Luiz Fernando Carvalho. Contudo, temos na narrativa de Nassar (1989, p.29), algumas referências à cultura cigana, tais como a flor vermelha presa lateralmente nos cabelos soltos de Ana e “seus passos precisos de cigana se deslocando no meio da roda”. Portanto, com o intuito de refletir melhor sobre a linguagem corporal de Ana, faremos a seguir algumas considerações a respeito da cultura e da Dança Cigana.

Bregolato (2000) afirma que os ciganos, após serem expulsos da Índia pelos árabes, espalharam-se pelo mundo todo, porém, encontraram maior facilidade de estabelecimento nos países de Gales e na Espanha. Sendo assim, a cultura cigana absorveu ao longo dos anos elementos de várias outras culturas, principalmente elementos da cultura espanhola. Na dança aconteceu o mesmo, ou seja, a dança dos ciganos também recebeu influências de outros países, mas em especial recebeu influencia da Espanha. E nesse país uma das danças mais típicas é o *Flamenco*. Tal dança se caracteriza por movimentos fortes, precisos e vibrantes, onde pés, braços, mãos, cabeça e corpo se movimentam sempre de forma simultânea. É bastante típico nesta dança o uso de uma flor no cabelo, geralmente vermelha, bem como o uso de leques, castanholas, palmas e sapateados.

Segundo Silva (2007, p. 1), a arte flamenca é resultante do

processo evolutivo de uma manifestação sócio-cultural que teve início no fim do século XVIII, na região de Andaluzia, sul da Espanha. “Suas bases musicais, rítmicas e poéticas assentam-se na riqueza do folclore andaluz, resultado da mescla de povos e culturas que povoaram essa região ao longo da história, tais como: ciganos, árabes e judeus”. Ainda de acordo com a mesma autora, temos que, nesse estilo de dança, quando uma bailarina faz um solo, ela tem total liberdade de dançar no andamento que desejar, devendo o músico, obrigatoriamente, acompanhá-la com o seu instrumento musical. E é justamente isto o que o narrador-protagonista narra na última dança de Ana:

> sempre mais ousada, mais petulante, inventou um novo lance alongando o braço, e, com graça calculada (que demônio mais versátil!), roubou de um circundante a sua taça, logo derramando sobre os ombros nus o vinho lento, obrigando a flauta a um apressado retrocesso lânguido**,** provocando a ovação dos que a cercavam (NASSAR, 1989, p.118).

Retomando os aspectos da cultura cigana, percebe-se que esse povo tem uma forte ligação com a dança. Eles aprendem tal linguagem desde a mais tenra idade e se utilizam dela como um meio de transmissão e veiculação de seus valores e códigos às futuras gerações. A dança cigana é repleta de movimentos amplos e livres, uma manifestação corporal permeada de simbolismo que se revela no gestual e na expressão facial dos dançarinos. Tal dança tem como característica movimentos extremamente sensuais de quadris, braços e mãos. Normalmente os braços de uma dançarina cigana se movimentam ao redor do seu corpo, de maneira flexível, como se fossem uma moldura para o seu tronco que deve estar sempre bem ereto, numa posição de enfrentamento e desafio. As mãos executam, em vários planos, movimentos circulares e ondulantes. São também frequentes nessa dança, tal qual ocorre no *Flamenco,* flores nos cabelos, palmas, estalar de dedos, bem como os saltos, os giros e as batidas de pés no chão. As pernas e os pés se movimentam com extrema agilidade e graciosidade, executando constantes deslocamentos indiretos e súbitos. As ciganas, com saias longas e rodadas, dançam sempre descalças e com os cabelos soltos.

> [...] e não tardava Ana, impaciente, impetuosa, o corpo de campônia, a flor vermelha feito um coalho

> de sangue prendendo de lado os cabelos negros e soltos, essa minha irmã que, como eu, mais que qualquer outro em casa, trazia a peste no corpo, ela varava então o círculo que dançava e logo eu podia adivinhar seus passos precisos de cigana se deslocando no meio da roda, desenvolvendo com destreza gestos curvos entre as frutas e as flores dos cestos, só tocando a terra na ponta dos pés descalços, os braços erguidos acima da cabeça serpenteando lentamente ao trinado da flauta mais lento, mais ondulante, as mãos graciosas girando no alto, toda ela cheia de uma selvagem elegância, seus dedos canoros estalando como se fossem, estava ali a origem das castanholas (NASSAR, 1989, p.28 – 29).

A este ponto, seria possível afirmar que a dança de Ana é uma manifestação da Dança Cigana? Creio não ser ainda possível fornecer respostas definitivas no que diz respeito à obra de Raduan Nassar, tampouco no que se refere à obra de Luiz Fernando Carvalho, pois se notam diferenças significativas nas descrições e representações das duas danças da personagem Ana, tanto no que tange a narrativa verbal, quanto no que tange a visual. Sendo assim, é necessário realizar um estudo mais atento e detalhado das danças de Ana e isto deve ser feito em ambos os textos, com o intuito de melhor compreender e caracterizar a linguagem corporal desta personagem.

Quanto às danças de Ana descritas no livro de Raduan Nassar temo-las narradas, como mencionado anteriormente, duas vezes. É interessante destacar que os dois textos são praticamente descritos com as mesmas palavras, a não ser pelo tempo verbal. Na primeira e segunda descrição o tempo utilizado pelo narrador é o pretérito. A diferença é que na primeira, narrada em *A partida*, o tempo usado é o pretérito imperfeito, sinalizando a idéia de retorno. Já na segunda, narrada em *O retorno*, o tempo utilizado é o pretérito perfeito, indicando que tal fato já aconteceu. De acordo com Ramos (2006, p. 89), “na primeira narração há a permanência das coisas, do encontro, a tradição que se perpetua. Na segunda, o tempo determina a reunião no bosque como a última”. Rodrigues (2006, p.127) afirma que a descrição da primeira festa parece indicar que esta se repetia periodicamente, já a segunda e última descrição pode significar tanto que tal festa é singular, quanto que a mesma não mais se repetirá na família.

Apesar da descrição das danças de Ana ser praticamente a mesma, a forma como o autor dá início à sua segunda dança, os acréscimos feitos a ela e o seu novo desfecho, faz com que ela seja praticamente outra dança, substancialmente diferente da primeira. A este ponto é conveniente ressaltar o posicionamento de Laban (1978, 1990) com relação à linguagem corporal de um indivíduo. Para o estudioso, o movimento humano não é uma prática estanque, restrita, uma atividade que possa ser analisada apenas em seus aspectos tangíveis. O movimento é na verdade a manifestação do somatório dos aspectos racionais, emocionais, físicos e socioculturais daquele que o realiza. Deste modo, temos neste momento da narrativa, uma personagem tomada pela revolta e pela ira, uma mulher disposta a se rebelar contra tudo e todos. Ao se vestir, exibir-se e dançar publicamente com as roupas e adereços das prostitutas que André visitou, ao molhar a sua dança e embeber a sua carne de vinho, Ana revelou e assumiu a sua sexualidade, bem como o desejo interdito que nutria pelo irmão. Ana parece dizer para André estar disposta a dar continuidade à paixão proibida. Ela rompe com a pesada tradição imposta pela figura paterna, mudando não apenas o figurino da sua dança, mas também alterando consideravelmente a qualidade dos seus movimentos e, consequentemente, o teor do seu discurso corporal. Os movimentos de Ana ganharam mais peso, tornaram-se mais fortes e enérgicos. Sua movimentação ganhou maior rapidez, seus movimentos tornaram-se mais diretos e seu foco principal passou a ser o irmão André, como afirma o próprio narrador: “eu estava certo, mais certo do que nunca, de que era para mim, e só para mim, que ela dançava” (NASSAR, 1989, p. 189).

O corpo de Ana, ao se expressar em sua primeira dança, emana vida, alegria e sensualidade, mas também manifesta aceitação. Ao modificar a qualidade e a intencionalidade de seus movimentos, ainda que mantenha aparentemente o mesmo gestual, Ana passa a veicular um novo discurso não verbal: o discurso da angústia, do erotismo e da resistência. São os estados internos sendo externamente revelados através dos movimentos. É o corpo que, sinalizando intenções, exibe emoções e atitudes. É o grito desesperado de um corpo desrespeitado e reprimido. É o conflito entre tradição e ruptura se manifestando na linguagem corporal. A última dança de Ana é uma dança para a morte.

Ela parece pressentir seu fim trágico: sua vida ceifada pelas mãos do próprio pai, que, de acordo com o narrador, sentiu-se irremediavelmente "ferido nos seus preceitos, que fora possuído de cólera divina (pobre pai!), era o guia, era a tábua solene, era a lei que se incendiava" (NASSAR, 1989, p. 191).

A partir das considerações tecidas, percebemos que ao analisarmos as danças em *Lavoura arcaica*, é necessário que façamos antes algumas considerações acerca da sua escritura. Uma delas diz respeito às festas descritas no romance de Nassar: elas nos remetem ao rural. O escritor usa inúmeros vocábulos relacionados à alimentação, que, associados à dança, nos remetem às antigas celebrações feitas para comemorar a colheita, ou seja, os rituais dionisíacos. Seria a dança de Ana, em especial a segunda dança, onde a mesma rouba de um circundante a sua taça de vinho e o derrama sobre os ombros nus, uma alusão aos antigos cultos realizados em homenagem a Dionísio, o deus do vinho, das festas, do lazer, do prazer e da vegetação? André, sempre delirante, contestador, erótico e embriagado pelo vinho simbolizaria o próprio Dionísio? E Ana, assim como Lula, seria uma de suas seguidoras? Possivelmente sim. A dança de Ana dá evidentes indícios de uma linguagem dionisíaca. Para percebermos isto com mais clareza, basta nos reportarmos à história da dança, mais especificamente aos registros feitos em vasos que, segundo Caldeira (2008), registram as danças em homenagem ao deus Dionísio a partir de uma movimentação dinâmica de braços, torso, pescoço e cabeça, acompanhados de passos corridos e de saltos. Na verdade, as danças de Ana nos remetem às bacantes, mulheres que seguiam Baco, o deus do vinho e dos prazeres sexuais, bebendo e dançando compulsivamente, até atingirem o êxtase. Ana parece se identificar com os impulsos dionisíacos do irmão André e expressa isto corporalmente nas festas da família, tempo e espaço das bebidas, comidas e danças.

A rígida disciplina imposta diariamente pelo pai, não só à família, mas também a ele próprio, parece ser abrandada quando ele abre as portas de sua lavoura para os parentes e amigos. Isto pode ser inferido a partir do seguinte relato de André: "e eu podia imaginar, depois que o vinho tinha umedecido sua solenidade, a alegria nos olhos do meu pai mais certo então de que nem tudo em um navio se deteriora no porão" (NASSAR, 1989, p. 30). Nos encontros festivos, com exceção de

André, toda a família se manifesta corporalmente, principalmente Ana, que contrastando com os movimentos mais contidos de quase todos os participantes demonstra total desenvoltura, sensualidade e rejeição às normas vigentes. Nesses momentos, Ana se transforma e é capaz de provocar naqueles que a rodeiam êxtase e entusiasmo. Ela se transforma na mais perfeita sacerdotisa de Baco!

De acordo com Rodrigues (2006, p. 129), há uma grande diferença entre a Ana atraída para a casa velha e recolhida na capela e a Ana presente nas festas. Na primeira temos uma Ana que se movimenta vagarosamente, avançando e recuando com indecisão. Temos até mesmo uma Ana completamente imóvel na capela, caracterizando passividade. Já na segunda temos uma Ana que se movimenta de forma bem mais dinâmica, agitada, uma Ana que transforma passividade em ação. Uma mulher que, rompendo com todas as barreiras, rouba e dança com as quinquilharias da caixa de André, fazendo com que Pedro, sem alternativas, revele ao pai o que o irmão lhe confessara: "Era Ana, era Ana, Pedro, era Ana a minha fome".

Ampliando um pouco mais nossas reflexões sobre as danças e a linguagem corporal de Ana, temos em *LavourArcaica,* obra cinematográfica do cineasta Luiz Fernando Carvalho, uma personagem que rompe subitamente o círculo roubando com sua mão direita o lenço branco do bolso de um dos dançarinos. Com os cabelos apanhados do lado por uma flor vermelha, descalça e vestida com um vestido claro e leve ela nos traz à mente a figura da revolucionária dançarina Isadora Duncan que, libertando-se das sapatilhas e dos figurinos desconfortáveis, subiu ao palco e dançou descalça, trajando apenas uma leve túnica branca. Na primeira dança, Ana exibe no rosto uma alegria plena e calma, e no corpo, uma sensualidade de menina moça. Ela executa movimentos que ora nos remetem à Dança do Ventre, tais como *cambré*s, batidas laterais de quadril e de ombros, deslocamentos de cabeça, movimentos ondulatórios de tronco, braços e mãos, além dos giros árabes e das vibrações do corpo, mas realiza também movimentos típicos da Dança cigana, do *Flamenco* e do *Dabke*, tais como as batidas fortes e firmes dos pés no chão. É interessante perceber que não encontramos tal relato na narrativa literária, pelo contrário, Nassar (1989, p.29), afirma que Ana dançava "se deslocando no meio da roda, desenvolvendo com destreza gestos curvos entre frutas, e as flores dos cestos, só tocando a terra na

ponta dos pés descalços". Estaria Carvalho com a interpretação dando mais aterramento, presença e força à movimentação de Ana? Tal como na Dança contemporânea que busca demonstrar o peso do corpo indo ao encontro do solo, Ana estaria também, ao bater com firmeza os dois pés no chão, tentando mostrar sua existência real e encontrar seu lugar naquele espaço e tempo? Possivelmente sim, uma vez que a narrativa dos gestos só pode ser bem apreendida a partir do conhecimento cultural que o cerca.

Dirigindo agora nosso olhar para a última dança de Ana exibida no filme *LavourArcaica,* vemos surgir na tela uma mulher transformada e transtornada. Uma mulher que nos remete à figura da Pomba-gira presente nos rituais umbandistas. A umbanda é uma manifestação religiosa nascida em solo brasileiro, na qual se misturam fortes influências africanas, católicas, kardecistas e até mesmo orientais. Sendo a Umbanda uma religião do povo brasileiro, suas entidades representam o retrato social e cultural desse povo. Assim sendo, ao lado dos orixás e dos exus encontram-se as figuras de caboclos, boiadeiros, índios, pretos velhos, prostitutas, marinheiros, etc. (BARROS, 2006). Ainda segundo a mesma autora, temos que, de todas as divindades da umbanda, os exus são os que mais se assemelham aos homens em termos de paixões, virtude e vícios. Iemanjá é a representação feminina de um orixá e a Pomba-gira é a representação feminina de um exu. Nos terreiros de umbanda, Iemanjá é exemplo de grande mãe protetora, ao passo que a pomba-gira é o símbolo da grande cortesã devassa. Os orixás, de acordo com Ortiz (1978), são espíritos de luz e os exus são espíritos das trevas.

A Pomba-gira é a síntese dos aspectos mais chocantes que a sexualidade de uma mulher pode assumir, e por isso ela trabalha na linha esquerda da umbanda, no domínio do mal e da desordem – a quimbanda. A Pomba-gira é a personificação do despudor, do que sempre foi oprimido pela moral e bons costumes e que, encarnado, encontra espaço para emergir, transbordar, enfim, revelar-se. A imagem da Pomba-gira é a imagem de uma mulher alegre, corajosa, inquieta, rebelde, arrogante e exuberante. Ela é a mais própria expressão do desejo carnal descontrolado, da luxúria e da transgressão das normas, condutas e valores conservadores. Quase sempre sua imagem se liga ao uso de elementos impróprios e proibidos, tais como cigarros,

cigarrilhas, cachaça, vinho e champanhe. Assim como Ana se encontra à esquerda na mesa das refeições da família, a Pomba-gira também está à esquerda na cultura umbandista. Ela não é uma entidade de luz, por isto é comum ser cultuada em horários e locais marginais, tais como cemitérios, encruzilhadas, cais de portos e matas fechadas.

Ortiz (1978) afirma que, culturalmente, a memória coletiva umbandista também está atrelada aos valores que norteiam a sociedade, e que tais valores coincidem com os valores das classes dominantes. A sexualidade é ainda hoje um tabu, fonte de mistérios, proibições, pecados e culpas, principalmente no que tange à rigidez religiosa. De acordo com Barros (2006, p. 97), o cristianismo tradicional ainda compreende a mulher de forma dual e antagônica, a saber, a mãe e a pecadora, a virgem e a Messalina, Maria e Madalena. Desse modo, maternidade e sexualidade são aspectos distintos e incompatíveis do feminino.

Os conceitos, preceitos e preconceitos acerca do corpo feminino tiveram suas origens na antiguidade, foram intensificados na Idade Média e mantidos e parcialmente modificados na contemporaneidade. O fato de Deus ser uma figura masculina, a "primogenitura" de Adão e também a crença de que Eva foi formada a partir de uma das costelas de Adão são, segundo Barros (2006, p. 96), concepções decisivas para a formação de um imaginário onde cabe à mulher uma posição de inferioridade e subalternidade em relação ao homem. Sendo assim, parece ser possível inferir que a desvalorização da figura da Pomba-gira está vinculada à desvalorização do corpo, em especial à desvalorização do corpo feminino sexuado, que ainda permeia nossa cultura.

Mesmo com todas as discussões acerca dos direitos femininos, das transformações sociais ocorridas e das conquistas jurídicas, sexuais e psíquicas das mulheres nos últimos tempos, Corbin (2008, p. 154.) afirma que não se deve confundir a liberação de costumes com a liberação das mulheres, pois que a liberação "aparente das regras da moral tradicional, esconde muitas vezes a mesma manipulação das mulheres. A dominação masculina sabe, portanto, como se renovar e avançar, disfarçada sob a bandeira da liberdade sexual".

Refletindo um pouco mais sobre atitudes e comportamentos machistas, encontramos na própria obra analisada fortes indícios de discriminação contra a mulher. Temos por exemplo, além do silêncio das mulheres da família, um irmão que, embora se confesse "louco"

pela irmã, dirige-se a ela ora com exaltação, ora com julgamentos marcadamente moralistas. Nesses momentos o olhar de André se assemelha aos olhares do pai e de Pedro. Temos também um pai que, transtornado e desesperado diante da tragédia do incesto, opta por tirar a vida da sua filha Ana e não a do seu filho André, evidenciando assim um pensamento e uma conduta extremamente machistas, frutos de uma cultura de dominação do homem sobre a mulher.

Segundo Gregersen (1983, p.179), mesmo com as novas concepções ideológicas de sexualidade dos últimos tempos, a relação da sexualidade com a cultura é ainda bastante complexa, pois que "os aspectos culturais podem modificar-se dramaticamente, porém talvez a cultura da sexualidade seja mais estável do que se suponha". E sendo assim, infelizmente, ainda paira no imaginário coletivo a concepção de que pura, limpa e santa é a esposa, a mãe abnegada e assexuada e, por extensão, pecadora, suja e devassa é a "outra", a mulher que se mostra, impõe e assume a sua sexualidade. E é a partir desta última concepção que é feita a representação da Pomba-gira: uma cortesã, uma mulher corajosa e portadora de uma pulsão sexual desenfreada e ostensiva.

De acordo com Barbosa e Bairrão (2008), a Pomba-gira é uma das entidades que mais gosta de se exibir corporalmente, e faz isto dançando e se movimentando de maneira muito desinibida e extrovertida. Gosta de adornos, maquiagens e roupas ousadas, provocantes e escandalosas, o que acarreta à sua movimentação uma excessiva sensualidade, uma sensualidade tão explícita e irreverente que beira ao erotismo. Em sua dança, a Pomba-gira exibe sucessivos giros. Ela gira geralmente com um dos pés apoiados inteiramente no chão e o outro apoiado apenas na meia ponta. Ela manifesta seu prazer de dançar através de sonoras gargalhadas e de uma movimentação voluptuosa de tronco e de cabeça, os quais são geralmente lançados provocativamente para trás, num gestual que revela toda a sua ousadia e desejo de enfrentamento. A movimentação corporal da Pomba-gira se caracteriza pela liberdade, flexibilidade, além da entrega e aceitação do próprio peso do seu corpo. Ao se deslocar, ela movimenta exageradamente o quadril criando, a partir deste movimento, um rebolado irreverente e sensual. Por tudo o que foi citado, a Pomba-gira é considerada o maior e mais verdadeiro estereótipo da mulher prostituta e, também por tudo isto, encontramos vários pontos em comum entre a última dança de Ana exibida no filme

de Carvalho e a linguagem corporal de uma Pomba-gira.

Ainda com relação à obra cinematográfica de Luiz Fernando Carvalho, a trilha sonora utilizada na última dança de Ana é diferente da primeira, assim como outra é a dança de Ana. Nesta, seus movimentos são caracterizados por extrema voluptuosidade e erotismo. Sua movimentação de cabeça é constante, intensa, desvairada, fazendo com que seus cabelos fiquem em total desalinho, o que nos remete a uma imagem de mulher descontrolada e completamente entregue à loucura. Ana se insinua frequentemente, elevando a saia com as mãos e passando sensualmente seus dedos e mãos pelo rosto e cabelos. Podemos perceber que ela mantém ainda a flor vermelha, bem como os pés descalços, mas agora traz no corpo as quinquilharias mundanas de André, nas unhas um esmalte vermelho, no rosto uma maquiagem forte, uma expressão por vezes cínica e angustiada, outras vezes de enfrentamento e revolta. E assim sua dança se transforma completamente. Ana agora exibe uma nova linguagem corporal. Seus movimentos ganham muito mais energia, vibração e peso. Eles se tornam súbitos, diretos e controlados. Ana executa sucessivos giros, além de repetidas e entrecortadas contrações de tronco. Seus movimentos se tornam ainda mais diretos, rápidos e agressivos quando alguém tenta impedi-la de prosseguir com sua dança, quando então ela empurra violentamente quem a segura e dá mostras de enfrentamento, ampliando sua cinesfera, talvez na ânsia de ocupação de um maior espaço naquela lavoura. Ao se arremessar ao solo e bater fortemente com as mãos no chão, Ana dá claros indícios de não mais suportar os excessos disciplinares do pai, e tampouco, reprimir suas necessidades e desejos. Em sua última dança, Ana ostenta uma descontrolada sexualidade, ela é a imagem do desatino, da desordem, da revolta, da contestação, do embate, da ruptura e, por fim, da morte.

A segunda dança de Ana é a primeira acrescida do movimento que busca desequilibrar o tradicional e incutir nele o novo. O grito silencioso da dançarina ecoa mais alto e intensamente que a verborragia por vezes alucinada de André. Sem uma palavra sequer é a mulher que age, enquanto o homem fala; é ela que alcança a única alforria possível do estado de coisas vigentes, a única liberdade possível do status quo que a encarcera. É com sua morte que ela cala o mundo que a silencia. Através da dança, Ana consegue o que André não alcança: a quebra, a queda, a ruptura, a destruição da tradição opressora. É imprescindível

que Ana morra. Ela não suporta a tradição, tampouco suportaria a nova ordem que busca estabelecer com o irmão.

Enfim, as duas danças de Ana no filme de Luiz Fernando Carvalho são linguagens. Expressões. Dualidades. Iemanjá e Pomba-gira. Bem e mal. Ordem e desordem. Alegria e angústia. Sensualidade e erotismo. Divino e demoníaco. Aceitação e revolta. Vida e Morte. Em torno dela um círculo gira. Ao colocar-se no centro desse círculo Ana passa a ser, em sua primeira dança, a própria representação do sagrado e, em sua última dança, o símbolo do profano. Na dança de Ana não há lugar para interditos. Enquanto dança, Ana comunica-se consigo mesma e com o outro. Transborda. Supera anseios e manifesta desejos. Sente-se parte de um todo. E enquanto gira, gira e gira, entra em transe, esquece-se de si mesma e se entrega à magia do corpo e do movimento. Diz com eles o que a palavra cala.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após estudo comparativo das danças da personagem Ana no romance *Lavoura arcaica,* de Raduan Nassar e no filme homônimo de Luiz Fernando Carvalho, verificou-se que, na adaptação realizada, foi mantida toda a poesia e lirismo presentes no texto verbal. Observou-se também que Carvalho, ao estabelecer um diálogo com a obra de Nassar, fez uma (re)leitura das danças descritas no romance. Sendo assim, as danças apresentadas nas duas manifestações artísticas apresentam significativas diferenças, porém, em ambas, a dança de Ana é o seu verbo. Nelas não há lugar para interditos. Em sua primeira dança ela é a expressão da vida e da sensualidade e, em sua segunda dança, é a representação da morte e do erotismo. As danças de Ana são linguagens carregadas de significado: na primeira, as marcas da tradição e na segunda, os sinais da ruptura. Apesar de não verbalizar em momento algum, Ana, como nenhum outro personagem, fala e grita com seu corpo. Em seu silêncio ela consegue dizer tanto ou mais que a verborragia convulsiva de seu irmão André.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marielle Kellermann; BAIRRÃO, José Francisco Miguel Henriques. Análise do movimento em rituais umbandistas. **Psicologia:** Teoria e Pesquisa. Brasília, v. 24, n. 2, p, 225 – 233, abr./jun. 2008.

BARROS, Cristiane Amaral. **Iemanjá e Pomba-Gira**: imagens do feminino na umbanda. 2006. 313 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2004.

BREGOLATO, Roseli Aparecida. **Cultura corporal da Dança**. São Paulo: Ícone, 2000.

CALDEIRA, Solange Pimentel. A religiosidade na dança: entre o sagrado e o profano. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 2, n. 4, p. 1 – 13, jul/dez 2008.

CORBIN, Alain.; COURTINE, Jean-Jacques.; VIGARELLO, Georges. **História do Corpo**. As mutações do olhar. O século XX. Petrópolis: Vozes, 2008.

GREGERSEN, Edgar. **Práticas sexuais**: a história da sexualidade humana. Tradução de Antonio Alberto de Toledo Serra e Edson Ferreira. São Paulo: Roca, 1983.

LABAN, Rudolf. **Domínio do movimento.** São Paulo: Summus, 1978.

_____. **Dança Educativa Moderna**. São Paulo: Ícone, 1990.

LAVOURARCAICA. Direção, Roteiro e Montagem: Luiz Fernando Carvalho. Direção de fotografia: Walter Carvalho. Trilha sonora: Marco Antônio Guimarães. Produção: Luiz Fernando Carvalho, Maurício Andrade Ramos, Raquel Couto e Tibet Filme. Intérpretes: Selton Mello, Raul Cortez, Juliana Carneiro da Cunha, Simone Spoladore, Leonardo Medeiros e Caio Blat. LFC Produções & Vídeo Filmes, 2001 (DVD, 163 min, color, son,).

MARINS, Líliam Cristina; WIELEWICKI, Vera Helena Gomes. Pygmalion, Bernard Shaw e sua adaptação cinematográfica: uma releitura cinqüentenária do cânone literário. **Revista de Literatura, História e Memória**, Cascavel**,** v. 5, n. 5, p. 277 – 289, 2009.
NASSAR, Raduan. **Lavoura Arcaica**. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.

ORTIZ, R. **A morte branca do feiticeiro negro**. Petrópolis: Vozes, 1978.

PELLEGRINI, T. *et al.* **Literatura, Cinema e Televisão**. São Paulo: Instituto Itaú Cultural, 2003.

RAMOS, Rosane Carneiro. **A palavra germinada:** o grito do romance lírico em Lavoura Arcaica. 2006. 124 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

RODRIGUES, André Luis. **Ritos da Paixão em Lavoura Arcaica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, Isadora Eckardt. "Estudos para uma bailadora andaluza" e os elementos do Flamenco. **Nau Literária**, Porto alegre, v. O3, n. 02, p. 1 – 5. jul./dez. 2007.

Artigo recebido em: 17/8/2009
Aceito para publicação em: 28/9/2012

A fábrica de mente

*Luiz Fernando Medeiros de Carvalho**
*Adriano Brandão de Oliveira***

RESUMO

Este trabalho pretende analisar, sob uma ótica interdisciplinar, o livro **A Fábrica do feminino**, de Paula Glenadel, pelo que se demonstra a prevalência da reflexão da condição humana sobre a proposta da afirmação de gênero. Relacionamos o termo "fabricação" com a noção de "condicionamento", entendido como um processo de aprisionamento de corações e mentes que tem se transmitido por gerações e gerações, conforme os estudos do pensador indiano Jiddu Krishnamurti. A linguagem dominante é o instrumento por excelência do condicionamento em contexto sócio-cultural. Nesse sentido, a libertação da mente do condicionamento passa pela compreensão dos efeitos dessa linguagem e seus mecanismos. E a poesia tem a capacidade de subvertê-la, posto que é agente de transformação.

Palavras-chave: Condicionamento. Poesia. Liberdade. Paula Glenadel.

ABSTRACT

This work aims to analyze, from a multidisciplinary perspective, the book **A Fábrica do Feminino**, by Paula Glenadel, in order to show the prevalence of the reflection of the human condition on the discussion focused on women´s issues. We link the term "manufacture" to the notion of 'conditioning', understood as a process of trapping the hearts and minds that has been transmitted for generations, according to studies by the Indian thinker Jiddu Krishnamurti. The dominant language is the instrument par excellence of conditioning in a socio-cultural context. In this sense, the awareness of this language effects, as well as the understanding of its mechanisms are the key to liberating the mind from conditioning. And poetry has the ability to subvert this language, since it is an agent of transformation.

Keywords: Conditioning. Poetry. Freedom. Paula Glenadel.

*Graduação em Letras pela UFRJ (1971). Mestrado em Letras pela PUC-Rio (1978). Doutorado em Letras pela PUC-Rio (1986). Pós-Doutorado em Paris-I com Sarah Kofman(1987), na École des Hautes Études en Sciences Sociales, com Jacques Derrida (1987,1994 e 1997). luizf.medeiros@yahoo.com.br

**Mestrando em Letras pelo CES/JF. adrianobrao@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A primeira impressão que se tem a partir da leitura do título do livro **A Fábrica do feminino**, de Paula Glenadel, é que o foco ou a tônica do texto é a afirmação do feminino ou, ainda, que esteja sob um prisma feminista[11].

A Fábrica do feminino é um livro de poesia contemporânea[22], dividido em três partes. A primeira parte tem o mesmo título do livro. Nela estão registradas, de fato, as tensões, os conflitos de toda ordem nas relações entre homens e mulheres. Emergem, ainda, em vários poemas da primeira parte, as concepções estereotipadas sobre as figuras femininas de todos os tempos e espaços. Um exemplo está no poema "Mole": "[...] A Virgem Maria era mãe, santa e virgem, de onde se conclui primeiramente, que toda mulher é vagabunda e depois, que toda loura é burra." (GLENADEL, 2008, p. 12).

Ainda assim, pode-se dizer que não se trata especificamente de uma questão de afirmação de gênero[33], como se verá adiante.

O prólogo, em forma de prosa poética, "realiza uma síntese de todo o desenrolar dos três planos em que se estrutura o livro", segundo Cristiane Brasileiro e Luiz Fernando Medeiros de Carvalho (2010). Vejamos como estão no prólogo as referências à primeira parte ou primeiro plano:

---

1 É extremamente difícil definir feminismo. Para Elisa Seixas (2010) "o que existe é antes uma pluralidade de feminismos, uma multiplicidade de discursos de natureza filosófica, política, social, cultural e por aí adiante. Logo, aqui é perceptível a dificuldade inerente a um movimento que escapa, desde logo, à revelação". Importa dizer aqui que o livro de Paula Glenadel não tem uma proposta voltada exclusivamente à reflexão sobre as questões ou problemas femininos.

2 Os elementos presentes na poesia de Glenadel enumerados no posfácio do livro, escrito por Ana Luísa Amaral, são comuns a outros autores dessa geração, como, por exemplo, a "coexistência de poemas em verso e em prosa", a "exercitação de diversas formas poéticas" (p. 78), a "subjetividade enfraquecida" (p.79) e a "convocação de universos outros (o da cozinha, o dos bolos e fermentos)" (p.80).

3 É certo que ao poema Mole caberiam perfeitamente críticas balizadas em Pierre Bourdieu, como, por exemplo, faz José Eustáquio Diniz Alves acerca de temáticas semelhantes às do poema: Pierre Bourdieu, em seu livro **A dominação masculina** discorre sobre o conceito de violência simbólica que é uma forma de violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento. Numa perspectiva que considera o gênero como o sexo socialmente construído, o autor busca desconstruir a sociedade androcêntrica devolvendo a diferença entre o masculino e o feminino seu caráter arbitrário, contingente, cultural e histórico? (ALVES, 2000). Entretanto, o aprofundamento desse tipo de análise nos remeteria, inevitavelmente, à abordagem centrada na tensão entre gêneros. Embora alguns poemas do livro admitam essa possibilidade, ficaria difícil relacioná-los com a maioria dos outros poemas, que nos trazem essa conotação.

> O FEMININO É FEITO NUMA FÁBRICA.O masculino é fabricado. Tudo o que é humano é feito à máquina. A fábrica é meio antiquada, escura. Contudo, entrevemos uma linha de montagem que produz e reparte andróides femininos e andróides masculinos em dois compartimentos distintos. Saem dali para o mercado, [...] (GLENADEL, 2008, p. 7).

Ainda que, até esse momento, seja impreciso o significado da palavra fábrica, é a condição humana que está em jogo dentro de um contexto sombrio.

Ora, quem sai dali para o mercado? Os androides femininos e masculinos, que são originados na mesma linha de montagem. Não há nenhuma referência especial às características femininas ou às masculinas desses "androides", mesmo porque o conceito de "humano" é amplo, e, portanto, engloba os de "masculino" e "feminino".

O poema "0 X 0", o último da primeira parte, confirma esse aspecto do prólogo. É verdade que se estabelece um conflito inevitável entre o masculino e feminino, mas não é apenas uma questão de demonstração de tensões ou jogos intermináveis. Observemos essa passagem:

> [...] Deus me livre! Só um pouco.
> Porco não. Eles também sofrem com a fabricação,
> fingem que não. (GLENADEL, 2008, p. 33).

Atentemos para a frase final do poema:

> [...]
> Fica comigo esta noite. (GLENADEL, 2008, p. 33).

Vislumbramos duas leituras possíveis a partir da combinação dessa última frase com o trecho selecionado no parágrafo anterior, considerando a ocorrência de duas vozes no poema: se é a voz feminina que propõe esse tipo de trégua ou conciliação, então esta tem consciência do processo de fabricação ou de condicionamento a que ambas as vozes estão submetidas. Se é a voz masculina que o propõe, não se pode afirmar que esta tenha consciência desse processo, embora esteja sofrendo com tal situação.

De qualquer forma, quando o poema traz a possibilidade de uma ou outra interpretação, a suposta importância da exposição (e manutenção) de conflitos entre gêneros opostos é quebrada com a

inequívoca confissão do desejo de uma aproximação ao final, abrindo-se novas perspectivas para a leitura da segunda e terceira partes.

Quando nos referimos ao termo “condicionamento”, estamo-lo relacionando ao termo “fabricação”, transcrito do poema *“*0 X 0”. Sobre essa questão, acompanhemos algumas reflexões de Jidu Krishamurti (1895-1986), pensador indiano:

> Durante séculos fomos condicionados por nacionalidade, casta, classe, tradição, religião, língua, educação, literatura, arte, costumes, convenção e propagandas de todos os tipos, pressão econômica [...] nossos amigos, nossas experiências – toda influência em que você puder pensar – e, portanto, nossas respostas a cada problema são condicionadas. Você tem consciência de estar condicionado? Essa é a primeira coisa a perguntar a si mesmo. (KRISHNAMURTI, 2011a).

Entretanto há uma forma de condicionamento mais profundo:

> Outra forma de condicionamento é aquela da comparação. A pessoa se compara com o que ela pensa ser nobre ou heroico, com o que gostaria de ser, em oposição ao que a pessoa é. A busca comparativa é uma forma de condicionamento; novamente, é extraordinariamente sutil. Comparo-me com alguém que é um pouco mais inteligente ou mais bonito fisicamente. Secreta ou abertamente, há um constante monólogo, a pessoa falando consigo mesma em termos de comparação. Observe isso em si mesmo. (KRISHNAMURTI, 2011d).

Sem a compreensão do nosso modo de pensar não se pode perceber o condicionamento:

> Tudo o que podemos fazer é ver que a mente está condicionada e, através do autoconhecimento, compreender o processo do nosso pensar. Preciso conhecer a mim mesmo, não como gostaria de ser ideologicamente, mas como sou realmente, por mais feio ou bonito, ciumento, invejoso, cobiçoso que eu seja. Entretanto, é muito difícil ver só o que se é, sem desejar mudar isso, e esse mesmo desejo de mudar isso é outra forma de condicionamento; e, assim, nós prosseguimos, mudando de um condicionamento para outro, jamais experimentando algo além daquilo que é limitado. (KRISHNAMURTI, 2011b).

Poderíamos, então, dizer, com base em Krishnamurti, que uma mente condicionada é uma mente fabricada, ou, ainda, que ser condicionado é ser fabricado, ou, ainda, que todos somos fabricados. Brasileiro e Carvalho (2010) parecem apontar na mesma direção de Krishnamurti no que se refere ao condicionamento da(s) mente(s) ao verificarem que o livro **A Fábrica do feminino**

> [...] encena um jogo com os limites de concepções enraizadas, sobretudo com dualidades muito primitivas inscritas na mente e transmitidas por gerações, formando representações de homem e mulher. A fábrica mostra, sobretudo, estereótipos de como é recebido o feminino na cultura (BRASILEIRO; CARVALHO, 2010, p.42).

A segunda parte, intitulada **A Cidade dos homens** e a terceira, **A cidade fantasma**, estão assim referenciadas no prólogo:

> Saem dali para o mercado, na cidade dos homens, onde catálogos, discursos promocionais já os esperam, onde vão ocupar sempre as mesmas prateleiras. Ver, ouvir. Observar essas palavras que há milênios fabricam o mundo, suas formas. Falar com elas. Habitar a cidade fantasma. A fala, fábrica da fábrica (GLENADEL, 2008, p. 7).

Ana Luiza Amaral, no posfácio do livro **A fábrica do feminino**, relaciona o poema **The Waste land**, de T. S. Eliot, com a **A Cidade dos homens**:

> Este poema situa-nos no tempo que é o nosso, dominado pelo capitalismo liberal, em que o ser humano se transforma em máquina e a máquina reproduz, por ele e para ele, os gestos que o irão tornar vítima de um sistema cego (e cruelmente fluido); nesse tempo, que dilacera igualmente mulheres e homens, as palavras entendem-se, então como simulacros. Mas será igualmente a consciência de que elas assim são que as pode, de alguma forma, investir de possibilidade de sabotagem da tradição e torná-las capazes de agenciamento e de abertura ao devir (GLENADEL, 2008, p. 77, grifo nosso).

Os poemas “Calçada” e “Boris e o tambor”, ambos da segunda parte, apontam as “vítimas de um sistema cego”, que poderiam ser as

prostitutas no primeiro e toda a humanidade no segundo.

Observemos a frase final do prólogo:

> [...]
> A fala, fábrica da fábrica." (GLENADEL, 2008, p. 7).

A fala, aqui é a linguagem, "as palavras como simulacros", conforme mencionado no texto de Ana Luísa Amaral, instrumento por excelência de condicionamento. Com a consciência desse condicionamento, abre-se a possibilidade de "sabotar a tradição". Mas qual é o papel da poesia nesse contexto? Retornemos a Krishnamurti que nos ensina: "quando você consegue olhar para o fato do seu condicionamento sem comparação, sem julgamento, então você o está vendo como uma coisa total, e só então há possibilidade de libertar a mente desse condicionamento". (KRISHNAMURTI, 2011c).

Por que seria a linguagem o instrumento do condicionamento? Acompanhemos o raciocínio de Luiz Fernando Calaça de Sá Júnior (2007), balizado em Lacan e Otávio Paz:

> O inconsciente é linguagem, na psicanálise. O homem é linguagem, posto que é ser de cultura [...] Por estar imerso na linguagem, o homem cultural se diferencia dos outros animais posto que não mais se limita à imagem e à realidade aparente, mas transcende essas duas dimensões, que passam a ser cortadas pelo simbólico. [...] O homem é um ser pulsional. A pulsão, por sua vez, é marcada pela linguagem, pela cultura, pelos sentidos que se criam pelo homem, no mundo que passa a ser objeto de desejo. [...] A linguagem, na poesia, rompe a sua qualidade comunicativa, deixando de servir apenas ao objetivo de representar a realidade, para expandi-la, tranfigurá-la, transgredi-la. A palavra é impossível de ser aprisionada pelos significados definidos, por um único objeto referente. A palavra é múltipla, e múltiplo o homem, que a pronuncia, é inscrito por ela. A palavra poética define o homem em sua condição simbólica, e sua existência é imprecisão. O homem é poeta, e na poesia é servo da linguagem, é veículo na qual ela se manifesta, incorpora, torna-se realidade (SÁ JUNIOR, 2007, p.15).

Vejamos como Paula Glenadel trata dessas mesmas questões numa entrevista a Margarida Patriota, no programa **Autores e Livros**

da Rádio Senado, acerca de seu livro **A fábrica do feminino**, em 2009:

> A gente só consegue se libertar um pouco dos nossos condicionamentos, quando a gente entende um pouco mais dos mecanismos da fala, da linguagem da gente. Então acho que a poesia é um lugar para você fazer isso, você acaba se libertando porque você toma certas liberdades, aquela famosa liberdade poética, mas entendida não naquele sentido de floreio e tal, que é o sentido mais comum do termo, licença poética, liberdade poética como uma imprecisão, mas é liberdade mesmo de você saber que você também é um texto. (GLENADEL, 2009, p.18).

Tomando-se "certas liberdades poéticas" habita-se **A cidade fantasma**, a terceira parte do livro.

Brasileiro e Carvalho (2010) admitem que o poema "Ave", da primeira parte, tem relação com o poema "Borda", da terceira parte, sendo que esta "vive do mito, mas o reinterpreta e o carrega de crítica e crise: a fênix vem cada vez menos ígnea, 'mais miúda'. Não como coisa insignificante, mas como o traço de sobrevivência, o fóssil precioso de uma intensidade vital".

Nesse sentido, se o "poema "Ave" ressoa no poema "Borda" como argumentam os autores, entendemos que este, por sua vez, irá ressoar no poema "Agônica", também da terceira parte, porque se há essa "intensidade vital" na fênix que renasce mais miúda, no poema "Agônica" há a poeira como matéria de poesia:

> perdido o norte *post mortem*
> você virou poeira matéria de poesia
> (GLENADEL 2008, p. 61).

Até a poeira também aqui não é insignificante, e serve à poesia como objeto. Assim, com intensidade, o que pode parecer paradoxal, o poema "Agônica" abre a terceira parte, o espaço de infinitas possibilidades da escrita.

Entre essas possibilidades estão "as meditações sobre o artesanato da palavra", conforme Brasileiro e Carvalho (2010). Tomemos como exemplos os poemas "Prosa para Chico Science", "Ou então" e o poema (meta-poético) "A voz (poema enfarinhado)":

Enquanto eu fazia um bolo
[...]
verso que já nasce sem verso
e agora, Maria? (GLENADEL 2008, p.70).

Esse poema consegue juntar Adélia Prado pela remissão ao doméstico, como lugar de criação poética e Carlos Drummond de Andrade pelo diálogo com seu enigmático "E agora, José?".

Os poemas "Prosa para Chico Science" e "Ou então" são escritos com as mesmas palavras, porém apresentados com disposições visuais diferentes. O primeiro se apresenta em texto corrido e o segundo com o corte do verso. Também podemos observar a relação intertextual desses poemas com a letra da canção **Sangue de bairro**[44]**,** de autoria de Chico Science (a maioria dos personagens citados são cangaceiros do bando de Lampião, que foram decapitados após terem sido derrotados em combate com a polícia, na década de 1930).

Para Ana Luísa Amaral, "a poesia é a possibilidade por excelência" (GLENADEL, 2008, p. 82).

Assim Paula Glenadel aponta para a meditação de nossa própria condição humana, fabricada e replicada na escuridão, ao mesmo tempo em que tenta nos mostrar como converter poesia em luz para que esta ilumine o interior dessa máquina, "a fábrica de mente", possibilitando a sua compreensão e possivelmente sua transformação.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. Dominação masculina e sexismo. **O pensador Selvagem**. 2000. Disponível em: < http://opensadorselvagem.org/ciencia-e-humanidades/demografia/dominacao-masculina-e-sexismo>. Acesso em: 22 mar. 2012.

BRASILEIRO, Cristiane; CARVALHO, Luiz Fernando de. Jogo Decisivo**. Educação Pública,** Rio de Janeiro**,** 6 abr. 2010**.** Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/cultura/livros/0064.html>. Acesso em: 21 mar. 2012.

4 Besouro, Moderno, Ezequiel, Candeiro, Cela Preta, Labareda, Azulão / Arvoredo, Quina, Bananeira, Sabonete/ Catingueira, Limoeiro, Lamparina, Mergulhão, Corisco/ Volta Seca, Jararaca, Cajarana, Viriato/ Gitirana, Moita-Brava, Meia-Noite, Zabelê/ Quando degolaram minha cabeça/ Passei mais de dois segundos vendo meu corpo tremendo/ e não sabia o que fazer/ morrer, viver, morrer, viver! (CHICO SCIENCE, 1996).

GLENADEL, Paula. **A fábrica do Feminino.** Posfácio de Ana Luísa Amaral**.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

_____. **PAULA GLENADEL**: entrevista [2009]**.** Entrevistadora**:** Margarida Patriota. Programa Autores e Livros. Brasília: Rádio Senado**.** 2009. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=3beUnQUxt5k>. Acesso em: 23 mar. 2012.

KRISHNAMURTI, Jiddu. **Freedom from the Known.** J.Krishnamurtionline Ensinamentos de Krishamurti. Arquivo de Citações diárias: condicionamento. 2011a. Disponível em: <http://www.jkrishnamurti.org/pt/krishnamurti-teachings/view-daily-quote/20110721.php?t=Condicionamento>. Acesso em: 22 mar. 2012.

KRISHNAMURTI, Jiddu**.The Collected Works**. J.Krishnamurtionline. Ensinamentos de Krishamurti: Arquivo de Citações diárias: condicionamento. 2011b. Disponível em: <http://www.jkrishnamurti.org/pt/krishnamurti-teachings/view-daily-quote/20110720.php?t=Condicionamento>. Acesso em: 22 mar. 2012.

_____**.The Collected Works**. J.Krishnamurtionline. Ensinamentos de Krishamurti: Arquivo de Citações diárias: condicionamento. 2011c. Disponível em: <http://www.jkrishnamurti.org/pt/krishnamurti-teachings/view-daily-quote/20110719.php?t=Condicionamento>. Acesso em: 22 mar. 2012.

_____. **The Impossible Question** .Krishnamurtionline. Ensinamentos de Krishamurti: Arquivo de Citações diárias: condicionamento. 2011d. Disponível em: <http://www.jkrishnamurti.org/pt/krishnamurti-teachings/view-daily-quote/20110716.php?t=Condicionamento> . Acesso em: 22 mar. 2012.

SÁ JUNIOR, Luiz Fernando Calaça**. Linguagem e a poesia na Psicanálise:** trânsitos entre Lacan e Otavio Paz e um olhar incerto para o futuro. Texto escrito para a disciplina Tópicos Especiais de Psicanálise IV. UFBA. 2007. Disponível em: <http://lfcalaca.com/psicologia/linguagem-e-poesia-na-psicanalise-transitos-entre-lacan-e-octavio-paz-e-um-olhar-incerto-para-o-futuro.html>. Acesso em: 23 mar. 2012.

SEIXAS, Elisa. Habitar o feminino – uma perspectiva feminista. **PROJECTO10**, 2010.Disponível em: < http://www.projecto10.pt/arquivo-9-sm-livre.htm>. Acesso em: 21 mar. 2012.

CHICO SCIENCE. Sangue de Bairro. In: **Afrociberdelia**, Rio de Janeiro: Chaos/Sony Music, 1996. 1 CD, faixa 15.

Artigo recebido em: 01/6/2012
Aceito para publicação em: 06/9/2012

Marcas imperialistas sobre a terra sonâmbula: a construção da história na obra de Mia Couto

*Táscia Oliveira Souza**

De dia já não saíamos,
de noite não sonhávamos.
O sonho é o olho da vida.
Nós estávamos cegos.
(COUTO, 1995)

RESUMO

O presente artigo pretende analisar como a ligação com a terra é essencial à construção da história, tomando como exemplo o romance **Terra sonâmbula**, do escritor moçambicano Mia Couto, à luz da reflexão sobre o imperialismo proposta por Edward Said e do conceito de *história* defendido por Walter Benjamin. Em seu livro **Cultura e imperialismo**, Said considera a existência de territórios sobrepostos e histórias entrelaçadas comuns a todos os seres humanos em função da extensão do imperialismo como experiência cultural. Nesse entrelaçamento de narrativas que compõe o romance de Mia Couto, destacam-se aqui duas passagens – a da personagem Farida e a do velho Siqueleto – nas quais Mia Couto expõe as principais formas de dominação imperial: a violência física e a imposição da cultura.

Palavras-chave: Imperialismo. Dominação. Cultura. História.

ABSTRACT

The present paper aims to claim how essential it is earth's link to constructs history, taking *Terra sonâmbula*, by Mia Couto, as an example, read acording Edward Said's reflexion on imperialism and Walter Benjamin's *history* concept. Said considers superimposes territories and traversed stories comon to all human beings as consequence of imperialism as

* Mestrado em Letras pela UFJF. Graduação em Comunicação Social pela UFJF. tascia@acessa.com

cultural experience. Two passages in Coutos's novel are outstanded concerning that point - Farida's and the old Siqueleto's - in which the author espose the mains forms of imperial domination: physical violence and cultural imposition.
Keywords: Imperialism. Domination. Culture. History.

Edward Said (1995, p.98), no livro **Cultura e imperialismo**, considera a existência de territórios sobrepostos e histórias entrelaçadas comuns a todos os seres humanos, independentemente de sexo, cor, etnia ou condição socioeconômica, "tão vasto e, ao mesmo tempo, tão detalhado é o imperialismo como experiência de dimensões culturais cruciais". Passados, presentes e futuros se cruzam de modo que tais "territórios e histórias só podem ser vistos da perspectiva da história humana secular em sua totalidade". Numa expressão luminar, o autor acredita na existência de "territórios sobrepostos, histórias entrelaçadas", quando a conquista territorial determina o embaralhar de culturas. Para ele, o espaço geográfico tem papel fundamental na constituição de todos os impérios, onde "estão em jogo territórios e possessões, geografia e poder. Tudo na história humana tem suas raízes na terra" (SAID, 1995, p.37).

O escritor moçambicano Mia Couto, em seu romance **Terra sonâmbula**, mostra bem como esse enraizamento na terra é essencial à construção da história. As marcas imperialistas gravadas profundamente no continente africano – e em todas as partes do globo que sofreram o processo de colonização – são traduzidas na leveza e doçura da literatura do romancista, no entrelaçamento de histórias e sobreposição de territórios que ligam os diversos personagens e tempos da narrativa. Mas apesar da suavidade da literatura de Couto, a crueza da dominação imperial está lá, explícita em cada passagem, seja na forma da violência física, seja por meio da imposição da cultura.

Atualmente, não existe um país ou uma região que não tenham sido afetados pelas consequências do imperialismo moderno, responsável pelas bases do que hoje chamamos de mundo globalizado, no qual o avanço nas comunicações e no transporte, o acesso às informações, o alcance internacional do comércio unificam todos os lugares do planeta, até os mais distantes. Todos, das potências ocidentais às ex-colônias do chamado Terceiro Mundo, concordam que o imperialismo, cujo clímax

se deu no que, como lembra Said (1995, p.38), Hobsbawm nomeou “era do império” e que acabou depois da Segunda Guerra Mundial, com o fim das grandes estruturas coloniais, continua a influenciar culturalmente o mundo contemporâneo. O século XIX representou o auge da ascensão ocidental, com a dominação, pelas metrópoles imperialistas, de boa parte dos territórios do mundo. Já no início do século XX, a Europa controlava sozinha um total de aproximadamente 85% do globo, através de colônias, protetorados, dependências, domínios e *commonwealths*.

> [...] na própria Europa, no final do século XIX, não havia praticamente nenhum aspecto da vida que não fosse tocado pelos fatos do império; as economias tinham avidez por mercados ultramarinos, matérias-primas, mão-de-obra barata e terras imensamente rentáveis, e os sistemas de defesa e política exterior empenhavam-se cada vez mais na manutenção de vastas extensões de territórios distantes e grandes contingentes de povos subjugados. (SAID, 1995, p.38).

É importante salientar a diferença entre os conceitos de imperialismo e colonialismo: este corresponde à implantação de colônias em territórios distantes; aquele é a política que mantém essa prática. O primeiro é a causa; o segundo, a consequência. Hoje, o colonialismo está praticamente extinto; o imperialismo, por sua vez, sobrevive. Nenhum dos dois, porém, representa simples atos de acumulação e aquisição. Ambos se sustentam por ideologias nas quais persevera a noção de que alguns territórios e povos, definidos como servis, subordinados, inferiores, necessitam de dominação.

Nas histórias sobrepostas e entrelaçadas que percorrem os territórios sonâmbulos de Moçambique, descritos por Mia Couto, há pelo menos duas estratégias, como já mencionado, de manutenção do império, ainda que a colônia propriamente dita já não existisse mais. Uma é a força física; a outra, a imposição cultural. A história de Farida é um exemplo perfeito, em **Terra sonâmbula**, da dominação através da agressão bruta. O abuso sexual do português Romão Pinto sobre a filha adotiva é, metafórica e metonimicamente, signo do exercício do poder da metrópole – Portugal – sobre a colônia – Moçambique.

> O desejo dele crescia por toda a casa, como uma viscosa umidade. Ela o sentia com uma mistura de nojo e receio. Teria odiado aquela casa não fosse

> a velha a ter tratado como mãe, fazendo nascer a outra raça que agora nela existia. (COUTO, 1995, p. 90).

Farida é a colônia sujeita aos caprichos da metrópole. Todavia, como toda colônia, em vez de pura revolta, sente também culpa, como se fosse responsável pela dominação que lhe é imposta.

> Amanhecia quando arrumou o saco e saiu por esse cacimbo que molha tanto como a chuva menininha. Chorou, chorou. Queria atar a tristeza com o fio de suas lágrimas. Chamou todo o ódio contra aquele homem que a violara. Mas o ódio não veio. A culpa era só dela, transitando entre esses mundos, num vira-revira. Ela devia, enfim, retornar ao seu lugar de origem, a ver se o tempo ainda tinha jeito para lhe embalar. Mas ela, no fundo, sabia que não havia de reencontrar o mundo onde nascera. (COUTO, 1995, p. 95).

Por causa da guerra civil que assola o país, personagens como Muidinga, Tuahir, Kindzu e a própria Farida são obrigados a deixar suas terras, tornando-se exilados na própria pátria. Para Said, o exílio é uma fratura entre um ser humano e seu lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar (SAID, 2001, p.46). Assim, as realizações do exílio são as realizações minadas pela perda de algo deixado para trás para sempre. No entanto, aonde quer que se vá o passado sempre acompanha, o que ficou para trás nunca é totalmente esquecido.

> Não havia sítio para onde escapar. A guerra se espalhara por todo o país. Em todo o lado, se repetiam as balas, se espalhavam as apressadas sementes de destruição. Onde quer que eu fosse, o espírito de meu pai me haveria de encontrar. (COUTO, 1995, p.36).

Mesmo para um exilado, é fundamental saber definir a própria cultura e, para essa tarefa, a obra de arte representa um papel imprescindível, como acontece com os Cadernos de Kindzu lidos por Muidinga e, é claro, com o romance de Mia Couto.

> [...] a alegoria nacional – a forma pela qual uma obra de arte remete, às vezes intuitiva ou inconscientemente, à sua própria situação coletiva – constitui a base sobra a qual, necessariamente, constrói-se qualquer arte mais abertamente política

> ou comprometida. [...] Não se deve considerar que revelar esse tipo de reflexividade coletiva ou autoconsciência seja um mérito dos textos do Terceiro Mundo. Trata-se, mais, de seu destino e sua carga que estejam, na situação atual, condenados à autoconsciência e a um conhecimento pleno de sua própria situação, o que os países mais privilegiados estão em posição de evitar. (JAMESON, 1994, p. 139).

O romance do escritor moçambicano e dos diários escritos por seu personagem, misturando histórias e lendas populares, aqui, estão no mesmo patamar. Contudo, há uma tendência ocidental de considerar o popular como menos importante, como se a Europa fosse "o lugar do universal, enquanto a arte de Caliban não representa nada além de um acúmulo de especificidades locais." (JAMESON, 1994, p. 116). A partir dessa ideia, chega-se ao segundo tipo de dominação imperial, mais forte e de impacto mais violento do que aquele causado pela imposição física da força: a dominação pela cultura.

A escrita foi um dos meios usados pelos conquistadores europeus para subjugar e dominar os povos colonizados e há, ainda, quem veja na ausência da escrita um sinal incontestável de atraso (MAZZOLENI, 1992). A cultura oral muitas vezes é vista como algo menor, menos digno de apreciação, respeito e confiança. Como na visão deturpada que Gramsci apresenta do folclore, por exemplo, tratando o popular como:

> Concepção de mundo não apenas não elaborada e assistemática, pois o povo (isto é, o conjunto das classes subalternas e instrumentais de toda forma de sociedade até agora existente) não pode – por definição – ter concepções elaboradas, sistemáticas e politicamente organizadas e centralizadas em seu (ainda que contraditório) desenvolvimento, como também múltipla; não apenas no sentido diverso, de justaposto, mas no sentido de estratificado, indo do mais grosseiro, se é que não se deve mesmo falar de um aglomerado indigesto de fragmentos de todas as concepções do mundo e da vida que se sucederam na história, sendo que tão-somente no folclore podem ser encontrados os documentos incompletos e contaminados que sobreviveram da maior parte destas concepções. (GRAMSCI, 1978, p.184).

Na convergência entre geografia, história e cultura, presente

em **Terra sonâmbula**, é possível fazer um mapeamento do mundo imperialista e sua elaboração de poder. Said lembra que:

> Os discursos universalizantes da Europa e dos Estados Unidos modernos, sem nenhuma exceção significativa, pressupõem o silêncio, voluntário ou não, do mundo não europeu. Há incorporação; há inclusão; há domínio direto; há coerção. Mas muito raramente admite-se que o povo colonizado deve ser ouvido e suas idéias conhecidas. (SAID, 1995, p.86).

Em uma das muitas paradas durante a fuga de Tuahir e Muidinga, Mia Couto denuncia como a incorporação da noção de escrita afeta os povos de cultura oral, podendo constituir arma poderosa de dominação:

> Por um buraco da rede Muidinga consegue retirar um braço. Apanha um pau e escreve no chão.
> - Que desenhos são esses?, pergunta Siqueleto.
> - É o teu nome, responde Tuahir.
> - Esse é o meu nome?
> O velho desdentado se levanta e roda em volta da palavra. Está arregalado. Joelha-se, limpa em volta dos rabiscos. Ficou ali por tempos, gatinhoso, sorrindo para o chão com sua boca desprovida de brancos. Depois, com voz descolorida trauteia uma canção. Parece rezar. Com aquela cantoria Muidinga acaba por adormecer. Não faz ideia quanto tempo dorme. Porque desperta em sobressalto: o brilho de uma lâmina relampeja frente a seus olhos. O velho Siqueleto armaneja uma faca.
> - Andam comigo!
> Solta Tuahir e Muidinga das redes. São conduzidos pelo mato, para lá do longe. Então, frente a uma grande árvore, Siqueleto ordena algo que o jovem não entende.
> - Está mandar que escrevas o nome dele.
> Passa-lhe o punhal. No tronco Muidinga grava letra por letra o nome do velho. Ele queria aquela árvore para parteira de outros Siqueletos, em fecundação de si. Embevecido, o velho passava os dedos pela casca da árvore. E ele diz:
> - Agora podem-se ir embora. A aldeia vai continuar, já meu nome está no sangue da árvore.
> (COUTO, 1995, p.83-84).

Muidinga e Tuahir, até então prisioneiros do velho Siqueleto, libertam-se unicamente porque dominam algo que escapa ao conhecimento do outro: a palavra escrita. Para Siqueleto, não basta mais

saber o próprio nome, é preciso gravá-lo na linguagem do colonizador; sua própria sobrevivência está condicionada a isso, já que, por essa visão, a escrita teria permanência de duração sobre a oralidade. Render-se à força da escrita – símbolo de uma cultura dominante e não-dominada por ele - é subjugar-se à violência cultural empunhada como espada para a construção e a manutenção do império, em que a cultura popular sente-se incapaz de sobreviver sem a dominante. Todavia, a dominação cultural, nesse caso, não tem força suficiente para destruir o outro, apenas para fundir-se a ele. Como fica explícito na vontade de Siqueleto, gravar o nome no sangue da árvore é uma maneira de usar o conhecimento do dominador para fazer procriar a tradição do próprio dominado. É antropofágico.

De certa forma, as trajetórias dos personagens de Mia Couto estão inscritos naquilo que Walter Benjamim entende por história. Segundo ele, "o cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história." (BENJAMIN, 1994, p.223). Assim, a resistência da cultura moçambicana ao imperialismo europeu, contada pelo romancista numa combinação de memória, história e ficção, entrelaça grandes acontecimentos históricos do país – como a guerra civil – ao anônimo cotidiano de seus personagens. O escritor reconstrói a cultura moçambicana ao mesmo tempo em que confere aos seres humanos criados por sua escrita um caráter universal.

Em "Sobre o conceito da história", Benjamin tenta escrever e interpretar uma história diversa daquela à qual o homem está acostumado, uma espécie de anti-história. Para isso, reelabora a temática da oposição entre um tempo novo, que vive com seus próprios direitos, e as épocas passadas, com as quais a era moderna rompeu ao tentar encontrar uma solução para o problema paradoxal de como obter critérios próprios para o presente, valendo-se da contingência de uma modernidade que se tornou eminentemente transitória.

A história benjaminiana reúne o que é desprezado e esquecido pela ordenação da tradicional história progressiva, como os sonhos daqueles que perdem seu direito à terra e se veem obrigados a vagar por uma subjugada e sonâmbula Moçambique. Seu conceito

se funda nos sofrimentos acumulados da humanidade, enquanto desenha uma nova face para suas esperanças frustradas. Benjamin desafia-se a construir um conceito de história que corresponda à verdade daqueles que foram impedidos de falar tanto pela tradição da dominação quanto pelo ritmo contínuo dos acontecimentos. É a história de uma humanidade sonâmbula como os personagens de Mia Couto e como tantos que ainda vagam sem norte pelo mundo globalizado, tentando recuperar (ou construir) sua consciência.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In:_____. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. 7. ed. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-232.

COUTO, Mia. **Terra sonâmbula**. Rio de janeiro: Nova Fronteira, 1995.

GRAMSCI, Antonio. **Literatura e vida nacional.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

JAMESON, Frederic. **Espaço e imagem**: teorias do pós-moderno e outros ensaios. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

MAZZOLENI, Gilberto. Oralidade "mítica", oralidade "histórica". In: _____. **O planeta cultural**: para uma antropologia histórica. São Paulo: USP, 1992. p. 153-66.

SAID, Edward. Territórios sobrepostos, histórias entrelaçadas. In: _____. **Cultura e imperialismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.33-98.

_____. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Artigo recebido em: 01/9/2009
Aceito para publicação em: 16/9/2011

PSICOLOGIA

Liga acadêmica de psicologia da saúde: escrevendo novos rumos em psicologia, uma nova forma de aprender

*Mônica Miguel Brochini**
*Fabiane Rossi dos Santos Grincenkov***

RESUMO
No Brasil, bem como no mundo, a mobilização para a organização de um sistema de saúde capaz de suprir as necessidades sociais em conformidade com o alcance dos órgãos públicos vem sendo discutida em face dos cenários que exigem, cada vez mais, políticas sociais nesta área. O paradigma de saúde antes voltado para assegurar a integridade do corpo, que padece com o tempo, voltou-se para o bem estar global do sujeito. Nesse sentido, as Ligas Acadêmicas constituem-se enquanto um movimento capaz de agregar as diversas áreas de atuação em saúde, promover um aprendizado diferenciado do aluno através do contato direto e ativo com os contextos sociais. Em 2010, alunos do curso de Psicologia do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, a partir do contato com outras Ligas Acadêmicas da cidade, iniciaram ações para fundarem a Liga Acadêmica de Psicologia da Saúde (LAPS) nesta instituição, experiência relatada no presente artigo.
Palavras-chave: Saúde pública. Saúde coletiva. Modelo de formação. Ligas Acadêmicas.

ABSTRACT
In Brazil, as in the world, the mobilization for the organization of a health system can meet the social needs in accordance with the scope of public bodies has been discussed in light of the scenarios that require increasingly, social policies in this area. The paradigm of health before directed to ensure the integrity of the body, which suffers over time, turned to the overall wellbeing of the subject. In this sense, the Academic Leagues constitute themselves as a movement able of aggregating the various areas of expertise in health, to promote a different student learning

* Graduação em Psicologia CES/JF. monicabrochini@yahoo.com.br
** Doutorado em Saúde pela UFJF. Professora. Supervisora de estágio. Tutora do CES/JF. fabpsic@yahoo.com.br

through direct contact and active in social contexts. In 2010, students of psychology course at the Center for Higher Education of Juiz de Fora, from contact with other Academic Leagues in the City, initiated action to found the League of Academic Psychology health in this institution, experiment reported in this article.
Keywords Public Health. Health. Modeltraining. Academic Leagues.

1 INTRODUÇÃO

No final do século XX, o Brasil presenciou profundas modificações na assistência à saúde através da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Anteriormente, a assistência era privilégio daqueles que contribuíam com a previdência social, enquanto a outra parcela da população era atendida por serviços filantrópicos. A atenção em saúde tornou-se um dever do estado e direito da população. Em 1990, por meio da Lei Orgânica da Saúde nº 8.080, foram decretadas as disposições sobre os meios de promoção, prevenção e reabilitação da saúde, bem como a organização e vigência do Sistema Único de Saúde - SUS em todo território nacional (BRASIL, 1990).

Prestes a completar vinte e dois anos, o SUS, enquanto política, sistema e filosofia, ainda apresenta um desempenho inferior frente às necessidades do contexto social brasileiro. Por outro lado, a reflexão crítica capaz de motivar o compromisso cultural da população com essa reforma também é um desafio, posto que, se a assistência em saúde é um dever do estado, que em suma representa o povo, todas as pessoas possuem deveres para com a implementação da assistência universal em saúde.

Entende-se que os trabalhos desenvolvidos por Ligas Acadêmicas enquanto inovação no processo de educação, conscientização do aluno para com o avanço do SUS são capazes de motivar ações preventivas e de promoção da qualidade de vida com foco na saúde coletiva. Por outro lado, a Liga Acadêmica de Psicologia da Saúde (LAPS-CES/JF), enquanto projeto recente, poderá, além do que já foi feito, promover, também, a longo prazo, o progresso da formação discente com a solidificação do seu exercício.

Nesse sentido, este trabalho dispõe sobre como as atividades desenvolvidas no estágio básico curricular de Psicologia se transformaram em veículo de ampliação e fortalecimento das competências acadêmica

dos alunos por meio da LAPS-CES/JF.

As mudanças paradigmáticas do conceito e assistência em saúde contribuíram para a consolidação da saúde coletiva enquanto fenômeno social. Desse modo, compreende-se que a própria existência das Ligas Acadêmicas de Saúde é um reflexo desse processo histórico.

2 DESENVOLVIMENTO

Aguiar (2003) salienta que o cenário antecedente à consolidação da medicina científica perpassa pelo contexto histórico do avanço da Revolução Industrial e da urbanização, em uma época em que o estado não tinha controle sob o capitalismo recentemente adotado no século XIX, precisava-se de objetivos claros, fossem na agricultura, manufatura ou migração. Países como a Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos e a Europa de uma forma geral enfrentavam diversos problemas na saúde pública no século XIX. Cortiços e epidemias alastravam-se agravando os problemas da população, que em nada poderia contar com o governo, posto que o mesmo julgava-se isento de intervir, por outro lado era preciso manter o controle social e o foco era combater doenças transmissíveis perante as precárias condições sanitárias. Com isso, nota-se que a saúde, antes de tudo, serviu como um meio de garantir que o capitalismo fosse a diante e, para manter o ritmo, era necessário conservar a força de trabalho.

Nesse contexto, conforme Aguiar (2003), o modelo Flexneriano, devido ao ambiente de desordem metodológica, educacional e didática no ensino do saber médico e da prática profissional, emergiu a partir do estudo de Abraham Flexner a convite de uma fundação de ensino. Conforme suas conclusões, o ensino nas escolas de medicina norteou novos padrões de trabalho. Era o início de uma ligação quase indissociável entre as concepções médicas e o paradigma cartersiano.

Da mesma forma, também houve uma elitização escolar médica, que atendia aos interesses institucionais da época. A culpabilização do paciente diante de sua própria condição e a anulação de todo o seu universo social, tal como a ideia de que o conhecimento das partes vale mais do que o conhecimento do organismo como um todo, constituíram a mentalidade presente nesse período. As relações interpessoais foram excluídas do ato médico, a tecnificação tomou conta dele e curar deveria ser o principal objetivo. Dessa forma, os serviços médicos tornaram-se

um bem viável a quem pudesse pagar por eles e não a quem precisasse.

Aguiar (2003), Pagliosa e Da Ros (2008) argumentam que, apesar das críticas, "O novo modelo médico coexistiu com um avanço científico e tecnológico inédito na história do homem, [...]" (AGUIAR, 2003, p. 21). Houve uma proposta de obtenção de ordem no exercício da medicina, as tecnologias de cunho preventivo prometiam acabar com as moléstias que há séculos afligiam o ser humano. "Muitos críticos desse modelo, entretanto, tecem acusações a Flexner, sobretudo no que tange à desvalorização do humanismo no contexto da prática médica." (AGUIAR, 2003, p. 21).

O tempo de certa forma fez com que o modelo se tornasse insuficiente diante das demandas da sociedade, o que acabou exigindo mudanças no mesmo. Não porque o modelo seja inútil, mas por ser limitado para abarcar todos os aspectos das necessidades humanas. De tal forma, Aguiar (2003) elucida as dicotomias em relação à medicina científica, uma delas é a diminuição do número de nascimentos e óbitos, tal como a influência de doenças infectocontagiosas e o aumento de doenças cardíacas, degenerativas e neoplásicas na causa das mortes. A epidemiologia, portanto, não teria uma relação direta com o modelo o que o autor classifica enquanto uma discrepância entre momento cronológico de intervenção e diminuição dos males.

Tal contradição evidencia que o princípio mecanicista não estava sendo eficaz, ou pelo menos não diretamente, em relação à morbimortalidade do perfil epidemiológico da população. A medicina, que antes deveria erradicar as doenças infectocontagiosas, curando quem as possuísse, passou a ter que cuidar desse paciente que sofre de uma doença degenerativa. Para isso, foi necessário que existisse uma relação de vínculo entre o médico e o paciente, algo inexistente no modelo retrorreferido. Por fim o autor também define tais contradições abordando a forma como o exercício médico se dá em tal modelo.

> A medicina científica assistiu à transformação da clínica, que perdeu a acuidade na percepção integral do indivíduo ao reorganizar a sua produção, ao mesmo tempo em que relegou à tecnologia a visão do homem através de seus tecidos, órgãos e sistemas. O misto de objetividade e subjetividade, de ciência e arte preconizado por Hipócrates é substituído pela progressiva desumanização da relação médico-paciente e pela valorização do

> substrato biológico, que muitas vezes conduz à constatação da ausência de alterações a despeito dos sintomas sofridos pelo paciente. (AGUIAR, 2003, p. 27).

O modelo Flexneriano permitiu preparar o futuro profissional, reorganizou a estrutura educacional vigente, mas não deu atenção ao que poderia afetar tal preparação e a organização da prática da saúde (PAGLIOSA; DAROS, 2008).

As realidades ora diferentes ora semelhantes entre si no cenário europeu inicialmente não são distantes do Brasil. A Reforma Urbana levada adiante pelo prefeito Pereira Passos no Rio de Janeiro em 1904 é, provavelmente, o melhor exemplo de associação com as más condições urbanas e sanitárias de vida da Europa.

A junção de doenças como febre amarela e varíola com as condições estruturais da cidade marcou uma época de demolições e retaliações contra a população local. As antigas ruas deram lugar às avenidas em estilos neo-gótico, francês, italiano, entre outros em meio à expulsão da camada popular para os lugares afastados do novo centro. Para piorar, a obrigatoriedade massacrante de vacinação contra a varíola levantada pelo sanitarista Oswaldo Cruz, fator culminante da Revolta da Vacina, tornou o embate entre populares e militares ainda mais tenso. O governo conseguiu erradicar potencialmente as doenças na cidade, porém, a custo do autoritarismo e mortes de civis (SEVENCENKO, 1993).

Nesse sentido, de que forma os princípios éticos podem contribuir para uma prática mais comprometida com a vida humana? Torna-se necessário falar em bioética diante dos saberes científicos, que outrora se preocuparam apenas com a capacidade mecânica do corpo humano. Portanto, tal fato merece ser analisado com acuidade em outro momento.

Lampert (2003) cita as conferências de Edimburgo 1988 e 1993 e de Ottawa em 1986, Adelaide em 1988, Sundsvall em 1991, Jacarta em 1977 e México 2000 e suas contribuições na edificação de um novo modelo de assistência em saúde. Argumenta que no Brasil as conferências, os movimentos, as leis, os decretos e homologações dão sustentação para as transformações na assistência de excelência em saúde com foco na integralidade, interdisciplinaridade e equipe

multidisciplinar com equidade. O autor chama atenção para as limitações do sistema, que ainda reflete características flexnerianas, sendo a socialização um caminho para a consolidação da integralidade e das necessidades emergentes.

A implementação do SUS no Brasil como política nacional é o resultado de uma significativa reformulação na concepção de atenção à saúde. Os movimentos contra a ditadura militar, a privatização da saúde, sobretudo, a Reforma Sanitária e a Constituição de 1988, representaram passos imprescindíveis para a sua formulação e implementação (COHN, 1997). A saúde tornou-se dever do estado e direito da população, que por outro lado tem abertura para participar do controle do sistema, assim, desempenha funções relevantes na aplicação do SUS (PEREIRA, 1996).

Não há dúvidas quanto às dificuldades de implementar o SUS. As críticas sobre a qualidade, o financiamento, a integração entre as esferas políticas, o seguimento dos seus princípios, a eficiência dos quatro níveis de atenção à saúde são pertinentes. Todavia, o problema não é a filosofia do SUS. A ineficiência na gestão, a falta de ética política, a corrupção, a má distribuição de renda, a violência, são fatores que impedem a implementação do sistema como ele realmente foi idealizado (CAMPOS, 2007).

Os novos significantes propostos pela transição da saúde pública à saúde coletiva fazem emergir a reflexão de que o diálogo entre estado e sociedade deve ser capaz de harmonizar interesses políticos, econômicos e ideológicos. Os seus desafios instauram-se em todo o processo social, em uma lógica suficientemente complexa ao envolver promoção, prevenção, cuidado, saúde e reabilitação (PAIM; ALMEIDA FILHO, 1998).

Scherer e outros (2005) ressaltam que a saúde passa por uma crise, significando um momento ideal para o surgimento de novos paradigmas, renovação da prática e mudança do atual modelo. Os autores destacam a VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, como ponto crucial no desenvolvimento da saúde pública no Brasil, em que o modelo de saúde em prática "[...] inclui elementos de diferentes modelos, ao propor ações de promoção, proteção, recuperação e reabilitação, tanto ao indivíduo, quanto à família e comunidade [...] (SCHERER et. al, 2005, p. 54)."

A problematização da formação profissional em saúde se

entrelaça com o acúmulo de conhecimento técnico-científico em uma prática tradicional, por meio de um ensino tecnicista e privilegiador da compartimentalização das áreas de especialidade. O ensino superior tradicional não valoriza uma aprendizagem problematizadora dos futuros profissionais (CECCIM; FEUERWERKER, 2004).

> Se a integralidade da atenção deve ser um princípio norteador da formulação de políticas de saúde e a formação para a área de saúde deve ser uma política do SUS, cabe perguntar-nos sobre a integralidade da atenção à saúde e a formação dos profissionais. (CECCIM; FEUERWERKER, 2004, p. 1401)

Segundo os autores, entre 2001 e 2002, alguns cursos de graduação em saúde como biomedicina, fisioterapia, fonoaudiologia, medicina, odontologia e terapia ocupacional, implementaram em suas diretrizes curriculares destaque para o SUS na formação do profissional, com exceção da medicina veterinária, psicologia, educação física e serviço social. A articulação entre a educação e saúde indica um contexto propício às transformações que precisam ser motivadas na formação profissional em diálogo com o sistema de saúde e a instância de controle social dele. (CECCIM; FEUERWERKER, 2004).

3 A LIGA ACADÊMICA DE PSICOLOGIA DA SAÚDE

Por outro lado, não basta promover modificações nas diretrizes curriculares. São necessárias ações inovadoras e diferentes perspectivas pautadas na política do SUS, que sejam capazes de motivar o diálogo crítico entre docentes, discentes, gestores educacionais e de saúde com os movimentos sociais, a fim de gerar transformações reais na formação do profissional da saúde (CECCIM; FEUERWERKER, 2004).

Ao longo do seu desenvolvimento, a clínica psicológica passou a ter novas características determinadas não pelo lugar em que é exercida, mas pela prática de escuta do sujeito. O profissional foi levado a refletir sobre como a sua prática interfere no contexto social (MOREIRA; ROMAGNOLI; NEVES, 2007). Peres (2006) aponta que os alunos costumam apresentar maior interesse pelas atividades extracurriculares, como as Ligas Acadêmicas, que propiciam a aquisição de conhecimento prático e incentivam o papel social dos estudantes.

Considerando que a LAPS foi idealizada a partir da experiência

do Estágio Básico V do curso de Psicologia do CES/JF, cabe especificar melhor a disciplina apontando os seus objetivos, campo de atuação, bem como a obrigatoriedade dos adstritos estágios básicos no projeto pedagógico.

O Estágio Básico Supervisionado V do curso de Psicologia do CES/JF apresenta como foco de observação o campo da saúde, com projetos direcionados à Saúde Mental, à Saúde da Mulher e o campo das Necessidades Especiais, cada projeto de estágio é ministrado por um docente, com disponibilidade, máxima, de 15 vagas para cada turma, de modo que os discentes tenham diversas opções de escolha e prática. A carga horária é de 36 horas de supervisão e 12 horas de observação, por semestre.

A ampliação da quantidade de psicólogos que atuam na rede pública de saúde depende da maneira como a graduação proporciona meios de transformação das práticas existentes. Trabalhar com promoção e proteção em saúde, bem como com a prevenção de riscos e danos e com a recuperação da saúde não é incompatível com o modelo clínico, todavia requer também outras formas de atuação (FRANCO; MOTA, 2003).

O Estágio Básico, que antecedeu a idealização da Liga o de Psicologia e Saúde foi realizado no Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Nefrologia - NIEPEN, que pertence à Fundação Instituto Mineiro de Estudos e Pesquisas em Nefrologia - IMEPEN da Universidade Federal de Juiz de Fora. A Fundação IMEPEN presta assistência aos portadores de doença renal crônica de Juiz de Fora e região. Os objetivos do estágio são possibilitar ao aluno contato com a prática do psicólogo em serviço especializado de saúde, ou atenção secundária, bem como propiciar a observação da intervenção do psicólogo na prevenção e promoção em saúde por meio da educação em saúde, abordagens individuais, grupais e do trabalho em equipe interdisciplinar. O CES/JF possui vínculo através de convênio com a Fundação IMEPEN desde 2008, que viabiliza um dos campos de prática do Estágio Básico V de Psicologia e Saúde.

As observações realizadas pelos alunos do estágio básico foram feitas nos seguintes programas: Programa Interdisciplinar de Prevenção e Tratamento de Doenças Renais - PREVENRIM no qual foi possível observar a abordagem inicial com pacientes em início do

tratamento na fase pré-dialítica e a reunião de equipe composta por assistente social, enfermeiro, médico, nutricionista, psicólogo na qual se discutiam casos a serem atendidos. Outro programa foi o Ambulatório de Transplante Renal formado também por equipe interdisciplinar, no qual as observações foram feitas a partir dos atendimentos com pacientes na fase de preparação para o transplante e da abordagem inicial com os candidatos a doadores em vida. O Serviço de Hemodiálise do Centro de Atenção à Saúde Hospital Universitário – CAS HU, que atende pacientes em hemodiálise também foi foco de observação, a partir da atuação dos alunos do Estágio Específico do CES/JF. Além disso, a Liga Interdisciplinar de Hipertensão Arterial do NIEPEN, com foco na assistência ao paciente hipertenso, através de trabalhos em grupos voltados para a promoção e prevenção da doença e adesão ao tratamento, foi outro programa no qual as observações se deram, experiência que incentivou a criação de uma liga formada por estudantes de Psicologia.

O contexto de saúde no Brasil é uma área que recebeu muitos psicólogos recentemente. Nas últimas décadas os concursos públicos de instituições municipais, estaduais e federais de saúde estão procurando psicólogos com formação em Psicologia da Saúde e suas subáreas para atuar em hospitais, ambulatórios, UBSs, programas de orientação, prevenção e educação em saúde (CASTRO; BORNHOLDT, 2004).

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, dispõe sobre estágios de estudantes enquanto ação educativa escolar supervisionada no projeto pedagógico dos cursos de educação superior, educação profissional, ensino médio, educação especial, final do ensino fundamental e na educação de jovens e adultos. Assim, os projetos pedagógicos dos cursos de graduação devem abranger a ligação entre a prática e a teoria, de modo a estabelecer a interação da formação acadêmica com o mercado de trabalho.

Dessa forma, o Estágio Básico V – Psicologia e Saúde foi fundamental para a idealização do projeto posterior de criação da LAPS, principalmente porque valorizou as atividades extra-sala compatíveis com a prática real do psicólogo no serviço especializado de saúde. A partir disso surgiu o questionamento sobre a relevância da presença de uma Liga de Saúde que pudesse contribuir para a formação dos alunos do Curso de Psicologia do CES/JF, inspirando um movimento de permanente revisão da demanda e adequação da proposta de uma Liga

no supracitado curso.

As Ligas acadêmicas são constituídas por alunos de graduação, que contam com a supervisão de professores e profissionais vinculados a instituições educacionais. Assim, promovem ativamente a participação em contextos que a formação tradicional não abrange. Essas entidades sem fins lucrativos são norteadas por ações em ensino, assistência e pesquisa (MONTEIRO et. al, 2008). De acordo com Neves e outros (2008), o surgimento das ligas acadêmicas foi uma solução encontrada pelos próprios estudantes para suprir as lacunas do ensino durante a graduação. Elas são constituídas por uma diretoria administrativa e membros efetivos, o número de participantes pode ser variável e sua duração é ilimitada. Eles devem seguir um estatuto, com os objetivos e as obrigações dos diretores e membros.

A princípio foi substancial compreender que uma Liga estabelece diálogo entre a instância acadêmica e a comunidade, dessa forma algumas perguntas precisavam ser respondidas: como tornar adequada a proposta para os alunos, ou seja, como disponibilizá-la? Qual enfoque seria dado nas atividades desenvolvidas? De que modo apresentá-la para ter apoio da instituição? Como manter a rotatividade de alunos no grupo, de modo que os integrantes não fossem permanentes? Como diferenciar a Liga de um grupo de estudos e de um estágio? De que forma atrair a atenção dos alunos no processo de criação? Como estabelecer vínculos com outras instituições?

Reuniões semanais abertas foram realizadas com pessoas que inicialmente se interessaram pela proposta, com a intenção de apresentar a ideia por trás das Ligas Acadêmicas, além de buscar integrar conhecimento básico e ações para a formulação concreta da mesma. Esse processo demandou tempo, estudo e dedicação de várias pessoas, que ao permanecerem no grupo ao final de um ano de estruturação do projeto compuseram a primeira diretoria.

Antes disso, todavia, ficou claro que a Liga poderia ser apresentada à coordenação do curso como um Projeto de Extensão, desde que fosse formalmente apresentando como tal e, posteriormente submetido no Centro de Extensão. Isso diferenciaria a Liga de um grupo de estudos e de um estágio curricular, ao passo que sendo fundamentada num estatuto teria normas de vigência e poderia garantir a rotatividade a partir da seleção de novos integrantes ao final de cada ano letivo.

Da mesma forma, observou-se que era preciso desenvolver habilidades e competências dos alunos para a criação da Liga, de forma que a primeira diretoria pudesse ter experiência prática quando o projeto fosse oficializado e que os tornasse aptos a estabelecer propostas futuras de atuação.

Nesse aspecto a participação nas campanhas como as de Hipertensão e Diabetes promovidas pelo NIEPEN foram fundamentais para a compreensão das mudanças de assistência à saúde por meio da Constituição Federal de 1988 e a concepção de atenção integral ao sujeito. A partir disso, foi estabelecido que o enfoque do trabalho devesse privilegiar a atuação da Psicologia em saúde nos diferentes níveis de atenção preconizados pelo SUS. Essas experiências prévias serviram para melhor se estruturar o projeto, expô-lo e sustentá-lo, tanto teoricamente como na sua função prática.

O interesse dos alunos pelo projeto surgiu gradativamente conforme percebiam que um novo campo de experiências e conhecimento estava surgindo e que naquele momento precisava do esforço conjunto para ser instaurado.

Os vínculos iniciais com outras instituições surgiram tanto do possível alcance que a Liga poderia ter em seu exercício, conforme os alunos participavam de eventos em saúde quanto dos contatos realizados em que a atuação da Liga era oferecida para atuar em uma demanda específica como na inauguração do CAPS de Matias Barbosa-MG, cidade próxima a Juiz de Fora.

A articulação entre educação e sistema de saúde, ou melhor, a disponibilização de serviços integrais exige a vinculação das duas esferas. Novos passos exigem novas atitudes. Diante disso, as Ligas acadêmicas constituem o reconhecimento da necessidade de evolução constante na formação do profissional da saúde.

Pautada nesses princípios, a Liga Acadêmica de Psicologia da Saúde - LAPS do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora - CES/JF é fruto da experiência do Estágio Básico de 2010. Possui como objetivos ampliar as possibilidades de prática acadêmica na área da saúde, incentivar a participação do aluno em atividades de prevenção e promoção de saúde, possibilitar ao aluno a vivência em atividades de âmbito social e comunitário a partir da prática em saúde e permitir-lhe o confronto com a realidade político-social da rede de saúde do município

e região.

A metodologia do trabalho desenvolvido na LAPS pode ser descrito com base no estatuto de regimento do projeto, que define as linhas de trabalho e prioridades de intervenção, sendo composta por 15 alunos membros, dos quais oito membros formam a primeira diretoria do projeto, uma vez que elaboraram o estatuto de funcionamento e fundaram a Liga em outubro de 2011 por meio de um Seminário de Lançamento, a fim de abrir as inscrições do primeiro processo seletivo com o objetivo de agregar novos membros.

O ingresso na Liga se dá por meio de processo seletivo com prova escrita e entrevista com os alunos que compõem a diretoria e o docente tutor (a) do projeto. O estatuto prevê que as atividades realizadas pelos membros deverão ser sempre supervisionadas pelo professor responsável por orientar a gestão da Liga. A primeira diretoria conta com 1 Presidente, 1 Vice-presidente, 1 Secretário, 1 Diretor de Pesquisa, 1 Diretor de Eventos com 1 Vice-Diretor, 1 Diretor de Promoção e Prevenção em Saúde também com um Vice-Diretor. A intenção é que a LAPS tenha uma rotatividade na diretoria e na comissão dos membros, ou seja, a cada ano novos alunos poderão compor o grupo para que novas ações surjam e o projeto tenha a flexibilidade de suprir a demanda que lhe é exigida. Tal princípio é fundamental, posto que o curso sempre receberá novos discentes e aqueles que compõem o projeto em determinado momento deixarão a melhor contribuição possível no tempo em que o compôs. Dessa forma, a LAPS mantém os seus princípios substanciais, porém terá sempre uma roupagem nova.

A diretoria se reúne quinzenalmente para discutir questões internas, sobre o desenvolvimento da Liga e propor soluções para possíveis empecilhos emergentes. A reunião com todos os integrantes ocorre semanalmente, quando se propõe a realização de eventos, organiza-se a participação em campanhas, delimita-se a confecção de trabalhos científicos como artigos e apresentações de trabalhos em congressos. Nas reuniões também são dispostas possíveis e futuras modificações no estatuto de regimento, conforme alguma necessidade. O secretário (a) fica responsável por fazer as atas de todas as reuniões, que são arquivadas com o registro de todas as atividades desenvolvidas e decisões tomadas no funcionamento do projeto.

As intervenções são voltadas para ações direcionadas a serviços

de atenção primária, secundária e terciária do município e região, além de campanhas educativas na área da saúde mental, pesquisas científicas em temas da área da saúde e organização e colaboração em eventos científicos. As atividades da Liga também norteadas por meio de estudos sobre Psicologia da Saúde. Para promover a mudança tem-se, primordialmente, que valorizar a capacidade do aluno enquanto agente de transformação do meio em que vive, através de uma perspectiva global do sujeito (GONÇALVES et al., 2009).

Além disso, pesquisas científicas em temas da área da saúde como saúde mental, tabagismo, álcool e drogas, estresse, Síndrome de Burnout, depressão, ansiedade, que possam acontecer concomitante ao trabalho de educação e informação à sociedade, podem ser importantes fontes de levantamento de dados e, principalmente, transmissão de informações sobre o funcionamento da rede de saúde, orientação, encaminhamento para as clínicas escola, quando necessário, bem como divulgação da disponibilização de serviços na rede.

A Liga também tem por fim o vínculo com instituições que tenham o objetivo de proporcionar uma formação abrangente aos discentes nos aspectos clínico, experimental, prático e humano, mobilizando os alunos em atividades de promoção e prevenção em saúde. É uma entidade sem fins lucrativos e que possui frentes de atuação, exatamente, para que seus objetivos sejam alcançados.

Neste momento projetos, campanhas e pesquisas estão em andamento. Destacam-se nas ações já realizadas como a I Campanha de Saúde Mental do Município de Matias Barbosa, organizada, em 2011, pela LAPS em parceria com a Prefeitura Municipal da cidade, na qual foi possível aproveitar o momento de inauguração do CAPS no município para promover a aproximação entre a população e o serviço de saúde mental que seria em breve disponibilizado. A equipe permaneceu no centro da cidade em que o fluxo de movimento é maior, para através do diálogo com a população promover o conhecimento da mesma sobre os objetivos da implementação do serviço, diferenciação para os hospitais psiquiátricos e colher dados sobre o nível de informação da população sobre saúde mental. A pesquisa oriunda desse trabalho foi, posteriormente, replicada em Juiz de Fora, direcionada às representações sociais comunitárias acerca da temática da saúde-doença mental em 2012. A LAPS também participa de feiras de saúde focadas na prevenção

de doenças crônicas, como hipertensão arterial, diabetes e doença renal crônica, com pesquisas direcionadas às crenças em saúde acerca do adoecimento e sua relação com os fatores emocionais.

O principal resultado é perceber que o projeto, com menos de um ano de duração, gerou conhecimentos relevantes que possibilitaram a participação ativa dos membros da LAPS com apresentações de pôsteres, por exemplo, em eventos científicos como a 2º Mostra Nacional de Práticas em Psicologia realizada em setembro deste ano com o tema "Compromisso com a construção do bem comum".

Tem-se assumido o compromisso de conferir aos alunos potencialidades de escuta psicológica e atuação em saúde no eixo da integralidade, de tal forma que se possa delimitar a prática psicológica para todo e qualquer lugar, até mesmo no progresso de uma reforma social ainda não consolidada como o SUS.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de construção da LAPS-CES/JF é um exemplo de socialização dos conteúdos aprendidos durante o estágio básico presente na graduação de Psicologia, principalmente por motivar o exercício profissional junto à população, além da cidadania, capacitando os alunos como agentes modificadores dos aspectos político-sociais da realidade. Essa proposta de formação evidencia a relevância da evolução do modelo mecanicista à assistência integral do sujeito.

Colaborar para a melhora da formação profissional do curso de Psicologia é um desafio que a LAPS-CES/JF se comprometeu, transferindo não só os conhecimentos dos estágios básicos para a prática, mas também promovendo uma nova forma de aprender. O que vem sendo feito no CES/JF quanto ao projeto de implementação de uma Liga Acadêmica segue o propósito de enriquecer a formação acadêmica, levando em conta os elementos que são indispensáveis para um perfil crítico e ativo do profissional da saúde.

Dessa forma, torna-se fundamental a realização de projetos que visem às atividades extraclasse, para que se possibilite uma formação direcionada ao compromisso social do psicólogo em ações de prevenção e promoção de saúde. O SUS é para o Brasil o que o projeto da LIGA é para os alunos desta instituição, uma via de progresso que toma forma à medida que os esforços lhes são investidos.

Entretanto, falta-nos enquanto cidadãos compreensão clara o suficiente para entendermos que essa reforma social ainda em andamento chamada SUS e o seu progresso depende, primordialmente do exercício da cidadania brasileira para ser efetuada.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. A. T. de. **A construção internacional do conceito de atenção primária à saúde (APS) e sua influência na emergência e consolidação do sistema único de saúde no Brasil.** 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado em Medicina)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm . Acesso em: 16 set. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 8080**. Lei Orgânica da Saúde. Brasília, 19 set.1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em 20 set. 2012

_____. _____. **Lei 11788**, de 25 setembro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 20 set. 2012.

CAMPOS, G. W. de S. Reforma política e sanitária: a sustentabilidade do SUS em questão? **Ciência e Saúde Coletiva,** Rio de janeiro, v. 12, p. 301-306, 2007.

CASTRO E.K.; BORNHOLDT E. Psicologia da saúde x psicologia hospitalar**:** definições e possibilidades de inserção profissional. **Psicologia Ciência e Profissão**, São Paulo**,** v. 24, n. 3, p. 48-57, 2004.

CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L. C. M. Mudança na graduação das profissões de saúde sob o eixo da integralidade. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.20, n.5, p. 1400-1410, set./out, 2004.

COHN, A. (1997). Estado, políticas públicas e saúde. In:___ A. M. Canesqui (Org.). **Ciências sociais e saúde**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 157-171.

FERREIRA, J. R. O médico do século XXI. In: ARRUDA, B.K.G. **A**

educação profissional em saúde e a realidade social. Recife: IMIP; Ministério da Saúde, 2001. p. 27-47.

FRANCO A, MOTA E. Distribuição e atuação dos psicólogos na rede de unidades públicas de saúde no Brasil. **Psicologia Ciência e Profissão**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 50-59, 2003.

GONÇALVES R.J. et al. Quem "Liga" para o Psiquismo na Escola Médica? A
Experiência da Liga de Saúde Mental da FMB – Unesp. **Revista Brasileira de Educação Médica**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 298–306, 2009.

LAMPERT; J. B. **Na transição paradigmática da educação médica**: o que o paradigma da integralidade atende que o paradigma flexineriano deixou de lado. 2003. Disponível em: http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/jadete_final.pdf. Acesso em: 15 maio 2012.

MONTEIRO, L. L. F.; CUNHA, M. S.; OLIVEIRA, W. L. de; BANDEIRA, N. G. A.; MANEZES, J. V. A.. **Ligas acadêmicas**: o que há de positivo? Experiência de implantação da Liga Baiana de Cirurgia Plástica. **Rev. Bras. Cir. Plást**., Rio de Janeiro, v.23, n.3, p.158-61, 2008.

MOREIRA, J. de O.; ROMAGNOLI, R. C.; NEVES, E. de O. O Surgimento da Clínica Psicológica: da prática curativa aos dispositivos de promoção da saúde. **Psicologia Ciência e Profissão**, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 608-621, 2007.

NEVES, F. B. C. S.; VIEIRA, P. S.; CRAVO, E. A.; DIAS, M.; BITENCOURT, A.; GUIMARÃES, H. P.; FEITOSA-FILHO, G. S.; ORLANDO, J. M. da C. Inquérito nacional sobre as ligas acadêmicas de medicina intensiva. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva,** Rio de Janeiro**,** v. 20, n. 1, p. 43-48, 2008.

PAGLIOSA, F. L.; DA ROS, M. A. O relatório Flexner: para o bem e para o mal. [S.1]: **Revista Brasileira de Educação Médica,** São Paulo, v.32, n. 4, p. 492-499, 2008.

PAIM, J. S.; ALMEIDA FILHO, N. de . Saúde coletiva: uma "nova saúde pública" ou campo aberto a novos paradigmas? **Revista de Saúde Pública,** São Paulo, v. 32, n. 4, p. 299-316, 1998.

PEREIRA, C. **A política pública como caixa de Pandora**: organização

de interesses, processo decisório e efeitos perversos na Reforma Sanitária Brasileira – 1985-1989. 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581996000300006&lng=pt&nrm=isso. Acesso em: 22 mar. 2002.

PERES, C. M.. **Atividades extracurriculares:** percepções e vivências durante a formação médica. 2006. 235f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)-Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2006.

SCHERER, M. D. dos A.; MARINO, S. R. A., RAMOS, F. R. S. **Rupturas** e resoluções no modelo de atenção à saúde**:** reflexões sobre a estratégia saúde da família com base nas categorias kuhnianas. **Interface**: Comunicação, Saúde, Educação, São Paulo, v. 9, n. 16, p. 53-66, 2005.

SEVENCENKO, N. **A revolta da vacina.** São Paulo: Scipione, 1993.

Artigo recebido em: 01/6/2012
Aceito para publicação em: 06/9/2012

Submissão de artigos para a CES REVISTA

O CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE JUIZ DE FORA – CES/JF, em sua política de incentivar e oportunizar reflexões acadêmicas e produção científica de seus alunos e professores, bem como o diálogo com autores externos, publica seu periódico CES REVISTA desde 1974. Com classificação do *Qualis* conferida pela CAPES e, a partir de 2010, com novo formato, é uma revista semestral multidisciplinar que possui uma versão impressa (ISSN 0102-1109) e uma digitalizada (ISSN 1983-1625) disponibilizada na *internet*.

Os trabalhos deverão ser apresentados para apreciação numa cópia eletrônica (CD), em editor de texto compatível com *Word for Windows,* com identificação do autor proponente e nome do artigo. Juntamente com o material digital, deverão ser entregues duas cópias impressas, de igual teor à digital, em papel branco, tamanho A4, uma só face, espaçamento entre linhas 1,5 e fonte *Times New Roman* tamanho 12, com 2 cm de margens. As páginas deverão ser numeradas com o mínimo de 5 e não excedendo a 15, já contando com possíveis tabelas, gráficos, ilustrações e referências. Os trabalhos serão entregues em português**,** devendo ser concisos e consistentes no estilo.

Objetivando a não identificação dos autores pelos pareceristas, no momento da entrega do artigo os proponentes deverão encaminhar, também à parte - em papel fora do corpo do trabalho impresso e em arquivo digital no *CD* do trabalho - as seguintes informações: nome do artigo, nome(s) completo(s) do(s) autor(es), vínculos institucionais, endereço(s), celular(es), telefone(s) fixo(s) e *e-mail*(s) pessoal(is).

Deverão ser três, no máximo, o número de autores, sendo que um deles deverá ter, minimamente, o título de mestre. Os autores se obrigam a declarar a cessão de direitos autorais. O trabalho, necessariamente, será original e não submetido, em parte ou no seu todo, à análise para publicação em outra revista.

Ao trabalho oriundo de pesquisa com seres humanos, deverá ser anexada cópia do parecer de um Comitê de Ética em Pesquisa sobre a pesquisa realizada.

Os artigos serão avaliados por pareceristas da área de conhecimento da pesquisa, de instituições de ensino e/ou pesquisa nacionais e/ou estrangeiras. Após as devidas correções, e possíveis sugestões, o artigo será aceito para publicação mediante dois pareceres favoráveis ou rejeitado, quando dois pareceres forem desfavoráveis. No caso de pareceres discordantes, o artigo será enviado a um terceiro parecerista. A decisão final sobre a publicação ou não do artigo será do Conselho Editorial.

Os autores serão notificados da aceitação ou recusa de seus artigos, todavia os originais em papel e em formato digital não serão devolvidos. Caso o artigo submetido seja aprovado, pequenas alterações no texto poderão ser feitas pelo Conselho Editorial da Revista; quando forem necessárias modificações substanciais, o(s) autor(es) será(ão) notificado(s) e encarregado(s) de fazê-las, devolvendo o trabalho reformulado no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos. Se as modificações substanciais solicitadas não forem atendidas, o trabalho não será aceito. Os dados, ideias, opiniões e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências, são de inteira responsabilidade do(s) autor(es).

Posteriormente, uma versão final do artigo aceito para publicação deverá ser apresentada em cópia digital, em editor de texto compatível com *Word For Windows*, juntamente com cópia impressa.

A apresentação dos originais deve seguir a seguinte estrutura, sem a identificação de autoria: título, subtítulo (se for o caso), resumo em português com mínimo de 100 e máximo de 250 palavras, com máximo de 5 palavras chave, título, resumo e palavras-chaves em inglês ou francês (não serão aceitos textos produzidos por tradução eletrônica); corpo do artigo (com introdução, desenvolvimento e conclusão ou considerações finais); referências citadas em lista única no final do artigo, em ordem alfabética. Notas de rodapé deverão ser utilizadas apenas em situações indispensáveis ou em caráter explicativo. Todo material apresentado deve estar em conformidade com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

As chamadas de artigos são feitas por editais. Os trabalhos devem ser enviados pelo correio, por meio de correspondência registrada ou entregues pessoalmente no seguinte endereço:

Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora
Centro de Extensão e Pesquisa do CES/JF
Núcleo de Pesquisa
Campus Academia:
Rua Halfeld, 1179, sala 128. CEP: 36016-000
Centro - Juiz de Fora - MG
Horário: das 14h00 às 21h

Na página do CES/JF, na área de Ensino, Extensão e Pesquisa possui o link do Manual de Normas Técnicas que segue a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): http://www.cesjf.br/index.php/ensino-extensão-e-pesquisa/pesquisa

Essas normas deverão ser obedecidas nos trabalhos a serem submetidos à CES REVISTA.

Outras informações no Núcleo de Pesquisa do Centro de Extensão e Pesquisa do CES/JF, pelo telefone (32) 3250-3807, das 08h00 às 20h00 ou pelo e-mail pesquisa@pucminas.cesjf.br

POLÍTICA DE PRIVACIDADE:

Os nomes dos autores que submeterem os trabalhos serão omitidos no período de avaliação da comissão editorial. Isso ocorrerá tanto no material impresso quanto digital. Os nomes, endereços e e-mails informados para contato na CES REVISTA serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

Maria Inês de Castro Millen
Coordenadora de Pesquisa do CES/JF